

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

DANIELA ISABEL KUHN

**“EU NÃO SOU LIXO”:
ABJEÇÃO NA VIDA DE CATADORAS E CATADORES
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

CURITIBA
2016

DANIELA ISABEL KUHN

**“EU NÃO SOU LIXO”:
ABJEÇÃO NA VIDA DE CATADORAS E CATADORES
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de doutora em Tecnologia e Sociedade.

Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz

CURITIBA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

K96e
2016 Kuhn, Daniela Isabel
Eu não sou lixo : abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis / Daniela Isabel Kuhn.-- 2016.
293 f. : il. ; 30 cm.

Texto em português, com resumo em inglês
Tese (Doutorado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Curitiba, 2016
Bibliografia: f. 265-280

1. Coletores de materiais recicláveis – Curitiba (PR). 2. Relações de gênero. 3. Corpo humano – Aspectos simbólicos. 4. Ambiente de trabalho – Aspectos sociais. 5. Divisão do trabalho por sexo. 6. Tecnologia – Dissertações. I. Queluz, Gilson Leandro. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia. III. Título.

CDD: Ed. 22 -- 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Tese Nº 41

"Eu não sou lixo": abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis

por
Daniela Isabel Kuhn

Esta tese foi apresentada às _8:30h _ do dia 09 de maio de 2016 como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Tecnologia, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados.

Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho _APROVADO _ (aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof^a Dr^a Marília Gomes de Carvalho
(UTFPR)

Prof^a Dr^a Marilene Zazula Beatriz
(UTFPR)

Prof^a Dr^a Rubia Carla Formighieri Giordani
(UFPR)

Prof^a Dr^a Ana Rubia Wolf Gomes
(Fundacentro)

Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz
(UTFPR)
Orientador

Visto da coordenação:

Prof^a. Dr^a. Nanci Stancki da Luz
Coordenadora do PPGTE

O documento original encontra-se arquivado na Secretaria do PPGTE

UTFPR - PPGTE Av. Sete de Setembro, 3165 80230-901 Curitiba PR Brasil www.ppgte.ct.utfpr.edu.br Fone: +55 (41) 3310-4785 Fax: +55 (41) 3310-471



Dedico este trabalho a quem me apoiou a ser uma catadora de mim mesma

Adilsa e Lucidio, mãe e pai amados.

Armando, companheiro amado de tantos anos.

Dedico este trabalho a quem me inspira a ser uma catadora de mim mesma

Às **mulheres catadoras** com quem convivi.

Luca, Marco e Leonardo, meus filhos amados.

AGRADECIMENTOS

Todo o processo desenvolvido para chegar nesta tese foi protagonizado por mim e assumo a responsabilidade pelas escolhas realizadas e pelo resultado em formato de tese. Somado a isto, em cada linha aqui exposta estão também inscritas a presença de pessoas que me acompanharam em algum momento desta trajetória, a quem agradeço, com o coração aquecido e com a fé de que a vida vale a pena ser vivida por causa destes encontros nos quais a amorosidade se expressa, em suas várias possibilidades.

Sou grata às/aos professoras/es do PPGTE. Nas diversas disciplinas que cursei, fui privilegiada com a generosidade expressa por minhas professoras e meus professores, que compartilharam seu conhecimento e pela abertura para minha formação artística em dança. Em meu retorno às atividades docentes estejam certos de que levarei comigo uma inspiração proveniente de suas condutas.

Sou grata à professora Luciana Martha Silveira do PPGTE, pela abertura e presença nas ocasiões em que me ouviu em momentos de fragilidade. Como artista que é, foi solidária às minhas angústias oriundas de minha visão de mundo decorrente de minha formação.

Sou grata às professoras e ao professor da banca de qualificação pelas colaborações que incentivaram buscas profícuas no meu aprendizado: professoras Nanci Stancki da Luz, Edina Schimanski, Rubia Carla Formighieri Giordani e Marília Carvalho, e o professor Gilson Leandro Queluz. Agradeço a professora Rúbia por me receber em outras ocasiões e auxiliar em reflexões sobre a pesquisa. Agradeço a professora Nanci pelo aprendizado no período que me orientou e por sua generosidade no momento de transição da orientação.

Sou grata ao meu orientador Gilson por ter aceitado me orientar. Ainda na banca de qualificação iluminou meu percurso com sua sensibilidade ao perceber que era possível articular a atual pesquisa com minha formação profissional como estudiosa da dança e do corpo. A “sacada” sobre as relações entre a temática da pesquisa e as teorias dos corpos abjetos foi um presente que abriu portas fantásticas. Como orientador mostrou-se sempre disposto, numa medida elegante entre uma conduta profissional e humana.

Sou grata às professoras doutoras que ministraram a disciplina “gênero e cultura” na pós-graduação em sociologia da UFPR, que cursei durante o doutorado: Marlene Tamanini, Ana Paula Vosne Martins, Miriam Adelman e Anna Beatriz Paula. As leituras e os debates foram marcantes em meu aprendizado.

Sou grata às pessoas que fazem parte do Núcleo de gênero e tecnologia (GETEC/PPGTE) pelo aprendizado gerado durante minha participação no grupo.

Sou grata às/aos colegas do PPGTE pelas trocas, a Kaciane e ao Lucas pelas conversas, sobretudo aquelas sobre os dilemas cotidianos de quem está envolvido com os estudos de gênero. Grata à Jocelaine e Jussara pelos bons papos, sempre bem humorados. À querida colega Alessandra, em nosso pouco tempo de convivência, trouxe alegria e doçura para minha vida acadêmica.

Sou grata às/aos colegas do Departamento de Educação Física (DAEFI/UTFPR) por terem colaborado para o afastamento de minhas atividades docentes durante boa parte do doutorado.

Sou grata à colega Leandra Ulbricht (UTFPR) pelo aprendizado no projeto de extensão no qual iniciei meu percurso com as/os catadoras/es.

Sou grata à amiga Marcia Oliveira (UFPR) pelos ensinamentos no projeto anterior, pela indicação do campo de pesquisa, por sempre demonstrar ânimo e acreditar no meu potencial.

Sou grata às minhas alunas Luiza Santini e Valleska Zych por terem me acompanhado no nosso intenso processo durante a criação do espetáculo e documentário “Catadoras de si: o que você faz com seu lixo?”, mergulho primeiro neste universo das/os catadoras/es. Espero que a mobilização interna que este processo gerou tenha auxiliado para cada uma colher bons frutos desta vivência.

Sou grata à Dra. Margaret Matos, pelas conversas informais e por conceder uma longa entrevista durante a pesquisa de campo. Suas palavras demonstraram sua experiência e visão sobre o mundo das/os catadoras e compuseram uma parte importante de minha trajetória. Tenho admiração por seu posicionamento tão humano e corajoso e por sua luta em seu campo de trabalho a favor da causa das/os catadoras/es, a despeito de tantas dificuldades.

Sou grata às pessoas que compõem a ONG que participou da pesquisa, pela abertura, pelas conversas e pelo aprendizado. Espero que esta tese possa colaborar com o trabalho de cada uma/um.

Sou grata à Iria Zanoni Gomes, pela revisão cuidadosa, sensível e profissional. Seu entusiasmo com meu texto, seu envolvimento e sensibilidade em relação às minhas investidas como pesquisadora e ao mundo das/os catadoras/es foram muito importantes para a finalização do trabalho.

Sou grata à minha cunhada Beth, que, lá de longe, fez a tradução para o inglês do resumo da tese.

Sou grata às amadas Lennita Ruggi e Léa Tosold. Foi o mundo das catadoras que fez a gente se conhecer e nos aproximou. Quanta inspiração brotou de nossas conversas. Lennita foi quem me apresentou Carolina Maria de Jesus.

Sou grata a cada amiga e cada amigo que ouviu com carinho minhas descobertas entusiasmadas sobre o mundo das/os catadoras/es. Agradeço às minhas amigas da “quarta”, Alicja, Carol, Tati e Tayne pela escuta sensível e o carinho demonstrado pelo meu trabalho.

Sou grata à Leticia Lanz, parceira na aventura para me tornar “especialista em ser eu mesma”, nas reflexões, batalhas e acolhimentos mais internos sobre a abjeção e naquelas mais sociais e militantes sobre os corpos abjetos.

Sou grata à minha mãe, Adilsa, que me apoiou do início ao fim da realização do doutorado. Seu apoio a minhas investidas profissionais vem de longe e seu amor e dedicação estão nestas linhas. Sou grata ao meu pai, Lucidio, porque - mesmo não estando mais aqui conosco - ainda se faz presente, nunca questionou minha escolha profissional pelo mundo da dança e constantemente demonstrou confiança no meu potencial.

Sou grata ao Armando, meu companheiro, meu amor, pelo apoio expressado, mesmo diante dos desafios cotidianos.

Sou grata aos meus filhos, Luca, Marco e Leonardo por me sequestrarem em muitas ocasiões da escrita da tese no computador, pela beleza que trazem ao meu cotidiano, pelo encontro de alma que é a relação com cada um de vocês. Isso me sustentou em vários momentos do processo da pesquisa.

Sou grata a mim, por ter me dado esta oportunidade, por tudo que pude aprender sobre mim mesma, sobre meus lixos e minhas abjeções. Sobre as possibilidades de reciclagem da minha própria história, de reinvenção do cotidiano e de acolhimento de minhas partes abjetas.

Sou grata, finalmente, a cada catadora e catador de materiais recicláveis que encontrei nesta caminhada. Às mulheres catadoras quero dirigir uma gratidão especial. Meu coração e minha vida tem um pouco de cada uma. Foram relações que iniciaram aparentemente mais impulsionadas pelo pretexto de eu estar fazendo uma pesquisa. Contudo, o motivo maior que me moveu para conhecer cada uma de vocês não cabe em palavras, é do âmbito mais íntimo, mais meu, coração e alma, vem das minhas próprias abjeções. Vocês me lembraram o quanto e

como somos gente. Vocês confiaram revelações, segredos, confissões a mim e eu me senti menos abjeta ao receber esta confiança, esta qualidade de olhar depositado na minha existência. Quanto e como ganhei ao estar com cada uma! Me vi refletida no espelho que o olhar de cada uma me revelou. Catadoras daqui e de acolá, me moveram no meu empoderamento de ser uma catadora de mim mesma. A cada uma agradeço pelas histórias de vida compartilhadas comigo, pela cumplicidade, pelos silêncios, pela dança dos corpos que se moldam no mover do lixo em seu entorno. São estas presenças a energia fulcral que me mobilizou a escrever esta tese.

A todas essas pessoas meus agradecimentos, vocês estão presentes nesta tese também, vocês participaram da construção destas linhas. Porque quando entramos na vida de alguém, a gente faz parte dela. E estas pessoas que entraram na minha vida com amorosidade, faço questão que façam parte daquilo que construo. E que bom, que cada pessoa está aqui, comigo. Que bom ter gente que me apoia na minha busca de catar a mim mesma. A catação da vida fica bem melhor assim. Se adentrei neste mundo de abjeção e se encontrei caminhos para acolher minhas próprias abjeções, foi porque tive também o acolhimento de gente plena de vida.

Com afeto e gratidão,

Daniela Kuhn

"[...] ser capaz de olhar o que não se olha,
mas que merece ser olhado.
As pequenas, as minúsculas coisas da gente anônima,
da gente que os intelectuais costumam desprezar.
Esse micromundo onde eu acredito que se alimenta de verdade,
a grandeza do universo,
e, ao mesmo tempo,
ser capaz de contemplar o universo através do buraco da
fechadura,
ou seja, a partir das pequenas coisas ser capaz de olhar as grandes.
Os grandes mistérios da vida,
o mistério da dor humana,
mas também o mistério da persistência humana nesta mania,
às vezes inexplicável,
de lutar por um mundo que seja a casa de todos
e não a casa de pouquinhos e o inferno da maioria."

Eduardo Galeano

Em entrevista, vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IrDzP-zQs_c

RESUMO

KUHN, Daniela Isabel. **“Eu não sou lixo”**: abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis. 2016. Tese (Doutorado em tecnologia) Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

Abordo, nesta tese, a rotina de trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, buscando refletir como a noção de abjeção se expressa na vida destas pessoas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo inspirada na etnografia. Esta vivência ocorreu em uma associação de catadoras/es na região metropolitana de Curitiba, além de abarcar experiências em eventos referentes ao mundo da catação que contaram com a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Parti de uma compreensão de que o trabalho das/os catadoras/es tem sido uma atividade plenamente vinculada à estrutura do sistema capitalista. A prática da produção e do intenso consumo gera uma volumosa quantidade de materiais descartados, condição básica para a existência do trabalho de catação na sua atual configuração. Além disso, a profissão de catadora/r tem sido exercida, de maneira geral, em condições precárias e indignas, o que permanece como uma característica de vários outros trabalhos no sistema capitalista. Os dados de campo se mostraram férteis para a reflexão sobre as relações entre as condições precárias deste trabalho e a incidência da abjeção na vida das/os catadoras/es, sobretudo pelo fato de trabalharem com o lixo. Relativizo as noções de bagunça e de sujeira – historicamente construídas – pois as percebo como componentes encharcados de uma moralidade que contribui intensamente para que as/os catadoras/es sejam classificadas/os como corpos abjetos. São analisadas, também, algumas marcas de abjeção presentes nas relações internas entre catadoras/es e outras instituições. Nesta análise, são apresentados alguns desafios de se instituir um projeto de trabalho cooperativo e guiado pela autogestão, como proposto no estatuto da associação pesquisada e os princípios do MNCR. A instalação de um artefato tecnológico na associação – uma esteira motorizada – estimulou reflexões sobre a introdução de discursos e práticas permeados pelo controle e disciplinarização das/os trabalhadoras/es. Aponta-se, ainda, que existe uma carência de um processo de formação que venha a estimular um entendimento mais claro sobre os modelos de trabalho solidário e cooperativo. Outro aspecto significativo figura-se na grande quantidade de mulheres que assumem esta profissão, existindo uma probabilidade de ser maioria. As histórias de vida narradas por várias catadoras demonstraram marcas de violências, acompanhadas pela expressão de terem se sentido “como lixo”. O estudo permitiu concluir que ser catadora/r de materiais recicláveis tem significado conviver com a realidade de existência como um corpo que causa abjeção. Reconhecer que existe uma concepção a respeito das/os catadoras/es que as/os enquadra como corpos abjetos, que opera preconceitos, discriminações, medos e violências, pode significar uma possibilidade de se rever esta percepção.

Palavras chaves: catadores de materiais recicláveis; abjeção; corpos abjetos; violência de gênero; tecnologia e trabalho.

ABSTRACT

KUHN, Daniela Isabel. **“I’m not garbage”: abjection in the lives of recyclable material collectors**, 2016. Thesis (Doctoral degree in Technology) – Technology Postgraduate Program, Federal Technological University of Paraná, 2016.

In this thesis, I depict the work routine of the recyclable material collectors, seeking the realization of how the notion of abjection is expressed in the life of these people. As such, a field research was conducted inspired in ethnography. This practice took place in an association of recyclable material collectors in the metropolitan region of Curitiba, besides incorporating experiences in events related to the world of garbage collection, with the participation of the National Movement of Recyclable Material Collectors (in Portuguese, MNCR). I assumed that the work of recyclable material collectors has been an activity that is utterly associated with the capitalist system. The exercise of production and heavy consumption generates a vast quantity of disposed material, which is the basic condition for the existence of the work related to garbage collection in its current setting. Besides, the occupation of garbage collector has been executed, generally, in precarious and inhuman conditions, as it is characteristic of many other work environments in the capitalist system. The field data reveals to be a rich source for reflection upon the relationship between these precarious working conditions, and the incidence of abjection in the lives of recyclable material collectors, mainly because they work with garbage. The notion of chaos and filth when historically built is put into perspective when I perceived them as components soaked in morality, which intensely contributes to the garbage collector to be classified as abject bodies. It is noted that some signs of abjections are present in internal relationship between the collectors and other institutions. Furthermore, some challenges are raised in this analysis, so as to work towards a collaborative project guided by self-management, as proposed by the association of recyclable material collectors’ statute, and in the principles of the National Movement of Recyclable Material Collectors. The installation of a technological artifact – a rolling conveyor system - at the association, stimulated the observations about the introduction of discourses and practices, permeated by the control and discipline of the recyclable material collectors’ work. It is also noted that there is a need of a formation process, which stimulates a clear understanding about the models of a solidary and collective labor. Another significant aspect on this research is in the great number of women who become workers in the field, with a probability to represent the majority of the recyclable material collectors in that region. The life stories, told by the female recyclable material collectors, often involve acts of violence and abuse, followed by the manifestation of feeling “like garbage”. This study allows me to conclude that, being a recyclable material collector implies to live with the reality of existing in a body that causes abjection. The fact that we realize that there is bias around the recyclable material collectors, which frames them as abject bodies, and consequently leads to prejudice and discrimination, fear and violence, may indicate that there is a possibility to change this perception.

Keywords: recyclable material collectors; abjection; abject bodies; gender violence; technology and labor.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| Da emancipação à abjeção..... | 22 |
| Corpos abjetos e coisas abjetas..... | 28 |
| Corpos abjetos e catadoras mulheres..... | 37 |
| Organização da tese | 38 |
| | |
| CAPÍTULO 1 | |
| PERCURSO METODOLÓGICO | 41 |
| 1.1 Investidas teóricas | 42 |
| 1.2 A pesquisadora em campo..... | 50 |
| 1.3 A escrita da tese: o anonimato das pessoas e instituições | 53 |
| 1.4 O preparo do material para a escrita da tese..... | 58 |
| 1.5 O percurso da pesquisa de campo..... | 60 |
| 1.5.1 Ampliando a lente: os eventos..... | 61 |
| 1.5.2 Afinando o olhar: a Associação..... | 63 |
| 1.6 A Associação: as pessoas, o espaço, a forma de organização das/os catadoras/es e do próprio trabalho | 67 |
| 1.6.1 O espaço e a organização espacial..... | 72 |
| 1.7 A pesquisadora na Associação | 77 |
| 1.8 O termo de consentimento livre e esclarecido..... | 81 |
| | |
| CAPÍTULO 2 | |
| O TRABALHO DE CATADORA/R E A CONSTRUÇÃO DA ABJEÇÃO..... | 90 |
| 2.1 Antes: uma ponderação sobre disparidades..... | 91 |
| 2.2 Trabalho, abjeção e a construção social da precariedade | 95 |
| 2.3 Os estudos sobre o trabalho das/os catadoras/es | 103 |
| 2.4 Do trabalho e da abjeção | 109 |
| 2.4.1 Condições de trabalho: “caos aparente” e “sujeira relativa” | 110 |
| 2.4.1.1 Das raízes históricas das concepções de ordem e higiene na cultura brasileira..... | 120 |
| | |
| CAPÍTULO 3 | |
| MARCAS DA CONVIVÊNCIA: OS MUROS DA ABJEÇÃO | 131 |
| 3.1 Marcas da abjeção: fragilidades e dificuldades nas relações internas da Associação | 136 |
| 3.2 “Todo mundo manda aqui” ou, precisa-se de uma/um chefe? | 157 |
| 3.3 A esteira: isto aqui é uma associação ou uma linha de produção? | 168 |
| | |
| CAPÍTULO 4 | |
| MULHERES CATADORAS: VIOLÊNCIA E ABJEÇÃO..... | 187 |
| 4.1 Um grande número de mulheres na catação e a precarização do trabalho feminino..... | 189 |
| 4.2 “Mulher aguenta tudo”: uma mirada nos estudos de gênero..... | 196 |
| 4.3 Um adendo sobre os homens catadores..... | 199 |
| 4.4 As mulheres e a histórica violência de gênero | 202 |
| 4.5 “Eu fui tratada como lixo”: do lixo emocional ao lixo material..... | 206 |
| Zefa | 208 |
| Meiry..... | 216 |

| | |
|---|------------|
| Deolinda | 226 |
| 4.6 Luta e resistência na abjeção | 234 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 240 |
| Catadoras e catadores de si: o que nosso lixo faz com o outro? | 262 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 263 |
| APÊNDICES | 281 |

“Eu não sou lixo”:
Abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis

Daniela Kuhn



Fotografia: Caroline Pellegrini
Espetáculo “Catadoras de si: o que você faz com seu lixo?”
Direção: Daniela Kuhn/Em cena: Valleska Zych

Curitiba
2016



Fotografia 1: Daniela Kuhn
Durante pesquisa de campo na Associação

Introdução

INTRODUÇÃO

A vida de mulheres e homens que trabalham como catadoras/es¹ de materiais recicláveis apresenta características específicas e tem instigado diversas/os pesquisadoras/es a estudar o cotidiano desta categoria de trabalhadoras/es a partir de variados enfoques e abordagens (ALENCAR, 2008; BORTOLI, 2012; BOSI, 2008; BURGOS, 2009; ESCURRA, 2011; FREITAS, 2010; GOMES, 2014; GRECCO, 2014; JUNCÁ, 2004; MACEDO, MEDEIROS, 2006; MAGALHÃES, 2012; MIURA, SAWAIA, 2013; SOUZA, 2013). De certa forma, estes estudos apontam, cada um a seu modo, para as condições adversas e desafiantes nas quais estas/es trabalhadoras/es desenvolvem a atividade de catação. Trabalhar como catadora e catador envolve o desafio de ter que enfrentar significativas limitações para conquistar condições dignas no ambiente de trabalho e, também, para garantir sua sobrevivência e de sua família, muitas vezes em situações de extrema precariedade, desrespeito e violência no âmbito da família.

Em consonância com estes estudos, as experiências que conheci em relação a esta realidade, antes e durante o curso de doutorado, me permitiram um entendimento de que existe uma concepção social depreciativa e permeada de preconceitos sobre as/os catadoras/es. O fato de trabalharem com o lixo produz um contexto que coloca estas pessoas em uma condição de abjeção porque são enquadradas socialmente em uma classificação de pessoas menos importantes, desprezíveis (BUTLER, 2012; KRISTEVA, 1982).

Esta tese, portanto, foi construída tendo como fio condutor a reflexão sobre como a noção de abjeção se expressa na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Para desenvolver tal reflexão foi realizada uma pesquisa de campo inspirada nos traçados metodológicos da etnografia. Esta vivência ocorreu mais intensamente durante nove meses em uma Associação² de catadoras/es na região metropolitana da região de Curitiba, além de abarcar experiências em outros espaços e momentos referentes ao mundo da catação, especialmente eventos promovidos pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

¹ Como a maioria das pessoas que trabalham na catação e participaram da pesquisa são mulheres, estarei grafando o nome dessa profissão no formato catadoras/es, com o intuito de dar maior visibilidade às mulheres catadoras. Encontrei alguma dificuldade na grafia da palavra no singular “catadora/r”, porque acarreta certa estranheza ao trocar duas letras “ra”, por apenas uma, “r”. Ainda assim, escolhi manter a escrita nesta formatação no singular, por entender ser relevante dar visibilidade a este grande número de mulheres. O próprio Movimento Nacional dos Catadores tem escrito em muitos de seus documentos uma expressão mais favorável à visibilidade das mulheres, grafando, por exemplo, “catadores (as)”. Em outros momentos do texto da tese também estarei adotando a mesma estrutura “as/es”, sempre que achar pertinente este posicionamento.

² Para manter o anonimato quanto ao local e as pessoas envolvidas adotei “Associação” como a maneira de me referir ao local onde realizei a pesquisa de campo. No capítulo 1, ao discorrer sobre os caminhos metodológicos, explicito mais detalhadamente sobre esta e outras escolhas para manutenção do anonimato.

(MNCR).

...

O interesse por aprender com pessoas, cenários e contextos contrastantes à minha própria realidade tem se manifestado desde minha graduação em Dança. O anseio em compreender outras formas de viver, de ser e de estar no mundo, para além daquilo que pode ser considerado “normal”, e os sentidos, significados e nexos que as pessoas constroem nesses contextos, conduziu-me a realizar algumas pesquisas de campo.

Desenvolvi estudos na graduação, no mestrado e, mais recentemente, no projeto de extensão que coordenei como docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)³. Foram as vivências em campo que oportunizaram conhecer vários contextos que podem ser considerados marginalizados, como alguns com a alcunha de cultura popular advindos das manifestações populares brasileiras, e também grupos excluídos socialmente – como é o caso das/os catadoras/es.

A aproximação da temática do mundo da catação de materiais recicláveis se deu, mais especificamente, ao desenvolver o projeto de extensão acima citado, em uma associação de catadoras e catadores de materiais recicláveis na região metropolitana de Curitiba, adotando a metodologia da pesquisa-ação. Minha atuação caracterizou-se principalmente por vivenciar o cotidiano da Associação através da observação participante, realizar “oficinas de dança e desenvolvimento humano” com as/os catadoras/es, elaborar um espetáculo de dança - atuando como diretora - no qual as bailarinas foram duas alunas participantes do projeto, concretizar a apresentação do espetáculo de dança intitulado “Catadoras de si: o que você faz com o seu lixo?”, e a realização de um documentário sobre o processo da pesquisa⁴. Este processo durou cerca de um ano e seis meses e meu envolvimento foi intenso.

Mergulhei neste mundo da catação e pude experimentar o que um processo artístico tinha para revelar sobre o lixo e as pessoas que nele e dele vivem. Em campo ouvi muitas histórias, aprendi muitas coisas sobre a vida das/os catadoras/es e sobre mim mesma. Vivi intensas emoções em diversos momentos e me convenci de que somos todas/os iguais e,

3 No curso de graduação em Dança (UNICAMP) tive experiência de pesquisa de campo em Minas Gerais na manifestação popular de “Folia de Reis”, e uma pesquisa mais profunda em “Terreiros de Umbanda”, contando com bolsa de iniciação científica do Cnpq. Durante o Mestrado em Artes (UNICAMP) realizei uma pesquisa de campo em uma comunidade de carreteiros na cidade de São Gabriel (RS), tendo o financiamento de bolsa de mestrado da FAPESP. Como professora do Departamento de Educação Física da UTFPR, desenvolvi um projeto de extensão com catadoras de materiais recicláveis na cidade de Piraquara. Este projeto contou com a colaboração das Prof^{as} Leandra Ulbricht (UTFPR) e da Márcia Oliveira (UFPR), e com financiamento da Fundação Araucária.

4 As alunas e bailarinas-criadoras eram Luiza Santini e Valleska Zych, e o documentário foi dirigido por João Marcelo Gomes.

concomitantemente, todas/os diferentes. Das histórias que ouvi muitas envolviam violência, abandono, dor, luta por sobrevivência, coragem, superação, tristeza e revolta pelo preconceito e estigma sofridos.

O processo artístico para a elaboração do espetáculo “Catadoras de si” trouxe à tona aspectos da subjetividade das/os catadoras/es, que geraram algumas respostas e outros tantos questionamentos. Ao longo dos laboratórios de criação de dança, a cada estímulo que eu dirigia às bailarinas, as respostas corporais das mesmas conduziam à compreensão de que o bojo do processo de criação seria o que alcunhei de “corpo lixo”. Tratava-se de uma referência a uma mistura da pessoa com o lixo e às múltiplas consequências que esta mimetização gera, seja nas relações mais externas com as outras pessoas, seja nos aspectos mais íntimos de cada uma/um.

Outro ponto que marcou esta trajetória deriva do fato de que na associação na qual realizamos a pesquisa a maioria das pessoas eram mulheres. Muitas com filhas/os e sem a presença dos pais das crianças - ou com uma presença distante e fragilizada por algum problema, como, por exemplo, o alcoolismo -, tendo elas que assumir a total ou quase total responsabilidade para com o cuidado das crianças. Nas histórias compartilhadas ouvimos relatos de violência e abandono por parte de seus companheiros, tornando visível e tangível os dados das pesquisas que denunciam as condições de violência e abuso que muitas mulheres vivem no Brasil (BANDEIRA, 2014; SAFFIOTI, 1997). Somou-se, portanto, à condição de “corpo lixo” a existência destas pessoas como mulheres.

Do ponto de vista artístico, o desafio foi suficiente e fascinante e, ao mesmo tempo trabalhoso explorarmos o “corpo lixo” da mulher catadora em suas múltiplas possibilidades e expressividades. Havia muito a ser explorado nos conteúdos que se apresentavam. Destarte, as personagens que emergiram das bailarinas – Maria Rita e Maria Teresa - foram delineadas e dançadas, expressando relações que se estabeleciam entre o lixo, a mulher e o entorno.

Propus como fio condutor do espetáculo um jogo de significados que se desenvolvia entre o lixo material e o “lixo emocional”⁵ que cada pessoa carrega. A dança movimentou o sentir-se lixo, o desejo de se livrar desta identificação, o olhar acusatório do outro, a disputa pelo lixo, ora miserável ora digna, a luta por uma frágil dignidade, a possibilidade de se reconhecer e ser reconhecida como gente, a violência masculina produzindo um “corpo lixo” de mulher, a possibilidade de reciclar lixos, histórias e emoções. No programa do espetáculo a

⁵ No processo de criação em dança consideramos “lixo emocional” os registros emocionais mal resolvidos que cada pessoa acaba resguardando em seu corpo, como memórias dolorosas da infância ou qualquer outra lembrança de sua história de vida que acarrete em sentimentos e emoções que trazem angústia, ressentimento, medo, sofrimento. A proposta no espetáculo era colocar em debate a possibilidade de reciclagem destes registros.

imersão deste universo foi assim anunciada por mim:

Maria Rita e Maria Teresa convidam-nos a mergulhar no papel, no plástico, na casa de papelão, na casa de metal, na rua, no lixo. O que está fora está dentro. O que está dentro não cabe mais no corpo. Tira, coloca, arruma, guarda, escolhe, recicla. O limite de cada um está no traço fino que delinea a dignidade de ser o que se é, de ser gente, de ocupar espaço no mundo. Espaço batalhado, espaço merecido. Maria Teresa e Maria Rita perguntam a nós: O que você faz com seu lixo? (KUHN, 2011, p. 01)

Como pesquisadora e artista, naquele momento eu tinha a convicção de que o contexto das catadoras e dos catadores era farto de conteúdos a serem explorados sobre as relações sociais, culturais, econômicas e políticas que estavam enlaçadas no trabalho dessas pessoas. Eu tinha uma percepção desta realidade, mesmo que de maneira módica, que envolvia o entendimento de que os resíduos materiais que se relacionam com o corpo de uma/um catadora/r têm uma biografia que abarca toda uma cadeia produtiva e que a lógica do descarte é apenas um pedaço do fio da meada. O lixo na mão de cada catadora/r carregava na sua biografia o funcionamento das máquinas de produção e de consumo, a organização social, suas hierarquias e suas expressões de poder, a violência na exclusão social, e as demandas relacionadas ao gênero feminino.

Por fim, neste projeto, as questões acima mencionadas ganharam potência de inquietação, gerando o desejo por investigar ainda mais esta realidade. A principal inquietação, naquele momento, localizava-se nos questionamentos sobre a condição das mulheres no trabalho de catadora. Decidi investir em uma pesquisa de doutorado que focalizasse a compreensão das relações de gênero no trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis, enfocando sobretudo a realidade do trabalho das mulheres.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), e cursar as disciplinas, participar de grupo de pesquisa, seminários, eventos acadêmicos, foram muitas as leituras, reflexões e debates que ampliaram meus conhecimentos sobre temas relativos ao trabalho, às relações de gênero, às imbricações destes dois temas com os estudos de tecnologia e demais dimensões sociais.

Nesta trilha, ao elaborar o texto para o exame de qualificação construí como objetivo do projeto compreender se o trabalho de catadora, apesar de ser caracterizado pela precarização, contém elementos que auxiliam no processo de emancipação feminina.

A argumentação adotada assentava-se principalmente em autoras dedicadas aos estudos de gênero e, mais especificamente, aqueles que tratavam da divisão sexual do trabalho. Neste sentido, foram importantes as referências que sistematizam e analisam a situação da inserção mais expressiva da mulher no mundo do trabalho, nas últimas décadas, na esfera pública. Todas

as reflexões identificam as condições precárias nas quais frequentemente esta inserção ocorre, sem deixar de considerar o potencial de emancipação que esta condição social pode gerar para diversas mulheres (ABRAMO, 2007; HIRATA; SEGNINI, 2007; NOGUEIRA, 2004; SAFFIOTI, 2004).

Parti da concepção de que um dos contextos sociais brasileiros que instigam tais reflexões é aquele das camadas mais pobres da população. Nestas camadas é possível identificar a articulação de segregações referentes à classe, gênero e etnia, que são os alicerces da conservação e da reprodução das situações de pobreza e de exclusão social na sociedade brasileira (ABRAMO, 2006, SAFFIOTI, 2004). Esta tem sido uma temática relevante nos estudos sobre trabalho que consideram como fundamental a articulação das categorias classe e gênero (ANTUNES, 2005; HIRATA, 2002), indicando tanto os desafios e impasses presentes nas realidades pesquisadas, como as perspectivas de uma sociedade pautada em princípios menos segregatórios e em práticas mais igualitárias. E, nos segmentos mais pobres da população brasileira é que se tem verificado um crescente número de pessoas que trabalham como catadoras e catadores de material reciclável, sendo que a maioria é de mulheres.

Estes dados estão articulados ao argumento de que se trata de uma profissão cunhada na estrutura do sistema capitalista, considerando que o capitalismo estimula o consumo exacerbado, gera um volumoso descarte de material e nutre a possibilidade de existência de uma profissão que depende destes rejeitos e acaba assumindo o papel de mão de obra barata (BOSI, 2008; LIMA; OLIVEIRA, 2008).

Ao entrar em contato com pesquisas sobre a temática do trabalho das/os catadoras/es foi possível corroborar com os dados encontrados no projeto de extensão, pois são elencadas como características desta profissão as condições precárias nas quais tem sido exercida (BORGES; KEMP, 2008; LIMA; OLIVEIRA, 2008) e o grande número de mulheres que a exercem, sendo que estudos sobre a temática apontam uma maioria de trabalhadoras, como nos dados apresentados por Wirth (2010), Barros e Pinto (2008), Bortoli (2012), Feitosa (2005) e Salgado e Teixeira (2012).

Estes argumentos ancoraram o projeto, enfatizando a premissa de que ser catadora abarca uma condição dialética na sociedade capitalista, premissa sugerida por Cláudia Nogueira (2004). Para a autora esta condição é dialética posto que a mão de obra feminina integra-se ao mercado de trabalho em condições precárias, sem, no entanto, deixar de constituir um avanço no processo emancipatório das mulheres, mesmo que este ocorra de maneira limitada e parcial.

As concepções acima explicitadas foram construídas antes do exame de qualificação e da pesquisa de campo. Estas duas circunstâncias, que configurei a seguir, conduziram a uma

alteração no rumo da pesquisa.

Da emancipação à abjeção

Durante o exame de qualificação⁶ a banca levantou algumas questões sobre o conceito de emancipação adotado no projeto de pesquisa⁷ e sobre quais as possibilidades tangíveis que o trabalho de catadora, na sua concepção atual, teria em estimular a emancipação dessas mulheres. A arguição central girou em torno de uma concepção de certa forma contrastante àquela proposta em meu texto. Foram levantados argumentos de que o trabalho de catadora, por várias características que possui, agrega uma lógica de exclusão social e de alienação, dificultando a emancipação dessas mulheres. Se minha escolha teórica indicava que, apesar da precariedade presente nas condições de trabalho, ainda assim existia uma possibilidade de emancipação, algumas/ns professoras/es da banca propunham que na configuração atual desta atividade, e levando em consideração o lugar social e econômico que esta profissão assume no contexto brasileiro, ser catadora tenderia mais a reafirmar condições de segregação do que de emancipação.

Outra arguição convergiu para um questionamento sobre uma possível insuficiência de articulação entre a minha formação acadêmica e a abordagem interdisciplinar do PPGTE. Alguns membros da banca consideraram ter ocorrido na proposta de pesquisa um abandono de minha parte de uma abordagem sobre o corpo das/os catadoras/es, considerando a minha formação e os conhecimentos que dela advêm. No mesmo sentido, foi questionada uma carência de articulação com a experiência anterior, que havia desenvolvido no projeto de extensão que enfocava as/os catadoras/es, abordando a corporeidade, a riqueza de dados que a temática oferece neste sentido, o fato de eu estar cursando um programa interdisciplinar e, portanto, ser positivo existir um compromisso de oferecer uma contribuição para a construção de conhecimento decorrente da área de estudo da qual faço parte.

Levantou-se, ainda, o histórico que vivenciei referente à temática, construído numa trajetória no projeto anterior, na qual havia debatido e estudado numa abordagem que colocava o corpo como central e foi realizada uma vinculação entre a leitura artística que havia sido

6 O exame de qualificação ocorreu no dia 04 de abril de 2014, e a banca examinadora foi composta pelas Professoras Doutoras Nanci Stancki da Luza (orientadora), Edina Schimanski, Rubia Carla Formighieri Giordani e Marília Carvalho, e o Professor Doutor Gilson Leandro Queluz.

7 No texto do exame de qualificação constava um capítulo que discutia sobre este conceito, abarcando discussões da área de gênero, bem como as abordagens de Karl Marx e Paulo Freire.

desenvolvida e a concepção teórica de corpo abjeto⁸.

As colaborações trazidas pelas/o professoras/r no exame de qualificação conduziram a reflexões profícuas. Em primeiro lugar, sintonizei de forma mais equilibrada minha identidade profissional assumindo a possibilidade de pesquisar num enfoque mais articulado à minha área, e ciente de que estaria dialogando com outras disciplinas, conduta esperada de uma estudante em um programa com finalidade interdisciplinar. Isso foi importante não apenas pela satisfação pessoal, mas porque compreendi que esta poderia ser uma contribuição para o programa e para a construção de conhecimento na área de “Tecnologia e Sociedade”. Entendi, de maneira mais clara, que existe um investimento social e econômico na minha formação profissional, construída ao longo de muitos anos. Neste sentido, fazer pesquisa acadêmica, além de ser um ato de construção coletiva, significa, do mesmo modo, uma contribuição para a coletividade.

Além disso, fui buscar leituras que debatem a questão da abjeção e do corpo abjeto. Esta primeira investida teórica na temática ofereceu um terreno para a reflexão sobre uma série de percepções que eu já havia desenvolvido e, desta forma, abriu possibilidades instigantes para um enfoque da realidade das/os catadoras/es sob uma perspectiva que dialogava com o que eu já havia vivenciado. A pesquisa anterior com as/os catadoras/es havia sido intensa e agora era o momento de assumir o significado desta experiência na ótica proposta pelo antropólogo Fabietti (1999), que considera as experiências como parte do processo de produção de conhecimento, e não como simples vivência pessoal.

Diante dessas arguições e das primeiras leituras, encarei o “corpo lixo” como uma abordagem artística que dialoga com o “corpo abjeto”. O “corpo lixo” era interpretado como socialmente repugnante, gerava exclusão, marginalizava. Se, como lembra Seligman-Silva (2010, p. 211), o dicionário Houais define abjeto como aquilo “que é desprezível, baixo, ignóbil”, derivando do latim *abjectus*, “atirado por terra, derribado, desprezível, vil”, foi nesta senda da abjeção que configuramos o “corpo lixo” e que assumimos a análise neste estudo.

A despeito das percepções anteriores, as discussões teóricas sobre abjeção, reinventadas por Julia Kristeva⁹, ampliaram e, até mesmo, subverteram minha concepção, criando certo desconforto teórico ao delinear que “[...] não é a falta de limpeza ou saúde que causa a abjeção, mas aquilo que perturba a identidade, o sistema, a ordem. O que não respeita fronteiras, posições, regras. O meio-termo, o ambíguo, o compósito” (KRISTEVA, 1982 P.

⁸ Logo adiante estarei explanando o conceito de corpo abjeto.

⁹ Existem textos que se referem à Julia Kristeva como a autora fundante das teorias que discutem a abjeção. Contudo, Matheus Santos (2013) propõe que é George Bataille, escritor e psicanalista francês do século XX, quem primeiro formula uma discussão teórica sobre as pessoas abjetas.

04)¹⁰.

Se o “corpo lixo” potencialmente é abjeto porque o lixo contém e representa sujeira, possibilidade de doença, seguindo Kristeva ele é mais abjeto porque o lixo, em contato com o corpo das catadoras, constrói um sentido de dúvida, de ambiguidade, de possibilidade de vida fora da “normalidade”. Esta se mostrou uma noção poderosa, que levantou muitos questionamentos, permeou com agudeza minha estadia em campo e revelou um fértil conteúdo a ser explorado. É uma noção que foi explorada e que se afirmou ao longo desta tese, acompanhada do debate sobre “normalidade”.

As concepções a respeito de “normas”, “normalidade” e “normatizações” são importantes porque fornecem parâmetros para se pensar quem são os corpos abjetos. Foram, inicialmente, nos escritos de Michel Foucault que pude buscar uma compreensão destas concepções, sobretudo em “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 1987) e “Os anormais” (FOUCAULT, 2002) quando faz reflexões sobre estes conceitos.

Na perspectiva do autor, a norma é pensada como o elemento que se movimenta entre o disciplinar e o regulamentador e, neste sentido, assume a função de controlar e disciplinar o corpo e os acontecimentos de uma sociedade (FOUCAULT, 2002, p. 45). Situando contextos históricos específicos¹¹, podemos compreender um processo pelo qual a sociedade ocidental vai forjando um poder disciplinar, imprescindível para a garantia da normalidade. “Aparece, através das disciplinas, o poder da Norma.” (FOUCAULT, 1991, p. 164). O discurso da regra e o discurso da norma compõem o bojo da disciplina. A disciplina definirá o código que será o da normalização.

As reflexões iniciais sobre abjeção e norma representam um momento em que a pesquisa foi tomando rumos distintos daqueles anteriores, seja do ponto de vista teórico, seja no próprio processo de desenvolvimento da mesma. Os conceitos de abjeção e de corpo abjeto foram se articulando com alguns pontos problematizados no exame de qualificação. À medida que eu revisitava minhas experiências anteriores – as pesquisas de campo e mais especificamente com catadoras/es - e as leituras sobre a temática das/os catadoras/es, pensando-as sobre o enfoque do corpo abjeto, mais eu tendia a compreender o ponto de vista da banca, percebendo o trabalho de catação localizado no bojo da reprodução da lógica capitalista de exclusão, que nutre e

¹⁰ Tradução do inglês, realizada por mim.

¹¹ Neste trecho de seu estudo o autor está se referindo às transformações ocorridas, sobretudo, no campo da medicina na França do século XVIII, mas que, de maneira alguma, considero anacrônicas ao contexto contemporâneo, no sentido de perdurarem inúmeras estratégias de um poder disciplinar. O que se transformou são as referências do que se considera como “normal” ou como “anormal”, e os métodos de controle e disciplinarização, de acordo com as demandas atuais.

depende destes corpos abjetos para se sustentar.

Consequentemente, decodifiquei de outra maneira os argumentos dos estudos que concluem que as mulheres têm sido integradas no mercado de trabalho de forma dialética, por ser um processo permeado de precariedade e, ao mesmo tempo, resguardando um potencial processo emancipatório das mesmas (NOGUEIRA, 2004). Passei a entender que esta visão deve ser considerada sob uma perspectiva “macro”, no contexto do mundo do trabalho. Ou seja, o fato das mulheres adentrarem no mercado de trabalho pode ser considerado um avanço histórico, o qual tem gerado ganhos sociais e possibilidades de diminuição das desigualdades se levarmos em consideração as lutas, os desafios e as conquistas que as mulheres vêm trilhando ao longo do tempo. Adentrar no mundo do trabalho pode, dependendo do ponto de vista, ser avaliado como uma conquista emancipatória. Contudo, a tentativa de encaixar este argumento na realidade “micro” das catadoras participantes da pesquisa faz com que o próprio argumento perca sua consistência teórica, pois no cotidiano destas mulheres, na lente mais focalizada em uma pesquisa de um recorte menor, esta emancipação fica difícil de ser reconhecida.

Assim, fui me distanciando da proposta anterior e embarcando de modo intenso nas concepções sobre abjeção. Quando iniciei a vivência de campo, a concepção de Kristeva insistia em ocupar seu espaço, quase gritava para estar presente na construção da pesquisa. Semelhante ao enfoque de Taniele Rui (2012), que ao pesquisar a vida de usuários de crack conduziu seu estudo a partir da concepção de corpo abjeto, as visitas à Associação de catadoras/es reivindicaram um olhar que considera que os corpos destas/es trabalhadoras/es geram abjeção, menos pela sujeira causada pelo lixo ou marcada no corpo e a sua consequente associação com a transmissão de doenças, e mais

[...] porque perturbam ficções de identidade, sistema e ordem porque não respeitam fronteiras, posições e regras; em suma, porque são ambíguos. Tais corpos estão às margens, no sentido proposto por Veena Das e Deborah Poole (2008), ocupando brechas nos espaços entre a lei e a disciplina e, nesse sentido, expressando tanto perigo quanto poder (Douglas, 1991) (RUI, 2012, p. 10).

Foi em “Pureza e Perigo” que pude assentar melhor este entendimento, pois, partindo da sugestão de que os contornos, os limites do corpo são instituídos por marcações que têm o intuito de estipular códigos específicos de coerência cultural, Mary Douglas (1991) propõe pistas sobre uma função social que o corpo abjeto assume¹². Segundo a autora

[...] as crenças relativas à separação, à purificação, à demarcação e ao castigo das

12 Cabe pontuar que Mary Douglas não desenvolve diretamente uma teoria da abjeção ou do corpo abjeto. Contudo, suas reflexões em “Pureza e Perigo” dialogam de forma densa com esta temática. Isso fica ainda mais evidente ao verificar que várias/os das/os teóricas/os que desenvolvem a concepção de abjeção valem-se das ideias de Douglas para construir seu argumento. É o caso de Júlia Kristeva, Judith Butler e Nizia Vilaça (2006).

transgressões têm como principal função sistemática uma experiência essencialmente desordenada. E só exagerando a diferença entre dentro e fora, por cima e por baixo, masculino e feminino, com e contra, que se cria uma aparência de ordem (DOUGLAS, 1991, p. 08).

Para Douglas, os limites do corpo, a superfície e a pele não são um constructo material finalizado, mas algo constantemente se constituindo, através de tabus e transgressões. A autora evoca que consideremos o corpo como um símbolo da sociedade e que lembremos que o corpo humano reproduz os poderes e os perigos atribuídos à estrutura social (DOUGLAS, 1991, p. 86).

Se as/os catadoras/es são consideradas/os como corpos abjetos, principalmente por expressarem ambiguidade, se são expressão da desordem social, são também necessárias/os para a demarcação da ordem social. O abjeto, como aquilo que foi expelido, descartado, colocado como o “Outro”, assume o papel de “não eu”, como quer Kristeva (1982).

Butler (2012, p. 191) complementa tal visão ao afirmar que ao estabelecer as fronteiras do corpo, o abjeto também desenha os primeiros contornos do sujeito¹³. A construção do “eu”, neste sentido, depende da demarcação do “não eu”, função que acaba sendo cumprida pelo corpo abjeto. E é por isso que faz sentido Butler (2012, p. 192) asseverar que o abjeto traz questionamentos sobre o que é interno e externo, dentro de uma lógica de mediação que luta pela estabilidade. Para a autora, a estabilidade e a coerência desejadas pelo sujeito são em grande parte determinadas pelas ordens culturais que as ratificam e impõem uma diferenciação do abjeto. Evidencia-se aqui a necessidade de exploração do que seriam estas ordens culturais, as normatizações, as referências que classificam as/os catadoras/es como corpos abjetos, tarefa que foi encarada neste estudo.

Atrelado a isso, a descrição desta autora sobre os corpos abjetos é de que são corpos que têm dificuldade em ser reconhecidos como sujeitos, dentro de uma determinada matriz cultural. Leticia Lanz faz as seguintes observações sobre esta concepção butleriana de corpos abjetos:

Se não podem ser reconhecidos, a rigor também estão invisibilizados e não deveriam ser nem ao menos mencionados, dentro da matriz cultural que assim os classificou. Contudo, se são lembrados, ainda que como fantasmas, permanentemente ameaçando “a ordem natural das coisas”, é porque sua existência “abjetada” cumpre, [...] a função de dar materialidade aos corpos inteligíveis daquela cultura. A abjeção descreve o processo, através do qual certas pessoas são excluídas de determinados ideais normativos de subjetividade, em nome da “expulsão do impuro” de uma dada matriz cultural, procedimento realizado como “suposta garantia” para que predomine o puro, o certo, o bom, o reto, enfim o “dócil” (LANZ, 2014, p. 228, aspas da autora).

13 Enquanto Julia Kristeva (1982) desenvolve esta concepção e a demarcação do “eu” a partir do “outro” a um nível mais individual da construção da personalidade de cada pessoa, provavelmente porque suas reflexões estão localizadas no campo da psicanálise e da filosofia, Judith Butler (2012) leva em consideração esta dinâmica de construção do “eu” e amplia esta concepção projetando-a mais amplamente nas articulações sociais, nos efeitos políticos destas relações.

Depreende-se daí a assertiva de que os corpos abjetos são reivindicados para demarcar aquilo que não é abjeto e que se arraiga como inteligível em uma determinada normatização cultural.

Diante destas investidas teóricas evidenciaram-se algumas questões: se os corpos abjetos das/os catadoras/es são reivindicados como uma referência para a construção do que é inteligível socialmente, existiria, por conseguinte, um desejo social de que eles permaneçam abjetos? As/os catadoras/es seriam um dos personagens sociais que demarcam quais são os corpos e estilos de vida que correspondem a uma lógica simbólica hegemônica, assumindo o papel do “outro” para demarcar aquilo que “não devo ser” e, portanto, o que “devo ser”? Existiria, assim, uma coexistência entre o desejo de emancipação das/os catadoras/es e o do sistema, de que continuem corpos abjetos? Em caso afirmativo, como seria esta coexistência?

Para Diaz (2013, p. 447-448), discutindo a proposição de Butler acima especificada, esta dinâmica excluiu alguns corpos “como abjetos para fortalecer, por esse meio, o valor daqueles corpos normativos que foram designados, materializados, como corpos que importam”. O termo “fortalecer” chama atenção, pois seriam os abjetos que fortaleceriam os “não abjetos”, que por meio desta dinâmica tornam-se ainda mais potentes e, desta forma, o distanciamento em relação ao outro fica mais dilatado. Em outras palavras, os corpos que importam dependem dos corpos abjetos que não importam, e é imperioso que estes últimos expressem uma abjeção bem demarcada para os primeiros seguirem sua trajetória de pretensa segurança. Aqui reconheço uma situação paradoxal, visto que os corpos abjetos que não importam assumem a importância de delimitar parâmetros para os corpos inteligíveis que importam.

Essas concepções desenvolvidas pelas/os autoras/es colocaram em questão a anterior hipótese de que o trabalho de catadora poderia estimular a emancipação das mulheres. Neste movimento foi estimulado meu interesse por compreender as tensões, conflitos e contradições presentes no processo de luta na vida cotidiana, e da luta coletiva representada, sobretudo, pelo Movimento Nacional dos Catadores e suas relações com outras instituições, como organizações não governamentais e o poder público.

As questões que emergiram desse contexto podem ser assim expressas: como se configuram estas relações diante do intuito que tem sido explicitado por cada um destes atores, de auxiliar na melhoria das condições de trabalho e de vida das/os catadoras/es? Como seriam respondidas estas questões à luz das concepções teóricas referentes à abjeção e ao corpo abjeto, considerando a possibilidade de coexistência do desejo de emancipação e o de manutenção da

abjeção?

Corpos abjetos e coisas abjetas

Cabe ressaltar que todas as leituras acima referidas foram realizadas antes, durante e depois da pesquisa de campo. A ideia de existir uma demanda social que deseja, de certa forma, a perpetuação da existência dos corpos das/os catadoras/es rotulados como abjetos foi questionada, ganhando outros contornos e revelando facetas que exigiram outras concepções teóricas.

Na materialidade da lida do trabalho de triagem dos resíduos, apreendida durante o processo vagaroso da observação participante, foi sendo delineada uma dessas facetas que os estudos realizados durante minha formação no PPGTE já apontavam. Isto porque, como discentes da pós-graduação, aprendemos uma abordagem das relações entre Tecnologia e Sociedade sob um enfoque crítico e que coloca em pauta o debate sobre o trânsito de forças e de conteúdos entre as coisas e as pessoas, problematizando as direções destas trajetórias e trocas, notadamente nos diálogos estabelecidos com os estudos da cultura material.

Pensar na perspectiva dos estudos de Tecnologia e Sociedade auxilia considerar que o trabalho de catadoras e catadores de material reciclável nem sempre existiu na forma como se configura na atualidade¹⁴. Suas características atuais foram urdidadas devido a uma série de fatores que se desenvolveram principalmente a partir da modernidade e da estruturação do capitalismo, impulsionados por um contexto específico de relações intensas entre a sociedade e a ciência e a tecnologia. É nesta fase embrionária do capitalismo que podemos reconhecer vários fios da trama que envolve, atravessa e sustenta contemporaneamente a atividade de catação.

Existe uma cadeia de aspectos que se conectam e que produzem as condições para que esta forma de trabalho persista no atual feitio e que envolve também situações interligadas. Trata-se de um contexto plenamente relacionado ao desenvolvimento da tecnologia, do trabalho, das práticas de consumo que motivam uma alta produção de resíduos, bem como a realidade do trabalho precário das/os catadoras/es, a exclusão social das pessoas pobres e a segregação das mulheres.

¹⁴ Uma referência sobre a genealogia do trabalho de catadoras/es de material reciclável que evidencia de forma notável que esta profissão existe há bastante tempo, contudo com diferentes configurações, pode ser encontrada na tese de Ricardo Abussafy de Souza, “O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana”. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2013. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/103157>.

Neste panorama, os estudos no campo da Tecnologia e Sociedade demonstram que, desde a modernidade, as concepções de tecnologia têm sido fundamentadas por uma crença na neutralidade da ciência e no determinismo tecnológico. É no período em que se delineia a cultura da modernidade que se acentua a ideia de que o poder da tecnologia atua como fundamental nas transformações sociais, ideia que está atrelada ao ideário do progresso (MARX; SMITH, 1994). Neste tipo de abordagem forja-se a existência de um vetor que se origina da ciência e da tecnologia e se direciona para os “impactos” na sociedade, situando o desenvolvimento de tecnologias como promotor de transformações sociais¹⁵.

Pesquisar a realidade das/os catadoras/es, nesta perspectiva, conduziria a uma tendência em compreender esta forma de trabalho, suas materialidades e o modo de vida das pessoas como consequência estrita do desenvolvimento tecnológico, que estaria pleno de uma suposta neutralidade de ideais advindos da ciência. E ainda, deixaria de levar em consideração alguns aspectos importantes para pesquisar a abjeção e limaria complexidades e contradições que fazem parte deste contexto e geram consequências na vida das/os catadoras/es.

Essa abordagem de tecnologia tem sido problematizada por todo um campo de pesquisa, composto por diferentes áreas e nuances que têm em comum questionar a visão da neutralidade e do determinismo tecnológico. Autores como Feenberg (1991; 2002), Kreimer (2007), Vaccarezza (2011) e Dagnino (2010) contribuem para uma concepção avessa ao que consideram uma conduta ingênua e, em contrapartida, propõem a constituição de um modo de pensar crítico no sentido de relativizar a neutralidade e o determinismo tecnológico. A leitura destes estudiosos conduz a adotar uma concepção teórico-metodológica na qual a tecnologia assume papel de prática social e histórica. As relações entre sociedade e tecnologia constituem-se como relação social e são construídas, ensina Feenberg (1995), por trajetórias com múltiplos deslocamentos e em diversos sentidos, influenciadas por contextos científicos e técnicos, e por demandas e intenções mais ou menos explícitas da sociedade. Corroborando com esta perspectiva, parto do pressuposto de que o trânsito entre os saberes e as práticas da tecnologia e da sociedade é intenso e possui vetores em várias direções e de variadas nuances.

O trabalho das/os catadoras/es desenvolve-se neste contexto, no qual tecnologia e

¹⁵ Quando tomamos como referência o determinismo tecnológico pensamos numa relação mais direta de causa e efeito. Neste caso, concebe-se que o desenvolvimento avança de forma contínua, linear e inexoravelmente, seguindo uma trajetória própria, uma crença de que quanto mais desenvolvimento tecnológico maior crescimento econômico e social (DAGNINO, 2008, p. 04). Muitas vezes a esta concepção soma-se ainda um caráter de neutralidade, como se não existisse influência entre sociedade e tecnologia. Em contrapartida, uma abordagem que pensa a construção social da tecnologia entende que o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia é influenciado pela sociedade, e influencia a sociedade. Ou seja, leva em consideração que características da Ciência e da Tecnologia são socialmente determinadas, discussão feita por Donald Mackenzie e Judy Wajcman (1996), e podem gerar propostas equivocadas de que os trabalhos do campo da CT estejam voltados para a transformação social.

sociedade dialogam intensamente, em conexões complexas, recheadas de sinuosidades e concretizadas por diferentes atores, com diferentes forças. Representou um dos suportes deste estudo compreender que estas referências têm influenciado as decisões políticas, os valores educacionais, as construções culturais e também arquitetado concepções que permeiam o cotidiano das pessoas, tendenciosamente, de forma conivente à dinâmica de exploração no sistema capitalista.

Numa visão alinhada às propostas de Raymond Williams (2005) o trabalho das/os catadoras/es foi aqui estudado considerando que as influências entre a base do sistema capitalista e as concepções de tecnologia e suas relações com a sociedade são multifatoriais e multidirecionais. Isso resguarda uma complexidade que exige uma abordagem com tendência interdisciplinar e tem requerido estudos acadêmicos nas variadas áreas de conhecimento, enfocando como estas transformações reconfiguram a vida das pessoas e como a forma de viver das pessoas influencia a condução do desenvolvimento tecnológico.

Se os artefatos tecnológicos estão “carregados” de política, como ensina Langdom Winner (1996), eles expressam um potencial de uma ideologia e de uma política que pode variar entre mais opressora e alienante até mais emancipatória e consciente. Podem, inclusive, contribuir para condutas que alinhem as pessoas como mais ou menos abjetas.

Assumo tais concepções como fundamentos deste campo de estudo e que ancoram este trabalho, principalmente na consistente leitura sobre as relações multidirecionais entre tecnologia e sociedade e os diversos aspectos que envolvem estas relações, dos quais se pode ressaltar a questão das articulações entre o consumo, as coisas e as pessoas numa perspectiva da materialidade da cultura.

...

Influenciada por estes estudos, atrelados à linha de reflexão que as leituras sobre abjeção haviam estimulado, conjecturei sobre a possibilidade de uma demanda social que almeja a existência de alguém que assuma o papel de lidar com as coisas que não queremos mais que façam parte do nosso convívio, aquilo de que quero distância, aquilo que é abjeto, o lixo que cada uma/um coloca em frente à sua casa.

A relação de cada pessoa com seus objetos e restos, colocados no lixo, finaliza nas ações de separar aquilo que é considerado reciclável e de depositar seu saco de resíduos recicláveis na lixeira para ser coletado. Então, se poderia perguntar o que acontece com estas coisas “órfãs” de donas/os. Lembremos que neste ato a pessoa se livra daquilo que não quer mais, daquilo que é considerado dispensável para sua vida. A responsabilidade de dar destino a este material abjeto é repassada a outras pessoas.

Quando estas coisas chegam a uma associação de catadoras/es de materiais recicláveis, e ganham *status* de material de trabalho das/os catadoras/es, encontram-se, em grande parte, em condições deploráveis, por diversos motivos. O manuseio destes materiais sempre resulta em sujeira das mãos, das roupas e do corpo das/os catadoras/es. Ou seja, os objetos materiais e artefatos descartados como indesejáveis têm grande chance de terem sua abjeção potencializada, devido às condições de despejo realizadas pela/o cidadã/ão, além dos métodos de armazenamento, transporte e manuseio no local de separação, a Associação.

Devido a todos esses fatores, essas coisas acabam se constituindo num carimbo de marcação de sujeira nos corpos das/os catadoras/es, principalmente em suas mãos, parte principal do corpo que realiza a ação de triagem. Estas coisas, misturadas com alimentos estragados, restos de xampu, refrigerantes, barro, produtos de limpeza, papel higiênico usado, são coisas que contêm melecas que carimbam o corpo, delegando marcas de abjeção na/o catadora/r. As coisas abjetas que pertenceram a outras pessoas produzem marcas de abjeção nestas/es trabalhadoras/es, ou seja, exercem um poder sobre os corpos das/es catadoras/es.

Outro aspecto instigante foi a relação das/os catadoras/es com as coisas que passam na esteira de triagem. Os comentários abarcavam pontos de vista que revelavam maneiras de ser e compreender a vida e o mundo, desde a maneira errônea das pessoas separarem o material, passando por observações sobre gostos, piadas e brincadeiras sobre alguns objetos. Contudo, o que mais chamou a atenção foi a relação que elas/es estabeleciam com a apropriação de algumas coisas que passavam na mesa. Muitas dessas coisas incitaram em mim o desejo de tê-las ou de pegá-las para dar de presente a alguém. As coisas induziam à emergência de valores, de desejos e de tensões, adquirindo novo sentido e dando um sentido às pessoas que as manuseavam.

Todos os aspectos expostos aqui são objeto de análise e reflexão nos capítulos que seguem. O interesse nesta introdução da tese foi explicar como estes fatores influenciaram nas escolhas metodológicas. Minha preocupação foi demonstrar como as coisas transportadas, separadas, cheiradas, desejadas, disputadas e levadas para casa, a cada dia da pesquisa de campo foram ganhando vivacidade, assumindo força e vigor nos sentidos e nexos mobilizados naquele ambiente. E, exigiram, numa intensidade que se poderia dizer, quase corporal, a imersão em referências teóricas que dialogassem com aquilo que elas expressavam.

A imensidão, a quantidade infinita e a diversidade ilimitada de coisas que passavam na mesa e na esteira da Associação ganharam espaço tão grande na pesquisa, quanto aquele ocupado no barracão. Decidi um dia pegar meu caderno de campo e, aleatoriamente, tentar fazer uma lista das coisas que eu visualizava na mesa. Em poucos minutos preenchi três páginas, não repetindo nenhum item. Posso listar alguns: caneta, caixa de som, banheira de bebê, garrafa pet,

sutiã, pacote de arroz, papel higiênico, batom, calota de carro, vidro de perfume, sapato de salto, boneca, lantejoulas, caixa de pizza, peito de silicone, alfinete, caderno de criança, escorredor de louça, almofada, tufo de cabelo, calça jeans, cartão de Natal, foto rasgada ao meio, garrafa de vinho, lâmpada quebrada, pôster do Renato Russo, embalagem de salgadinho, sabonete usado, pão velho, carteira de identidade, livro didático de biologia, casca de cebola, caixa de remédio¹⁶.

Além da quantidade e da variedade de trecos, outro aspecto que me chamou atenção foi como o lixo que corre na mesa denuncia histórias. As coisas que são jogadas na esteira já pertenceram a outras pessoas, integraram universos simbólicos específicos e tiveram valores diferentes daqueles que assumem dentro do barracão.

Neste cenário, outra questão delineou-se: o que estava resguardado na relação entre os objetos abjetos e os corpos abjetos das/os catadoras/es? A vivacidade das pessoas e das coisas a se movimentarem na associação reivindicou que eu fosse aprender sobre as “coisas”, ou como quer Daniel Miller (2013), os “trecos”.

Foi assim que pude me familiarizar com uma concepção que complementaria aquela desenvolvida anteriormente: a visão que considera que as coisas que chegam para a triagem existem como consequência do consumo exacerbado inerente ao estágio atual da produção capitalista. Nesta concepção, o trabalho de catação também só existe na medida em que a produção e o consumo tiverem um vigor suficiente para gerar descarte, em uma quantidade satisfatória que resulte um volume de material em larga escala para ser revendido e convertido em renda para as/os catadoras/es.

Trata-se de uma leitura da realidade que sustenta o trabalho da catação de lixo reciclável, e que é levada em consideração neste estudo; contudo, este argumento parece enganar ou esquecer uma possibilidade de uma via de mão dupla, na qual as coisas que estão na Associação de reciclagem também exerceriam alguma influência na vida das pessoas para além daquelas relacionadas à estrutura da produção e do consumo. Comecei a compreender que, aceitando este cenário, poderia continuar tributária de uma concepção alinhada às propostas acima expostas, que descendem das concepções de Marx (2003), onde as coisas que são manuseadas no trabalho das/os catadoras/es originam-se de uma estrutura determinada pelo modo de produção da vida material, ou seja, no contexto deste estudo, pelo modo de produção capitalista. As coisas manuseadas na Associação suscitaram um questionamento sobre a concepção de que apenas a produção capitalista seria o condicionante do processo de vida social, política e intelectual, influenciando as escolhas das pessoas, sobretudo em relação ao consumo e ao

¹⁶ Caderno de campo 10/09/2014.

descarte. O que se percebeu é que existem outras dimensões do viver que estão presentes e que nem sempre são passíveis de ser apreendidas mais objetivamente ou com um olhar mais dilatado.

O modelo explicativo da teoria marxista, fundamentado na relação de determinação das forças produtivas sobre a esfera das ideias, instituições, cultura e arte, a chamada superestrutura, foi insuficiente para dar conta de explicar o significado dos “trechos” que tilintavam na esteira de triagem. As coisas, com sua vitalidade, demandaram uma inserção em leituras que garantissem a elas um lugar menos subordinado à exclusividade do poder econômico e mais explicitador de sua própria força.

Raymond Williams (1979, 2005, 2007), Arjun Appadurai (2008) e Daniel Miller (2013) foram autores que propiciaram o embasamento para dar conta desta percepção.

O primeiro, ainda um representante do marxismo, forneceu elementos teóricos que, de forma mais adequada, permitiram analisar os conteúdos da pesquisa ao argumentar uma nova perspectiva na relação entre a base e a superestrutura.

Na visão ortodoxa do marxismo, no modo de produção capitalista a superestrutura é um reflexo da estrutura/base, regulando e ratificando esta mesma base, construída sobre a exploração do trabalhador. Essa concepção expressa, mesmo que de maneira esquemática, o entendimento de que a base determina a superestrutura¹⁷.

Na temática desta pesquisa, se os meios de produção determinassem a cultura, e se as coisas e os hábitos das pessoas em relação às coisas fossem classificados como parte da cultura, as coisas seriam determinadas pelos meios de produção. Miller (2013, p. 90) complementa a concepção de Marx, trazendo-a para o contexto atual, com a seguinte afirmação: “o trabalho produz cultura em forma de trecho”.

Esta demarcação do modo de produção determinando a produção da cultura foi problematizada por Williams (1979, 2005, 2007), que sugere que existe um borramento dessas fronteiras. O problema da base determinante e da superestrutura determinada, e a proposição de que a existência social determina a consciência, são questões colocadas em discussão pelo autor. Ciente da profundidade de suas reflexões e dos debates e embates existentes sobre elas¹⁸, aqui interessa sua concepção de que nem todas as atividades da superestrutura são reflexos

¹⁷ Importante frisar que o debate aqui não pretende focar um juízo de valores, que tentaria classificar qual concepção é a melhor. O enfoque proposto emergiu das demandas que a vivência em campo fez brotar, conduzindo a buscar concepções consideradas adequadas para refletir sobre os conteúdos advindos desta vivência.

¹⁸ Terry Eagleton, aluno de Williams, fez críticas às propostas de seu professor no texto: “Base and Superstructure in Raymond Williams”, in T. Eagleton (ed.), *Raymond Williams; Critical Perspectives*, Oxford, Polite Press, 1989, pp. 165-75.

diretos da base. Existem outras influências que atravessam este processo porque “a relação entre a base e a superestrutura não é considerada direta, nem submetida, de maneira simples e funcional, a defasagens, dificuldades e interferências, pois por sua própria natureza essa relação não inclui a reprodução direta” (WILLIAMS, 2005, p. 213).

Para ancorar sua concepção, o autor reavalia os conceitos de “base” e de “superestrutura”¹⁹. Se na concepção marxista clássica “base” significava uma materialidade econômica ou tecnológica fixa, quase uma abstração, Williams reconstrói este conceito no sentido de que englobe todas as atividades das pessoas nas relações sociais e econômicas reais. Relações que estão sempre em um processo dinâmico posto que expressão das próprias contradições da sociedade.

Para reavaliar “superestrutura”, o autor propõe que se considerem as especificidades das práticas culturais, abandonando a concepção destas como um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. Além de estabelecer que as fronteiras entre base e superestrutura não possuem uma linha de delimitação precisa que as separem, Williams (1979) auxilia na visualização do que decodifiquei como um trânsito mais fluente e multidirecional entre as duas dimensões. A lógica de que a “base” condiciona a “superestrutura” vai sendo desmantelada para dar espaço a fluxos mais dinâmicos e complexos entre as duas, a ponto delas se embaralharem. Passa a ser difícil estabelecer delimitações, posto que tanto a base como a superestrutura estão entrelaçadas por relações individuais e coletivas que circulam em todas as instâncias e carregam referências culturais onde quer que estejam. Em sua investida para a elaboração de uma teoria materialista da cultura, Williams (2007) enfatizou a interdependência das várias instâncias da realidade social, a ponto de romper fronteiras e entender a interação como força produtiva, ou seja, como elemento ativo do processo de construção da realidade social e da própria transformação social.

A concepção do autor chancelou a força das coisas que circulavam na Associação das/os catadoras/es, pois, ao se apropriar de uma noção antropológica de cultura como modo de vida, como interpreta Cevasco (2003), Raymond Williams demonstra como diferentes significados e valores constituem a vida social. Portanto, a cultura e as coisas são ativas na organização social, condicionam as pessoas e as atividades de produção, ou seja, também expressam relações sociais.

A esta concepção articulou-se aquelas proferidas por Arjun Appadurai (2008) para quem o fetichismo das mercadorias desenvolvido por Marx, em “O Capital”, mostra o encobrimento

¹⁹ Para detalhes ver: WILLIAMS (2005).

das relações sociais presentes na produção, distribuição, troca e consumo das coisas, ao se colocar essas coisas no mercado, aparentemente como “inertes”, “mudas” e sem vida, mas que têm um valor de uso para quem as compra; e um valor de troca para quem as vende como mercadorias, trocadas por dinheiro, o equivalente universal que coisifica todas as relações.

Apoiando-se nas noções de George Simmel, Appadurai (2008) pretende sustentar uma noção de “mercadoria” mais abrangente do que aquela que se refere a qualquer coisa destinada à troca – haja vista que a troca pressupõe uma atribuição de valor a determinados objetos, que, para aqueles que os adquirem, têm um valor de uso. Embora as mercadorias sejam resultado de um processo de trabalho, no mercado são trocadas a partir de um processo de atribuição de valor. Valor das “coisas”. Interessante avaliar que o autor modifica um enfoque mais frequente, pois, ao invés de determinar que tipo de objeto possa ser classificado como mercadoria, ele escolhe debater acerca do processo de atribuição de valor a esses objetos que os faz se tornar mercadorias.

Esse é um debate pertinente aos conteúdos da pesquisa de campo, pois o lixo que chega à Associação já teve um valor (valor de uso) atribuído pela sua/seu antigo/a “dona/o”. Posteriormente, este lixo passou por um “limbo”, sem valor, durante seu descarte e transporte, até ser absorvido para outra referência, que irá atribuir diferentes parâmetros para valorar cada material, ou ganhar um novo valor de uso ao ser escolhido por alguma/m catadora/r que faz dele um objeto de seu pertencimento.

Aliado a essa questão Appadurai (2008) afirma existir uma “verdade formal” que concebe que as coisas não têm significados, exceto aqueles conferidos pelas transações, atribuições e motivações humanas. No entanto, avalia que isso não lança qualquer luz sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico e, portanto, para se estudar esta dinâmica o autor sugere que se acompanhem as coisas em si mesmas, pois os seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos e suas trajetórias. Ele não abandona a ideia de que os atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, mas considera que metodologicamente é necessário levar em conta que são as coisas em movimento que explicam seu contexto humano e social.

As coisas, os objetos, não são nem inertes, nem mudos, assegura Appadurai. As coisas possuem uma história social, uma trajetória, uma biografia social que pode atravessar diferentes atribuições de valor. A noção de que não há inerência de valor nas coisas, que este valor é relativo e transitório, é uma reflexão importante para as análises que foram desenvolvidas neste estudo, ao se levar em conta a história social das coisas que chegam e partem da Associação de catadoras/es.

As coisas que vi e toquei na Associação de catadoras/es reivindicavam uma concepção teórica que oferecesse um espaço, como aquele conferido por Taniele Rui (2013, p. 300), que sustenta que “os objetos são seres sociais com os quais interagimos”. A abjeção afeta pessoas e coisas, as coisas afetam as pessoas e as pessoas afetam as coisas. E, mais, “se em alguns momentos as coisas podem ser pessoalizadas, ainda é preciso considerar o fato não menos verdadeiro de que as pessoas também podem ser tratadas como coisas” (RUI, 2003, p. 300).

Como as coisas que chegam à Associação estão relacionadas aos hábitos de consumo, a perspectiva da cultura material sobre as coisas e o consumo, desenvolvida por Daniel Miller, fortalece a potência das reflexões aqui desenvolvidas já que almeja “entender como nós nos constituímos enquanto humanidade” (MILLER, 2007, p.53). O autor pretende abrir um debate que parte do pressuposto de que os “trecos” e as pessoas estabelecem relações tão intensas que estão plenamente vinculadas a nossa construção histórica enquanto seres humanos.

A abordagem do consumo como cultura material busca transcender o reiterado dualismo entre sujeitos e objetos, e elucidar as formas pelas quais as relações sociais são criadas através do consumo enquanto atividade sociocultural. É por este viés que se pode falar em um “sujeito materializado” e em um “objeto personalizado” (MILLER, 2007, p.51).

Nesta abordagem, desprezar-se do preconceito de que prestar atenção demais às coisas determina uma diminuição da capacidade de apreciar as pessoas (MILLER, 2013, p. 117), libera-nos para encararmos que “grande parte do que nos torna o que somos existe não por meio da nossa consciência ou do nosso corpo, mas como um ambiente exterior que nos habita e incita” (Idem, p. 79).

Sem a pretensão de estabelecer uma hierarquia entre teorias ou entre objetos e pessoas, o autor coloca sua ênfase em fazer dos “trecos” algo comum, como um elemento necessário em nossa vida²⁰. O interesse de Miller (2013, p. 66) em compreender “como as coisas fazem as pessoas”, conduz a argumentos que demonstram que existe todo um sistema de coisas, com sua ordem interna, que constrói a pessoa que somos, e que nosso desenvolvimento individual como seres humanos ocorre também à luz de coisas que as gerações anteriores nos transmitiram. Essa

²⁰ Interpreto que Miller tem uma concepção sobre a influência das coisas um tanto diferente de Appadurai. O último argumenta a importância de levarmos em consideração as coisas porque estas não são inertes, nem mudas. Já Miller parte de uma concepção que nomeia como a “humildade das coisas”, concluindo que “os objetos são importantes não porque sejam evidentes e fisicamente restrinjam ou habilitem, mas justo o contrário. Muitas vezes, é precisamente porque não *os* vemos. Quanto menos tivermos consciência deles, mais conseguem determinar nossas expectativas, estabelecendo o cenário e assegurando o comportamento apropriado, sem se submeter a questionamentos. Eles determinam o que ocorre à medida que estamos inconscientes da capacidade que têm de fazê-lo” (MILLER, 2013, pp. 78-79). Portanto, para Appadurai, parece que a importância das coisas estaria relacionada ao fato de não serem mudas nem inertes, de terem “voz” e “movimento”, enquanto que para Miller a força das coisas estaria no fato de que elas não chamam atenção.

transmissão diz respeito a todas as dimensões da vida, inclusive a das coisas materiais. Por isso que se pode entender a afirmação de Miller de que a cultura vem dos trecos.

Nesta trilha, as ideias do autor tornam-se pertinentes para a investigação de como as coisas abjetas na Associação de catadoras/es “fazem” as pessoas que as manuseiam. Estudar a vida das catadoras, portanto, depende de compreender as coisas que impregnam suas mãos, estão nos seus corpos, mesmo que sejam coisas que geram sua precária sobrevivência mensal. Compreender os corpos abjetos depende de compreender a sua interação com os “objetos abjetados” pelas pessoas, e que são reincorporados como mercadoria no ciclo produtivo, com um valor de uso para alguns e de troca para outros. É neste processo que as/os catadoras/es estão inseridas/os.

Corpos abjetos e catadoras mulheres

Além dos novos rumos que o estudo tomou, fortemente influenciados pelas leituras, a abordagem de gênero ganhou contornos um pouco diferenciados. Como já exposto, no início desta pesquisa a leitura estava assentada na perspectiva dos estudos da divisão sexual do trabalho, o que acredito que até seria uma perspectiva passível de ser desenvolvida. Os fatores que permitiram trilhar novos caminhos foram os da incorporação ao campo da investigação das concepções de abjeção e de cultura material, do entendimento da falta de limites definidos, do borramento das fronteiras entre os fatores econômicos e os sociais e culturais, bem como a realidade que vivenciei em campo.

A percepção do que ocorria na Associação fazia saltar aos olhos alguns fatos: havia ali um número maior de mulheres, e a maioria trabalhava na triagem, tendo algumas atribuições exclusivas como a divisão de tarefas de limpeza e de preparo de alimentos, enquanto a prensa era um local de domínio masculino, raramente com a participação das mulheres. Também traziam fortes traços de hierarquia de gênero, predominando o feminino, as histórias sobre desilusões amorosas, violências e abandono. Todos estes aspectos foram intensamente explorados nesta tese e articulados, no momento adequado, às concepções de corpo abjeto.

A discussão feita até aqui me permite afirmar que o trabalho das/os catadoras/res, na configuração da Associação na qual realizei a pesquisa, se fundamenta numa realidade que naturaliza os corpos como sendo corpos abjetos. Como o trabalho que ali se desenvolve é assumido por uma maioria de mulheres, a questão que se formulou foi: devido à história de segregação e de desvalorização das mulheres, milenarmente presente na sociedade humana, e fortemente afirmada na sociedade capitalista, o trabalho destas catadoras significa a única

opção, aquela que “sobra” para elas como trabalhadoras e como mulheres? O fato de uma categoria de mulheres pobres, excluídas, ser considerada “desprezível”, permite atribuir a essa categoria um trabalho que a coloca – ou acrescenta – em uma posição de abjeção?

Na convivência e nas conversas durante todo o período em que desenvolvi a pesquisa de campo, uma visão que as catadoras expressaram sobre estas questões tem relação com a ideia de que alguns homens teriam vergonha de exercer este trabalho, mas que as mulheres não teriam. “Mulher já enfrenta tanta coisa, não tem frescura”²¹, foi a fala de uma catadora e que, do meu ponto de vista, resume a percepção acima exposta, e que também é objeto de análise, juntamente com outras informações no decorrer deste estudo.

Organização da tese

Todas as reflexões feitas até aqui me levaram a compreender que a abjeção marca intensamente o trabalho e a vida das/os catadoras/es e que esta categoria de trabalhadoras/es tem sido alocada socialmente como corpos abjetos. Partindo destas concepções defini como objetivo da investigação pesquisar a vida de catadoras/es de materiais recicláveis na perspectiva das concepções teóricas da abjeção e do corpo abjeto.

As perguntas que norteiam esta pesquisa são: o que o trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis nos pode dizer sobre a noção de abjeção? O que a noção de abjeção nos pode dizer sobre o trabalho da catadora? E o que a realidade cotidiana das/os catadoras/es pode nos dizer de seus corpos considerados abjetos?

Orientada por estas questões, a pesquisa realizada construiu a tese de que as/os catadoras/es tem sido consideradas/os socialmente como corpos abjetos. Neste contexto, estar alocadas/os como corpos abjetos, encontra-se plenamente vinculado aos interesses do sistema capitalista, apoiados em normatizações que definem o limpo e o sujo, o ordenado e o bagunçado, bem como o espaço de abjeção historicamente construído das mulheres.

Pela natureza da temática, e pelo enfoque da pesquisa, a metodologia de investigação escolhida foi a etnografia porque esta apresentava-se como o procedimento mais adequado para atingir o objetivo aqui proposto.

Para refletir sobre a tese deste estudo o texto foi organizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo exponho o “Percurso Metodológico” do estudo. Início oferecendo

²¹ Caderno de campo, 16/10/2014.

a/ao leitora/o um breve histórico da minha investida teórica e empírica sobre a pesquisa de campo, especialmente no recorte das pesquisas etnográficas. Demonstro os procedimentos adotados antes, durante e depois da pesquisa de campo. Apresento minha trajetória de pesquisa até chegar à Associação na qual desenvolvi o enfoque principal do estudo, bem como os demais cenários nos quais fiz incursões e procurei aprofundar meu conhecimento. Reflito a respeito das possibilidades e dos impasses da pesquisa, propondo este capítulo metodológico como aquele que estabelece os contornos da minha investigação e seu alcance diante das limitações que encontrei no desenvolvimento deste trabalho.

No segundo capítulo adentro no mundo da catação refletindo sobre as relações que encontrei entre o trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis e a construção da abjeção. Enfrentando o desafio de refletir brevemente sobre a questão do trabalho, relacionando-a com a precariedade e a abjeção, persigo algumas pistas propostas por estudos que auxiliam a compreensão sobre a abjeção no trabalho de catadoras/es. Mais especificamente, reúno alguns estudos que abordam a temática do universo do trabalho da catação demonstrando que é possível encontrar expressões e conceitos correlatos à abjeção. Realizadas estas contextualizações, apresento de forma mais intensa os dados da pesquisa de campo. São exploradas questões relativas às condições indignas de trabalho na Associação, frente ao que nomeei de “caos aparente” e “sujeira relativa”, demonstrando as relações entre esta realidade e a abjeção. Levanto algumas passagens históricas sobre a construção de referências culturais de ordem e higiene que tem relação com as demarcações que delimitam o espaço da normalidade e da abjeção.

No terceiro capítulo analiso mais pontualmente algumas marcas referentes à abjeção, que pude perceber na minha convivência com as/os catadoras/es, entre as/os próprias/os catadoras/es e destas/es com as/os representantes de uma organização não governamental (ONG) que esteve trabalhando na Associação. Como se verá, principalmente devido a esta ONG²² declarar ter o intuito de atuar em consonância aos princípios do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), foram trazidos para o debate alguns destes princípios, além de informações advindas da pesquisa de campo relativas à atuação do MNCR. Explanei a respeito de alguns desafios para se cumprir este intuito pretendido pela ONG, sendo que no período de instalação de uma esteira motorizada na Associação evidenciaram-se algumas dificuldades neste processo. Neste contexto, foram destacados aspectos que contrastam com os princípios do MNCR. As relações estabelecidas com a esteira carregaram para dentro da Associação

²² Idem nota 2.

concepções construídas e naturalizadas historicamente que contrariaram alguns princípios desenvolvidos pelo MNCR, como o da autogestão.

No capítulo quatro refleti sobre a vida de mulheres catadoras de materiais recicláveis e a incidência de violência e abjeção em suas histórias. Início debatendo sobre o fato de existir uma grande quantidade de mulheres que assumem esta profissão, relacionando-o aos estudos que indicam conexões entre a precarização do trabalho e uma intensa inserção de mulheres no mercado de trabalho. Apresento uma sucinta contextualização dos estudos de gênero em relação à violência direcionada às mulheres, pensando-a no contexto das catadoras. Após esta contextualização apresento trechos das histórias de vida relatadas por catadoras durante a pesquisa, procurando evidenciar os dados que demonstram a incidência de diversas formas de violência e em momentos distintos. O intuito foi demonstrar como uma vida marcada pela violência, sobre a qual cada catadora relatou terem se sentido “como lixo”, aloca estas mulheres na condição de corpos abjetos, empurrando-as para as zonas inóspitas da abjeção. Trata-se de aspectos vinculados à ideia de que o trabalho de catação ainda continua representando um espaço onde circulam aquelas/os que são consideradas/os corpos abjetos.

Nas considerações finais apresento uma retomada do percurso trilhado no decorrer do estudo, apontando as conquistas, as limitações, e possíveis investidas em pesquisas futuras que considero relevantes para a temática aqui desenvolvida. Trago também alguns aspectos que a pesquisa revelou como interessantes, mas que não encontram espaço no corpo da tese, com o objetivo de abrir alguns debates cuja pertinência me parece evidente.

Finalizo a tese expressando meu desejo por uma vida mais digna às catadoras e aos catadores que têm sido tratados como corpos abjetos.



Fotografia 2: Daniela Kuhn
Durante pesquisa de campo na Associação

Capítulo 1

Percurso Metodológico

CAPÍTULO 1

PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 Investidas teóricas

Após realizar uma primeira imersão na bibliografia que estrutura as ideias sobre abjeção, o próximo passo foi ir a campo tendo como referencial os conhecimentos adquiridos nesta imersão.

A escolha do método de pesquisa esteve atrelada às reflexões teóricas sobre abjeção e ao objeto empírico – as/os catadoras/es – que nos remetiam à questão dos corpos abjetos. Nas discussões que Kristeva (1982) faz sobre abjeção, o corpo abjeto é visto como uma ameaça, uma provocação ao funcionamento da ordem social e política, propiciando que as pessoas se deparem com aspectos de sua humanidade que habitualmente não lhes são convenientes. Se o abjeto ameaça uma concepção de suposta pureza e ordem, que delineiam uma estrutura social e que as apregoa como certas e firmes, ele se aproxima de uma condição de tabu no sentido de ser restritivo falar abertamente sobre este assunto.

Portanto, um desafio que enfrentei foi escolher uma metodologia que permitisse apreender estes conteúdos, considerando a complexidade em acessá-los e o jogo entre a materialidade e a subjetividade de sua natureza, bem como o campo emocional envolvido no fato de uma pessoa ser considerada abjeta.

Autodeclarar-se como abjeta/o, como alguém considerado desprezível, mobiliza campos emocionais sensíveis e dolorosos, que nem sempre desejamos acessar, ou temos consciência. Por exemplo, posso sentir que, de alguma forma, me consideram desprezível, mas nem sempre é possível elaborar esta ideia no campo da consciência e expressá-la com clareza. Numa situação de pesquisa, pode ocorrer no procedimento de autodeclarar-se uma conduta acusatória: ao dizer que eu, catadora/r, sou desprezível, estou nomeando você, pesquisadora, que faz parte de um grupo social, econômico e cultural diferente do meu, como aquela que despreza. Este tipo de conteúdo, relevante para as questões da pesquisa, precisava ser acessado com um método que adentrasse nas minúcias, na subjetividade, nas “escapadas” que decorrem das convenções sociais do “bom” convívio.

Além disso, uma/um catadora/r, no seu ambiente de trabalho, pode não se considerar nem ser encarada pelas/os colegas como abjeta/o, pois, naquele ambiente ela/e não está,

necessariamente, ou de forma tão evidente, desafiando uma norma – como, por exemplo, a higiene - devido às convenções estabelecidas no cotidiano da convivência. A/o catadora/r torna-se mais convincentemente abjeta/o quando a/o pensamos em relação ao contexto social mais amplo do que o espaço do barracão de triagem²³.

A respeito das demais pessoas que se relacionam com as/os catadoras/es isso pode apresentar – e, de fato, apresentou - relevos variados. Para algumas pessoas parece proibitivo declarar abertamente que estas/es trabalhadoras/es estão numa condição, de alguma forma, desprezível. De outras pessoas ouvi falas um tanto francas a respeito das/os catadoras/es e de sua maneira de viver e trabalhar, sendo usados adjetivos negativos sobre este contexto.

Todas estas questões, debatidas no desenvolvimento desta tese, foram fundamentais para a escolha metodológica, principalmente o método etnográfico, tendo em vista que acessar a noção de abjeção na vida das/os catadoras/es demandou uma convivência intensa e provida das características próprias da etnografia, já que a abjeção se constrói na materialidade dos corpos e no discurso, o que a torna imanente tanto no campo da objetividade como da subjetividade. E, como explicitado acima, os corpos abjetos apresentam resistências a se autodeclarar como abjetos, ou assim serem taxados pelas demais pessoas.

Dessa forma, tomei como referência que a abjeção configura-se e se expressa de diferentes formas e, em grande parte, nas subjetividades, nos detalhes do dia a dia, no não dito, no corpo, nas entrelinhas das ações e das relações, nos “imponderáveis da vida real”, expressão usada por Malinowski (1976, p. 34). No trecho abaixo se pode perceber o que o autor entende por esta expressão:

[...] há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esse fenômeno podemos chamar de *os imponderáveis da vida real*. Pertencem a essa classe de fenômenos: a rotina de trabalho diário do nativo; os detalhes de seus cuidados corporais; o modo como prepara a comida e se alimenta; o tom das conversas e da vida social ao redor das fogueiras; a existência de hostilidade ou de fortes laços de amizade; as simpatias ou aversões momentâneas entre as pessoas; a maneira sutil, porém, inconfundível, como a vaidade e a ambição pessoal se refletem no comportamento de um indivíduo e nas relações emocionais daqueles que o

²³ Butler, em entrevista a Prins e Meijer (2002, p. 163) faz uma reflexão sobre a importância de considerarmos o contexto para pensarmos quem estaria compondo uma categoria de abjeto. Na sua fala o exemplo é sobre a polêmica questão do uso de véu no Oriente que tem gerado debates em textos feministas. Ela apregoa: “Então, se vocês me falassem da mulher sob o véu, significaria a mulher no Irã? A mulher de uma certa classe social? Em que contexto? Com que propósito? Qual é a ação, qual é a prática de que estamos falando? Em que contexto estamos tentando decidir se a mulher sob o véu é ou não um exemplo do abjeto?”(p. 163).

cercam. Todos esses fatos podem e devem ser formulados cientificamente e registrados; entretanto, é preciso que isso não se transforme numa simples anotação superficial de detalhes, como usualmente é feito por observadores comuns, mas seja acompanhado de um esforço para atingir a atitude mental que neles se expressa. É esse o motivo por que o trabalho de observadores cientificamente treinados, aplicado ao estudo consciencioso dessa categoria de fatos, poderá, [...], trazer resultados de inestimável valor (MALINOWSKI, 1976, p.34).

Este foi o motivo que me fez escolher a etnografia e seus procedimentos como o método mais adequado aos propósitos desta pesquisa. A adequação deste método ao meu objeto encontra-se no fato de que Malinowski (1976) nos mostra sua utilidade para compreender justamente os “imponderáveis da vida real” - a rotina do trabalho, as hostilidades e as simpatias – enfim, os sentidos presentes nas relações humanas. Este método auxilia a acessar o que não está na superfície das relações humanas, mas no entremeio dos sentidos, das emoções, dos gestos e movimentos, dos hábitos, do viver, elementos essenciais presentes na minha investigação, e que pude apreender utilizando procedimentos da etnografia como: a observação participante, os diários de campo e a permanência de um longo período em campo, convivendo com as/os catadoras/es.

Taddei e Gamboggi (2011) explicam que Malinowski destacou a relevância destas técnicas, ao perceber

[...] que existe um problema metodológico de pesquisa relacionado à forma como certas questões são salientes no pensamento cotidiano dos membros de uma sociedade, enquanto outras não são. Há coisas em nossa existência social sobre as quais não falamos, e isso se dá por várias razões. Uma delas é o fato de que internalizamos algumas formas de comportamento na infância e seguimos repetindo-as no convívio social, de forma habitual, sem colocar atenção em tais comportamentos. Outra é que aprendemos a evitar falar - e mesmo pensar - a respeito de certos temas, como questões ligadas aos tabus, mesmo que eventos de alguma forma relacionados a tais tabus sejam frequentes. O ponto central é a conclusão que essas questões dificilmente vêm à tona por meio de técnicas de pesquisa que dependem da verbalização consciente dos informantes, como é o caso das entrevistas. Malinowski se deu conta de que, ao permanecer por tempo suficiente com determinado grupo social, o pesquisador tem a oportunidade de observar comportamentos e eventos sociais (como certos rituais) que dificilmente seriam mencionados em entrevistas (TADDEI; GAMBOGGI, 2011, p. 11).

Estudar este método evidenciou que ele tem particularidades e princípios, bem como elementos variantes, decorrentes da história do seu próprio processo de constituição enquanto instrumento de pesquisa em que o investigador precisa participar do cotidiano dos pesquisados. Ao longo da história de sua construção ocorreram muitos debates e renovações de suas características, a partir da incorporação de procedimentos usados pelos pesquisadores, principalmente os antropólogos, que os utilizaram intensamente em suas pesquisas de campo.

A etnografia estrutura-se como método de pesquisa da antropologia, que inicialmente estava mais voltada para povos que eram de culturas “diferentes” e “distantes” daquela da/o pesquisadora/r. Nestor Canclini (1993) situa que na metade do século XX intensificaram-se algumas das refutações e questionamentos que já existiam a respeito do trabalho de algumas/ns antropólogas/os. O autor atribui esta situação ao fato de diversas sociedades, que eram anteriormente foco de estudo das/os antropólogas/os, terem vivido um processo que alterou sua condição social na contemporaneidade quando seu desenvolvimento torna-se culturalmente mais próximo daquele dos centros urbanos. No mesmo sentido, o autor elucida que se iniciou um processo de fluidez cultural entre países dependentes e países centrais, o que acarretou em uma redução das distâncias e das diferenças culturais entre as/os antropólogas/os e as pessoas pesquisadas.

Estas reflexões são pertinentes nesta pesquisa porque, embora a temática aqui escolhida tenha um distanciamento da realidade da pesquisadora, sobretudo em relação à classe social, trata-se de um contexto que ocorre num mesmo campo cultural, ou, pelo menos, num mesmo ambiente urbano. Deste modo, é relevante compreender que esta condição levantada por Canclini (1993) torna-se problemática, pois radicaliza os questionamentos sobre as condições nas quais se produz o saber antropológico e sobre a expressão deste saber pela forma escrita. São novos desafios da metodologia, que não anulam sua efetividade enquanto instrumento de apreensão da realidade de grupos, comunidades e segmentos sociais, mesmo que de áreas urbanas. Aliás, a antropologia urbana é rica em estudos etnográficos que estão longe de torna-los menos possíveis ou diminuir sua potencialidade fértil, desde que estejamos dispostos a enfrentar desafios diante da realidade que a vida urbana impõe a este método (MAGNANI, 2003).

Canclini (1993) cita os autores Clifford Geertz, James Clifford e George Marcus como aqueles que inauguram novas problematizações, favorecendo a percepção de que quando uma/um antropóloga/o relata ter encontrado determinados dados na pesquisa de campo, isto está mediado pelo o que se disse e pelo que não se disse a respeito do lugar, das e pelas relações que ela/e estabelece com o grupo em estudo e suas diferentes situações de vida, por aquilo que deseja demonstrar à comunidade acadêmica para a qual escreve, por sua posição (dominante ou pretendente) no terreno da antropologia, pelo manejo mais ou menos hábil das táticas discursivas com que pode obter tudo isso (CANCLINI, 1993).

É neste sentido que se pode entender o argumento de Geertz (1989) de que a etnografia leva

em consideração uma hierarquia de estruturas significantes, a partir das quais os conteúdos corporais e subjetivos devem ser percebidos e interpretados. Caberá a quem desenvolve uma pesquisa perceber e interpretar os conteúdos corporais e subjetivos presentes nas estruturas significantes, articulando-os com outros dados e com as referências teóricas que os fundamentam.

Para que estes significados de campo sejam assimilados, a observação participante deve ser vivenciada buscando uma relação de proximidade e de imersão nos conteúdos do campo. As conversas não devem estar pautadas na pressa por respostas, mas abertas a novas perspectivas e por aquilo que é dito pelas palavras e pelos gestos, pelo entorno, pelos suspiros, enfim, pelas expressões vivas que constroem a vida das pessoas pesquisadas.

Neste ambiente, a/o pesquisadora/r não é uma pessoa neutra, mito já amplamente discutido na bibliografia que trata deste método. Dessa forma, fui a campo sem a pretensão de exigir das/os catadoras/es que não decodificassem na pesquisadora suas características de gênero, etnia, profissão, classe social, pois quem a/o pesquisadora/r “é” ou quem “ela/ele parece ser” para as pessoas pesquisadas estrutura um componente que faz a mediação das relações em campo e interferem nos conteúdos expressados (ZAGO, 2003, p. 301). E foram diversos os momentos em que ficaram evidentes estas demarcações, e que fizeram emergir questões sobre a abjeção devido ao fato de que eu era uma pessoa menos abjeta socialmente do que as/os catadoras/es, no sentido de estar mais integrada aos padrões sociais.

O diário de campo foi um material essencial do método na minha vivência em campo. Nele registrei intensamente e com acuidade o máximo de dados observados e vivenciados, estando eu, ao mesmo tempo conectada aos objetivos da pesquisa e aberta para registrar informações “aparentemente” desconexas a estes objetivos. Foi o diário de campo que me forneceu a maior parte do material para a interpretação da realidade pesquisada e para a construção do texto desta tese, última etapa metodológica do estudo.

Na etnografia, a interpretação dos dados e a escrita do texto são fatores de extrema importância e exigem da/o pesquisadora/r uma ação depurada, cuidadosa, paciente e criativa. Os textos etnográficos, argumenta Geertz (1989), são interpretações da realidade e, deste modo, diferentes pesquisadoras/es de um mesmo contexto podem elaborar textos distintos. É a relação da/o pesquisadora/r, estabelecida com o contexto do campo, que determinará o “tom” a ser priorizado na escrita. Balizada/o por seu objetivo da pesquisa percorrerá a vivência em campo, e será responsável pelas escolhas daquilo que observa, pela forma como fará esta observação, pelos

dados que considera mais relevantes de serem registrados, e pela forma como irá apresentar estes dados. Neste sentido, neste estudo utilizei como orientação aquilo que Mills (2005) chamou de “artesanato intelectual”.

O “artesanato intelectual” é definido pelo autor como um processo intimamente ligado à vida cotidiana do pesquisador. Isto assume um papel de nutriente para o trabalho intelectual e demanda que a produção intelectual seja continuamente submetida a um processo de reflexão e interpretação. Segundo o autor

[...] o conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira, quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio, na medida em que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício, para realizar suas próprias potencialidades [...]. Isso significa que deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examina-la e interpreta-la continuamente (MILLS, 2005, p. 22).

O trabalho de tipo artesanal, enfatiza Mills (2005), exige de quem o realiza um processo contínuo de auto reflexão. Isto pode resultar tanto em uma constituição de pensamentos mais sistemáticos, quanto em encaminhar outros formatos de experiências intelectuais. No caso de uma tese, obviamente, este processo está limitado por alguns procedimentos formais e modelos a serem seguidos, de acordo com a tradição de cada área de estudo. O que busquei nos argumentos de Mills (2005), como fundamento do meu modo de transitar pelos diferentes meandros que um estudo como o que realizei exigia, foram suas reivindicações de que a/o pesquisadora/r possa exercer a autonomia de pensamento e a criatividade na proposição de temas de pesquisa e de elaboração do texto, preservando com isso sua independência intelectual. É nessa tensão, e buscando esse equilíbrio, que a escrita foi realizada neste estudo – no espaço existente entre o formal acadêmico e a possibilidade de um artesanato intelectual²⁴.

Considerando que o “maior apelo da pesquisa etnográfica é poder construir, melhor do que qualquer outro tipo de pesquisa, um retrato rico e detalhado da vida humana, um quadro que é interessante e repleto de informações” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 88), a etapa da redação do texto é aquela na qual este “retrato” deverá ser artesanalmente construído na linguagem escrita e dentro dos parâmetros e normas de um curso de pós-graduação.

Clifford Geertz (2002) apresenta outro ponto a ser observado, pois situa este momento da escrita como “estando aqui”, demarcando a/o pesquisadora/r no seu ambiente de trabalho, não mais

²⁴ A essa tensão somam-se as heranças de minha formação em Dança e Artes, área de estudo na qual tradicionalmente, mesmo no espaço acadêmico e assumindo suas limitações neste ambiente, a/o pesquisadora/r tem maior liberdade para criar e exercer seu papel de autora/r com mais autonomia e personalidade. Sobre este ponto estarei refletindo a seguir.

“estando lá”, no campo. Nesta perspectiva, é delimitada uma diferença entre a escrita em campo (dos diários e anotações) para uma escrita com elevada potência cognitiva. Trata-se de uma função que depende de uma delicada teia que imbrica aspectos morais, políticos e epistemológicos (GEERTZ, 2002). Isso reivindica daquela/e que compõe a escrita uma atenção neste sentido e uma humildade para assumir suas limitações, posto que, como estamos imersos em campos culturais extremamente influentes na nossa maneira de ser, nunca temos um controle total sobre os conteúdos morais, políticos e epistemológicos da nossa “fala”.

Entre a vivência em campo e a escrita estão momentos distintos e interligados “pelo fio de Ariadne da memória” (PORTELLA, 2009, p. 24). A escrita constitui-se em uma ação encharcada pelas percepções, a decodificação dos dados, a articulação com as teorias e o afastamento do campo. Cardoso de Oliveira (2000) pontua que no processo de escrita do método etnográfico estão contidas as ruminções e sensações da/o pesquisadora/r, que serão ainda permeadas pelas teorias estudadas sobre a temática em questão.

Portanto, é ilusório achar que se capta o momento, congelando-o e trazendo-o *ipse litteram* à escrita. A escrita é um momento de diálogo com o vivido e observado, mas um diálogo de segunda mão, já distante e que carrega o ônus – como também, (...), o bônus – desta distância. Portanto, o ato de escrever implica numa tradução do campo e interpretação dele, que sofre as retrações no interior de uma dialogia múltipla entre campo, memória, sentimentos atuais, teorias e pressupostos (PORTELLA, 2009, p. 24).

O autor conclui esta ideia com uma metáfora ilustrativa: “‘Trazer’ o campo para a escrita é como fabricar um perfume de jasmim: o cheiro, o odor, será de jasmim, mas a essência do perfume jamais será ‘o jasmim’, o seu odor jamais será o do jasmim ‘ao vivo’” (PORTELLA, 2009, p. 24, aspas do autor).

A geração dos antropólogos, chamada de geração “pós-moderna”, contribuiu significativamente para estas ideias, esclarecendo que estar em campo demanda da/o pesquisadora/r uma atenção para não se iludir com a objetividade do conhecimento, demandando que se renuncie a qualquer ideia de essencialidade (PORTELLA, 2006).

O momento da redação do texto, fase final da pesquisa é, portanto, a etapa do trabalho na qual a/o pesquisadora/r direciona seu fazer para a organização dos dados e exercita sua capacidade de reflexão e de articulação dos conteúdos da vivência em campo, com as teorias que irão dialogar com seu argumento, o qual deve ser guiado pelo objetivo da pesquisa. Se até então a reflexão e o exercício do pensamento estavam presentes nas etapas anteriores, neste momento ficarão dominantes. Oliveira (2006, p. 32) chama a atenção para que notemos que “é no processo de

redação de um texto que nosso pensamento caminha”. Na mesma linha, Portella complementa sobre este ato cognitivo:

Não que ele não esteja se desenvolvendo antes, no ato da observação. Mas é no sentar e dialogar consigo mesmo e com os outros (os pares) que o ato de pôr no papel (ou tela), o ato em si, vai gerando perguntas e respostas. No diálogo da memória e anotações com a redação é que se continua o confronto intercultural e que se abrem portas à compreensão e constituição de “explicações”, ainda que sempre provisórias e provenientes do “confronto” do eu com o outro (PORTELLA, 2006, p. 09).

Outro ponto relacionado ao método etnográfico, que demanda atenção, refere-se ao risco das generalizações. Este estudo, por exemplo, teve como preocupação aprofundar a realidade das/os catadoras/es; por isso, a pesquisa de campo restringiu-se a um número reduzido de pessoas, conduta adotada nas etnografias. Neste sentido, tomou-se o cuidado, no trato dos dados da pesquisa, para não generalizar dados específicos de um contexto pontual para um panorama universal. Por outro lado, também foram consideradas as indicações de Claudia Fonseca (1999), que propõe que se encare o desafio de estabelecer analogias entre a especificidade de um contexto e de seus conteúdos particulares, com contextos mais amplos, com dados de outras realidades e com teorias desenvolvidas. E, ainda, que caberia a quem desenvolve a pesquisa empreender isso, com equilíbrio. Este cuidado foi amparado pela escolha aqui já relatada de que, ao lidar com os conteúdos de campo, estudamos os corpos considerados socialmente como abjetos das/os catadoras/es levando em consideração sua existência mais subjetiva e individual. Então, o enfoque foi ampliando para as relações sociais que constroem esta abjeção, bem como refletindo sobre a materialidade das coisas que são despejadas na Associação, e as relações deste trabalho com questões de macro estrutura e de expressão das relações capitalistas, considerando os fluxos com diferentes forças e direções: econômicas, políticas e culturais.

Levando em conta todas as orientações contidas nas leituras feitas sobre etnografia, fez parte, também, do percurso metodológico aqui realizado refletir sobre as potencialidades e as limitações que existiam em minha atuação como pesquisadora. Abro um espaço no texto para uma reflexão sobre estes aspectos, pois encaro que fazer pesquisa é também produzir conhecimento sobre o ato da “feitura”, sobre o processo, seus desdobramentos, seus achados e perdidos, seguindo a trilha do “artesanato intelectual” de Mills (2005). Ou seja, optei por explicitar o ato de produzir conhecimento, o percurso da pesquisa porque, como já fiz referência, este ato está intimamente ligado aos resultados da pesquisa. É o caminho percorrido, como isso se deu, e de quem o percorreu, que permite chegar a determinados resultados e não a outros, porque esse caminho está carregado

de escolhas pessoais, teóricas e da trama de relações que acontecem em campo.

Acrescento, ainda, que os estudos realizados no campo interdisciplinar de Tecnologia e Sociedade contribuíram para o delineamento dos rumos da pesquisa, e para as escolhas metodológicas já relatadas anteriormente, ao referir-me às escolhas teóricas no campo da cultura material. Visualizo como fundamentos deste campo de estudo, que ancoram este trabalho, principalmente a consistente leitura sobre as relações multidirecionais entre tecnologia e sociedade e os diversos aspectos que envolvem estas relações, sendo um deles a questão das articulações entre consumo, as coisas, as pessoas, na perspectiva da cultura material. Entendo que este é, inclusive, um diferencial desta pesquisa, conforme já se comentou na introdução deste estudo.

É na ótica de uma pesquisadora com formação e atuação profissional em dança, e estudante na área interdisciplinar de Tecnologia e Sociedade que esta pesquisa se configura.

1.2 A pesquisadora em campo

Antes de ir a campo estava claro que a etnografia demanda uma valorização dos dados subjetivos e simbólicos, apreendidos através de um envolvimento direto, prolongado e intenso da/o pesquisadora/r na vida e nas atividades do grupo pesquisado (MOREIRA; CALEFFE, 2008). Desta forma, a conduta da/o pesquisadora/r em campo, além de ser pautada pela seriedade e profundidade nas ações, requer uma sensibilidade aguçada, pois apreender conteúdos mais subjetivos, corporais e simbólicos exige da/o pesquisadora/r uma leitura mais sensível e afinada, um olhar treinado para decodificar este tipo de informação.

Embora minha formação não tivesse sido nas áreas de antropologia ou de sociologia, que tradicionalmente mais desenvolveram esta metodologia, as pesquisas que eu havia realizado anteriormente apresentavam uma inspiração na etnografia e, assim sendo, eu já havia experimentado várias características deste método nas pesquisas anteriores, como a observação participante, a escrita dos diários de campo e a decodificação dos dados de pesquisa.

A diferença a ser pontuada, aqui, reside no fato de que anteriormente tratava-se de investigações no campo da dança, enfocando uma abordagem da área das artes. Desta vez, a

pesquisa foi realizada em um programa de pós-graduação com intenção interdisciplinar²⁵, tendo como exigência a finalização com a escrita de um texto que é uma tese.

A história já vivida nas pesquisas de campo munuiu-me de vários, implementos, que trazia na minha bagagem, e que puderam ser usados na presente pesquisa. Desta forma, fui a campo já com alguns alicerces de segurança articulados aos procedimentos metodológicos. Posso citar como exemplo o treino do olhar e a sensibilidade aos detalhes; a capacidade de leitura dos significados; a paciência na lida com as relações humanas que se estabelecem; a noção da imperiosa atenção quanto ao respeito às pessoas pesquisadas; a compreensão de que é a própria vivência que delinea mais evidentemente os objetivos; a consciência de que aquele ambiente iria mover em mim aspectos emocionais e que, portanto, eu deveria estar atenta aos meus processos internos e às minhas reações; a disciplina da escrita detalhada dos diários de campo; o entendimento de que é da densidade da vivência e do material produzido pela redação dos diários que emerge o potencial de uma boa escrita; e, por fim, a consciência do desafio em transformar esta amplitude de dados em uma escrita articulada com as teorias.

Encarei que para compreender a abjeção presente nas vidas das/os catadoras/es era necessário mergulhar no cotidiano dessas pessoas, na lida com o material e o lixo, na forma de viver, sentir, fazer, não fazer, gostar e desgostar, na relação corporal que estabelecem com os materiais, com seu próprio corpo e com o corpo de seus colegas, e com os próprios colegas. A demanda era latente: eu tinha que mergulhar na própria abjeção.

Foi com Jeanne Favret-Saada (2005) que este argumento se potencializou, pois a autora reivindica em seus estudos de etnografia que é preciso consentir em “ser afetado”. Neste sentido, delimita esta conduta, considerando que,

[...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista do nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, [...], que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Levando em conta as vivências anteriores em pesquisa de campo, comungo do mesmo

25 A expressão “intenção interdisciplinar” foi utilizada com o propósito de assumir os desafios que uma abordagem desta natureza apresenta. Foram minhas/ meus professoras/es do curso que ensinaram em suas aulas e seminários que este é um caminho a ser trilhado, no qual todas/es estamos aprendendo e buscando as possibilidades de interação entre as disciplinas, diante das tradições do ensino formal que resguarda tensões, resistências e uma série de dificuldades oriundas dos limites impostos pelas próprias disciplinas (POMBO, 2006a).

ponto de vista da antropóloga e pondero que as experiências em campo com as/os catadoras/es deram “lugar à comunicação não verbal, não intencional e involuntária, ao surgimento do livre jogo de afetos desprovidos de representação”, que permitiram explorar aspectos recobertos pela “opacidade essencial do sujeito frente a si mesmo” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 161).

Sobre este ponto, é importante lembrar que esta pesquisa aborda questões que envolvem dor e violência, já que a dinâmica da abjeção move o desejo de exclusão, do outro. Esta exclusão é realizada por diversos atores, em diferentes contextos, formas e nuances. Muitas destas ações são naturalizadas, invisibilidades que temos dificuldade em apreender como se expressam, ou se escondem. No entanto, são forças que estão ali, no gesto, nas escolhas, na estética, reafirmando preconceitos, segregações e desigualdades de direitos, permeando as subjetividades. Deste modo, “ser afetada” pelas pessoas e pelos conteúdos de campo permitiu que estas marcas obscurecidas pela naturalização viessem a ser expressas. A opacidade alegada pela autora é um referencial para nosso fazer investigativo, já que estamos lidando com questões muitas vezes obscurecidas.

Completando este aspecto, Marcio Goldman (2005) adverte sobre a importância do tempo que se permanece em campo, porque somente após um bom tempo é que a/o pesquisadora/r passa a ser “afetada/o” pelas complexas situações com que se depara. Isso envolve, segundo o autor, a percepção daqueles afetos ou do processo de ser afetado pelo contexto da pesquisa de campo. Ou seja, uma pesquisa etnográfica pressupõe a realização de uma longa estadia em campo, já anunciada por clássicos antropólogos. Porém, para que os afetos façam parte do amálgama da pesquisa, a qualidade do tempo e uma flexibilidade quanto a lidar com a presença e com os dados do campo são indispensáveis.

Basta que os etnógrafos se deixem ser afetados pelas mesmas forças que afetam os demais para que um certo tipo de relação possa se estabelecer, relação que envolve uma comunicação muito mais complexa que a simples troca verbal a que alguns imaginam poder reduzir a prática etnográfica (GOLDMAN, 2005, p. 151).

A formação artística que vivenciei - tanto a acadêmica, como as demais experiências “informais”²⁶ -, e as antecedentes pesquisas de campo, demandaram estudos, geraram

²⁶ É importante frisar que muitos dos conhecimentos de Dança e Arte que estruturam os saberes dos cursos universitários, em sua área específica, foram construídos e ensinados por artistas e pesquisadoras/es que têm sua carreira desenvolvida fora do âmbito acadêmico. Em minha trajetória mesmo, o aprendizado na licenciatura e bacharelado em Dança, e no mestrado em Artes, esteve vinculado a esta realidade das artes, já que minhas/meus professoras/es tinham uma conexão com este meio e seus conhecimentos estavam plenamente vinculados a estas experiências. Além disso, os cursos, vivências, espetáculos que não compõem as ações de universidades nas quais pude ser aluna, professora, bailarina ou expectadora, tiveram um impacto importante em minha formação e colaboram para a construção do meu perfil como pesquisadora.

conhecimentos e desenvolveram sensibilidade, aguçaram os sentidos e a percepção, permitindo o desenvolvimento de uma capacidade de ser afetada e de olhar o “outro” para além da superfície, sem deixar de considera-lo, mas levando em conta a integração dos fatores subjetivos. Trata-se de saberes que foram incorporados no meu percurso, e que considero favoráveis e plenamente agregados na presente pesquisa. Contudo, deve-se assinalar que, desta vez, a abordagem artística não está preconizando a produção de uma obra de dança, mas favorecendo uma leitura sensível e detalhada da realidade do campo de pesquisa, que exige ser explicitada na linguagem escrita.

Desde meu ingresso no curso de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade reflito sobre o desafio aqui apresentado, ou seja, procurar caminhos que não exigissem abandonar os conhecimentos próprios de minha formação e, ao mesmo tempo, colocar-me intelectualmente disposta a assimilar os conhecimentos das variadas disciplinas oferecidas nos estudos do curso, bem como aqueles que os dados de campo demandassem incorporar. Entendo que a escolha de estudar em um programa interdisciplinar evoca este respeito e reivindica um percurso metodológico que não abafe a identidade da/o pesquisadora/r, mas faça dela trampolim para a construção de conhecimento e do campo interdisciplinar.

Apresentada a reflexão sobre as características da metodologia etnográfica e da conduta da pesquisadora em campo, cabe um esclarecimento sobre as escolhas metodológicas quanto ao anonimato das pessoas que participaram da pesquisa para, em seguida, adentrar nas reflexões sobre o percurso da pesquisa de campo.

1.3 A escrita da tese: o anonimato das pessoas e instituições

Preservar o anonimato do informante é uma orientação metodológica não só nas pesquisas antropológicas e sociológicas, mas praticamente em todas as áreas de conhecimento, inclusive em pesquisas de opinião pública, jornalísticas, eleitorais, para se preservar a qualidade da pesquisa e resguardar a identidade de quem dá a informação, evitando futuros problemas, como retaliações, tanto para a/o pesquisadora/r como para a/o pesquisada/o. No entanto, se isso é uma orientação difundida, aplicada e devidamente fundamentada, não se configura como um consenso inócuo entre as/os pesquisadoras/es, sobretudo nas pesquisas que lidam com pessoas vivas, detentoras de desejos, numa relação de certa proximidade com a/o pesquisadora/r. Esta descrição de pesquisa se adequa, no meu caso.

Escrever o texto do estudo optando pelo anonimato das pessoas e do local, e quais os dados da realidade deveriam ser revelados, foi uma escolha difícil, principalmente porque algumas/ns catadoras/es expressaram o desejo de que seu nome estivesse declarado no texto. Ora, eu estava falando dos corpos abjetos, daqueles corpos desprezados, camuflados em meio ao lixo, que expressaram o desejo de “aparecer”, como me disseram. Os dilemas sobre esta escolha metodológica requisitaram leituras sobre a temática mais geral (etnografia), e sobre a mais específica (anonimato na pesquisa etnográfica), assim como reiterados debates com o orientador.

O artigo de Cláudia Fonseca (2008) “O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’” constituiu uma das leituras mais instigantes relacionadas a estes dilemas. A autora discute as diferentes abordagens e posicionamentos quanto ao anonimato, e, apesar de se posicionar adepta do anonimato em suas pesquisas, demonstra que “dependendo das circunstâncias, todas essas abordagens são, em graus variáveis, válidas – mas nenhuma delas pode se tornar regra” (FONSECA, 2008, p. 46).

Sem dúvida, sua proposta reside em oferecer mais questionamentos e reflexões - bem elaborados e banhados por sua vasta vivência em campo e na escrita etnográfica - do que respostas. Todavia, seu texto me capturou, como neste trecho abaixo, ao referir-se às relações de amizade que construiu numa pesquisa de campo e seus dilemas quanto ao anonimato.

Quando uma amiga do “campo” me diz, “Quero que tu coloque meu nome bem direitinho naquele teu texto” e vai soletrando sílaba por sílaba seu nome, será que está realmente reivindicando autoria das fofocas sobre seus irmãos cornudos? (Fonseca 2000). Aliás, a dificuldade que “leigos” têm de prever o teor da análise antropológica não se restringe aos grupos populares. Juízes, assistentes sociais, professores e outros profissionais das camadas médias – mesmo reconhecendo que “estão sendo pesquisados” – raramente imaginam que o estilo de suas roupas, sua entonação de voz e atitudes corporais, suas brincadeiras informais ou brigas institucionais podem ser considerados dados relevantes para a análise antropológica (FONSECA, 2008, p. 44).

A responsabilidade que a/o pesquisadora/r assume ao estabelecer relações com as pessoas pesquisadas resguarda uma hierarquia de saber, não no sentido valorativo, evidentemente. Como adverte Fonseca (2008, p. 45) a “desigualdade política – entre quem descreve e quem é descrito – é parte integrante do texto”.

Torna-se fundamental a/o pesquisadora/r sair de uma postura ingênua e assumir que detém um conhecimento sobre as fragilidades a que as/os participantes do estudo podem estar expostas/os caso sejam revelados no texto seu nome e detalhes do local onde a pesquisa está sendo realizada.

Tal fato me levou a vários questionamentos em campo. Muitas vezes me perguntei se aquelas/es “leigas/os” tinham condições de prever o teor do meu estudo. Essa dúvida me levou a

procurar ser clara e inteligível quanto à minha atuação naquele espaço, sem deixar, ao mesmo tempo, de me entregar para a intensidade da vivência em campo. O equilíbrio entre a busca por esta clareza e consentir em “ser afetada”. (FAVRET-SAADA, 2005) foi um desafio constante.

São desafios típicos desta trilha percorrida como abordagem metodológica. Fazem parte do aprendizado da/o pesquisadora/r que, na busca deste equilíbrio, deve procurar não expor as pessoas participantes, sem comprometer a densidade e a qualidade de seu texto. Se Fonseca (2008) busca primar em seus textos etnográficos pela “descrição densa” (GEERTZ, 1989), para ela isso não dependerá diretamente da revelação do nome das pessoas e de alguns detalhes da pesquisa. O sigilo e o anonimato perdurarão em tensão com o propósito de um texto que traga detalhes suficientes para garantir uma qualidade que sustente os argumentos traçadas pela/o autora/r. Trata-se sempre de um desafio.

O pesquisador anda numa corda bamba, procurando garantir a riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia. A procura desse equilíbrio faz parte da formação de todo antropólogo, mas muitas vezes é naturalizada a tal ponto que não nos damos conta (FONSECA, 2008, p. 45).

Não sendo uma pesquisadora com formação acadêmica em antropologia (apenas em uma área da dança com aderência à antropologia) carrego as vantagens e as desvantagens desta minha posição. As desvantagens podem ser resumidas como as limitações próprias de quem domina moderadamente estes saberes, faltando-lhe, portanto, certa desenvoltura para navegar nas tramas que são próprias da antropologia ou de uma metodologia etnográfica. Contudo, é provável que tenha sido justamente porque não tenho esta formação específica que evitei incorrer naquilo que a autora adverte como um detalhe naturalizado a respeito do equilíbrio nesta “corda bamba”. Daí emerge o estímulo em aprender e refletir sobre as questões éticas aqui apresentadas.

Ao recusar apresentar um modelo, ao negar respostas prontas, a autora estimulou uma farta reflexão de minha parte. Instaurou-se um processo intenso de reflexão e de aprendizado como pesquisadora que permeou todas as fases da pesquisa, sobretudo no momento que antecedeu a escrita. Estou me referindo à fase da leitura exhaustiva dos cadernos de campo, de ouvir as entrevistas e transcrever boa parte delas, assistir aos vídeos e apreciar as fotos do cotidiano da pesquisa. Fazer anotações, me perder, me achar, fazer escolhas, e rastrear a melhor maneira de caminhar na “corda bamba” que a autora descreve.

Esta imersão no material do campo levou-me a compreender que a abjeção seria o centro da minha pesquisa. Sem a abjeção a pesquisa não existiria. A partir disso, o dilema aqui

mencionado ganhou contornos mais evidentes: como poderia falar dos aspectos que moldam esta realidade abjeta, com detalhes suficientes para sustentar minhas argumentações, sem expor de forma imprudente as pessoas que participaram da pesquisa? Isso envolveria relatar suas dores, os preconceitos, a violência, sobre se “sentir um lixo”.

Portanto, mesmo diante das solicitações de algumas/uns catadoras/es escolhi manter o sigilo quanto ao local e nome das pessoas. Foi uma escolha feita para não fragilizar ainda mais as relações dessas pessoas que têm pouco acesso aos seus direitos, e que podem ser alvo de algum mal-entendido ou qualquer outro “ruído”. No caso deste estudo, o anonimato das/os informantes, as/os catadoras/es, foi importante, principalmente para proteger estas pessoas de possíveis exposições que poderiam prejudicar suas relações entre seus pares e com as instituições envolvidas.

Precisei assumir que estava fazendo uma investigação numa instituição – a Associação – na qual existem disputas de poder internas e externas, e que eu tenho conhecimento de que este texto poderia ser usado para fragilizar alguma relação caso houvesse identificação de quem era determinada fala ou conduta. Expliquei a elas/es que, embora muitas/os ali poderiam em alguma medida se identificar, não citar os nomes é uma atitude que evita que esta tese seja um documento a ser usado, de alguma forma, de maneira negativa em relação a elas/es, catadoras/es da Associação.

Este procedimento metodológico foi organizado na tese de duas maneiras. Uma mais geral, e outra mais específica para o capítulo em que abordo as questões de violência de gênero.

Para a preservação do anonimato o procedimento envolveu uma conversa com as/os catadoras/es da Associação para explicar minha escolha. Nesta conversa perguntei se cada uma/um gostaria de sugerir o seu nome fictício que seria adotado por mim na tese. Essa foi a maneira que encontrei para que as/os catadoras/es que estivessem interessadas/os em se auto identificar tivessem esta possibilidade. Pedi que elas/es pensassem sobre minha proposta e retornei na Associação depois de alguns dias.

De maneira geral, elas/es expressaram ter gostado desta possibilidade. Quase todas/os quiseram escolher seu pseudônimo. Realizei este procedimento conversando com calma com cada uma/um, sem a presença de nenhuma/m colega por perto, sentada num fardo de papel no cantinho da Associação ou na parte externa do local, enquanto a pessoa fumava seu cigarro. Algumas/uns já tinham na ponta da língua um nome, outras/os escolheram junto comigo. As/os catadoras/es que não fazem mais parte do quadro de associadas/os passaram a ter nomes fictícios escolhidos por mim.

Especificamente no capítulo em que abordo a realidade das mulheres catadoras, “Mulheres: violência e abjeção”, o procedimento foi um pouco diverso.

Neste capítulo, devido à carga emocional de dor e de vergonha que este assunto faz emergir, diferente das demais partes da tese, protegi com maior intensidade a identidade das pessoas. Se nos demais tópicos as/os catadoras/es da Associação puderam se auto identificar porque elas/es mesmas/os escolheram seus pseudônimos, no capítulo em questão, para que não corram o risco de serem identificadas/os por suas/eus colegas, usei de outra estratégia.

Eu escolhi nomes fictícios para elas e tomei o cuidado de não divulgar detalhes de sua vida que pudessem delatar quem é a pessoa, sempre com acuidade para não deturpar os fatos centrais que fornecem os conteúdos a serem debatidos. Deixei de citar alguns trechos que corriam o risco de expor suas narradoras, mesmo avaliando que esses pudessem enriquecer as reflexões. Isso foi esclarecido para elas, que demonstraram se sentir respeitadas com tal proteção.

Estou ciente de que realizar esta escolha demanda uma maior acuidade para andar pela “corda bamba”, descrita por Cláudia Fonseca (2008). Esse é um risco que vale a pena correr, por três motivos.

Primeiro, por respeito à confiança depositada em mim. Em algumas ocasiões os relatos pareciam até assumir papel de “confissão”, no sentido de me encaminharem um pedido de apoio, solidariedade e compreensão, o que procurei responder a contento, na medida de minhas possibilidades. As falas, por vezes, eram marcadas pelo enunciado: “Eu nunca contei isso para ninguém”. Minha conduta nestes momentos sempre era pautada por um profundo respeito à dor de cada mulher. Era um ato de amor a mim, como mulher, e a cada outra mulher catadora. E também sentia gratidão, registrada em meu caderno de campo: “Como aprendo com esta tua história. A violência contra as mulheres está saindo das estatísticas, das notícias, dos livros, e está aqui presente neste olhar que penetra no meu, nesta mão trêmula, nesta necessidade de se sentir compreendida e acolhida. Obrigada querida”²⁷.

O segundo motivo está relacionado à necessidade de que este tipo de violência seja denunciado, debatido, problematizado. Desejo colaborar com esta pauta, sobretudo por estar articulada ao tema central da tese, a abjeção, e por acreditar que é urgente caminhar ainda mais no combate à violência contra a mulher. A realidade da vida das catadoras motivou este meu posicionamento.

²⁷ Caderno de campo 05/12/2013.

Por último, acredito que as histórias aqui contadas têm suas singularidades e sua própria narrativa e contexto, e trazem elementos relevantes para a reflexão sobre condição das/os catadoras/es como corpos abjetos. Contudo, não são histórias destoantes de tantas outras que podemos conhecer no nosso círculo familiar ou de amizades, nas notícias, nas estatísticas e nos estudos, mesmo que permaneçam veladas ou naturalizadas. Diante do contexto atual, não são histórias “duvidáveis”. Não seria necessário esta pesquisadora ceder a um jogo desonesto – sobretudo com as/os catadoras/es - seduzida pela possibilidade de inserir dados “interessantes” no estudo, e inventar estes dados. Não é novidade para nós que a violência direcionada às mulheres ocorre, é palpável, dolorosa e real, apesar de ainda velada, naturalizada, recoberta de mistificações e acompanhada de vergonhas, temores, medos.

Sobre o anonimato das outras referências da pesquisa de campo, sempre que me refiro ao local no qual intensifiquei minha pesquisa de campo grifei como “Associação”, com “A” maiúsculo, e quando foi outro local genérico, como “associação”.

A organização não governamental que prestava serviço na Associação também ganhou o nome genérico de “ONG”, pelo mesmo motivo já exposto. Quando for me referir a outras instituições semelhantes deixarei claro a quais estou me referindo.

Os nomes e instituições de caráter público, como o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), ou alguma pessoa que tenha realizado algum depoimento público, foram abordados com sua denominação real.

1.4 O preparo do material para a escrita da tese

Quanto ao preparo do material para a escrita do texto da tese, penso ser importante explicitar que envolveu um processo intenso no qual agi imbuída tanto de objetividade, disciplina e pragmatismo, como de criatividade e intuição.

Os cadernos de campo foram o material central da pesquisa. Eu li e reli diversas vezes todo o material. Depois da primeira leitura, elaborei um quadro com possíveis classificações a serem adotadas como ponto e partida para a escrita da tese. Classifiquei por assunto, data, transcrevi o trecho do diário e fiz um comentário ao lado, por vezes articulado ao escopo teórico.

O próximo passo foi me dedicar às entrevistas.

Depois de ouvir todas as entrevistas, percebi que os dados do caderno de campo me

permitted access with more details and depth elements related to the theme of abjection. During the interviews, the researchers behaved, in their majority, in a clearly intimidated, embarrassed, way, which ended up limiting the scope of their declarations. It was the informal conversations, especially with the women, that brought the most enriching data for the study.

The only exceptions were interviews conducted with people who had some responsibility in some institution: a researcher, Rosinha, responsible for the administrative part of an association and who was central for the research; with two professionals from the NGO; and a citation of an interview conducted with Dr. Margaret Matos. For these interviews I dedicated myself to do the transcriptions. I used a simple technique to do each transcription, in which I marked the minutes where the speech was located and transcribed on the side each passage. I wrote the speeches in the same way that I heard them, trying to be literal to the speech contained in the recording. I included the pauses, the changes in intonation of voice, besides indicators of interrogation, syllabification and other variations that occurred in the interview, as indicated in most part for the procedures of this nature (PRETTI; URBANO, 1988). My intuition was to try to preserve, still in this stage, a material more "raw", more alive, to help me in the analysis. After doing each transcription I left the material and inserted data in the table of possible classifications.

In the period in which I did the reading of the field notebooks and the transcription of the interviews I was in the Association sporadically, which was fruitful. Immersed in the information of the field research, my perception for the materiality of the existence of those people in the Association gained intensity. It was as if the traces of that reality that the field notebook had projected, added to the memory already recorded in me, on the return to the Association gained expressive contours, defining, with plasticity.

It is certain that I had to deal with the anguish of "stopping" the field research. However, on the other hand, there were data that repeated, confirmed, gained more defined contours on the return to the field, and this was positive, helped a lot in writing. However, there were new facts, some unfoldings of situations that were in my field notebooks, new contingencies and events. I was leaving there wanting to write pages and pages in the field notebook and with the suspicion that more than a year of field research would be very interesting.

Consciente dos prazos a cumprir²⁸, defini uma data limite para finalizar a minha pesquisa de campo, e considere estas visitas como forma de manutenção do vínculo com as pessoas, e de confirmação de dados. Procurei perceber de que maneira estas novas informações poderiam nutrir aquelas que eu já dispunha, mesmo que não estivessem diretamente citadas no texto.

Como é tradição na etnografia, no caderno de campo a linguagem que utilizei foi bem informal, intuitiva e registrando as falas das pessoas, inclusive as minhas, na linguagem coloquial cotidiana, sem as exigências formais das regras gramaticais.

No momento da utilização de trechos do caderno de campo e das entrevistas no texto da tese realizei um tratamento nos dados. Para que não houvesse constrangimento dos envolvidos este tratamento envolveu a eliminação de determinadas expressões e dos erros gramaticais cometidos pelos entrevistados. Além disso, fui realizando uma série de medidas para não criar situações desagradáveis para as/os participantes, como o cuidado com o uso das palavras e a supressão de alguns trechos comprometedores. Este procedimento se circunscreveu no cuidado do tratamento de dados descrito por Fonseca (2008), na medida em que buscava estar vigilante quanto aos limites éticos de minha ousadia.

Estes foram, portanto, os principais procedimentos no trato dos dados de campo. Passo agora à descrição do percurso da vivência em campo.

1.5 O percurso da pesquisa de campo

A pesquisa de campo envolveu alguns contextos diferentes. O núcleo central foi a realização de uma vivência com abordagem etnográfica de nove meses, em uma Associação de catadoras/es de materiais recicláveis em uma cidade da região metropolitana de Curitiba. Além disso, foram realizadas várias participações em eventos diretamente relacionados às/aos catadoras/es de materiais recicláveis, pelos quais iniciarei meu percurso.

²⁸ Além disso, percebi que se somavam mais dois aspectos à questão. Primeiro, que uma pesquisa de campo pode “nunca ter fim”; sempre terão dados novos. Embora conheça o princípio das pesquisas qualitativas que envolvem pesquisa de campo, que ensina sobre o momento que a/o pesquisadora/r percebe que os dados da pesquisa se “esgotaram”, a realidade das/os catadoras/es mostrou-se tão dinâmica e povoada por complexidades que parecia impossível os dados se “esgotarem”. A saída foi pensar em “suficiência”. O outro motivo relaciona-se ao prazer que tenho em estar em campo, somado à resistência do desafiante e exaustivo exercício da escrita da tese.

1.5.1 Ampliando a lente: os eventos

A principal contribuição dos eventos em que participei foi permitir que percebesse as articulações entre as particularidades da Associação enfocada e o contexto mais geral do mundo das/os catadoras/es.

A pesquisa de campo ocorreu nos seguintes eventos: no “Fórum Estadual Lixo e Cidadania” durante um ano e meio, onde meu comparecimento foi mensal; no “4º Encontro Nacional de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis” (2013); no “1º Seminário de Formação e Fortalecimento de Empreendimentos Coletivos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis” (2014); e, na “5º Expocatadores” (2014). Nos três últimos, minha participação foi de uma vez em cada evento.

O “Fórum Estadual Lixo e Cidadania” é um evento mensal, que congrega diversas representações sociais, e é coordenado pelo Movimento Nacional das Catadoras, pela Dra. Margaret Matos de Carvalho e pelo Dr. Saint Clair Honorato, ambos do Ministério Público do Paraná. Criado em 2001, configura-se em uma reunião permanente na qual são expostos problemas, encaminhamentos e soluções sobre o mundo da catação. Congrega debates, negociação e formulação de propostas de ação relativas a questões sociais e ambientais que envolvem a gestão de resíduos sólidos. Ocorreu toda primeira quinta-feira do mês, no auditório do Ministério Público do Trabalho, em Curitiba.

Minha participação caracterizou-se pelo comparecimento ao local, no qual eu ouvia os relatos, as palestras, os debates que eram expostos no Fórum. Estas vivências foram importantes para a compreensão da Associação numa contextualização mais ampla. Perceber os pontos em comum, as diferenças, as discrepâncias e as heterogeneidades deste mundo da catação decorreu em grande parte do fato de delas ter participado. Ainda pude conhecer os diferentes atores sociais que operam em áreas correlatas à catação.

O “4º Encontro Nacional de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis” foi realizado em Praia do Leste, de três a cinco de dezembro de 2013. Segundo constava na programação que recebi no Encontro, seu objetivo era promover o diálogo e o compartilhamento de experiências entre movimentos sociais de mulheres, em espaços formativos temáticos, fortalecendo o protagonismo feminino nas lutas populares, e dentro da categoria. Estavam presentes cerca de setecentas mulheres catadoras, oriundas de diversas regiões do país.

Participei ouvindo palestras e debates, ministrando uma oficina intitulada “Dança no combate à violência contra as mulheres”, e conversei com muitas catadoras. A relevância desta vivência esteve, em especial, na relação mais próxima com a realidade de diferentes mulheres, sobretudo aquela ocasionada pela proposição da oficina. Além disso, ficamos hospedadas no mesmo local, o que facilitou os encontros para as conversas. Somado a isso, foi possível perceber os posicionamentos do MNCR relativos à questão de gênero no mundo da catação.

O “1º Seminário de Formação e Fortalecimento de Empreendimentos Coletivos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis”, foi realizado em Praia do Leste, Paraná, e ocorreu nos dias quinze e dezesseis de agosto de 2014. Este Seminário faz parte de um acordo do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do convênio MTE/SENAES 769780/2012. Como o próprio nome explica, trata-se de um evento com a finalidade de promover a formação sobre empreendimentos solidários, direcionados para a realidade das/es catadoras/es. Ocorreram variadas palestras, oficinas de formação e debates. O evento contou com a participação de catadoras/es de materiais recicláveis de diversos municípios do estado do Paraná.

Nesta vivência, segui atuando a partir da observação participante, ouvindo as palestras, conversando com as/os catadoras/es e com pessoas de instituições envolvidas no “Seminário”. Como o evento ocorreu em um período de intensa pesquisa de campo na Associação, configurou-se uma experiência enriquecedora na medida em que os registros de campo estavam “à flor da pele”. Foi como se eu estivesse emergindo das questões mais específicas da Associação e entrando em contato com debates mais generalizados e questões referentes a outras realidades.

A “5ª Expocatadores”, realizada na cidade de São Paulo entre os dias um a três em dezembro de 2014, foi o evento de maior amplitude que participei. Segundo relatório que consta no site do evento, reuniu aproximadamente quatro mil catadoras/es brasileiras/os e de outros quatorze países latino-americanos, com delegações de Honduras, El Salvador, Panamá, Guatemala, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Argentina e Uruguai. Aproximadamente dez mil pessoas passaram pelo evento. Aconteceram palestras, oficinas, apresentações de música, de teatro e de dança, feira de negócios, reuniões e debates.

Algumas solenidades contaram com a presença de figuras públicas e políticas/os, como o ex-presidente Luis Inácio Lula de Silva, o prefeito de São Paulo Fernando Haddad e a presidente da república Dilma Rousseff. A magnitude do evento trouxe à tona a amplitude do mundo da

catação, o que envolve diferentes áreas de conhecimento, interesses e poderes diversos, bem como realidades bastante heterogêneas ao longo do território brasileiro.

Durante o evento a atuação do Movimento Nacional dos Catadores foi intensa, o que gerou informações relevantes para o estudo. Acompanhei as falas de suas lideranças ao microfone do grande público, em oficinas, bem como em momentos de reuniões mais restritas entre o MNCR e os grupos de catadoras/es.

Nos três dias da “Expocatadores” tive a oportunidade de conversar com várias catadoras que eu havia conhecido, anteriormente, no “Encontro Nacional das Mulheres”, ocasionando uma maior aproximação e complementando algumas histórias de vida delas, as quais estão presentes na tese.

Todas estas vivências geraram um montante farto de informações registradas no caderno de campo, além de fotos e gravações de imagens de palestras. São informações que nutriram este estudo, se fazendo presentes, seja de maneira mais explícita ou mesmo alicerçando de forma subjacente a leitura de dados sobre a realidade pesquisada das/os catadoras/es.

1.5.2 Afinando o olhar: a Associação

Como já explicitado anteriormente, a Associação pesquisada localiza-se em um município da região metropolitana de Curitiba. Existe há cerca de cinco anos e tem como apoiadores a prefeitura do município onde está localizada, e uma organização não governamental (ONG) voltada para apoiar catadoras/es de materiais recicláveis. Os primeiros contatos com a Associação ocorreram por meio do trabalho da Prof^a Márcia Oliveira, da UFPR, que desde 2012 comparece à Associação para desenvolver um projeto de extensão. Esta colega, com a qual eu havia trabalhado no projeto de extensão já citado, convidou-me para auxiliar em algumas atividades do seu novo projeto como oficinas de capacitação de vivência e atuação em campo, para suas alunas²⁹, e a proposição de dinâmicas com as/os catadoras/es, que envolvessem a corporeidade. Foi em dezembro de 2013 que estive pela primeira vez na Associação, em um evento de confraternização

²⁹ Esta tem sido uma questão instigante debatida com a Prof^a Márcia, pois percebemos a necessidade de preparar as alunas para as vivências em campo. Estas oficinas envolviam propostas de dinâmicas corporais, leituras, reflexões nas quais a temática do lixo e da realidade das/os catadoras/es era desenvolvida. Trata-se de um procedimento que desenvolvi no projeto anterior que coordenei, ou seja, antes de ir a campo as alunas passaram por um processo de capacitação que, neste caso, foram as aulas de dança, que envolviam sensibilização e colocar as alunas em contato com a realidade das/ os catadoras/es de forma criativa, sensível e expressiva, dentro dos parâmetros da dança.

de final de ano, como um momento da pesquisa da professora Márcia.

Nesta oportunidade conheci algumas pessoas que ainda hoje, no momento da escrita, estão na Associação, bem como outras que já não compõem o quadro de trabalhadoras/es do local. Como se tratava de um evento relacionado às festividades de Natal e de Ano Novo, planejamos atividades que projetassem anseios positivos para a Associação no ano que chegava - 2014. Conduzi uma dinâmica que eu já havia desenvolvido de forma semelhante na associação de outro município, Piraquara, onde havíamos trabalhado em 2010, e que finalizou com uma Dança Circular³⁰. Durante esta dinâmica sugeri às/os catadoras/es que escolhessem três palavras que expressassem desejos e intenções para o próximo ano. As palavras escolhidas foram paz, amor e união. Dançamos, e nesta dança o nosso vínculo se iniciou. Eu ainda não sabia que seria naquele lugar que eu conviveria tanto tempo e de forma tão intensa com aquelas pessoas. Durante a pesquisa de campo, algumas vezes este momento foi lembrado por uma catadora, Rosinha, que assim explicitou o impacto daquele encontro: “eu nunca me esqueci daquele dia em que eu bati o pé porque eu queria que a Associação mudasse, melhorasse. E melhorou mesmo”³¹.

Neste dia foi possível, ainda, perceber algumas tensões nas relações internas das/os catadoras/es, sobretudo entre a presidente da Associação e a catadora Rosinha. As tensões estavam ligadas principalmente a divergências sobre a divisão de doações que esporadicamente a Associação recebe, dentre outros conflitos. Havia uma denúncia, feita por Rosinha, de que a presidente estaria se apropriando da maior parte das doações que, aleatoriamente, eram feitas para a associação, e também de que não realizava uma divisão igualitária entre as/os trabalhadoras/es. Este tipo de tensão nas relações ganhou, mais tarde, espaço na forma de relatos e gerou questões sobre a abjeção dentro do grupo, demonstrando que, aparentemente, as pequenas hierarquias estabelecidas entre as/os catadoras/es constroem possibilidades de distanciamento e de micro exclusões dentro do universo dos excluídos.

Após este encontro, vivi um período em que fiquei focada na produção do texto para a qualificação, situação que me distanciou momentaneamente da Associação. Esporadicamente,

³⁰ As Danças Circulares são um tipo de atividade que tem como base “o sentimento de união de grupo, o espírito comunitário que se instala a partir do momento em que todos, de mãos dadas, apoiam e auxiliam os companheiros. Assim, ela é indicada para pessoas de qualquer idade, raça ou profissão, auxiliando o indivíduo a tomar consciência de seu corpo físico, acalmar seu emocional, trabalhar sua concentração e memória e, principalmente, entrar em contato com uma linguagem simbólica, que embora acessível a qualquer um, não é utilizada no dia a dia”. Fonte: <http://www.dancacircular.com.br/oque.asp>

³¹ Caderno de campo 17/09/2014.

trocava informação com a Prof^a Márcia e a cada conversa sentia-me estimulada a conhecer melhor aquele local³².

Finalizado o exame de qualificação, e já envolvida com as leituras sobre abjeção, em maio de 2014 iniciei a pesquisa de campo. De maneira geral, a entrada em campo foi caracterizada por uma boa aceitação por grande parte das/os catadoras/es da minha presença. Como a maioria das/os associadas/os já me conhecia, iniciei o contato visitando o local e explicando que queria conhecer melhor o trabalho delas/es. Eu chegava ao barracão e permanecia lá por algumas horas, inicialmente observando e conversando e, com o passar do tempo, participando da triagem junto com elas/es. Aos poucos fui expressando, ainda de maneira informal, minha intenção de realizar uma pesquisa com elas/es. Tinha ciência de que havia um estranhamento em relação à minha presença, contudo, como observei por escrito no caderno de campo, “as pessoas não entendem - e com razão - o que estou fazendo lá. Mas me tratam bem”.³³ O estranhamento parecia não atrapalhar a boa relação que estabelecemos e que foi sendo construída com o passar dos dias, e, vale frisar, sempre tive um empenho em ter paciência nesta conquista de espaço e de procurar “pedir licença” para cada ação minha dentro daquele espaço que não era meu.

Agora, contemplando todo o período da pesquisa de campo, reconheço nos cadernos de campo um processo na conduta que adotei que pode ser caracterizado em três fases. Na primeira, - cerca de um mês -, parti de uma preocupação inicial em encontrar aspectos de abjeção em campo; uma segunda fase, mais demorada - sete meses -, em que minha entrega foi mais fluída, o que permitiu ser “afetada” no sentido de Favret-Saada (2005); e, uma última, de finalização, de um mês, mais consciente, numa mescla de racionalidade e intuição, avaliando que a pesquisa havia conquistado uma densidade de dados suficientes, consistentes e inspiradores para a concretização da escrita, atrelada à preocupação com os prazos formais de um programa de pós-graduação.

É preciso assumir que esta delimitação esteve influenciada pelo teor pragmático da restrição de tempo de um curso de pós-graduação, admitindo, ao mesmo tempo, os limites deste estudo neste recorte acadêmico, mas vislumbrando que uma pesquisa mais aprofundada e nos moldes da etnografia, com uma duração mais prolongada, permitiria atingir uma dimensão mais profunda e ampla da realidade da pesquisa. Contudo, mesmo admitindo suas limitações, reconheço que a vivência foi intensa e profunda, e gerou conteúdos enriquecedores para compreender os propósitos

32 Aqui cabe um reconhecimento à professora e amiga Márcia, que me estimulou, apoiou e me ensinou saberes neste percurso de estudo sobre a vida das/os catadoras/es.

33 Caderno de campo 15/05/2014.

aqui definidos.

Após este período foi necessário um distanciamento para melhor compreensão dos dados, limitando minhas visitas a cada dez ou quinze dias, com o intuito de manter um vínculo de respeito; vínculo que foi mantido, para atender a uma solicitação por parte das/os catadoras/es, que me diziam: “Vê se não vai sumir. Aparece aqui para dar um “oi” pra gente”.

No período inicial, minhas anotações de campo demonstram a mencionada preocupação quanto à presença da abjeção naquela associação. Hoje, isso me chama muito a atenção diante das histórias que vivenciei durante o tempo em que convivi com as pessoas que transitaram por lá. Na primeira ida a campo registrei no caderno de campo: “Visão geral: ida a campo para ‘entrada’, sinto que tenho que ir para a RUA para chegar ao corpo abjeto”³⁴. Emergiu, naquela fase, uma percepção de que na Associação a abjeção estaria menos evidente e que as/os catadoras/es que trabalham nas ruas e de forma individual teriam esta característica de modo mais latente.

Entendo que isso tenha uma parte de veracidade, posto que estas/es catadoras/es autônomas/os – de rua - encontram-se expostas/os a condições ainda mais precárias, como me contou uma catadora da Associação que já puxou carrinho na rua: “é melhor trabalhar aqui né, não tem sol, nem chuva”³⁵; e um catador que já trabalhou na rua assim se expressou: “o serviço é pesado”³⁶. Além disso, essas pessoas muitas vezes estocam o material em suas casas, expondo-se ao risco de doenças devido ao acúmulo de detritos orgânicos que se acumulam, e estão ainda sujeitas à exploração dos chamados atravessadores³⁷. Não existe nenhuma garantia trabalhista e o apoio das ONGs, do Movimento Nacional dos Catadores, e das prefeituras, é escasso ou nem existe.

Entretanto, passada a impressão inicial, a vivência em campo demonstrou que é pelo fato de que existe no ambiente da Associação uma intenção de diminuir a exclusão e a indignidade das condições de trabalho - contando, inclusive, com o apoio de outras instituições - que as tensões sobre a temática abjeção, os seus desenhos e as formas de enfrentamento desta problemática

³⁴ Caderno de campo 15/05/2014.

³⁵ Caderno de Campo 15/05/2014.

³⁶ Caderno de Campo 09/06/2014.

³⁷ Atravessadores são pessoas para as quais as/os catadoras/es vendem os materiais coletados e triados. Eles recebem os materiais e revendem para as diversas indústrias recicladoras. Trata-se de um comércio cheio de meandros e que tem explorado historicamente a mão de obra das/os catadoras/es. Existem relatos inclusive de situações que envolvem aluguel de carrinhos como forma de se manter as catadoras/res atreladas/os a um determinado atravessador, bem como algumas relações com perigosas áreas de crime organizado. Por motivos como estes, a figura do atravessador tem sido combatida pelo Movimento Nacional dos Catadores, pois é encarada como um grande inimigo. Aqui, novamente, alinha-se a meta de domínio do processo produtivo inteiro da reciclagem, sendo que, desta forma, o atravessador seria eliminado da cadeia. Para se atingir tal meta o papel de negociar com as indústrias de reciclagem seria assumido pelas/os catadoras/es. Essa foi uma das ações pioneiras da Rede Cataparaná, como se verá mais diante.

apresentaram dados férteis para a compreensão dessas dinâmicas, de suas várias vestimentas e faces e, principalmente, das dificuldades e armadilhas relativas à superação desta condição. Foi na relação dialética entre precariedade, incerteza e violência, e a dignidade, a esperança e o contentamento, que a abjeção ganhou contornos expressivos e conquistou lugar central nesta pesquisa.

À medida que as visitas se intensificavam eu me aproximava mais das pessoas e das “coisas” que preenchiam o barracão. Mexer nos materiais e aprender a separar junto com as/os catadoras/es foi uma ação essencial para me embrenhar neste mundo. As primeiras investidas foram do lado de fora do barracão, separando os materiais que chegavam para a doação.

Para elucidar os procedimentos que usei para lidar com a situação de chegada do material de doação, e outras dinâmicas, fiz uma descrição da geografia do local, da forma de organização das/os catadoras/es, e do próprio trabalho, como introdução à imersão efetiva dos conteúdos de campo.

1.6 A Associação: as pessoas, o espaço, a forma de organização das/os catadoras/es e do próprio trabalho

De cara me chamou atenção a grande quantidade de lixo. Havia cerca de dez trabalhadoras/es na separação. Ao lado do barracão nunca tinha reparado numa obra gigantesca de outra empresa. As pessoas trabalham embaixo dessa construção, sem luva a maioria.

O espaço: existe uma regra no espaço, mas dúvidas de onde colocar cada tipo de *bag*³⁸ e quanto à ordem da pesagem. Fiquei observando quieta. Os papelões rasgados, os plásticos separados, a grande quantidade de lixo não reciclável, as mulheres carregando *bags* de setenta quilos. As roupas sujas. As mãos sem luvas. As risadas. O silêncio do trabalho.

É um trabalho coletivo? Trabalha-se junto (todos na doação), mas separado, trabalha-se em duplas (na mesa). Divide-se dinheiro, espaço, angústias, esperança. Mas existem ruídos, brechas, pontos obscuros, fofocas, dúvidas.³⁹

A Associação foi fundada em 2010 e sua existência é resultado da ação conjunta de um grupo de catadoras/es com a prefeitura do município na qual está localizada, que construiu e cedeu as instalações próprias para a atividade da catação, e segue apoiando e acompanhando as atividades

³⁸ *Bag* é o nome designado pelas/os catadoras/es para os grandes sacos ou sacolões para acondicionamento, transporte ou armazenamento dos resíduos. É um utensílio essencial para sua labuta cotidiana. Ao que pude constatar é um termo utilizado pelas/os catadoras/es em várias regiões do país.

³⁹ Caderno de Campo 20/05/2014.

no local.

Uma dessas formas de apoio manifesta-se através de um contrato que a prefeitura firmou com uma ONG, que visa realizar um trabalho de acompanhamento, formação e auxílio nas questões administrativas e contábeis, bem como em outros aspectos da organização da Associação. Esta ONG tem vínculo direto com o MNCR, e a Associação também estabelece relação com o MNCR, embora esta última possa ser considerada uma relação com pouca intensidade. De todas essas instituições, a ONG teve um papel mais influente na Associação no período da pesquisa, e por isso está mais presente do que as demais instituições nas reflexões feitas neste estudo.

Durante o tempo de convívio na Associação ocorreram diversas mudanças quanto ao número de membros, a disposição espacial das pessoas e das práticas laborais, tendo em vista os arranjos mais rotineiros para a organização e as alterações específicas no método de trabalho.

O número de catadoras/es na Associação variou entre quinze e vinte e quatro associadas/os. Quando iniciei a pesquisa, dezessete associadas/os compunham a Associação. Destas pessoas, menos da metade - sete - continuam associadas até o presente momento e as demais se desvincularam do local, sendo que uma retornou. Observei a entrada de cinco pessoas que iniciaram suas atividades na Associação e trabalharam por pelo menos dois meses e depois saíram. Várias pessoas apareceram no local, trabalharam dois a sete dias e depois não retornaram. Enquanto eu estava em campo mais seis pessoas entraram e ainda estão lá, sendo que atualmente o quadro da Associação está mais amplo, contando com vinte e três associadas/os.

Como foi constante a troca de associadas/os, para apresentar dados que tragam um perfil geral da Associação fiz um recorte do período em que realizei a pesquisa, considerando quatro meses nos quais a Associação contava com dezessete catadoras/es. Destas pessoas, doze eram mulheres e cinco eram homens. A idade variou de dezoito a sessenta e três anos. Este é o grupo de catadoras/es, objeto de análise na parte em que faço reflexões sobre o trabalho dentro da Associação.

A dinâmica interna da Associação variou de um cotidiano de trabalho mais repetitivo e constante, para dias de mudanças nas atividades e nos métodos de trabalho. Para fins de análise, decodifiquei as transformações como componentes de dois grupos.

Um grupo congrega as transformações mais cotidianas, da lida do dia a dia e refletem a constante necessidade e capacidade de adaptação que este trabalho reivindica das/os catadoras/es. Ilustra esta situação a ausência de alguma/um associada/o, o que demanda uma nova distribuição

das tarefas, uma reunião no período da manhã que acaba impondo um ritmo de trabalho diferenciado no dia, ou a chegada de materiais em horário distinto do planejado.

O segundo grupo está vinculado a uma alteração mais marcante no método de trabalho realizado dentro da Associação, depois que se passou a utilizar uma esteira para triagem. Pude acompanhar o processo de mudança de mesas, para a esteira. Nas mesas, as catadoras/es atuavam em duplas ou trios. Em um segundo momento, como exercício de aprendizado para o trabalho na esteira, elas/es passaram a usar uma única mesa coletiva, que simulava uma esteira, porém sem o movimento da mesma. Isso aconteceu até a chegada da esteira, onde o lixo passou a ser separado, método utilizado até o presente momento. Esta foi uma alteração que trouxe elementos importantes para a análise das informações colhidas durante a pesquisa de campo porque incorpora na sistemática do trabalho um novo artefato tecnológico.

O material que chega para triagem, na Associação, pode ser classificado basicamente de duas maneiras. Uma, designa aqueles resíduos trazidos diariamente pelo caminhão da empresa terceirizada, em um acordo entre a Associação e a prefeitura⁴⁰. Trata-se, em grande parte, de resíduos domésticos do município e são chamados pelas/os catadoras/es de “caminhão da prefeitura”, denominação que adotarei no texto. Outra é aquela em que os materiais são encaminhados por empresas privadas que doam grandes quantidades, sendo retirados e transportados pelas/os próprias/os catadoras/os com o caminhão da Associação. Trata-se de um resíduo mais limpo e com menos variações de tipos de materiais, portanto, geralmente sua triagem torna-se mais fácil. Contudo, em alguns casos pode haver alguma dificuldade ocasionada por demasiado volume de materiais e, às vezes, objetos de grandes dimensões, como banners e cartazes, o que dificulta o manuseio e o transporte. Cada uma tem um grupo de catadoras/es responsáveis pelo processo operacional, escolhido a cada situação, dependendo do contexto do momento e das prioridades das funções a serem exercidas.

São várias as atividades laborais realizadas por estas/es catadoras/es. Divido em três tipos

⁴⁰ O fato do caminhão de coleta ser administrado por uma empresa terceirizada pode gerar vários questionamentos, seja porque, desta forma, podem ser estabelecidas algumas relações um tanto confusas entre poder público, a empresa e a associação, seja porque existem metas desejadas pelo Movimento Nacional dos Catadores, que anseiam outro modelo de gerenciamento dos resíduos. O Movimento reivindica que toda a cadeia produtiva do material reciclável seja administrada por catadores/as, incluindo a coleta do material. Se por um lado já existem alguns poucos exemplos em nosso país no qual esta coleta é realizada no município por catadoras/es – caso das cidades de Ourinhos (SP) e em Carambeí (PR) – por outro lado, para a realização deste serviço é necessária uma infraestrutura específica, capital de giro, e trabalhadoras/es capacitadas/os para realizar esta função. O cenário atual de várias associações não dispõe destas características, mas tratam-se de metas a serem visualizadas e estudadas pelas/os catadoras/es, poder público e seus parceiros.

de atividades.

O primeiro tipo de atividade agrega um grupo de práticas mais diretamente vinculadas à lida com os materiais: descarregar o caminhão, deslocar os *bags*, triar o material na mesa ou na esteira, pesar, prensar e fardar o material, carregar os caminhões, buscar materiais para a doação, além de algumas outras demandas que surgem no cotidiano como colocar em ordem algum material que esteja no pátio.

O segundo tipo de atividade está vinculado à manutenção do espaço e à elaboração da alimentação do grupo: limpeza do local - apenas o escritório, cozinha, copa, banheiro, sem englobar o ambiente da lida da triagem e prensa -, preparação do almoço e arrumação da cozinha e da copa após o almoço.

Por último, as atividades ligadas às funções administrativas e de organização: envolvem a contabilidade e o pagamento de serviços - telefone, água, taxas relativas ao caminhão etc. -, a compra de alimentos para o almoço, o pagamento das remunerações das/os associadas/os, a negociação para a venda de materiais, o diálogo e as relações com as instituições, a organização do grupo, das reuniões e das prioridades, a participação em reuniões internas e externas, e em eventos.

Fora estes três tipos, existiu uma atividade atípica, que ocorreu após o período eleitoral de 2014, no município, durante o mês de outubro. Devido ao volume de propaganda eleitoral espalhada pela cidade, a prefeitura solicitou que as/os associadas/os trabalhassem nas ruas realizando a limpeza das mesmas. Este material foi levado para a Associação para ser vendido. Foram dois dias de trabalho nas ruas, os quais eu pude acompanhar em grande parte.

Entre as/os associadas/os existe um grupo maior que trabalha na triagem – pode-se pensar em cerca de quinze pessoas - e duas duplas que trabalham nas prensas. (Dá para ir para outro lugar?)

Quanto à estrutura administrativa, a Associação tem um presidente - na época Seu Adolfo, e outra pessoa, que no período da pesquisa era a Rosinha, que acabava assumindo boa parte da liderança no local. Na parte administrativa, essa catadora era responsável por atender ao telefone, pelas contas a pagar, pela contabilidade, e pelo relacionamento com outras instituições e com as empresas.

Rosinha foi uma pessoa central na minha pesquisa. Desenvolvemos uma boa relação, na qual nossas conversas eram longas e cheias de histórias.

Quanto às atividades de manutenção e alimentação existe uma tabela que divide estas

funções entre diferentes pessoas, mas apenas as mulheres assumem a limpeza e a preparação do café e do almoço.

A prensa quase sempre foi assumida apenas pelos homens, com exceção de um curto período de duas semanas em que uma mulher desempenhou esta função, juntamente com um preenseiro.

O caminhão da Associação é dirigido por um catador, que é auxiliado por uma catadora. Ela busca e carrega as doações nos locais de origem e descarrega junto com o motorista, ao chegarem à Associação.

No período da pesquisa, quando frequentei a Associação, o material triado e fardado estava sendo vendido em sua maior parte para a Central de Valorização de Materiais Recicláveis, comumente chamada de Central. Mantive a mesma conduta das/os catadoras/es, usando o termo “Central” no texto sempre que fiz referência à Central de Valorização de Materiais Recicláveis.

A Central é um projeto pioneiro no Brasil e representa uma das ações para organização em rede das cooperativas de catadoras/es, sendo esta uma das metas pleiteadas pelo MNCR. Trata-se de uma iniciativa pública e privada, envolve a prefeitura do município de Pinhais (PR), o Sindibebidas⁴¹, além de contar com o apoio da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Instituto Lixo e Cidadania e do próprio MNCR. O projeto tem a aprovação do Ministério Público do Meio Ambiente e do Ministério Público do Trabalho. Tem como objetivo a valorização do trabalho das/os catadoras/es, na medida em que cumpre a função de estreitar a relação entre os materiais triados e a indústria, eliminando a figura do atravessador⁴².

Se antes as associações e as cooperativas vendiam seus materiais para os atravessadores, o que determinava um valor baixo e estabelecia muitas vezes um vínculo de exploração e dependência, a proposta de comercialização do material triado da Associação para a Central envolveu uma valorização do preço do material, principalmente por aumentar o volume de vendas

⁴¹ O Sindibebidas é definido em seu site como o “Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de cerveja e bebidas em geral, do vinho, água mineral, do azeite e óleos alimentícios, da torrefação e moagem de café de Curitiba e região metropolitana e dos trabalhadores nas indústrias de alimentação”. Entidade profissional fundada em 21 de fevereiro de 1941, o sindicato tem como premissa básica a defesa dos interesses dos trabalhadores pertencentes à categoria profissional. Disponível em: <http://www.sindibebidas.org.br/sindicato> Acesso em 14 dez de 2015.

⁴² No artigo de Bosi (2008, p. 110) consta uma descrição da atuação de um atravessador demonstrando o trajeto relativamente complexo percorrido pelos recicláveis até o destino das recicladoras. Sabemos que o atravessador está presente em toda a cadeia produtiva do sistema capitalista. O produto percorre uma rede de distribuição através dessa figura. No caso das catadoras/es, é um exemplo de como este modelo envolve situações em que o material recolhido percorre mais de um comprador o que, “provavelmente, reduz ainda mais o preço pago aos catadores com o objetivo de manter a margem de lucro dos atravessadores e das indústrias”, aumentando o preço do produto final reciclado.

para as indústrias, além de criar uma relação menos hierárquica, já que o empreendimento é administrado pela Rede Cataparaná⁴³, vinculada ao MNCR, e constituída em sua maioria por catadoras/es.

Para encaminhar o material a Associação solicitava à Central - geralmente no final do mês - que enviasse o caminhão para realizar a coleta e o transporte do material triado e fardado. Neste momento, os fardos eram pesados na balança e realizava-se uma lista com o nome de cada material, e o peso de cada fardo. Ao chegar às instalações da Central o material voltava a ser pesado. Após alguns dias eram depositados os valores da venda na conta corrente da Associação, de acordo com a cotação de cada material e a quantidade repassada para a Central. Este valor era dividido para o pagamento dos rendimentos mensais das/os associadas/os.

A Central recebia a maioria dos tipos de materiais, porém, devido a limitações relativas a técnicas de reciclagem e maquinário, ainda não lidava com os vidros e os metais – chamados de sucata – que permaneciam sendo vendidos aos atravessadores. Os valores referentes a esta venda eram destinados à compra de mantimentos para a alimentação das/os catadoras/es. 23

1.6.1 O espaço e a organização espacial

A Associação localiza-se em um terreno de cerca de cinco mil metros quadrados. A sua parte principal é um barracão de trezentos metros quadrados. O barracão tem um salão amplo no qual estão dispostas as mesas de trabalho - mais tarde substituídas por uma esteira - para realização da triagem. Numa ponta das mesas são colocados os *bags* com os materiais a serem triados e na outra um *bag* para depositar os rejeitos. As/os catadoras/es colocam-se nas laterais com vários *bags* para acondicionar cada tipo de material. Assim, todo esse conjunto – mesa (ou esteira), *bags* nas duas extremidades e nas laterais, e as/os trabalhadoras/es – constitui um amplo volume, ocupando um grande espaço.

⁴³ A Rede Cataparaná se estruturou em meados de 2004, sob a égide dos princípios do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis- sendo concretizada por meio da formalização da cooperativa Catam@are - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba e Região Metropolitana, com o escopo de formalizar uma Rede de Comercialização de Materiais Recicláveis sob a gestão exclusiva dos catadores. Sua função principal consiste na comercialização, estocagem, e beneficiamento de materiais recicláveis no Estado do Paraná, como forma de agregar valor no trabalho da categoria profissional do catador de material reciclável, eliminando da cadeia de reciclagem os intermediários.

Quando a Associação funcionava com diversas mesas, a ocupação do espaço do salão era mais espalhada e de difícil tráfego, pois eram muitas mesas somadas ao volume de *bags* que o arranjo para o desenvolvimento do trabalho comportava. Além disso, como o trabalho era realizado em pequenos grupos - de duplas ou de trios - e aparentava que as regras sobre o uso do espaço eram mais flexíveis, cada grupo conduzia a distribuição dos *bags* no espaço conforme sua predileção e prioridade. Isso, muitas vezes, gerava dificuldades na organização espacial e na escolha das prioridades na logística da lida com os *bags*.

Neste grande espaço - salão como é chamado - geralmente perto do portão de entrada, está localizada uma prensa. A outra prensa está situada próxima a esta, porém do lado de fora, também próxima ao portão, abaixo de um toldo que cobre a entrada do barracão.

O salão de trabalho é o espaço principal do barracão. No andar térreo e ao fundo, existe ainda uma sala de escritório e dois banheiros, um masculino e outro feminino. Acima destas peças, em um mezanino, encontra-se a cozinha e a copa, cujo acesso se dá por uma escada. Nestes locais, respectivamente, são elaborados o almoço e o café, já que as/os trabalhadoras/es se alimentam no local de trabalho no café da manhã, no almoço e no café da tarde. Na copa, disponibilizam de uma grande mesa e várias cadeiras, além de um sofá, uma mesinha com uma pequena televisão e uma estante. Na cozinha, encontram-se um fogão, uma geladeira, uma pia e um armário no qual são guardados mantimentos, louças, talheres e panelas. A maioria destes móveis, e dos eletrodomésticos, as/os catadoras/es encontraram entre os materiais recicláveis encaminhados à Associação. A copa é um local de conversas informais, sobretudo no momento da alimentação, e de reuniões formais do grupo para informações, decisões e acertos.

O espaço externo é empregado para estocagem dos vários estágios dos resíduos: material doméstico e comercial entregue pelo caminhão da prefeitura aguardando a triagem, material doado por empresas, fardos já prensados de material triado para a venda, sucatas e materiais e metal, rejeitos, materiais que têm destinação mais complexa ou acabam não tendo uma destinação definida, como por exemplo: as calotas de carro, geladeiras, computadores, isopores. Também é o local onde as/os catadoras/es realizam a triagem dos materiais oriundos de doação.

Ao lado da Associação tem uma grande construção de cimento de outra empresa, sem que exista uma cerca ou um muro entre o terreno da Associação e esta construção; apenas a altura da edificação acaba funcionando como divisão espacial. Sua estrutura tem um alicerce que deixa um grande vão abaixo dela. Contando com a devida permissão da citada empresa, este vão tem sido

mais um espaço utilizado pelas/os catadoras/es para estocagem dos materiais e para triagem de materiais oriundos de doação. Neste espaço, também, algumas/uns catadoras/es almoçam quando não desejam almoçar na copa, e descansam após o almoço.

Além dos equipamentos já citados - duas prensas, mesas, e atualmente uma esteira - a Associação possui uma balança e um caminhão que é utilizado principalmente para coleta de doações. A maioria destes materiais foram adquiridos com projetos realizados pela ONG que apoia o local, através do projeto federal “Cataforte”⁴⁴.

Dentro do espaço da Associação se desenvolveram três formas de trabalho, conforme pude acompanhar no tempo em que convivi com as/os catadoras/es, bem como ocorreram ali alterações na organização do espaço. No entanto, detalhes quanto ao processo dessas transformações são relatados no decorrer da tese, de acordo com os dados que permitem a discussão sobre alguns aspectos da construção da abjeção das/os catadoras/es.

A primeira forma de trabalho foi quando ele era feito em “mesas individuais” – este era o nome dado pela/os catadoras/es, embora as mesas fossem ocupadas por duplas ou trios - e os resíduos do município encaminhados pela prefeitura eram divididos para todas/os triarem nas mesas. Feita a triagem, o material era pesado e em seguida era anotada a quantidade de material de cada mesa. No final do mês cada mesa recebia sua parte do salário de acordo com a quantidade de material triado. Por isso, existiam valores díspares entre os salários, variando desde R\$ 500,00 a cerca de R\$ 1.500,00, o que demonstrava diferentes ritmos, intensidades, horas de triagem, interesses e habilidades de trabalho.

Complementando esta renda da “mesa individual” existiam os valores provenientes da triagem das doações, que era realizada coletivamente. As/os catadoras/es anotavam quem participava, o peso do material triado e após a venda do material o valor era dividido por todas/os que haviam participado.

⁴⁴ O “Cataforte” é um programa do governo federal que está atualmente na sua terceira versão. Segundo a Secretaria Geral da Presidência da República (<http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/pro-catador/videos/projeto-cataforte-beneficia-11-mil-catadores-de-materiais-reciclavéis-em-todo-o-país>), com o objetivo de organizar, qualificar e estruturar cooperativas de catadoras/es de materiais recicláveis, o programa Cataforte, já beneficiou cerca de 11 mil trabalhadores em todo o país. Para a terceira fase do programa, criado em 2009, estava previsto que as cooperativas de catadores teriam cerca de R\$ 170 milhões em recursos não reembolsáveis, e R\$ 30 bilhões em empréstimos do Banco do Brasil (BB), por meio de editais. O Cataforte 3 tinha como meta investir na compra de equipamentos, contratação de assistência técnica e consultoria, além de cursos para capacitar catadores a valorizar e vender seus produtos. A ação previa investimentos de R\$ 200 milhões em empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, possibilitando a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e na cadeia de resíduos sólidos. O Programa previa, ainda, a realização de ações de assistência técnica, capacitação de catadores e lideranças, apoio à elaboração de planos de negócios, ampliação e nivelamento da infraestrutura das cooperativas.

Logo que iniciei minha vivência em campo, ficava na beirada das “mesas individuais” observando, conversando.

Cerca de um mês depois de minha chegada o técnico da ONG que estava acompanhando a Associação apresentou a sugestão de trazer uma esteira para o local, o que gerou vários questionamentos, reuniões e algumas alterações no funcionamento do local. Apesar de várias dúvidas entre as/os associadas/os, em agosto de 2014 foi votado que experimentaríamos trabalhar com uma esteira.

Para tanto, um mês antes, elas/es decidiram fazer o que nomeei de um “projeto piloto” de esteira, e que se constituiu na segunda forma de trabalho. Juntaram quatro grandes mesas que já utilizavam, no sentido do comprimento, e fizeram uma plataforma bem comprida, como se fosse uma esteira, mas sem o movimento mecanizado da mesma. Isso resultou em uma “enxugada” no espaço utilizado para a triagem. As mesas foram condensadas em apenas uma comprida, com os *bags* ao lado das mesas para a triagem, seguindo a mesma formação. Os materiais seguiam sendo depositados em uma ponta da mesa, sendo empurrados pelas/os catadoras/es para a/o colega ao lado para fazer a triagem e na ponta final era colocado um *bag* onde eram descartados os rejeitos. Esta plataforma foi alocada quase no meio do barracão, sobrando um espaço nas laterais para deslocamento das pessoas e dos materiais. O início da mesa estava voltado para o fundo do barracão e o final perto da porta de entrada.

Neste sistema de trabalho as/os associadas/os começaram a experimentar a divisão mais equitativa dos valores dos resíduos triados. Todos separavam de forma coletiva, pesava-se o montante de material, vendia-se para a Central, e o dinheiro era depositado na conta corrente da Associação e depois dividido de forma igual entre as/os catadoras/es, descontando-se apenas os valores referentes às faltas injustificadas.

A terceira forma de trabalho, já dentro desta nova estruturação, começou com a chegada da esteira, que ocorreu em agosto de 2014, sendo que o primeiro dia de trabalho foi 19 do citado mês. A esteira foi colocada no canto esquerdo do salão, e ocupou um volume semelhante à mesa coletiva anterior e com o mesmo sentido quanto ao início e o fim da mesa. No início, as pessoas tinham que carregar os *bags* para a triagem do lado de fora do barracão, atravessando toda a sua extensão até chegar à entrada da esteira. Mais tarde, foi idealizada e realizada uma abertura na parede lateral do barracão, próxima à entrada da esteira. Esta obra foi feita pela prefeitura. Assim, os materiais que chegavam dos caminhões começaram a ser estocados próximos a esta entrada e os *bags* deslocados

para a triagem de maneira mais facilitada.

Estas transformações na configuração do trabalho geraram conflitos e tensões. Instaurou-se um clima de incertezas e isso exigiu das/os catadoras/es uma capacidade de adaptação. Toda essa situação propiciou a visibilidade de características pessoais e coletivas presentes nessa forma de viver como catadora/r. Também foi um momento no qual pude acompanhar a atuação do citado membro da ONG, de forma a conhecer aspectos de sua atuação profissional na associação e da maneira de se relacionar com as/os catadoras/es, todos elementos importantes para o momento de análise da pesquisa.

Tal conjuntura exigiu transformações na metodologia de trabalho das/os catadoras/es, relacionadas à presença, durante cerca de nove meses – de janeiro a setembro de 2014 - do referido técnico da ONG.

O técnico foi designado para conviver com as/os catadoras/es da Associação, observar seu trabalho, organizar, orientar e qualificar as/os catadoras/es quanto à gestão dos recursos e do registro da contabilidade, bem como auxiliá-las/os no esclarecimento de dúvidas, nas atividades e na tomada de decisões. Esta presença na Associação tornou-se um aspecto importante para refletir sobre as relações entre os parceiros e a Associação, bem como aspectos relativos à abjeção expressados nessas relações.

Esta ONG tem atuado em diversas associações e cooperativas de catadoras/es⁴⁵. Segundo entrevista com o técnico e com outra pessoa da equipe da ONG, e consultando documentos disponíveis na internet, o objetivo da instituição está focado na transformação socioeconômica das/os catadoras/es de materiais recicláveis, e de suas famílias. Foi fundada há cerca de dez anos e desde o início se propõe a atuar de acordo com os princípios do MNCR. Assim sendo, procura garantir a autonomia, estimular a autogestão e independência das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para tanto, tem atuado na assistência técnica administrativa, financeira-contábil e jurídica desses grupos, no estado do Paraná e em outros estados.

Outra atuação realizada pela ONG são os processos de formação, em relação aos quais argumentam que atuam a partir dos fundamentos da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo. Sendo uma organização não governamental, financeiramente não conta com uma fonte permanente de recursos e depende de projetos aprovados e financiados por recursos

⁴⁵ O anonimato desta informante foi resguardado com a exposição dos dados absolutamente necessários, preservando a conduta ética a que me propus.

disponibilizados por parceiros públicos e privados.

1.7 A pesquisadora na Associação

Durante os nove meses de pesquisa minha vivência em campo aconteceu de três a cinco vezes por semana. Os registros nos cadernos de campo foram intensos e extensos. Muitas vezes o tempo de permanência correspondia ao tempo de registro no caderno, ou seja, seis horas na Associação geravam seis horas de anotações no caderno de campo. Além da observação participante registrada nos cadernos de campo, realizei entrevistas com oito catadoras/es, com o técnico, com outra representante da ONG e com a Dra. Margaret Matos. Antes de realizar cada entrevista esclareci para as pessoas participantes o teor da pesquisa, os aspectos éticos envolvidos e propus a assinatura do “termo de consentimento Livre e esclarecido” para aquelas que ainda não haviam assinado.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado (em anexo) e foram registradas em um gravador. Durante sua realização foram proferidas outras perguntas, de acordo com o contexto das falas que afloraram.

As entrevistas com as/os catadoras/es ocorreram na própria Associação, durante o horário de serviço, em um local mais isolado do grupo. Eventualmente alguém passava perto e em seguida se distanciava. Algumas catadoras/es se mostraram mais à vontade com este procedimento, falando de forma eloquente e abundante. Outras/os pareciam mais intimidadas/os. Contudo, percebi, de maneira geral, que todas/os demonstraram certo gosto por estar sendo ouvidas/os e sua fala valorizada. O tempo de duração destas entrevistas variaram de quarenta minutos a uma hora e meia.

A entrevista com o técnico foi realizada em um escritório da ONG. Ocorreu mais ao final da pesquisa de campo, abordando várias questões que já havíamos conversado, procurando organizar e esclarecer algumas de suas concepções. Durou cerca de uma hora e meia. Já com a outra pessoa da ONG realizei a entrevista em outra sede da instituição, sendo que foi a que mais seguiu o roteiro semiestruturado; o tempo de duração foi cerca de uma hora.

Com a Dra. Margaret Matos a entrevista ocorreu durante um evento e foi uma conversa que saiu bastante do roteiro, pois ela trouxe vários assuntos enriquecedores que eu não havia previsto. Durou cerca de duas horas.

Grande parte das entrevistas serviu mais como complementação indireta das informações

do que como dados específicos que impactaram no estudo. As exceções ocorreram com as entrevistas concedidas pelo técnico e pela catadora Rosinha, que continham dados que foram agregados diretamente ao estudo, além de um trecho da fala da Dra. Margaret que abre as “Considerações finais”.

Nas primeiras visitas havia uma mistura de aceitação por parte das/os catadoras/es com uma certa desconfiança e curiosidade. Perguntavam: “De onde você é? Mas você é professora de quê? O que a dança tem a ver com catador? O que é que você quer estudar sobre o catador?”

Eu ia explicando: “Sou professora da UTFPR, faço doutorado, quero aprender como é a vida de vocês aqui e, principalmente, entender se existe preconceito com vocês e como é que o preconceito atrapalha a vida de vocês”.

Escolhi a palavra preconceito porque era a mais próxima do universo das/os catadoras/es e foi a maneira que encontrei para me aproximar da concepção de abjeção. Como corpo abjeto e abjeção são conceitos acadêmicos, e a expressão abjeção não é usada de forma corriqueira, precisava de um termo mais familiar às/aos catadoras/es, e a mim mesma, até porque este termo não fazia parte do meu próprio vocabulário antes de embarcar neste estudo. Preconceito seria uma palavra mais usual e traduziria, pelo menos em parte, a intenção de estudar a existência de conjunturas e situações mais ou menos influenciadas por uma visão negativa e depreciativa da/o catadora/r. Além disso, é uma expressão da qual eu já havia ouvido referências em outros momentos, em contato com catadoras/es.

Durante a vivência em campo, chegou um momento em que considerei necessário conversar com o grupo todo para esclarecer o motivo de minha presença por lá. Após cerca de três semanas de convivência solicitei uma conversa com elas/es.

Esta solicitação - um tempo para conversar - sempre foi um pedido um tanto desafiante. Dentro da Associação existe uma resistência à realização de pausas no trabalho, pois isto significa diminuir a quantidade de material triado e prensado, e conseqüentemente, um rendimento mensal menor. Por este motivo, sempre me senti constrangida em solicitar que parassem de trabalhar para conversar comigo. Algumas vezes eu ia a campo planejando solicitar uma pequena reunião, mas ao chegar lá percebia que poderia atrapalhar o ritmo de trabalho do dia e acabava ficando quieta. Chegou a acontecer de eu solicitar uma pausa para conversar e ser negada, seguida de uma frase; “Hoje não vai dar Daniela, estamos muito cheios de serviço”⁴⁶.

⁴⁶ Caderno de Campo 10/09/2014.

Apesar destes entraves, neste dia elas/es aceitaram.

Ciente de que contaria com uma limitação de tempo devido à urgência das/os catadoras/es em retornar ao trabalho, planejei os pontos principais a serem conversados com elas/es, querendo aproveitar bem este tempo precioso e esclarecer, na medida do possível, o que eu estava fazendo ali. Falei meu nome, a instituição na qual trabalho e estudo. Contei que já tinha trabalhado em Piraquara com catadoras/es e levei cópias do documentário e do espetáculo “Catadoras de si”. Declarei que aprendi muito lá e que gostei de conhecer a vida das/os catadoras/es e por isso decidi estudar mais sobre este tema no doutorado.

Disse que quando eu fiz o outro projeto percebi que existia muito preconceito em relação às/aos catadoras/es e que eu fiquei estimulada a compreender porque existia esse preconceito e como ele influenciava a vida delas/es. Disse que eu queria colaborar para diminuir este preconceito. Neste momento ouvi comentários delas/es: “Ah, tem muito ainda, o pessoal trata a gente mal”⁴⁷.

Parecia que a utilização da palavra preconceito mobilizou uma ideia de que eu reconhecia a dificuldade da vida delas/es, e que tinha um posicionamento de achar errado as pessoas terem tal atitude em relação a elas/es. Ou seja, de que eu tinha uma visão mais positiva a respeito do trabalho delas/es, um posicionamento contrário aos preconceitos existentes em relação às/os catadoras/es. Percebi que isso abriu uma porta de contato com elas/es, que se sentiram valorizados pela minha fala.

Falei que minha pesquisa poderia não ter resultados concretos para elas/es, que sou apenas uma professora e pesquisadora e que não tinha uma relação direta com qualquer instituição de governo que pudesse trabalhar mais diretamente nas melhorias das condições de trabalho delas/es. Contudo, que eu entendia que as pesquisas ajudam a divulgar o trabalho delas/es, permitem levantar e divulgar dados, e produzem conteúdos que podem auxiliar nestas melhorias, pois muitas das conquistas que elas/es colhem hoje em dia se baseiam em informações de pesquisas anteriores. E ainda, que considerava importante que as pessoas da universidade pudessem conhecer aspectos da realidade delas/es, ainda mais uma universidade pública que é sustentada com o dinheiro do imposto de renda da população brasileira.

Esclareci sobre a tese:

Daqui a um ano eu vou escrever uma tese, que é um tipo de livro onde eu vou contar o que eu aprendi aqui. Tenho que fazer tudo isso até o início ou meio de 2016. Daí eu vou ter que apresentar esta tese para um grupo de professoras/es, que vai dizer o que está bom e o que eu tenho que

⁴⁷ Caderno de campo, 27/05/2014.

melhorar e vocês serão convidadas/os a irem lá, caso queiram. De qualquer forma, depois que eu passar neste tipo de prova eu virei aqui na Associação e apresentarei este trabalho para vocês. E trarei cópias deste livro que a gente chama de tese, para deixar aqui⁴⁸.

Tive a impressão de que esta parte ficou meio abstrata para eles. Então eu mostrei a minha dissertação de mestrado e passei para cada uma/um ver para deixar a ideia menos abstrata, mais materializada.

Complementei:

Quero que saibam que entendo que vocês não podem ficar parando o trabalho para me dar atenção. Que cada minuto parado gera angústia em vocês, porque pode ser um leite e um pão para uma filha ou um filho. Eu vou estar na Associação e tentar não incomodar vocês, mas é claro que uma pessoa diferente no ambiente de trabalho muda um pouco a forma de funcionamento, né? Meu trabalho aqui é principalmente observar e conversar com vocês, só que quem não quiser não precisa falar comigo, aqui é o ambiente de vocês. Vou precisar apenas em um dia, uma hora de cada uma/um, para, mais para frente fazer uma entrevista. Isso será feito só com quem quiser também⁴⁹.

Neste momento ficaram alarmados, deram risada, acharam meio engraçado. Eu ri junto, e segui: “Como eu trabalho na universidade, eu necessito demonstrar lá que vocês concordam que eu fale de vocês na minha tese. Vou trazer um papel para a gente preencher juntas/os, e que quem quiser assina, me dando permissão para falar de vocês no meu trabalho”.

Alguns sorrisos apareceram nos rostos, seguidos da fala: “Ah, eu assino”.

Outras pessoas tinham uma feição desconfiada. Mais tarde, uma catadora me contou que após essa reunião algumas pessoas falaram que não iam assinar porque eu poderia utilizar a assinatura delas/es para “alguma coisa ruim”, como, por exemplo, para abrir algum crediário. Eu falei para esta pessoa que elas/es tinham o direito de desconfiar de mim, porque não me conheciam e que ninguém seria obrigado a nada. Procurava me posicionar entendendo que as relações de confiança se constroem em um processo mais demorado e que em campo nem todas/os vão gostar da minha presença ou ser colaborativas/os com a pesquisa. Tentei dar espaço para as tensões, as desconfianças, e para que, se fosse o caso, que discordassem sobre minha presença.

Conclui:

Eu vou deixar aqui este papel, que na universidade a gente chama de “termo de consentimento livre e esclarecido”. Tem justamente este nome porque cada uma/um é “livre” para escolher assinar ou não, e “esclarecido” significa que eu esclareci quanto ao conteúdo dele e como é a pesquisa que quero fazer⁵⁰.

⁴⁸ Caderno de campo, 27/05/2014.

⁴⁹ Caderno de campo, 27/05/2014.

⁵⁰ Caderno de campo, 27/05/2014

E então chegou um momento desafiante: ler todo o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Para a construção deste termo realizei leituras e estudos, conversas com o orientador, até configurar um bom resumo, que foi considerado como o mais completo e enxuto possível, numa linguagem menos acadêmica e mais acessível para aquela realidade⁵¹. Isso resultou em três páginas. A extensão do documento colaborou para que a leitura fosse dura e cansativa. Procurei ler de forma pausada, com explicações bem informais e sempre checava se estavam compreendendo o que eu falava.

A sensação foi de que, por um lado, compreenderam um pouco sobre aquele documento e, por outro, pareceu que estávamos mais cumprindo uma formalidade relacionada à burocracia da universidade, o que gerou várias reflexões nesta minha trajetória de pesquisadora.

Em relação ao primeiro ponto ficou a impressão de que elas/es se sentiram respeitadas/os, pelo cuidado em informa-las/os sobre o teor da pesquisa, e o fato de deixa-las/os escolher sobre sua forma de participação e a possibilidade da assinatura delas/es ser necessária para a utilização das informações referentes a cada uma/um.

Mais do que cumprir formalidades, este momento da leitura do termo de compromisso trouxe à tona a questão da relação entre pesquisadora/r e participantes, levantada em debates incisivos sobre a imposição de procedimentos de outras áreas - nomeadamente as biomédicas - para pesquisas qualitativas, com o intuito de se garantir a cientificidade da pesquisa, bem como enfrentar os dilemas éticos. Destaco os estudos que eu havia realizado para a redação do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), bem como as leituras mais gerais sobre etnografia, método onde essas questões são mais evidentes.

1.8 O termo de consentimento livre e esclarecido

Não só na Antropologia, mas em praticamente em todas as áreas de conhecimento têm ocorrido debates sobre dilemas éticos, ficando evidentes os confrontos entre os estudos que adotam metodologias qualitativas e os problemas advindos da padronização de procedimentos em áreas

⁵¹ Sempre é importante frisar que aqui não está em julgamento qual linguagem é mais correta ou incorreta, melhor ou pior. O que importa é assumir que a linguagem acadêmica é diferente da linguagem cotidiana da maioria das/os catadoras/es, e que cabe a mim, como pesquisadora, oportunizar uma ponte entre a linguagem acadêmica e a linguagem informal, de acordo com a realidade cultural e social das pessoas com quem realizo a pesquisa. E, também ter clareza da existência de tensões e limitações na construção dessas trocas.

com abordagens quantitativas, que supostamente garantiriam uma conduta ética das/os pesquisadoras/es. Na realidade, esses debates explicitam tensões entre as pesquisas na área das Ciências Humanas em contraposição às Ciências Biomédicas e as Exatas.

Existem posicionamentos que não deixam de levar em consideração a complexidade e as tensões inerentes às pesquisas com pessoas, mas que buscam outros recursos, mais condizentes com as características que uma pesquisa qualitativa requer para que sejam assegurados os procedimentos éticos⁵².

Uma referência para estas reflexões é a obra “Antropologia e ética: o debate atual no Brasil” (VÍCTORIA et al., 2004), na qual constam vários artigos sobre os dilemas éticos na pesquisa qualitativa e, sobretudo, nas pesquisas etnográficas. Nestas reflexões é necessário assumir, como exposto no prefácio do livro, que a ética, com suas reverberações normativas, provoca a procura por princípios admissíveis de comportamento e ação. Desta forma, discutir ética sempre provoca um debate político e sujeito a mudanças.

Em campo, isto ficou latente, pois vivenciei o dilema de que aquilo que é ético em um momento pode não ser em outro, pois depende de diversas variáveis. Este é um desafio constante para a/o pesquisadora/r, desafio que demanda sensibilidade e capacidade de avaliação em cada situação. Demanda igualmente a habilidade e a humildade de admitir que nem sempre se vai “acertar”, e que o “erro”, a “mancada” em campo também constroem a trama das relações que se estabelecem com as pessoas. A habilidade desenvolvida para lidar com possíveis deslizamentos é mais construtiva para o bom andamento da pesquisa do que a ilusão de que eles não ocorrerão, ou a ideia de que está “tudo perdido” caso ocorram.

No caso do TCLE, evidenciou-se que um procedimento escolhido no momento do planejamento da pesquisa, com o intuito de assegurar os contornos éticos da mesma, foi uma escolha pautada em alguns parâmetros acadêmicos. Todavia, em campo, no corpo a corpo, participando da vida cotidiana das pessoas, foi possível perceber e adentrar em particularidades relativas a esta escolha, o que permitiu e, muitas vezes exigiu, assumir outras funções.

A leitura do TCLE foi uma atitude na qual me senti esbarrando em uma delicada construção de relações de poder. Não avalio que eu estivesse agindo de forma ingênua em relação aos dilemas

⁵² Para além daqueles que enfocarei, destaco as discussões sobre a temática, as solicitações direcionadas as/aos antropólogas/os para a realização de laudos relativos a processos jurídicos, administrativos e políticos, como por exemplo, para “comprovação” quanto à origem, etnia e questões culturais, como no caso dos indígenas e quilombolas. No livro que será citado a seguir existem artigos que refletem sobre estas questões.

que coloco, pois eu os conhecia. Porém, enfrentava um conflito: sabia que o TCLE possuía características destoantes do tipo de relação em campo que eu aspirava desenvolver, com fortes nuances da etnografia. Por outro lado, eu me preocupava com as exigências formais do ambiente acadêmico, relativas à defesa de tese, participação em congressos e publicação de artigos.

Sem dúvida, esta escolha foi influenciada pelo contexto no qual eu estava, pois no momento do início da pesquisa de campo a universidade passava por reflexões sobre os procedimentos éticos em pesquisa e o PPGTE ainda estava em processo de definição quanto ao seu posicionamento. Nesta indecisão, o prognóstico era de que a tendência do programa seria aderir às normas vigentes na maioria das universidades⁵³.

A opção em realizar o TCLE ocorreu, portanto, num momento de adequação e de indefinição do programa de pós-graduação ao qual estava vinculada. Resumindo, eu sabia que nesta pesquisa o TCLE destoava dos objetivos e da metodologia propostos, bem como dos meus anseios enquanto pesquisadora. Em contrapartida, eu temia sobre os rumos que os procedimentos éticos de pesquisa tomariam na UTFPR e no PPGTE, prevendo a possibilidade de ocorrer alguma deliberação que prejudicasse o andamento do estudo.

Diante deste cenário decidi adotar o TCLE, e após as primeiras idas à Associação estava apreensiva sobre qual seria a melhor ocasião de apresenta-lo às/os catadoras/es. Decidi que já que iria adota-lo parecia melhor fazer o nosso “trato” assim que eu tivesse estabelecido uma boa relação com elas/es.

Tal decisão era reforçada por mais uma dúvida: se fizesse na fase inicial da pesquisa cumpriria com os pré-requisitos formais, que ditam ser necessário ter este documento assinado pelas/os participantes desde o início da pesquisa para poder fazer uso das informações, mas sabia que seria uma ação que tinha potencial de colocar ruídos e tensões nas relações.

⁵³ Não havia no programa uma cultura do projeto de pesquisa ser submetido a um comitê de ética. Lembro-me de duas características do PPGTE com relação a este aspecto. A primeira relativa ao seu campo de estudo, pois a interdisciplinaridade está bastante ancorada nas áreas de Humanas e Sociais, tal como a Filosofia, Sociologia e Antropologia. Portanto, os procedimentos metodológicos e éticos originam-se em boa parte destas tradições de conhecimento, estando, assim, distantes dos parâmetros da área de biomédicas que tem dominado os comitês de ética das universidades e, sobretudo, as avaliações de pesquisas com ou em pessoas. Outra característica a ser notada é que a UTFPR só se constituiu, como universidade no ano de 2005. Portanto, as pesquisas acadêmicas, suas exigências e procedimentos têm se ampliado e firmado nos últimos anos. O comitê de ética da UTFPR, por exemplo, teve seu regulamento aprovado na universidade em 2009. Passou pelas tramitações de eleições de seus membros e obteve seu credenciamento junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde. Em 2012, o CEP/UTFPR iniciou suas atividades. Iniciei meu trabalho de campo em 2014, num momento das primeiras experiências do CEP/UTFPR e de adaptações, debates e definições nas diversas instâncias da universidade.

Minha opção corroborava com as escolhas da área da antropologia, na qual se estabelece que os primeiros encontros de uma pesquisa de campo são

[...] frequentemente os mais delicados, dada a intensidade do estranhamento nestas ocasiões, não são os mais adequados para realmente fazer passar de maneira completa e diferenciada os objetivos e pormenores de uma pesquisa, em especial porque o antropólogo em geral *vive com* quem ele pesquisa, e confiança é um truísmo, não se adquire de imediato (RIBEIRO, 2004, pp. 11-12, grifos do autor).

Assim, se de um lado, sob o ponto de vista formal, eu “precisava” concretizar este procedimento tão cedo quanto fosse possível, de outro, o vínculo de confiança estava em pleno processo de construção. Esta tensão emergiu ao ler o TCLE, pois senti que se eu fosse uma/um catadora/r ali presente, eu perguntaria: “Mas precisa deste documento para confiar em você? Quer dizer, então, que temos que desconfiar de você e só com o papel assinado é que se torna firmada nossa confiança”?

A dureza da linguagem e do significado de um TCLE, carregado de academicismo e da cultura letrada - por mais que tenha existido um empenho em suavizá-los - trouxe um distanciamento e uma hierarquia que demarcou as relações. Ser uma “professora” da universidade, somadas as minhas demais marcações sócio culturais, como a cor da pele e dos cabelos, fala e vestimenta, parece que foram características sancionadas neste momento, como se fosse um carimbo de autenticidade. Foi em campo que a fala do experiente antropólogo fez ainda mais sentido:

Então, o consentimento informado me parece pouco produtivo para o trabalho do antropólogo. Quando o antropólogo faz a pesquisa de campo ele tem que negociar sua identidade e sua inserção na comunidade, fazendo com que sua permanência no campo e seus diálogos com os atores sejam, por definição, consentidos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 34).

O TCLE pode forjar um tipo de relação formal que traz no papel timbrado com o símbolo da universidade uma marca de diferença cultural e, no meu caso, aparentou semear que a confiança devia ser assegurada por meio de artifícios normativos, apoiados em leis externas àquela relação. Nesta situação, pareceu sobrar pouco lugar para aquilo que o autor, acima referido, sugere como conduta adequada da/o pesquisadora/r: a conduta de negociar identidades, pois uma boa porção da identidade parece já ser cunhada. Na relação com as/os catadoras/es, uma parte - a minha - sabe ler, domina as normas acadêmicas e exige uma ação burocratizada para ali estar; e a outra parte, pouco compreende desta leitura, não domina seu conteúdo, e se vê, provavelmente, compelida a assinar tal termo.

A negociação para a permanência da/o pesquisadora/r e para que os diálogos venham a ser consentidos colabora para que se perca o trançado das relações, construído ponto a ponto, e que não pode ser substituído por um documento.

Todavia, devo admitir que a negociação da minha identidade, bem como minha inserção na Associação, foi se delineando no dia a dia, em sorrisos e silêncios, em risadas e histórias, em olhares e garfadas de arroz e feijão, e o TCLE foi ficando em segundo plano. Sei que nunca deixei de ter estas citadas marcas em mim, que são minhas e falam de quem eu sou. Determinam espaço de abjeções, pois eu ocupo um lugar social mais “normal” do que as/os catadoras/es. Se minha “normalidade” esteve latente, minha “humanidade” também marcou presença. Fui afetada e afetei as pessoas, retomando a fala de Favret-Saada (2005). Em campo, esta negociação foi trilhada com uma ação em especial: o ato de ouvir, “sabendo escutar”, no sentido que Paulo Freire (1996, p. 113, grifos do autor) tão bem recomendou: “não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a *escutar*, mas é *escutando*, que aprendemos a *falar com eles*”. Nesta trama, foi se construindo um espaço humano de convivência, onde busquei “saber escutar” e, com a escuta, pude conhecer saberes diferentes, para além daqueles formais e/ou acadêmicos.

Outro aspecto que causou desconforto em mim foi a necessidade de definir previamente o objetivo da pesquisa, item obrigatório da redação de um TCLE. Muitas das pesquisas qualitativas principalmente, as de cunho etnográfico, como relembra Cardoso de Oliveira (2004, p. 35), pressupõem que não seja desejável uma demarcação bem amarrada e definitiva do objetivo da pesquisa na sua fase inicial. Estava ciente e aberta à possibilidade do objetivo do estudo poder ser redefinido no campo ou depois dele, já que, como pontua Guerriero e Minayo (2013), as descobertas que ocorrem no trabalho de campo nunca podem ser totalmente previstas *a priori*.

Embora eu tivesse convicção disso, ainda não tinha vivenciado um mal estar por assumir perante as pessoas que participavam da pesquisa uma espécie de compromisso em relação à possibilidade de retorno a elas, objeto da pesquisa, de uma tese que enfocasse a temática de seu trabalho como catadoras/es. E se no meio do percurso a vivência gerasse outros conteúdos que fossem mais contundentes e significativos para a pesquisa? E se existisse algum aspecto ético descoberto em campo que fosse restritivo para abordar a temática da abjeção, ou como coloquei a elas/es, do preconceito? Conjeturei, inclusive, se eu não ficaria demasiadamente apegada a este objetivo definido, devido ao “compromisso” que a leitura e a assinatura do TCLE poderiam gerar.

Neste sentido, existia um risco de sucumbir à tentação de forçar a adequação dos dados da pesquisa ao objetivo explicitado.

Quanto a esse ponto, dois aspectos devem ser colocados. O primeiro diz respeito ao cuidado em relatar o objetivo da pesquisa, que procurei deixar bem amplo e contendo espaço para mudanças e adaptações. Vale citar como o objetivo constava no TCLE: “O objetivo desta pesquisa é compreender como se configura o preconceito em relação às/aos catadoras/es de material reciclável, qual a opinião destas/es catadoras/es sobre esta questão, bem como outros aspectos relacionados a este tema”.

Esse foi o objetivo possível de configurar naquele momento, considerando também que eu busquei uma formatação que julgava mais acessível para o entendimento das/os catadoras/es. Portanto, a amplitude da abordagem da temática do preconceito foi propositalmente registrada, para, na medida da demanda do desenvolvimento do estudo, poder ter uma flexibilidade na abordagem do tema.

O segundo ponto, possivelmente mais relevante, foi um trato consciente e firmado comigo mesma. Eu me propus viver a pesquisa de campo com tudo o que tinha direito na intensidade que o mundo das/os catadoras/es me transportasse, com as mobilizações emocionais que estas relações pudessem reivindicar, dentro das minhas possibilidades e limitações, confiando nos direcionamentos, na cumplicidade e nas proposições de meu orientador e aberta para alterar os próprios objetivos da pesquisa, se necessário.

Esta conduta foi determinante para lidar com mais seriedade e liberdade com os desafios atrelados aos “procedimentos éticos de pesquisa”, representados aqui pelo TCLE, e que trouxe uma construtiva convivência junto aos/os catadoras/es.

Assumidos aqui os riscos e tensões em divulgar o TCLE na Associação, em seguida solicitei a elas/es que refletissem sobre nossa conversa e que elas/es podiam dizer se me aceitavam pesquisando lá dentro ou não. Deixei uma pasta com cópias do TCLE na copa e disse que elas/es poderiam ler o documento, levar para casa e tirar dúvidas comigo nos dias seguintes. Complementei, com a seguinte observação: “Vejam o que acham e daqui a alguns dias voltaremos a conversar”.

A “ressaca” do impacto da leitura do TCLE parece ter sido mais forte em mim do que nas/os catadoras/es. Pelos motivos acima expostos, levei um bom tempo antes de retomar o TCLE. Eu saía a campo planejando: “Hoje tenho que retomar o assunto do termo de consentimento com

ela/es”. Todavia, ao estar lá, se conversava, os resíduos eram triados por nós, o silêncio era aceito e os olhares se cruzavam. As relações eram construídas a cada pequena troca humana, tecendo um consentimento muito mais esclarecedor e livre, além de corporal, vivo, real, verdadeiro e delicado, entre eu e as/os catadoras/es. Um consentimento com sua força e com sua fragilidade, com encontros e alguns desencontros, um consentimento de gente, humano. Risadas, almoços, caronas, perguntas, cumplicidade, diferenças, estranhamentos e empatias.

Os dias de campo avançavam, eu ia embora e não levantava a questão de retomar a assinatura do documento. Internamente me cobrava uma definição desta questão, e ao mesmo tempo permitia que a construção das relações em campo e meus saberes sobre relações de pesquisa com gente tivessem vez e voz. Até que um dia, passadas cerca de três semanas, a catadora Teresinha, falou: “E aí, professora, eu trouxe meu RG para preencher aquele papel, você não vai fazer com a gente?”.

Surpresa eu respondi: “Ah!... trouxe? Que bom! Vamos fazer sim, Teresinha. Fico feliz porque a senhora aceitou participar da pesquisa”. Fui preencher o termo com ela, que antes foi até o armário onde guardava sua bolsa e retornou com seu RG na mão.

Este foi o tempo permitido, ditado pelas/os próprias/os participantes. Depois dela, aos poucos uma/m a uma/m foi assinando o termo. Umas/ns mais tímidas/os, e até mesmo um tanto enciumadas/os. Quando perguntava se queriam preencher o termo, me respondiam brincando: “Achei que a senhora não ia me chamar... não gosta de mim?”. Ríamos juntas/os. Passado este momento, chegamos a um estado de convivência intenso e com certo conforto com minha presença na Associação.

Comparecia na Associação de três a cinco vezes por semana, como relatado. Percebi que a hora da alimentação delas/es era um momento muito rico de conversa e de interações mais descontraídas. Além disso, senti que o fato de me alimentar com a comida delas/es nos aproximava, parecia que demonstrava que eu não “tinha frescura”. Quando eu estava indo embora perto do almoço, elas/es mesmas/os começaram a me dizer: “não vai ficar pra almoçar com a gente professora?”. Comecei a planejar para vários dias almoçar lá. Nestes dias, várias vezes eu subia para a cozinha e ficava lá ajudando e papeando com a cozinheira do dia.

A cozinha, o ato de cozinhar e o fato de ficarmos uma hora apenas nós duas por lá, oportunizava conversas frouxas, temperadas com histórias pessoais, da infância, dos casamentos, da criação dos filhos. Entre um alho picadinho e uma água fervente da chaleira derramada sobre o

arroz, na alquimia do cozinhar, as histórias dessas mulheres me eram transmitidas como sinal de confiança. Confiança conquistada no dia a dia, independente do TCLE.

Como minha participação nos almoços começou a ser frequente, perguntei a elas/es se poderia colaborar com mantimentos para a refeição. Havia dias em que a Associação estava com dificuldades para ter um almoço mais farto, carecendo em alguns momentos de saladas e carne e eu me sentia mal em ser mais uma boca para comer, podendo comprometer na quantidade de alimentação para alguma/m associada/o.

Em alguns dias passei a levar algumas colaborações para o almoço, como carne de frango, repolho para a salada ou chuchu. Quando eu chegava com as sacolas de supermercado nas mãos, muitas/os já ficavam esticando o pescoço e os olhos para tentar ver o que eu estava trazendo. Foi uma atitude que pareceu bem aceita pelo grupo e que me deu condições de almoçar com elas/es, sem sentir que estava de alguma forma abusando do pouco que tinham para partilhar.

No momento do almoço, a gente fazia fila na beirada do fogão para se servir. Às vezes a carne era disputada. Ali alguns afetos foram expressos. Havia uma catadora, Andrea, que gostava de separar uns pedaços de carne para Rosinha e me dizia: “O pessoal me chama de ‘puxa saco’, mas eu separo essa carne para ela porque eu gosto dela e não acho justo uns pegarem muito e não ficar nada para ela, que trabalha tanto”⁵⁴.

Esta era uma catadora que apresentou certa resistência à minha presença, como ela mesma relatou um dia. Até que, depois de alguns meses, quando eu fui entrar no final da fila para me servir, Andrea alcançou-me um prato com um pedaço de carne que previamente ela tinha separado, e disse: “Toma, senão acaba antes de você chegar lá. O pessoal já vai me chamar de ‘puxa saco’, mas eu não estou nem aí”⁵⁵.

Sem querer ser “puxa saco” ela declarou desta forma que me aceitava ali e que gostava de mim. Este é um exemplo de como o momento do almoço trazia possibilidades de desenvolver outros laços, fora das práticas laborais, e da importância da minha participação nesses momentos. Laços de aproximação, acolhimento, aceitação, familiaridade, que me permitiram entrar no mundo das/os catadoras/es, sem os quais não teria tido o acesso necessário ao desenvolvimento da pesquisa.

Houve um período em que sempre eu comparecia na Associação e ficava nas mesas lá fora

⁵⁴ Caderno de campo, 13/06/2014.

⁵⁵ Caderno de campo, 11/09/2014.

na doação triando com elas/es. Devido às condições do local e à atividade realizada, comecei a ter um “uniforme” de trabalho. Eu usava botas de borracha para proteger meus pés da umidade do chão e de machucar pés e tornozelos, escolhia roupas confortáveis e maleáveis, pois sentia necessidade delas para me movimentar na triagem. Sempre prendia meus cabelos, que estavam compridos. A atitude em relação aos cabelos tinha dupla função: uma de não enganchar ou sujá-los com o material. Outra para encobrir um pouco de minha cara de “classe média” que acredito que meu cabelo auxilia a evidenciar.

As marcas sociais, bem como o fato de eu chegar com meu carro na Associação, foram negociações de identidade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 34), que se conectaram com as concepções de corpo abjeto e trouxeram reflexões importantes para minha estadia em campo, como já comentado na reflexão sobre o TCLE. Havia momentos em que eu era uma demarcadora da abjeção. Minha presença, minha história cunhada em meu corpo representavam uma narrativa do que é normativo e aceito e do que não é aceitável e, assim, abjeto.

Além do que já foi exposto quanto à negociação, a demarcação entre estes espaços ficou ainda mais evidente na relação que desenvolvi com o técnico da ONG que prestava serviço na Associação. Estabelecemos uma boa relação no sentido dele demonstrar abertura e colaborar através de conversas e esclarecimentos sobre as questões que iam surgindo. Também se conversava sobre outros assuntos, de ordem mais pessoal, como os desafios de educar as/os filhas/os, ou assuntos relacionados ao meio universitário.

Despertou minha atenção a forma como o técnico assumia uma divisão social bem clara dentro daquele ambiente, nomeando eu e ele de “nós” que somos de uma realidade diferente, e “eles”, referindo-se às/aos catadoras/es. Se isso correspondia à realidade devido à distinção factual, principalmente quanto à classe social, às referências culturais e a educação formal, para mim foram se esboçando as demarcações entre aquelas/es socialmente aceitas/os, desejáveis, aqueles corpos que importam, contrapondo-se aos corpos que não importam, abjetos.

Acredito que, como pesquisadora, todos esses procedimentos em relação ao modo como se estabeleceu a aproximação e a convivência em campo, com todas as implicações que o método etnográfico traz como desafio ao pesquisador, são suficientes para fundamentar a escolha do caminho metodológico que percorri na minha tese.



Fotografia 3: Daniela Kuhn
Durante pesquisa de campo na Associação

Capítulo 2

O trabalho de catadora/r e a construção da abjeção

CAPÍTULO 2

O TRABALHO DE CATADORA/R E A CONSTRUÇÃO DA ABJEÇÃO.

Não é nosso trabalho que é indigno.
O que é desumano e indigno são as condições nas quais trabalhamos⁵⁶.
(Maria Tugira da Silva, catadora de materiais recicláveis).

2.1 Antes: uma ponderação sobre disparidades

Inúmeros são os estudos nos últimos anos que fazem reflexões sobre a realidade das/os catadoras/es de material reciclável, haja vista que estas/es são consideradas/os como uma categoria de trabalhadoras/es da estrutura do capitalismo na era do consumo de massas onde a produção por excelência é de descartáveis. Artigos e, sobretudo, dissertações e teses sobre esta problemática foram produzidos em vários campos de estudo, como educação, sociologia, antropologia, filosofia, psicologia, saúde pública, geografia. A diversidade de áreas de estudo que abordam esta temática evidencia a complexidade desta realidade, que acaba por requerer análises a partir de diferentes abordagens, as quais apontam para uma impossibilidade de esgotamento de suas análises.

Com as leituras que versam sobre diferentes localidades brasileiras, somadas principalmente às experiências em encontros de catadoras/es que participei, pude visualizar que no âmbito nacional existem muitos pontos em comum na vida das pessoas que exercem esta profissão e, ao mesmo tempo, variáveis gritantes entre algumas realidades.

Durante o “4º Encontro Nacional de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis” uma catadora de uma cidade satélite de Brasília disse-me, indignada:

Eu estou revoltada. Acabei de conversar com minha colega ali, de uma cidade do lado da minha, e ela me disse que está recebendo mais de mil reais por mês, tem luva, tem bota, almoço. Trabalha com carteira assinada, tem até vale transporte! E eu estou recebendo, quando muito, quinhentos reais, sem mais nada disso. Pois não está certo isso, tenho três filhos, três filhos para dar do que comer.⁵⁷

Nos encontros de catadoras/es sempre ocorriam trocas de experiências - seja de maneira

⁵⁶ Esta foi uma fala que ouvi de membros do MNCR, durante os eventos. No dossiê “A situação de famílias catadoras de resíduos sólidos e a gestão de resíduos em Uruguaiana (RS) 1950 – 2013”, esta fala está atribuída à catadora Maria Tugira da Silva, que tive o prazer de conhecer no “4º Encontro Nacional de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis” e na “Expocatadores”. Disponível em: http://fld.com.br.s125105.gridserver.com/arquivos/DOSSI_Uruguaiana-Verso_final_nov2013.pdf

⁵⁷ Caderno de campo 04/12/2013.

mais formal nas oficinas e palestras ou através de conversas - nas quais pude presenciar catadoras/es vivenciando aprendizados pertinentes ao seu trabalho a partir da realidade da/o colega “de outras bandas”, gerando momentos de surpresa e de revolta semelhantes ao descrito.

Nestes eventos, as/os representantes do MNCR demonstravam estar cientes da existência destas disparidades. Ao microfone, para plateias, em diferentes eventos ouvi dessas lideranças do MNCR que isso deveria ser encarado como uma inspiração para cada uma/um ser solidária/o, compreender que a/o colega está precisando de mais incentivo e não, o contrário, ser motivo de desavença. Um ponto, por exemplo, debatido durante a “Expocatadores”, tornou as diferenças regionais evidentes: as regiões sul e sudeste detêm na atualidade mais infraestrutura e investimento de políticas públicas para catadoras/es se comparadas às regiões norte e nordeste.

Se esta é uma realidade que tem gerado debates e embates entre as/os catadoras/es, é necessário assumir que, para além do que é delimitado como catadora/r de material reciclável, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵⁸, esta profissão abarca inúmeras configurações, desde o universo do lixão, a/o catadora/r de rua, associações com estrutura e rendimentos mais precários, e associações mais bem estruturadas e com rendimentos acima do mínimo brasileiro. Frequentemente, o fato de uma/um catadora/r fazer parte de uma associação ou cooperativa não determina a conquista de condições dignas de trabalho, como, por exemplo, estar dissociado do domínio e exploração dos atravessadores ou utilizar equipamentos de proteção.

Tem-se ainda, nestas configurações, ilimitadas variáveis: métodos de triagem, formas de armazenamento, preço dos materiais, tipos de relação entre as/os associadas/os, logística de venda, se contam com o apoio de alguma ONG, se estabelecem relações com outras instituições e o que caracteriza estas relações, principalmente as que se estabelecem com o MNCR e o poder público, nomeadamente as prefeituras.

Varia muito também a relação afetiva da/o trabalhadora/r com sua atividade. Ser catadora/r pode constituir uma parte fulcral da identidade desta categoria de trabalhadora/r. Geralmente atrelada à história familiar na catação, esta identidade construída pode ser percebida em declarações

⁵⁸ A Portaria 397 do MTE, publicada no dia 9 de outubro de 2002 inseriu na “Classificação Brasileira de Ocupações” (CBO), para uso em todo o território nacional, a profissão de “catador de material reciclável”, com o código 5192-5.15. Esta classificação é identificada por muitas/os catadora/es como um marco histórico, pois assim passaram a ser oficialmente reconhecidas/os enquanto uma categoria profissional. A CBO descreve como “Descrição Sumária” da profissão: “Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis”. Disponível em: <http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519205-catador-de-material-reciclavel>. Acesso em 08 out. 2015.

como “eu nasci num lixão, minha mãe era catadora e eu quero melhorar esta vida para meus filhos quererem ser catadores”⁵⁹.

Existem catadoras/es que apresentam outras dimensões em sua relação com a profissão, como aquelas que são percebidas em depoimentos neste perfil: “é bom este trabalho, porque se eu fico em casa não tem com quem conversar e eu já fico pensando besteira, já fico com depressão. Aqui, quando eu tenho um problema, já converso, já falo com as colegas, ouço uns conselhos, melhor que ficar em casa”⁶⁰. Parece, portanto, significar uma atividade que tem como intensa motivação ser fonte de socialização. Ou ainda, para algumas pessoas este trabalho é passageiro, gerando um posicionamento do tipo: “Vou ficar aqui até conseguir algo melhor. Tenho que trabalhar né, sustentar as crianças”⁶¹. Sobressai nesta última fala uma caracterização da catação como um modo de sobrevivência, sem qualquer referência às demais dimensões que a catação envolve.

Recordo que quando estava na “Expocatadores” conversei com uma catadora e um catador de uma associação de uma cidade do interior de Minas Gerais, que me falaram sobre uma dificuldade que estavam passando. A catadora queixou-se da prefeitura da sua cidade, explicando que ela “não apoia a gente em nada, ao invés disso está instalando uma incineradora de lixo na cidade. Eles dizem que é só para lixo hospitalar e os rejeitos, mas a gente sabe que não é assim”⁶². O catador esclareceu que a indústria instalada na cidade iria receber pagamento por tonelada de lixo incinerado. Por isso, ele acreditava que iam enviar o material que deveria ser encaminhado para triagem na associação para a tal indústria. E finalizou: “a gente acabou de ver aqui na “Expocatadores” uns catadores de outra cidade comemorando que a prefeitura vai contratar eles, vai pagar o rendimento mensal; e a nossa prefeitura vira as costas assim para a gente”. Ele temia que fosse escasseado o material de trabalho, ponderando que mesmo os resíduos recicláveis, que antes eram encaminhados a sua associação, acabariam sendo destinados para a indústria de incineração devido a interesses financeiros.

Dentre as tantas discrepâncias, registro aqui as diferentes e divergentes atuações das prefeituras municipais, a ponto de ser corriqueiro ouvir de catadoras/es: “o nosso prefeito cuida

⁵⁹ Caderno de campo 03/12/2014.

⁶⁰ Caderno de campo 22/10/2014.

⁶¹ Caderno de campo 21/07/2014.

⁶² Caderno de campo 02/12/2014. As demais informações deste parágrafo são desta fonte.

bem dos catadores”⁶³, assim como “a prefeitura da nossa cidade não apoia a gente nem com uma luva”⁶⁴.

Em diversos momentos do “Fórum Estadual Lixo e Cidadania” foi possível presenciar depoimentos desta natureza, inclusive através de apresentações de prefeituras que, junto aos representantes de cooperativas de catadoras/es compartilharam experiências de apoio intenso a estas/es trabalhadoras/es, gerando resultados que são exemplos interessantes no avanço de melhores condições de trabalho. No mesmo Fórum, presenciei na fala da promotora Dra. Margareth Matos e do Dr. Saint-Clair⁶⁵ denúncias referentes a prefeituras que não estavam cumprindo o que a lei determina – o caso do não cumprimento do prazo para fechamento dos lixões determinando a inserção das/os catadoras/es em frentes de trabalho⁶⁶ - além de catadoras/es tomando o microfone para reivindicar seus direitos e solicitar o apoio da prefeitura de sua cidade.

Quanto à heterogeneidade deste cenário cabe ainda apontar um sutil achado. Se estou tomando as/os catadoras/es como corpos que são vistos como abjetos socialmente, diante destas realidades contrastantes identifiquei nas relações estabelecidas entre as/os catadoras/es uma certa hierarquia na abjeção, como numa escala que estabelece quem é mais ou menos abjeto. Isso funciona como uma espécie de classificação que pude perceber em algumas relações, sobretudo durante a convivência nos eventos que participei.

Quer dizer, em grupos de catadoras/es onde existem membros que, de forma mais ou menos conscientes, se reconhecem como excluídos da estrutura social, e como alguém que sofre preconceito em relação à sua atividade, a impressão que se tem é de que existe uma classificação

⁶³ Caderno de campo 04/12/2013.

⁶⁴ Caderno de campo 05/12/2013.

⁶⁵ A Dra. Margareth Matos é Promotora Regional do Trabalho, e o Dr. Saint-Clair Honorato Santos é Procurador de Justiça do Meio Ambiente, ambos participam do Fórum Lixo e Cidadania em Curitiba (PR) e são profissionais que atuam de forma intensa há muitos anos na promoção da melhoria das condições de trabalho e de vida das/os catadoras/es, seja em ações mais diretamente envolvidas com seus cargos, relativas ao cumprimento das legislações, seja em atuações referentes às lutas das/os catadoras/es, participando do citado Fórum, em eventos, debates, palestras, formações, principalmente aqueles articulados ao MNCR.

⁶⁶ O prazo instituído pela lei 12.305/2010 determinava o fechamento dos lixões, em todo o país, até 03 de agosto de 2014. A lei rege que as cidades, ao acabarem com os lixões, devem contar com aterros sanitários regulamentados, devidamente construídos, com preparo no solo para evitar a contaminação do lençol freático, coleta do chorume (que se origina da degradação do lixo) e com a queima do gás metano para gerar energia elétrica. Neste novo modelo, o material reciclável deve ser encaminhado preferencialmente para as organizações de catadoras/es, e o orgânico deve ter uma destinação mais adequada do que o aterro. Apenas os rejeitos devem ser destinados aos aterros. Além disso, as/os catadoras/es que trabalhavam no lixão deviam ser encaminhadas/os a alguma frente de trabalho, de preferência em sua atuação como catadora/r. No período de esgotamento deste prazo foram vários os debates sobre os desafios referentes ao não cumprimento das metas especificadas em lei. Inicialmente o prazo foi adiado por um ano e, posteriormente, em julho de 2015, foi prorrogado novamente para um período entre 2018 e 2021, de acordo com a dimensão do município.

de quem é mais radicalmente “desprezível”, e de quem é menos. Aqui vislumbro que muitas conexões e reflexões poderiam ser realizadas, como considerar os sonhos de classe média que circulam no imaginário das pessoas, articulados às hierarquias sociais para além daquelas do âmbito das/os catadoras/es e que envolvem marcadores como classe, raça, gênero e etnia.

Sobre a questão de uma hierarquia da abjeção, pontuo, neste momento, que pude perceber nas/os catadoras/es presentes em eventos nuances deste comportamento. Abordo este aspecto quando da análise da dinâmica da Associação e de sua relação com o MNCR, a partir de dados de que disponho e que elucidam e sustentam de forma mais consistente o argumento aqui exposto, porém não me permitem fazer generalizações.

O que se pode afirmar é que o mundo da catação no território brasileiro é bastante heterogêneo, com muitas dessemelhanças e disparidades, que devem sempre ser lembradas quando se considera esta categoria de trabalhadoras/es. Com isso em mente, é possível traçar algumas ideias mais gerais sobre a configuração atual deste trabalho e refletir sobre a Associação enfocada neste estudo.

2.2 Trabalho, abjeção e a construção social da precariedade

Refletir sobre o trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis, e a construção de uma condição social de abjeção, abrange pontos de aderência com concepções dos estudos sobre trabalho e suas configurações na contemporaneidade. Isso pode ser percebido nas pesquisas que enfocam a temática catadoras/es de materiais recicláveis.

Apesar de inexistir nestas pesquisas uma referência direta ao conceito de abjeção, cada uma a seu modo levanta vários argumentos que confirmam como o mundo do trabalho – tanto na catação, como em outras atividades - tem possibilitado a construção de situações em que a abjeção imprime sua marca. Encontrei nestes estudos reflexões que me conduziram a perceber o trabalho de catação como uma das expressões mais radicais do potencial degradador que o trabalho, em geral, tem assumido na contemporaneidade.

Inicialmente, vou fazer algumas ponderações a respeito de aspectos levantados nos estudos sobre a questão do trabalho que demonstram como este potencial degradador se expressa, pois tal fato se articula diretamente com a condição de abjeção das/os catadoras/es. Como consequência, num segundo momento, analiso esta questão a partir de alguns estudos que abordam a realidade

das/os catadoras/es.

O processo humano de trabalho pode ser encarado como um meio para atender às necessidades sociais das pessoas. Através da transformação da natureza e nas diferentes épocas históricas, a diferença pode ser apreendida não apenas pelo o que se faz “mas como, com que meios de trabalho se faz” (MARX, 2003, p.214). Na sociedade capitalista moderna os processos de trabalho instaurados trouxeram novas transformações nas relações sociais, o que “elucida as condições de sua vida social e as condições mentais que dela decorrem” (MARX, 2003, p.428).

Passando brevemente os olhos no histórico da organização do trabalho a serviço da acumulação do capital, e atrelada ao desenvolvimento tecnológico, destaca-se, como propõem Navarro e Padilha (2007, p. 14), a intensificação do desemprego como uma das faces mais perversas das transformações ocorridas no mundo do trabalho na virada do século XX para o XXI. Este fato é resultante principalmente da reestruturação produtiva ocorrida nos últimos dez anos do século XX, que aprofundou a exploração da força de trabalho de forma degradante, acelerando o processo de precarização num ritmo nunca visto antes.

É um período no qual começa a se instaurar um “quadro de vulnerabilidades em relação aos vínculos laborais, onde os indivíduos transitam por ocupações instáveis e irregulares, constituindo contingentes populacionais economicamente desnecessários, supérfluos e incômodos” (JUNCA, 2004, p. 71).

Não é coincidência ser este o período no qual o trabalho de catadora/r encontra-se em pleno crescimento no Brasil quanto ao número de trabalhadoras/es e a amplitude de atividades desenvolvidas. O crescimento deste número de trabalhadoras/es está vinculado a esta condição econômica e social. Contudo, para os objetivos aqui definidos, não seria produtivo delimitar as reflexões sobre estas condições de trabalho apenas a aspectos de cunho mais econômicos. Magera (2003) realizou uma leitura alinhada substancialmente a estes preceitos, vislumbrando que a atividade de catação emergiu como consequência de um contexto econômico em que a força motriz foi a propalada reestruturação produtiva, com a consequente perda do emprego.

Esta relação direta entre desemprego e um número crescente de pessoas que trabalham como catadoras/es é somente uma das facetas que explicam a atual configuração da realidade dessas/es trabalhadoras/es. Aqui, portanto, interessa refletir sobre outros matizes e desdobramentos desta realidade, que leve em consideração as subjetividades e os significados que foram encontrados e decodificados na vivência em campo.

Contudo, as discussões marxianas seguramente trazem um pano de fundo pertinente. Marx (2003), bem como autoras/es alinhadas/os a sua concepção, apresenta a compreensão de que é por meio do trabalho que as pessoas se socializam. O trabalho é um instituidor do ser social e fonte de humanização. Disto descende a crítica de que é na estrutura do capitalismo que o trabalho pode desumanizar, à medida que se configura como alienado, degradado e estranhado (MARX, 2003). Embora este não seja o referencial central desta pesquisa, faz-se necessário assumir que o potencial degradador que o trabalho tem sobre as pessoas vem sendo estudado, denunciado e, porque não, atualizado, pensando uma reflexão que incorpora ao conceito de alienação/estranhamento o de degradação.

Marx (2003) fala da alienação do homem em relação ao produto do seu trabalho e em relação a si mesmo. Na mesma linha de raciocínio, Ranieri (2001), a quem acompanho, fala de estranhamento explicando tratar-se de um afastamento do ser humano de sua dimensão humana, expressão do processo de coisificação inerente à troca de mercadorias por dinheiro, processo no qual o próprio trabalhador ao vender sua força de trabalho se converte em coisa. A “histórica apropriação desigual dos produtos do trabalho humano” (RANIERI, 2001, p. 61) é a fonte geradora do fenômeno do estranhamento e rebaixa esta atividade a mero meio de subsistência.

A noção de estranhamento parece se radicalizar no caso das/os catadoras/es, pois o objeto de sua “produção” são as coisas descartadas pelas pessoas, designadas em alguns momentos como lixo e em outros como material reciclável. Portanto, além da reificação, inerente ao modo de produção capitalista, este fenômeno se agrava na medida em que o objeto de seu trabalho é aquilo que foi dispensado por outras pessoas, que já não serve mais a elas, os restos, como pontua Denise Juncá (2004). O processo de coisificação da/o catadora/r adquire uma dimensão ampliada porque o objeto do seu trabalho, as “coisas”, é potencialmente um lixo, um descarte, uma sobra, o que vem a degradar ainda mais sua situação. Pontuo este aspecto aqui porque se articula de forma significativa com o estranhamento anunciado pelas/os citadas/os autoras/es.

Outra consequência e alicerce do trabalho na contemporaneidade é a questão da precarização⁶⁷ (KREIN, PRONI, 2013, p. 01). Mesmo diante dos múltiplos sentidos, configurações e possibilidades que o trabalho assume na atualidade, as marcas da precarização atravessam

⁶⁷ Como veremos adiante a precarização envolve várias características, como aponta Cláudia Nogueira (2004). Pode ser percebida em vários tipos de trabalho e se expressa no emprego em tempo parcial com baixos salários, nas novas estratégias de relações patroa/ão e trabalhadora/r como subcontratações, terceirização e subempregos, condições indignas.

diversos contextos e são tão intensas quanto diversificadas (ANTUNES, 2002, 2003). E, notadamente, a atividade de catação apresenta um cenário de intensa precarização, nada custoso de apreender no contato direto com esta atividade e fartamente debatida pelas/os pesquisadoras/es da temática.

José Lopes (2011, p. 01) fala que a precarização do trabalho - apesar de ser uma noção associada às modificações na organização da produção no período pós-fordista dos anos de 1980 em diante, no sentido de diminuir custos e subtrair direitos da força de trabalho – “parece ser uma dimensão permanente do trabalho sob o capitalismo”. Está presente e atuante, é sustentáculo e consequência.

A dificuldade em conseguir um trabalho, somada à reestruturação produtiva capitalista, gerou a conjuntura para que muitas pessoas se sujeitem a situações cada vez mais precárias, caracterizadas por baixos salários, condições de trabalho indignas, informalidade e prejuízo nos direitos trabalhistas e extensão da jornada de trabalho.

Contudo, a precarização precisa ser pensada não apenas como consequência de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, mas como sustentáculo deste sistema, pois ela garante competitividade às empresas a partir do surgimento de novas formas de trabalho, caracterizadas por uma exploração contínua da força do trabalho.

Assim, alienação, estranhamento e precarização caminham juntos.

A alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário, e precarizado. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência. E é o que estamos presenciando hoje, intensamente, em tantas partes do mundo e em particular na América Latina (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 348).

Sem muito esforço podemos situar o trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis sob a égide dos “estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho”, o que acentua os traços de desumanização na vida dessas pessoas.

Os mesmos autores 9destacam algo que considero importante para este estudo, ao afirmar que à medida que as formas de alienação e precarização foram se expandindo, ocorreu um aprofundamento das contradições do capital. Se o desenvolvimento tecnológico trouxe a promessa de um “capitalismo saneado, próspero e harmonioso”, as novas formas de trabalho cunhadas pela

precarização e alienação movem-se em direção antagônica (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 348).

Articulando com a descrição de Antunes e Alves, para além das condições de precariedade que outros trabalhos apresentam, pode-se afirmar que o de catação ainda está longe de atingir a promessa de um trabalho saneado, próspero e harmonioso. Ele se constrói em meio a condições insalubres, à sujeira, com muitas incertezas quanto a sua prosperidade, ou seja, a melhorias nas condições de vida e nos ganhos econômicos, e permeado de tensões e inseguranças. São muitas as adversidades no trabalho das/os catadoras/es, pontuadas por Borges e Kemp (2008, p. 156), que “vão desde as vulnerabilidades da precariedade do trabalho até a fragilidade ou total ausência de suportes sociais”.

Neste quadro de precariedade, a especificidade da vivência em campo apresentou um aspecto a mais para reflexão: o fato, do qual fui testemunha, da instalação de uma esteira na Associação, momento em que esta precariedade foi permeada por valores que dialogam com a dinâmica do surgimento das fábricas, no sentido proposto por Edgar de Decca (1988) e Margareth Rago (1987). Foram os latentes referenciais oriundos deste contexto que estiveram imbricados nas escolhas realizadas dentro da Associação e que demandam ser problematizados aqui a partir do conceito de abjeção.

A ideia da tecnologia como uma forma de controle social, a introjeção moralizante da noção de “tempo útil”, e o poder disciplinante que o sistema fabril instaura, estiveram presentes em alguns discursos e práticas em campo, e serão encarados como um uso da tecnologia para a produção de corpos dóceis (FOUCAULT, 2011) conectados com a abjeção. Também aqui parece atuante a promessa da tecnologia “moderna”, ou seja, aquela que pressagia proporcionar um trabalho “saneado, próspero e harmonioso”, discussão que está presente neste capítulo.

Outro aspecto debatido nos estudos sobre trabalho e que cobra seu espaço nas reflexões sobre as/os catadoras/es é a lógica do consumo. A matéria-prima da atividade de catação depende do descarte dos resíduos gerados pelo consumo exacerbado. Quanto maior o consumo, maior o descarte e mais farta a quantidade de matéria-prima, o que determina o rendimento mensal das/os catadoras/es. Essa lógica se configura, sobretudo, porque o material triado pelas/os catadoras/es é vendido por um preço muito baixo, característica da exploração da sua mão de obra. Devido a isso, a/o catadora/r é pressionada/o a trabalhar intensamente, e depende da produção de uma grande quantidade de fardos para agregar um volume suficiente de material a ser vendido, que quase

sempre corresponde a uma renda mensal insatisfatória para seus gastos mensais⁶⁸, mas que seria ainda mais irrisória com um volume menor de resíduos triados.

Esta lógica marcou seu território na pesquisa. Num dia em que estávamos triando um material, fora do barracão, comentei sobre como estava admirada com a abundância de *banners*, cartazes e demais materiais de divulgação - visivelmente não utilizados - que uma grande empresa de cosméticos havia encaminhado para a Associação. Falei que isso era uma irresponsabilidade da empresa. Foi evidente em seus rostos e comentários a desaprovação das/os catadoras/es à minha observação e Laura foi quem proferiu o comentário mais enfático. Carregando para um *bag* uma montanha de cartazes com fotos de mulheres sorridentes e maquiadas, me respondeu: “que, que é isso? Que bobagem. Quanto mais vier para gente, melhor”⁶⁹.

Na “Expocatadores”, uma das apresentações no evento abordava a temática “Lixo Zero”, realizada por pessoas que não são catadoras/es, mas um grupo de pesquisadoras/es e empresárias/os. A proposta abarcava a diminuição de produção de resíduos, sobretudo pelas indústrias e pelos hábitos de consumo. Foi sintomático perceber na plateia a reação de algumas/uns catadoras/es, através de questionamentos que iam desde “mas daí a gente não vai ter material para trabalhar, não vai ter trabalho?” até “esse cara está querendo acabar com o trabalho da gente”⁷⁰.

Tratava-se de uma proposta que, além de outros aspectos, se fundamenta nos três “R”, hierarquicamente, na ordem de: Reduzir, Reutilizar e Reciclar. São propostas que vem circulando socialmente e estão alicerçadas em princípios de sustentabilidade, que carecem de ser debatidas e com urgência, incorporadas nas propostas das políticas públicas. Não obstante, é necessário um olhar atento ao descompasso de interesses e prioridades, numa equação nada fácil de encontrar um equilíbrio e uma noção de justiça. Talvez se no atual momento fossem atingidos os objetivos da proposta de “Lixo Zero”, bem como outras propostas de cunho semelhante, as/os catadoras/es estariam em uma condição social ainda mais precária.

Deste modo, discutir sobre a relação do consumo exacerbado, da produção de resíduos e do trabalho das/os catadoras/es, envolve complexidades e tensões que devem ser observadas e levadas em conta nos debates e escolhas que são feitas. Ainda assim, compreender a construção histórica destas estruturas auxilia o próprio debate porque esclarece algumas concepções que podem

⁶⁸ Esta insatisfação é aqui afirmada tendo como referência o relato das/os catadoras/es da pesquisa, que narraram constantemente as dificuldades de sua própria sobrevivência e de sua família com a renda mensal na Associação.

⁶⁹ Caderno de campo 04/09/2014.

⁷⁰ Caderno de campo 02/12/2014.

encontrar-se naturalizadas, bem como as construções culturais que estruturam nosso imaginário.

Sobre o consumo exacerbado, István Mészáros (2002) comenta que depois da segunda guerra mundial, a nova maneira de organização do mercado da produção capitalista reveste-se de uma tendência geral de repelir a durabilidade dos produtos, além de instaurar-se uma feroz competição por preços mais baixos. Inicia-se um período que estimula os produtos de consumo rápido e a produção generalizada do desperdício, características que até hoje são bastante vigorosas. Carneiro e Corrêa (2008, p. 136), seguindo Marx e Harvey, mostram que como condição estrutural do capitalismo, a produção e o consumo de um volume cada vez maior de mercadorias tem como consequência imediata a aceleração “de volumes cada vez maiores de dejetos da produção/consumo a que chamamos de ‘lixo’”. Cabe ressaltar que a catação se sustenta exatamente da pouca durabilidade dos produtos, do desperdício, do uso excessivo de embalagens, de uma produção, de um mercado, de um consumo e de um descarte profundamente desvinculados da preocupação com a geração excessiva de lixo.

O trabalho de catadora/r de materiais recicláveis só existe na sua atual configuração⁷¹ e se sustenta mediante alto descarte dos resíduos do consumo, numa intensa e ambígua relação com o consumo. Intensa, devido à dependência de um elevado consumo, e, ambígua, já que propõe tanto assumir um papel de “agente ambiental” ao colaborar com a reutilização das matérias-primas, quanto um velado desejo de um alto consumo, já que a dimensão de sua renda mensal atualmente depende da dimensão do descarte.

Vinculado a esta condição encontra-se o discurso de preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, que, mesmo de maneira ainda confusa e com entraves, tem posicionado as/os catadoras/es como agentes importantes. São profissionais valorizados nesta perspectiva na medida em que colaboram com o reaproveitamento de muitas matérias-primas, poupando a extração das mesmas na natureza, diante principalmente dos argumentos da possibilidade de esgotamento das matérias primas e da contaminação dos recursos naturais.

Para refletir sobre esta questão, a pesquisa de Alencar (2008), na qual aborda a relação do trabalho das/os catadoras/es com o desenvolvimento sustentável, apresenta diversas concepções relativas à sustentabilidade. O autor demonstra que uma das dimensões primordiais da noção de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e do eco desenvolvimento, agrega procedimentos

⁷¹ Em sua tese de doutorado Ricardo de Souza (2013) constrói uma genealogia da figura de catadora/r de materiais recicláveis, a qual interessa ao meu estudo por demonstrar que nem sempre esta atividade esteve vinculada à lógica do consumo. Para detalhes indico sua tese.

nos quais ocorre um desenvolvimento que almeja a preservação ambiental sem suscitar exclusão social.

Ao invocar Ignacy Sachs, referência fundamental nestes debates, Bertrand Alencar (2008) lembra que esta abordagem de desenvolvimento propõe a universalização dos direitos humanos fundamentais o que, para Sachs (2004, p. 102), abrange um “desenvolvimento a partir de dentro, socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e sustentado”, incluindo o que denomina de “trabalho decente”.

Assim, pode-se vislumbrar uma contradição de concepções, pois se, por um lado, as/os catadoras/es podem ser consideradas/os “agentes ambientais” ao cumprirem um relevante papel no reaproveitamento das matérias primas, por outro, a situação de exploração, precarização e exclusão social contrasta radicalmente com os preceitos dos direitos humanos e de justiça social. É neste sentido que Alencar (2008, p. 03) argumenta “que não há possibilidade de sustentabilidade enquanto existir exclusão social” e, portanto, “a proposta de desenvolvimento sustentável não se integra ao paradigma de acumulação capitalista” (Idem, p. 06).

Nesta vinculação de “agente ambiental”, a atuação das/os catadora de materiais recicláveis foi plenamente perceptível durante os eventos, na fala de pesquisadoras/es, membros de ONGs e demais instituições que atuam em diálogo com estas/s trabalhadoras/es. Além disso, esta classificação compõe o discurso de luta promulgado pelo MNCR, que a partir desta atribuição ao trabalho da/o catadora/r sustenta uma série de argumentos para reivindicar os direitos e o reconhecimento da relevância desta profissão, afirmando que as/os catadoras/es “prestam um serviço para a sociedade. Como estariam as cidades, as ruas, os lixões sem nosso trabalho, sem o catador? Por isso nós temos que ser pagos pelo serviço que prestamos para a sociedade, ser pagos pelas prefeituras”⁷². Esta fala de uma liderança do MNCR foi recorrente e emergiu em vários momentos.

Em contraposição, este não foi um discurso influente na Associação. Ouvi raras vezes comentários relativos ao papel de “agente ambiental” e penso que a ausência deste discurso está plenamente vinculada à carência de formação na Associação e de contato com o MNCR, como será exposto a seguir.

A vinculação da/o catadora/r como uma/m “agente ambiental” figura-se como uma concepção que se assenta e dialoga com questões culturais mais amplas e culmina com aquelas que

⁷² Caderno de campo 02/12/2014.

ocasionaram uma positivamente de condutas entendidas como sustentáveis ou ecologicamente corretas. Acompanhamos há alguns anos na mídia o discurso sobre sustentabilidade esteando a necessidade de todos reciclarmos os resíduos decorrentes de nosso consumo. Se esta visão tem um enfoque, que se poderia afirmar ético e construtivo visualizando uma sociedade autossustentável, igualitária e justa, o posicionamento de Alencar parece apropriado. Ouso complementa-lo com a prerrogativa de que o discurso da sustentabilidade não pode assumir a função de justificativa para que o trabalho de reciclagem possa ser realizado em condições indignas. É apenas a partir de uma perspectiva que batalhe por dignidade na vida dessas pessoas que as/os catadoras/es podem assumir o papel de “agentes ambientais”.

...

Entendo que estas reflexões contextualizam a realidade do campo da pesquisa e apontam pistas sobre as condições históricas para a construção da abjeção. **Estranhamento, alienação, desemprego, precarização, o sistema fabril como referência de trabalho, alto grau de consumo atrelado ao discurso do desenvolvimento sustentável**, são todos componentes que têm forte expressão no cenário do mundo do trabalho contemporâneo. Estão relacionados à realidade da atividade de catação e sustentam as condições para a produção da abjeção.

Estes componentes participam diretamente das reflexões desta tese na medida em que auxiliam a discussão sobre a abjeção, de acordo com a realidade vivenciada em campo, e também porque são partes do cenário de cunho mais macro para as ponderações aqui realizadas.

2.3 Os estudos sobre o trabalho das/os catadoras/es

Como já dito, as pesquisas que enfocam o universo da catação têm sido desenvolvidas em diversas áreas de estudo, nem sempre assumindo como embasamento teórico predominante os chamados estudos sobre o trabalho. Contudo, pelo fato da catação se tratar de um “trabalho”, são muitas as reflexões que abordam as relações entre a vida laboral da/o catadora/r e as suas condições precárias, mesmo que isso não esteja no debate central do objetivo deste estudo.

Nas pesquisas que tratam da temática “catadoras/es”, pode-se encontrar expressões e conceitos correlatos à abjeção, bem como apontamentos de que o trabalho de catadora/r de materiais recicláveis tem sido marcado por características que se articulam a uma condição de abjeção. Ou seja, a realidade do trabalho de catadoras/es de materiais recicláveis persiste

favorecendo - em diferentes localidades, realidades e nas leituras procedentes de variadas abordagens teóricas – uma propensão à degradação da dignidade humana, aludindo a situações de extrema exposição das pessoas a formas de trabalho que desafiam a construção de uma vida digna para esta categoria de trabalhadores.

Vale aqui demonstrar algumas destas características apontadas pelas/os pesquisadoras/es, dentre um grande número de pesquisas existentes na área⁷³, destacando aquelas que considero articuladas à construção de uma condição abjeta nas/os catadoras/es⁷⁴.

Mari Bortoli (2012) refere-se a essas/es trabalhadoras/es como imersas/os em situações de **pobreza** e de **precariedade**, gerando um aprofundamento de processos de **exploração**, **opressão** e **alienação**, adotando, como se pode perceber nas expressões escolhidas pela autora, bases teóricas dos estudos sobre o trabalho, de Karl Marx e Harry Bravermann.

À **exploração**, Fabiana Grecco (2014) soma o termo **violência** quando reflete sobre a realidade das/os catadoras/es. A autora discorda das análises sobre o trabalho da catação que estejam fundamentadas apenas em teses econômicas (como a reestruturação produtiva e a crise do emprego). Abordagens teóricas como as de Karl Marx e de Ricardo Antunes conduzem Grecco a afirmar ser necessária esta crítica, para que não se mascare um processo violento que se aloja na intrínseca relação entre a dinâmica capitalista e a justificativa de se estar buscando a preservação do meio ambiente.

Numa linha teórica próxima, Cesar Augustus de Freitas (2010) discorre com marcante referência em Marx, e em teóricos afinados com as ideias deste autor, o que o permite apreender este trabalho como o mais categórico na contemporaneidade para representar o **lumpen**

⁷³ De fato, a cada dia de meus estudos aparentava que uma nova dissertação, tese, um novo artigo ou livro sobre a temática catadoras/es havia sido lançado, demonstrando uma ampliação no número de pessoas interessadas em estudar a temática. Sem dúvida, isso pode significar um benefício para meu estudo, pois, desta forma, posso contar com um escopo amplo e diversificado, auxiliando nas reflexões e oportunizando um debate que enriquece a produção intelectual acadêmica. Mas, ao mesmo tempo, gerou certa angústia, pois parecia impossível dar conta de acompanhar a contínua produção relativa à temática. Ciente de que este é um dos pontos de tensão que muitas/os estudiosas/os devem lidar numa pesquisa de pós-graduação, fico feliz com a fatura de dados e com os bons frutos que as/os catadoras/es podem vir a colher com estas pesquisas. Nesta tese, naturalmente, me empenhei em trazer um suficiente recorte de referências que viessem sustentar as reflexões propostas, adotando a conduta humilde de estar consciente de que esta é minha contribuição, com seu potencial e suas limitações. Ou seja, nesta constante e crescente produção acadêmica sobre a temática, é possível fazer um bom trabalho, com um escopo teórico satisfatório, mas imprudente querer dar conta de todas as fontes existentes.

⁷⁴ Nenhuma/m destas/es autoras/es utiliza a forma “catadora/es” (feminino/masculino). Contudo, como neste trecho não realizei uma citação direta destas palavras, com exceção da citação de Juncá, decidi, neste caso, seguir com esta forma de escrita para permanecer dando visibilidade a esta maioria de mulheres que são catadoras. Vale destacar que o próprio MNCR tem, aos poucos, adotado esta formação nos documentos escritos e nas suas falas.

proletariado⁷⁵, expressando um grupo de pessoas classificadas como **refugo humano**.

Ao considerar que as/os catadoras/es se encontram **excluídas/os** e **marginalizadas/os**, Beatriz Magalhães (2012) aborda esta realidade utilizando o conceito de **liminaridade**⁷⁶, fazendo alusão a uma condição social que se situa “entre os signos de uma **exclusão explícita** e de uma **inclusão indireta ou incipiente**” (MAGALHÃES, 2012, p. 115).

Medeiros e Macedo (2006) também partem da premissa da **exclusão social** para refletir sobre a vida das/os catadoras/es, e adotam a expressão dialética **exclusão/inclusão**, no sentido em que Bader Sawaia (1999) a usa, porque consideram que ela permite compreender a inclusão como um processo, ou seja, compreender a inclusão social pela exclusão.

Bader Sawaia, que investigou de forma mais ampla a desigualdade social (SAWAIA, 1999), recentemente realizou uma pesquisa conjunta com Paula Miura enfocando a realidade das/os catadoras/es. Neste estudo apresentam uma reflexão sobre o **sofrimento ético-político** vivido pelos catadoras/es no desempenho de suas atividades laborais, resultante de emoções como a **vergonha** e a **humilhação**, e decorrentes sobretudo da **discriminação** e do **preconceito** (MIURA, SAWAIA, 2013).

Ao debater sobre as/os catadoras/es de materiais recicláveis, Bertrand de Alencar (2008) defende em sua tese que estas/es são potenciais atores sociais no espaço urbano, que contribuem efetivamente para o desenvolvimento sustentável. Embora esta postura pareça otimista, não implicou em que o autor trilhasse um caminho ingênuo, pois ele parte de uma concepção crítica sobre desenvolvimento sustentável, na qual a atividade de catação de materiais recicláveis é vislumbrada num contexto de **exclusão social**. Alencar alinha-se a concepções de desenvolvimento sustentável que estão alicerçadas na inclusão social daqueles excluídos pelo processo da acumulação capitalista.

Em sua tese de doutorado Ricardo de Souza (2013) situa as/os catadoras/es como aquelas/es que lidam com o lixo, considerando estes resíduos como **experiência insuportável da vida**

⁷⁵ O autor desenvolve um capítulo na sua tese para discutir o conceito de *lumpemproletariado* e sua relação com as/os catadoras/es de materiais recicláveis. Para maiores detalhes indico a leitura deste capítulo. Fico com um dos conceitos elaborados por Marx e Engels, que o autor alega ser o mais próximo à realidade das/os catadoras/es: “Lumpenproletariat: Ao pé da letra: proletariado em farrapos. Elementos desclassificados, miseráveis e não organizados do proletariado urbano. (MARX & ENGELS, 2001, p. 108)” (Freitas, 2010, p. 106).

⁷⁶ Magalhães (2012, p. 115) esclarece que “Turner utiliza o conceito de liminaridade para representar ‘o ponto intermediário entre duas posições da sequência de status’ na estrutura social (Turner, 2008, p. 221)”. Para melhor compreensão deste conceito indico a própria dissertação de Magalhães, além da principal referência utilizada pela autora: TURNER (2008).

urbana, ainda que hoje exista uma positividade destes materiais pelo seu uso na reciclagem. O autor colabora com uma percepção dos dejetos humanos como indesejados socialmente e que, portanto, esta parcela da sociedade acaba encarando a tarefa de lidar com aquilo que ninguém quer bulir.

Denise Juncá (2004) considera as/os catadoras/es como “a porção social **excluída socialmente**”, enfatizando a junção de duas características: o fato de serem **pobres** e catadoras/es. E estrutura seu estudo questionando se os catadores [*sic*] seriam os “**varridos do mundo**”? Seriam “**um bicho ou um homem?**” demonstrando o potencial de exclusão e **desumanização** que esta realidade suscita.

Discorrendo sobre periferias urbanas e o trabalho de catação, em sua tese de doutorado Rosalina Burgos (2009) classifica as/os catadoras/es como **trabalhadores sobrantes**, definindo esta categoria como aquela que inclui as pessoas que, no contexto da reestruturação produtiva, perderam seu emprego no setor formal ou que nunca conseguiram nele ingressar. Abrange, assim, as/os trabalhadoras/es que se situam à margem do mercado de trabalho, pessoas pobres urbanas que são (re)inseridas produtivamente, impedidas da possibilidade de emancipar-se da condição de sobrantes. Para Burgos (2009, p. 52, grifos da autora), “são trabalhadores que sequer participam da denominada *classe-que-vive-do-trabalho*, noção ampliada de classe trabalhadora, formulada por Antunes (1999)”. Nesta condição, são estas/es trabalhadoras/es sobrantes que sustentam a indústria da reciclagem, que, além de economizar capital na aquisição de matéria-prima mais barata - os materiais reciclados - tem seu lucro intensificado porque como a/ao catadora/r recebe um pagamento irrisório pelo seu trabalho, tal matéria-prima tem um custo ainda mais diminuído (BURGOS, 2009, p. 51).

O trabalho da catação é concebido por María Fernanda Escurra (2011) como aquele que é assumido pela **população excedente** do mercado de trabalho que, pelas características da própria atividade, não deixa de estar inserida na **lógica da acumulação capitalista**. Neste sentido, na atualidade a produção e reprodução do trabalho das/os catadoras/es precisam ser compreendidas enquanto produção capitalista de formas não capitalistas de produção⁷⁷. Esta leitura reivindica, consequentemente, suplantando os “falsos esquemas duais que analisam esses tipos de trabalho como

⁷⁷ A autora esclarece que “Diferentes análises contribuem para pensar as ‘formas de trabalho não tipicamente capitalistas’ como formas de expropriação e exploração diferentes das que classicamente se efetivam através da proletarianização da força de trabalho, mas criadas e recriadas pelo próprio processo de acumulação do capital”. Ver: Chayanov (1981); Kowarick (1977); Lefebvre (1973); Martins (1989; 1993; 2002); Souza (1980) e Wanderley (1979) (ESCURRA, 2011, p. 04)

‘externos’, ‘arcaicos’ ou ‘excluídos’ da lógica capitalista” (ESCURRA, 2011, p. 04). A autora assume uma abordagem que considera o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo como o fator que acarreta uma massa crescente de trabalhadoras/es excedentes. Por isso, a pobreza não é um incidente, mas uma resultante da própria lógica que mobiliza o capital.

Com aderência a esta abordagem, Antônio Bosi (2008) apresenta em seu estudo uma construção teórica delineada de modo consistente sobre a relação entre a organização capitalista e o trabalho de catação. Esboçando uma síntese sobre a formação da “superpopulação relativa de trabalhadores” e o surgimento da atividade de catação no Brasil, Bosi (2008, p. 101) discorda das concepções que consideram o trabalho das/os catadoras/es como “marginal” ao processo de acumulação do capital ou ainda como “alternativo à economia de mercado e à lógica da produção capitalista”. Para o autor trata-se de um **trabalho capitalista**, sendo, por conseguinte, o lixo reciclável uma mercadoria. A atividade de catação está **integrada ao processo de acumulação do capital**, no qual as/os catadoras/es atuam em **difíceis condições, sob permanentes pressões** exercidas por diversos sujeitos e/ou pelos setores com os quais esta atividade tem conexões.

Construindo estas prerrogativas como um problema a ser encarado, o pesquisador ratifica este trabalho como parte integrante da estrutura do capital ao concluir que a **exploração da mão-de-obra das/os catadoras/es** é imprescindível para o funcionamento das grandes empresas de reciclagem. No Brasil, a reciclagem só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizada por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado (BOSI, 2008, p. 104).

Com esta colocação de Bosi, costuro uma amarração com os estudos sobre trabalho, retornando à ideia de que o trabalho da catação é excludente no sentido de sonegar das/os catadoras/es os direitos que deveriam garantir sua dignidade como trabalhadoras/es e cidadãos/ãos. Está claro de que se trata de um trabalho integrado ao funcionamento do capitalismo, que se apodera e depende do tempo, da dignidade, da humanidade dessas pessoas que vivem no mínimo da sobrevivência, o que contribui para manter a concentração de poder econômico nas mãos de quem muito já tem.

Isso não é nada distante das conclusões de Marx (1988) quando afirmava que a superpopulação relativa era o sustentáculo do funcionamento do capitalismo. Formada por trabalhadoras/es sem ocupação fixa, tendiam a aceitar condições de trabalho e de remuneração

inferiores às aquelas praticadas nos empregos regulares. Marx argumentou que estas/es trabalhadoras/es estavam plenamente integradas/os à acumulação de capital.

Nos estudos sobre o trabalho, Navarro e Padilha mostram que no sistema capitalista o mundo do trabalho coloca o ser humano em condições desumanizantes. Se a “história da organização do trabalho é a história do desenvolvimento tecnológico em favor da acumulação capitalista ao mesmo tempo em que é a história do sofrimento dos trabalhadores” (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 17), na abordagem desta pesquisa este sofrimento para as/os catadoras/es tem significado a construção de um lugar social pleno de abjeção. Em campo presenciei como este sofrimento se radicaliza e se adensa de complexidade, devido a uma série de condições agravantes e fatores de diferentes ordens que se apresentam nesta realidade e que envolvem a subjetividade.

A pesquisa que realizei corroborou com todas as características que elenquei a partir dos estudos consultados que tematizam o mundo da catação. Trata-se de concepções sobre o trabalho das catadoras/es, que se articulam com a condição de corpos abjetos. Representam outras formas de abordar questões que compreendem aderência entre elas, preservando, evidentemente, algumas peculiaridades de acordo com a linha de pensamento enfocada.

Articula-se com a abjeção e com a realidade encontrada na pesquisa de campo a **pobreza** e a **precariedade**, os processos de **exploração**, **opressão** e **alienação**, bem como a incidência de **violência** na vida das/os catadoras/es. A situação em que vivem permite enquadrar estas/es trabalhadoras/es como **lumpenproletariado**, menção a um grupo de pessoas classificadas como **refugo humano**, como **excluídas** e **marginalizadas** ou como parte fundante de uma **liminaridade**. Tal atributo faz alusão a uma condição social que se encontra entre os signos de uma **exclusão explícita** e de uma **inclusão indireta** ou **incipiente**, o que situa estas pessoas como potenciais componentes da zona de abjeção.

São vidas preenchidas pelo **sofrimento ético-político**, permeadas pela **vergonha** e pela **humilhação**, decorrentes, sobretudo, da **discriminação** e do **preconceito**. Ser a/o alcunhada/o como um corpo abjeto está plenamente vinculado a bulir com o lixo - **experiência insuportável da vida urbana** – podendo ser alocada/o no ambiente daquelas/es que são **varridas/os do mundo**, numa condição de **desumanização**.

As/os catadoras/es categorizadas/os como **trabalhadoras/es sobrantes**, a **população excedente**, atrelada à **lógica de acumulação capitalista**, que labuta sob **difíceis condições**, sob **permanentes pressões** e constantemente sofrendo da **exploração da mão-de-obra**, podem ser

pensadas como corpos abjetos. Cada uma e cada um com quem cruzei e que tive a oportunidade de conhecer no percurso da pesquisa de campo me possibilitou entender esta realidade dentro desta ótica que, mesmo trazendo múltiplas interpretações, soma sentidos, nexos, e proporciona um panorama que assegura um bom debate na abordagem dos corpos abjetos.

Para complementar esta reflexão, ressalto que Monteiro, Vilella e Soares (2014) fazem uma discussão semelhante, sobre estigma - tema correlato à abjeção. Corroboro com as autoras, que ponderam que existe um risco quando abordamos de forma premente fatores macrossociais para discutir este tipo de temática como a do estigma. Podemos correr o risco de escorregar em um discurso naturalizado, no sentido de considerar a existência do preconceito, da discriminação, do estigma, e da abjeção, apenas como uma consequência do “sistema”. Esta abordagem impede que se apreenda a construção subjetiva das pessoas ou grupos, e a materialidade da abjeção que se configura e se expressa no cotidiano dessas mesmas pessoas ou grupos, no caso aqui estudado, o das/os catadoras/es. Incluir a subjetividade permite a construção de um desenho mais vivo e humano de sua realidade. Assim, reconheço ser necessário realizar “um esforço na articulação dos fatores macrossociais (culturais, políticos, socioeconômicos) às experiências individuais (cognitivas, psicológicas)” (MONTEIRO; VILELLA; SOARES, 2014, p. 437).

E, seguindo as autoras,

Refletir a partir desta articulação permite aprofundar a reflexão sobre as repercussões das relações de poder e dominação presentes na sociedade e a desigualdade estrutural enquanto elementos que modelam subjetividades, conferindo sentidos distintos às experiências de discriminação e à apreensão dos sujeitos sobre a sua vulnerabilidade (MONTEIRO; VILELLA; SOARES, p. 437).

Deste modo, assumindo como pressuposto do estudo os aspectos mais amplos, ou o contexto macro que situa a temática da pesquisa, acima explicitado, o próximo passo foi refletir sobre a abjeção com base na riqueza de informações e percepções colhidas na pesquisa de campo.

2.4 Do trabalho e da abjeção

A reflexão que faço aqui sobre a abjeção no trabalho das/os catadoras/es se assenta em três aspectos.

O primeiro, diz respeito às condições de trabalho da Associação, abarcando a forma de disposição espacial e a sujeira que se faz presente no cotidiano das práticas internas do grupo. A estas questões estão atreladas as dificuldades de relações e de organização com as quais estas/es

catadoras/es convivem.

O segundo está relacionado às reflexões sobre o período de mudanças no método de trabalho quando da instalação da esteira na Associação, pois este fato mudou o processo de trabalho e fez com que vários comportamentos, conceitos e tensões, que provavelmente estavam latentes, viessem a ser expressos e mobilizassem as pessoas.

E o terceiro trata da relação entre os representantes da ONG e as/os catadoras/es, relação que está intimamente ligada aos dois primeiros.

2.4.1 Condições de trabalho: “caos aparente” e “sujeira relativa”

As condições de trabalho das/os catadoras/es na Associação me conduziram a refletir sobre a indignidade e a desumanidade do trabalho que elas desenvolvem, que são, em grande parte, consequências destas mesmas condições. Portanto, no enfoque deste estudo, as condições de trabalho das/os catadoras/es são vetores que impulsionam estas pessoas para o que Butler (2008, p. 113) descreveu como as “zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito”.

Desta forma, a discussão se direcionou para o debate sobre os processos destas condições indignas e suas relações com a categoria de abjeção, que, por sua vez, assegura o espaço daquelas/es que estão circunscritas/os como sujeitos.

Dentre as possibilidades de reflexão destas condições abordei alguns pontos: as formas de acomodação e de disposição das pessoas, os maquinários e, sobretudo, os materiais no espaço, a sujeira que acaba impregnando o local e as pessoas, e, a condição de abjeção que assenta as/os catadoras/es como corpos abjetos.

Durante uma reunião do “Fórum Estadual Lixo e Cidadania” uma catadora que lidera uma associação num município no interior de São Paulo, e também integra o MNCR, relata que veio do lixão e evidencia como foi penosa sua peleja para sair de lá e estruturar uma associação⁷⁸.

Se neste tipo de atividade o lixão representa a extrema ponta que radicaliza a precarização, a organização das/os catadoras/es em associações e cooperativas tem significado uma possibilidade de melhorias destas condições. Mesmo assim, muitas condições indignas persistem. Neste cenário,

⁷⁸ Caderno de campo 05/06/2014.

apesar da luta para que a matéria-prima de seu trabalho seja entendida e respeitada como material reciclável - tema insistentemente abordado pelo MNCR nos eventos -, nas associações e cooperativas muito do que a/o catadora/r manuseia em sua lida cotidiana tem mais parença com lixo. Refletir sobre a materialidade destroçada e suja destes resíduos, e os impactos que esta condição gera, conduziu a alguns achados sobre abjeção no mundo da catação. A precariedade inicia na própria forma como o material chega às mãos das/os catadoras/es.

Fazer parte de uma associação ou cooperativa não é garantia de condições dignas de trabalho. O caminho a ser trilhado para a dignidade ainda se mostra longo. Como avaliou uma catadora do MNCR, presente no Fórum, “já conquistamos muito, mas temos muito mais para conquistar, tem muita coisa para ser feita”⁷⁹.

A vida dentro de um barracão de triagem de materiais, segundo Rosinha, não é para qualquer uma/um. “Tem gente que chega aqui e não aguenta. Veio uma mulher aqui, trabalhou de manhã e à tarde já foi embora chorando e dizendo que esta vida no lixo não é para ela”⁸⁰.

A catadora do interior de São Paulo, mencionada anteriormente, apresenta um panorama sobre as condições de trabalho:

Os catadores são uma bagunça organizada. O pessoal critica que a gente é bagunceira, desorganizada, relaxada. Mas não tem jeito, porque geralmente o local de trabalho não é adaptado a um centro de triagem. Para organizar um barracão de um jeito bom, a gente precisa de um espaço bom, é um volume muito grande, muita coisa para organizar.⁸¹

Com a “mão da massa” na Associação – triando materiais junto com as/os catadoras/es – várias vezes esta fala retornava à minha lembrança, porque a realidade da Associação pesquisada rememorava esta descrição. A catadora nomeou de “bagunça organizada” a forma como são realizados os processos de trabalho adotados pelas/os catadoras/es e o resultante “caos aparente” com o qual estas/es convivem e lidam. Para descrever esse cenário, utiliza a expressão “bagunça organizada”; contudo, trato este atributo como “caos aparente” acompanhado da expressão “sujeira relativa”, pois considero expressões mais adequadas à discussão que proponho.

“Bagunça”, no contexto teórico que abordo, é uma palavra carregada de sentidos negativos, como a própria catadora do interior de São Paulo fez alusão ao atrelar este termo à ideia de “desorganizada” e de “relaxada”. São significados vinculados a uma moralidade, ou seja, à ideia

⁷⁹ Caderno de campo 04/09/2014.

⁸⁰ Caderno de campo 11/06/2014.

⁸¹ Caderno de campo 05/06/2014.

de algo que é ruim, confuso, desordenado e embaraçoso. O termo “caos aparente” foi escolhido para enfatizar que aquilo que é visto como caótico para alguns, pode não ser visto da mesma forma por outros. É apenas aparente diante das referências de cada um. A escolha pela expressão “sujeira relativa” segue na mesma trilha, pois, como debatarei posteriormente, a sujeira tem sentidos e alusões tão diversos quanto possibilidades de referências culturais. Podem variar intensamente em cada contexto.

É importante ressaltar que na análise da situação das/os catadoras/es debato a questão das marcas da cultura hegemônica, o que exige que se entenda que se está lidando com concepções naturalizadas do que é considerado uma “bagunça”, e do que é algo “organizado”.

Um cenário de “caos aparente” e de “sujeira relativa”, em uma associação de catadoras/es, pode ser prontamente perceptível em um barracão, podendo esta característica ser pronunciada de maneira intensa ou mais sutil. Isso ocorre devido a vários fatores vinculados à estrutura na qual este trabalho se realiza. Por exemplo: as relações estabelecidas com as instituições que compram os materiais recicláveis, a troca constante de membros da associação e as condições em que os materiais chegam ao local, muitas vezes misturados com resíduos orgânicos. Ressalte-se, ainda, o grande volume de materiais que fazem parte da lida da catação, bem como a maneira como os materiais recicláveis têm sido separados nas casas, empresas e nos ambientes de serviço público, que tem colaborado intensamente para as dificuldades de organização e a presença de sujeira no trabalho das/os catadoras/es⁸².

Ao longo do estudo foi possível compreender que se trata de um tipo de trabalho marcado por instabilidades, geradas por diversos motivos, e que esta dinâmica impõe constantes modificações e adequações às/aos trabalhadoras/es. Somado a isso, no caso da Associação enfocada nesta pesquisa, ocorreram transformações na escolha do método de trabalho que cunharam ainda mais a inconstância na configuração da sua forma de organização e de ocupação do espaço.

Do ponto de vista do estudo, as alterações no método de trabalho foram interessantes porque geraram situações nas quais foram percebidos, com maior intensidade, alguns significados,

⁸² Esta situação permite questionar quais estratégias seriam possíveis de serem constituídas para que a responsabilidade pelos resíduos, que todos produzimos, seja assumida de forma democrática e compromissada. Pensar nestas atribuições desde a produção (as empresas), passando pelo poder público e chegando a/ao cidadã/ão.

sentidos e nexos deste universo, vinculados com conceitos higienistas e de ordem no trabalho, de produtividade de uma fábrica, bem como o teor da prática da ONG no interior da Associação.

Decodifiquei várias vezes a incidência dessas instabilidades através da percepção do espaço, pois a disposição dos materiais, das pessoas e dos maquinários, e a estética produzida por este conjunto forneciam pistas sobre permanências e alterações no funcionamento da Associação⁸³.

A disposição espacial de uma associação de catadoras/es é uma referência sobre a estrutura e o momento que o grupo está vivenciando. Eu poderia chegar à Associação e nem conseguir entrar no barracão devido a uma montanha de materiais de doação descarregada naquele momento, uma prensa situada em local diferente do dia anterior, a mesa de trabalho deslocada para outra parte do barracão. Os materiais já prensados poderiam estar todos do lado de fora aguardando que o caminhão os recolhesse, ou sendo estocados em algum canto mais resguardado porque o comprador baixou o preço e as/os catadoras/es resolveram aguardar um tempo, esperando uma valorização do produto.

As variáveis de preço, de mercado, de número de pessoas associadas, de novos parâmetros na forma de organização, de alteração climática, além de tantos outros motivos possíveis, influenciam as técnicas para a triagem, o trajeto e o pouso dos materiais e a forma de encaminhar sua destinação. Mapear a disposição das pessoas, dos materiais, e dos equipamentos no espaço, demonstra características sobre a prática laboral e gera reflexões sobre a abjeção.

Assim sendo, aprendi a chegar a campo e mapear a paisagem com o olhar para diagnosticar permanências e alterações de métodos de trabalho, formas de organização e as relações que as/os associadas/os estabeleciam com tais situações. Se no início, aquele abundante volume de materiais parecia-me incompreensível e gerava certa aversão, com o tempo percebi a inimaginável capacidade de organização no “caos aparente” que este trabalho reivindica e desenvolve nas pessoas, emergindo em mim um sentimento de admiração em relação à habilidade destas/es trabalhadoras/es em resolver este desafio cotidiano.

Vivenciei em meu próprio corpo a possibilidade de organização do e no “caos aparente”.

⁸³ Vale reforçar aqui um adendo de ordem mais metodológica. Penso que minha formação artística propiciou uma leitura neste sentido. Avalio que apreendi a paisagem da Associação numa perspectiva análoga a de uma cena ou uma coreografia, com seus símbolos e significados, que adentram e revelam as subjetividades das/os catadoras/es, bem como outras variantes de seu viver.

Nos dias que triava junto com as/os catadoras/es, houve momentos em que experimentei um sentimento de satisfação por realizar a tarefa de organizar os materiais, de dar encaminhamento e de colaborar para estabelecer uma certa organização no que parecia improvável de ser resolvido. Ao iniciar a tarefa a impressão era de que aquilo não teria fim.

A sensação de satisfação emerge, nesta circunstância, no momento da participação na organização, em decorrência da impressão de estranhamento e aversão que aquela bagunça gerou inicialmente em mim. Este estranhamento está plenamente vinculado às minhas referências de incômodo por algo que representa um “caos”, por partilhar de uma visão de mundo que está alicerçada na visão hegemônica e que destoa dos elementos que encontrei dentro da Associação.

Não tenho registro das/os catadoras/es da Associação vivenciarem uma satisfação neste sentido. Somente um contentamento referente à ideia de associar aquele montante de material triado ao valor do seu rendimento no final do mês. Ou seja, para elas/es a ação de organizar um grande volume de material a partir de uma situação que pode sugerir um caos, aparenta ser algo totalmente trivial, rotineiro. Representa apenas um trabalho a ser efetuado, sem a carga emocional relatada no meu caso.

Embora na Associação as/os catadoras/es não pareciam encarar a organização no caos como um problema, tenho registros no caderno de campo de catadoras/es, de outros locais que, referindo-se a algumas cooperativas ou associações, destacam e valorizam a capacidade de organização no caos a despeito das constantes dificuldades. No “Fórum Estadual Lixo e Cidadania” um membro do MNCR assim descreveu a organização de um grupo de catadoras do interior do Paraná.

Elas não têm nada, não têm ajuda da prefeitura, é uma sala onde a mulherada trabalha. Nem é um barracão, muito ruim, aquilo podia ser um lixão, vocês não imaginam as dificuldades dessas meninas. E você chega lá e é de se admirar! Não sei como elas conseguem. A organização, a arrumação do lugar e a limpeza que elas conseguem deixar o lugar. Fiquei fã dessas meninas⁸⁴.

Comentários deste cunho foram pronunciados algumas vezes nos eventos. Eles têm como teor a valorização da habilidade de manter organizado e limpo um ambiente que contém diversas características opostas a estas, reconhecendo as enormes dificuldades de se conquistar organização e limpeza num ambiente típico de catação.

Como pesquisadora, ao identificar estas várias reações em relação ao “caos aparente” e à

⁸⁴ Caderno de campo 02/07/2014.

“sujeira relativa”, questionei os nexos e sentidos produzidos por cada pessoa de acordo com suas concepções e visões de mundo. Instigou-me questionar: quais os motivos que impulsionaram a repulsa que senti?⁸⁵ Não considero como uma particularidade minha esta aversão, seguida pela posterior satisfação que senti na vivência cotidiana – embora, evidentemente, existam aspectos relacionados à individualidade de cada pessoa, que demarcam tendências de emoções que podem vir a emergir. Reações semelhantes tiveram outras pessoas não vinculadas ao trabalho da catação.

Além disso, em diversas situações na pesquisa de campo ocorreram relatos das/os próprias/os catadoras/es, em que elas/es expressavam ter percebido a existência de preconceito em relação ao ambiente de seu trabalho, principalmente devido a este “caos aparente” e à “sujeira relativa” do local. Pontualmente, percebi certa aversão à forma de disposição espacial definida pelas/os catadoras/es, principalmente na conduta do técnico da ONG que estava trabalhando no local, como se poderá observar na análise que segue.

Depois de alguns meses convivendo com o técnico na Associação, ele se dirigia a mim demonstrando uma nítida divisão entre as/os catadoras/es e nós. Comparava algumas de “nossas” noções, hábitos e história familiar com aqueles das/os catadoras/es. Isso pode ser ilustrado em falas como a que segue: “Nós, que não somos acostumados com esta bagunça e sujeira daqui, para a gente é estranho no começo”⁸⁶.

Em meu caderno de campo registrei um questionamento sobre algo que, talvez, poderia ser facilmente compreendido por tratar-se de concepções naturalizadas⁸⁷. A princípio, pode-se tomar como códigos e características comuns aos dois, o fato de não morar em favela, chegar de carro ao local da Associação, ter estudado em escola formal e ter cursado um curso de ensino superior, nossas/os filhas/os estudarem em escola particular, e de estar ancorados naquilo que ele denominava como uma “base familiar estruturada”. Ainda, nosso trabalho não envolve lidar

⁸⁵ Na vivência em campo estive bem atenta a estas emoções, nada imprevisíveis devido à natureza da pesquisa e às diferenças culturais entre esta pesquisadora e as/os catadoras/es. De maneira geral, estas sensações e emoções foram bem contornáveis, sobretudo devido à consciência aguçada que sustentei em relação a estes aspectos, às vivências anteriores em pesquisas de campo em realidades contratantes com a minha, e aos estudos sobre etnografia que realizei. Desta forma, estava consciente do que poderia acontecer e numa atitude de abertura para viver a experiência destas diferenças, desafio presente em qualquer pesquisa etnográfica que coloque em relação pessoas com referências culturais distintas. Reconheci estas diferenças como material fértil de estudo.

⁸⁶ Caderno de campo 28/06/2014.

⁸⁷ Provavelmente, antes de mergulhar nas pesquisas com catadoras/es, eu mesma não questionaria essas noções naturalizadas.

diretamente com aquele “caos aparente” e a “sujeira relativa”.

Mesmo visualizando estas noções que nos separam em uma possível categoria social comum aos dois, mas distinta daquela das/os catadoras/es, considere existir algo a mais a extrair deste “nós”, desta identificação, deste grupo no qual ele me classificava como pertencente junto com ele. No caderno de campo escrevi:

Por que ele fala com tanta certeza que existe um “nós”? O que ele vê em mim que o leva a me achar semelhante a ele? Somos mesmo “nós” naquele ambiente? E se estivéssemos em outro contexto, faríamos parte de um mesmo grupo? Por exemplo, num grupo de professora/r universitária/o, de artista, de alguém que se enfronta em compreender e problematizar a vida de catadoras/es? Por que entre as/os catadoras/es o técnico afirma, sem titubear, que constituímos um “nós”, que difere do “elas/es”? E se fôssemos debater feminismo, continuaríamos a sermos “nós”? Estamos aqui lidando com o “eu” (ou “nós”) que tem necessidade de se distinguir do “outro”, de ter esta fronteira bem delimitada, abordado por Julia Kristeva e Judith Butler? Estamos falando dos corpos abjetos e dos corpos que importam, sendo que o “nós” refere-se ao último?⁸⁸

Arrisco alegar que aquilo que temos em comum está assinalado para além das - e também pelas - questões mais objetivas e práticas, da nossa história e da materialidade do que somos e possuímos. São noções e códigos que nos marcam, nos demarcam e nos transportam a determinadas escolhas e condutas. São noções e normas construídas historicamente. O abjeto só existe porque existem e persistem estas noções. Os corpos abjetos são aqueles que de alguma maneira subvertem, negam ou borram as fronteiras do que pode e do que não pode ser feito, de quem você tem autorização para ser ou não ser.

Kristeva (1982) sugere uma definição que elucida esta lógica ao explicitar que o abjeto se torna repulsivo porque manifesta uma confusão de limites, o que significa que a potência do abjeto delimita uma suposta unidade própria dos sujeitos situados como hegemônicos, mas também a fratura e fragmenta. O abjeto só existe na medida em que alguns sujeitos permanecem hegemônicos, e vice-versa, o que permite compreender a dependência premente desta estrutura.

Neste sentido, o técnico e eu podemos funcionar como demarcadores do espaço de abjeção ocupado pelas/os catadoras/es. Naquele contexto, nós dois temos muito mais atributos do que as/os catadoras/es para sermos os sujeitos hegemônicos pontuados por Kristeva (1982). Habitar no domínio deste sujeito é viver de forma condizente com uma série de normas socialmente instituídas, e, na realidade da catação e do recorte realizado nesta pesquisa, são as noções de ordem

⁸⁸ Caderno de campo 11/07/2014.

social, de racionalização e da cultura higienista os elementos que mais incidem para demarcar quem é abjeto. Diante do cenário, na Associação, de “caos aparente” e de “sujeira relativa”, estas são as noções aqui debatidas e problematizadas, visualizando sua propensão à naturalização e a funcionar como um dispositivo de poder, no sentido desenvolvido por Foucault (2011).

Proponho um esforço que se inspira naquele que se faz presente nas obras adotadas aqui como referências de Butler (2008; 2012). Apreendo que a autora evoca um deslocamento no sentido de nos despregarmos de uma imposição: o poder sempre utilizou a estratégia de naturalizar aquilo que é historicamente construído, confundindo estas noções com “verdade”, sem considerar que se trata de códigos relativos e construídos a partir de interesses de determinados grupos sociais. Butler (2008; 2012) denuncia estes arranjos e contribui para a desnaturalização destas noções.

Ao pensar a naturalização do que é considerado ordenado e limpo e do que é bagunçado e sujo - evocando Butler em entrevista para Prins e Meijer (2002) - pode-se compreender que estas disposições se configuram em um discurso que habita o corpo e que, de certo modo, forja esse corpo, confunde-se com ele. Por isso, é tão potente e tão fácil de ser naturalizado, sendo confundido com o que somos encarnando a materialidade dos corpos.

A proposta neste estudo consistiu em debater estes aspectos sem perder de vista uma tensão entre dois pontos, que ficaram evidentes na pesquisa de campo.

De um lado, a percepção de que a luta existente por condições dignas de trabalho no mundo da catação passa, necessariamente, por conquistar um ambiente que tenha possibilidade de estar mais organizado, limpo e harmonioso. Em várias situações durante a pesquisa de campo presenciei esta reivindicação das/os catadoras/es. Percebi que esta demanda era menos intensa na Associação - trato mais adiante dos motivos que limitam a emergência deste tipo de reivindicação - mas bastante contundente por parte das/os integrantes e simpatizantes do MNCR nos eventos.

Por outro lado, estão as distorções, os conceitos sociais de ordem e higiene que produzem as/os catadoras/es como corpos abjetos, funcionando como potenciais sustentadores de rótulos e preconceitos, onde também estão as ideias de racionalização do trabalho. Ideias tão bem representadas pelo trabalho fabril e que se fizeram presentes na Associação, principalmente no período de instalação da esteira.

As reivindicações das/os catadoras/es apoiam-se numa realidade onde as dificuldades e o

sofrimento vivenciados no ambiente de trabalho se perpetuam. Dificuldades que contribuem para uma condição de trabalho indigna, que as/os coloca como fortes candidatas/os a viver a experiência da abjeção porque os riscos são reais e desumanizantes nestas condições.

Vi uma catadora se cortando com um pedaço de garrafa que caiu em pé, cravando o caco de vidro no seu pé e sendo este retirado com a mão que estava bem suja. Este corte infeccionou e gerou problemas de saúde⁸⁹. Andrea, outra catadora, mal curou um corte feito na mão na lida com os materiais e já estava com outro na mesma mão⁹⁰. Num certo dia, cheguei a campo e Seu Osório estava com um retalho de pano amarrado na palma da mão para proteger o corte talhado no dia anterior, que me contou havia sido feito com um caco de vidro que estava no meio do material⁹¹. Mesmo trabalhando com a botina que faz parte do EPI que as/os associadas/os receberam certa vez da prefeitura, presenciei Rosinha ter a sola do sapato perfurada por um arame, que atingiu dolorosamente a sola do seu pé⁹².

São algumas entre as muitas situações nas quais as condições de trabalho, fortemente marcadas pelo “caos aparente” e a “sujeira relativa”, expõem estas pessoas a vários riscos que causam mal estar, dor, doenças, preocupação, segundo os relatos das/os próprias/os catadoras/es⁹³.

Da parte das/os catadoras/es da Associação, Teresinha parece resumir a percepção que a maioria delas/es expressou sobre estas dificuldades e suas consequências para a saúde e a qualidade de vida: “gostar a gente não gosta, né, é ruim, maltrata a gente. Eu mesmo sou doente, não podia estar aqui. Tem mais gente velha aqui. Mas fazer o quê? É o que a gente tem para trabalhar, né, paciência”⁹⁴.

Portanto, embora estas/es catadoras/es não expressassem uma preocupação e um empenho mais efetivo em modificar estas dificuldades em seu ambiente de trabalho, demonstraram, de

⁸⁹ Caderno de campo 11/07/2014.

⁹⁰ Caderno de campo 18/06/2014.

⁹¹ Caderno de campo 24/06/2014.

⁹² Caderno de campo 14/10/2014.

⁹³ É primordial para o debate desta situação, evidenciar que estas são queixas advindas das/os catadoras/es, porque, de outra forma, corre-se o risco de cair novamente no preconceito de olhar estas situações como desagradáveis e desumanas. Neste sentido, um trabalho pode ocorrer num local acético e aparentemente harmonioso e ser extremamente desumanizante ou insalubre. Existem trabalhos em contrastantes realidades que podem expor as pessoas a riscos de saúde, seja de ordem física ou emocional, mesmo em profissões que tenham *status* social como a prática médica (risco de doenças contagiosas), trabalhar numa bolsa de valores (alto nível de stress emocional) ou ser professora/r em escolas públicas (intenso desgaste emocional), com infraestrutura precária.

⁹⁴ Caderno de campo 01/08/2014.

diferentes formas e em diversos momentos, que consideram desagradável os riscos de mal estar e saúde presentes no trabalho na Associação.

Penso que seja possível argumentar que, somados a este contexto que já traz elementos que podem desvalorizar este trabalho, existem ainda outros aspectos que potencializam uma percepção predominante na sociedade sobre as condições de trabalho das/os catadoras/es. Aspectos que expressam uma aversão a esta atividade, motivados pelos conceitos e ideias historicamente produzidos, sobretudo com o processo de modernização, que introduz preceitos de ordem e da cultura higienista, vinculados a uma conduta moral.

Estes conceitos e ideias construídos historicamente possuem, especialmente na realidade das/os catadoras/es, plena articulação com o conceito de abjeção. Os corpos que estão imersos na “sujeira relativa” e no “caos aparente” são abjetos na medida em que existem os preceitos que determinam o que é naturalizado como “normal”.

Butler (2008, p. 153) ancora sua concepção de abjeção considerando que os corpos nunca estão inteiramente normatizados; há instabilidades e, por isso, permanece a necessidade de reiteração e de adaptação constante das normas. Tanto a constituição quanto a reelaboração das normas podem ser reconhecidas, em certa medida, no desenvolvimento histórico da sociedade. Elas se reconfiguram de acordo com as necessidades de adaptação à realidade, aos valores, aos interesses e aos discursos que circulam. O objetivo destas práticas regulatórias é que esteja assegurado um espaço aos sujeitos normatizados, que significa o espaço da hegemonia.

Apresento a seguir algumas reflexões sobre a inserção histórica na cultura brasileira de algumas normas, principalmente as de “ordem” e “higiene”, focalizando o processo histórico da colonização do país e a instauração de uma cultura da modernidade, percebendo como esses elementos culturais se articulam com a vida dos indivíduos⁹⁵.

⁹⁵ As Ciências Sociais já caminharam na direção de propor rupturas, que aqui pretendo exercitar, referentes à desconstrução da dicotomia indivíduo x sociedade. Scavone (2008) cita como exemplos de autores que colaboraram para estas rupturas Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Bruno Latour, salvaguardando seus diferentes matizes. É uma escolha metodológica que possui seus desafios, todavia, adensa os argumentos aqui trazidos de forma coerente com a vivência em campo, para refletir sobre a realidade abjeta das/os catadoras/es. A pesquisa de campo solicitou que meu olhar transitasse pela condição social e histórica mais ampla, sempre numa proximidade com as pessoas com as quais convivi.

2.4.1.1 Das raízes históricas das concepções de ordem e higiene na cultura brasileira

O Brasil – assim como outros países da América Latina – carrega as marcas de sua colonização europeia e das manobras para o controle da sociedade em termos do que foi instituído como ordem e progresso na organização do sistema capitalista. Trata-se de um longo processo, de modo algum homogêneo e contínuo, que exige um aprofundamento mais detalhado para sua compreensão. Contudo, para os objetivos deste estudo, abordo sucintamente este processo focalizando o período de instauração de uma cultura da modernidade, para demonstrar os parâmetros de normalidade social alicerçados em uma noção de ordem e de higiene, que irão incidir na vida das/os catadoras/es e construir sua corporeidade como abjeta.

Norbert Elias (2011) ensina que o processo civilizador, ocorrido entre os séculos XII e XVI, situou a Europa como um modelo das práticas civilizadas, foi excluindo hábitos relacionados aos “impulsos” e adestrando as pessoas a uma moral específica, relacionada, entre outros fatores, a hábitos de higiene e asseio. Assim, inicia-se um longo processo que determina as práticas – e as pessoas – aceitáveis, e aquelas que são renegadas, práticas que ganharam espaço impositivo na América Latina, como assinalam Scribano e Mattar (2009, p. 420).

O processo civilizador foi instaurado criando padrões de conduta, códigos de comportamento e expressões que conquistaram a classificação de “civilizados” como referência a uma sociedade (ELIAS, 2011), no caso, a sociedade europeia. De forma morosa, sucederam-se tanto as transformações comportamentais como a força regulatória que estas condutas, códigos e expressões designam e impõem.

Elias (2011) descreve que aquilo que se convencionou definir como uma “boa educação”, e que foi associado a um comportamento “civilizado”, esteve intimamente ligado às classes dominantes. Em contrapartida, a noção de “incivilizado” foi associada aos comportamentos das classes inferiores.

A leitura do processo civilizador de Elias é útil aqui - apesar do mesmo estar sujeito a algumas objeções⁹⁶ - porque explicita uma noção de normalidade, de instauração de padrões, auxiliando na desnaturalização de conceitos como os de ordem e higiene. Segundo o autor, estes

⁹⁶ Se os argumentos de Elias têm vários méritos, como o de efetuar a articulação do que se poderia tomar como dois níveis - o micro e o macro - por outro lado, sua concepção de civilização tem sido problematizada porque acaba insinuando uma noção de evolução do ser humano social. Ver Kirschner (1999).

padrões fazem parte de um processo de educação ou “adestramento”, com interesses específicos⁹⁷. É sua discussão sobre a existência de um processo de construção e de naturalização dessas referências que interessa para a presente reflexão.

O que achamos inteiramente natural, porque fomos adaptados e condicionados a esse padrão social desde a mais tenra infância, teve, no início, que ser lenta e laboriosamente adquirido e desenvolvido pela sociedade como um todo. Isto não se aplica menos a uma coisa pequena e aparentemente insignificante como um garfo do que a formas de comportamento que nos parecem mais importantes (ELIAS, 2011, p. 78).

Neste sentido, este sociólogo colabora para este estudo ao ponderar sobre a consagração de normas sociais promotoras de noções morais, que instituem as desejáveis práticas de higiene e incitam a repulsa à sujeira. Elias (2011) apregoa que o processo de educação instituído no Estado Moderno estrutura conceitos de que educar consiste em ensinar um indivíduo a não ser grosseiro, e que ser educado remete a ter uma aparência de “asseado”. A cultura da modernidade “civilizou” o corpo, os desejos e as emoções através da normatização e da propagação de modos de conduta considerados adequados, o que instituiu a vigilância e o controle do comportamento individual e coletivo de todas as classes sociais. Vigilância e controle necessários, na ótica da dominação, para o bom funcionamento da sociedade.

Daí depreende-se a assertiva de que os hábitos de higiene considerados apropriados ratificam uma pessoa educada e dotada de um comportamento civilizado. Em contrapartida, são classificadas como mal educadas e de conduta incivilizada aquelas pessoas que têm hábitos de higiene considerados inadequados, e/ou estabelecem uma relação fora do padrão daquilo que é qualificado como “sujeira”.

Estas ponderações vão de encontro àquilo que podemos conceber como uma produção de “corpos dóceis”, no sentido arquitetado por Foucault (2011), corpos submissos e obedientes, o que o autor assinala como a invenção de uma “nova anatomia política” (FOUCAULT, 2011, p. 134). Essa anatomia que demarca o corpo, neste período, passa a ser abalizada por uma moralidade avaliada no confronto entre a sujeira versus o asseio, a desordem versus a ordem.

Na abordagem foucaultiana, o corpo é modelado por um amplo número de regimes distintos, decorrência de jogos de poder. O poder se instala no próprio cerne dos indivíduos, em

⁹⁷ Apenas não se pode perder de vista que normas e hábitos de ordem e higiene, decorrentes da concepção europeia, que têm sido valorizados na cultura brasileira, não são os únicos; existem outras referências, como, por exemplo, as da cultura africana, o que não coloca a europeia como a mais “adequada” para todas as pessoas.

sua subjetividade, arraigando-se pelo corpo, nas ações e atitudes, nos discursos, nos processos de aprendizagem e na vida cotidiana, no dia-a-dia dos indivíduos (FOUCAULT, 2011, p. 39).

Tendo em conta esta concepção, da incidência do poder no corpo, Foucault (2002) contribui sobremaneira para o debate que aqui desenvolvo quando analisa o discurso médico-sanitarista na França do século XIX, mostrando que este tinha a pretensão de normalizar a sociedade ditando procedimentos no campo da saúde. Para Foucault, a todo discurso se atrela uma prática de poder; e, a cada prática de poder há um discurso que a justifica. Ou seja, os discursos são eficazes porque evocam o que ele nomeia de tecnologias de poder, que por sua vez se alicerçam na ideia de que não há mesmo uma verdade, mas efeitos de verdade que se produzem no discurso e que funcionam como instrumentos de poder (FOUCAULT, 1991). É através dos discursos - sejam eles científicos, jurídicos, de senso comum, e outros - que interiorizamos o que fazer, e como fazer.

A “sujeira”, por exemplo, segundo o discurso médico-sanitarista, estaria vinculada à possibilidade de contaminação provocando doenças. Se isso é uma “verdade”, para além da possibilidade de ser relevante especificar, por exemplo, qual “sujeira” tem potencial contaminante e se existe um tipo de “sujeira” que não vem a ser contaminante, trata-se de “pormenores” que, supostamente, não têm importância. A eficácia deste discurso está em seu efeito de verdade presente nas estratégias pelas quais esta noção é disseminada, generalizada, naturalizada, e continuamente alicerçada e fiscalizada pelos dispositivos de poder, jurídicos ou não, que funcionam, conforme designados por Foucault, como tecnologias de poder.

Por isso que raramente se tem dúvida de que a “sujeira” causa doença e de que ser “sujo” gera a consequência de estar moralmente condenado. Aquela/e que questionar esta lógica, esta “verdade”, torna-se inconveniente, ou seja, fora das convenções.

Todo este investimento social visa o “bom” funcionamento da sociedade, que deve se organizar de forma “harmônica” e “ordenada”, como observa Foucault (2002) em “Os anormais” – título e temática desenvolvida pelo autor, que tem aderência à concepção de corpos abjetos⁹⁸. O julgamento do que vem a consistir “harmonia” e “ordem” é estruturado em função de atender aos interesses dos que constituíram e/ou constituem o poder vigente, do qual fazem parte médicos e

⁹⁸ Ao debater sobre uma ampla gama de categorias de indivíduos considerados “anormais”, Foucault aponta como o poder médico e jurista auxiliou na codificação de algumas pessoas como estando fora da normalidade, demonstrando que, mesmo em contextos históricos diferentes, incide uma pressão para a existência de uma divisão entre os “normais” e os “anormais”, entre os corpos que importam e os corpos abjetos. Neste sentido, destaco seu trabalho clássico, “A história da loucura”, onde analisa os discursos sobre o louco, que - na ótica aqui tratada, seria o “anormal”, o abjeto - e o seu encarceramento em hospitais, prática que o saber sobre estes indivíduos legitima.

juristas. E aqui, destaca-se a ocorrência de um interesse de adesão dos esforços do saber médico com o aparato jurídico. O primeiro designa os conceitos que devem pautar a conduta dos indivíduos; e o segundo, representa o sustentáculo de apoio legal para concretizar a vigência dos parâmetros almejados e idealizados pelo saber médico.

Essas tecnologias de poder se valem da produção e difusão de normas e procedimentos visíveis e palpáveis em sua natureza operativa, aquelas atuações efetivas reguladas pelas instâncias político-administrativas, visando à produção de comportamentos aceitáveis, tanto individuais quanto coletivos (FOUCAULT, 2002, p. 64). Para compreender como se movem e se disseminam estas tecnologias de poder, é imprescindível visualizar uma máxima inerente à visão foucaultiana, que é a afirmação de que o poder não está concentrado no Estado, mas permeia todas as relações do cotidiano, integrado vivamente nas práticas sociais (FOUCAULT, 1991). É o que ele denomina de microfísica do poder.

No Brasil, com suas variadas matizes e heterogeneidade de expressões, a cultura da modernidade tem seu desenvolvimento mais acirrado nas primeiras décadas do século XX. Inspira-se nos modelos advindos dos Estados Unidos e da Europa, tendo como um dos seus pilares a perspectiva higienista, bem traduzida por Sevcenko (1998, p. 571) ao certificar que a polícia do período laborava com um objetivo: “varrer as fezes sociais”. Eram práticas intercedidas pelo conceito de eugenia e por uma política sanitarista, que justificava o banimento dos pobres para os morros. O autor complementa este quadro expondo a existência de campanhas que regiam a abolição de condutas e materiais considerados passíveis de acumular sujeira.

O crescimento urbano-industrial deste período é mediado por uma nova ordem social racionalizada, marcada pelas preocupações médico-sanitaristas. As expectativas burguesas do início do século XX estavam voltadas para a formação de uma mão-de-obra que atendesse à demanda das fábricas. Margareth Rago (1987) explica que o intuito era transformar as/os trabalhadoras/es rudes e ignorantes em mão-de-obra higiênica e adequada. Era um tempo em que se assumiu que todo “tipo de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrolável, ameaçadora e impura devem ser auto circuitados. Assim se pretende formar o novo proletariado, impondo-lhe uma identidade moralizada, construída de cima e do exterior” (RAGO, 1987, p. 18).

Na formação da sociedade urbana brasileira o temor de uma série de ocorrências sociais – como a pobreza, as insurreições dos escravos, a “africanização” da nação nascente – esteve no

centro da definição de uma elite social⁹⁹. Este medo “se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias” (BATISTA, 2014, p. 85). O medo invade e infecta todas as frestas e os castos da vida, como complementa Loic Wacman (*apud* BATISTA, 2014, p. 10).

Trata-se de novas representações de temor e perigo¹⁰⁰ alicerçadas na desigualdade social, que geraram a “domesticação brutal das classes sociais pobres” (BATISTA, 2014, p.79). Numa sociedade pautada pelo positivismo, que tem como lema “ordem e progresso” em sua bandeira, e se pauta pela cultura higienista, Batista (2014, p. 79) evidencia que a “colocação em ordem” e um “modelo de pureza” “tem que dar conta das ‘novas anormalidades’, tratando de identificar, traçar e criar constantemente fronteiras para os ‘novos estranhos’”, que não se inserem nesta ordem e podem travancar o progresso.

A definição da autora citada acima de “estranhos”, contextualizada historicamente neste período, interessa porque tem aderência com aquela de abjetos: “os estranhos ‘não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo’ eles ‘poluem alegria com angústia’, embaralham as fronteiras e por isso produzem mal-estar e insegurança” (BATISTA, 2014, p. 80).

No século XIX, estes “estranhos” são assim considerados socialmente, nas terras brasileiras, através da produção de um saber que os controla, saber este amplamente amparado pelo discurso médico e jurídico, que combaterá a desordem social. Para a autora, este fenômeno está plenamente associado a uma imagem de que as questões de contaminação transbordarão do ar para as pessoas.

Na mesma linha de raciocínio de Foucault, Batista aponta que esta medicina social tem o objetivo de normalização assumindo uma imagem de recuperadora, e atua a partir das normas que impõem exigências a um cenário interpretado como hostil e diferente. A autora discorre sobre a existência neste período de uma “medicina política” e reivindica que se fique atento para

[...] os sentidos que a expressão *medicina política* encerra e seus vínculos com a ideia de bio poder de Foucault. Enfim, engendram-se, a partir de um movimento mais global, as estratégias

⁹⁹ No livro “O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história” a autora parte desta realidade circunscrita na capital carioca, mas sempre mirando tanto as influências europeias como tomando o caso desta cidade como um exemplo ilustrador do que sucedeu no resto do país. Seus argumentos, além daqueles expostos, dialogam intensamente com a questão do racismo e da criminalização do negro e do pobre, seguindo em boa parte a abordagem desenvolvida por Loic Wacquant, que, a propósito, realiza um prefácio da obra. Contudo, nos limites desta tese, escolhi fazer um recorte par dar conta do objetivo proposto.

¹⁰⁰ São consideradas novas devido àquilo que a própria autora demonstra em seu livro sobre os medos difundidos socialmente na Europa renascentista, sobretudo apoiando-se na obra de Jean Delumeau (1978) “La Peur em Occident”. Este historiador fala sobre o medo difuso, nutrido pelas guerras feudais, epidemias, conflitos religiosos, demonstrando a forte mão da Igreja nesse período, que manipulou e canalizou os medos sociais.

de bio poder na periferia, onde, de uma certa forma, vigoram ideias (ainda não científicas) de uma população problema, metáfora de contaminação (BATISTA, 2014, p. 163, grifos da autora).

Aqui, pode-se visualizar uma concepção que se expressa em conceitos que colocam algumas pessoas como inerentemente contaminantes e, portanto, significando um problema que deve ser eliminado, além de sustentar e justificar incidências de violências dirigidas a estas pessoas¹⁰¹.

Loic Wacquant (2003 *apud* BATISTA, 201), ao entender estas práticas como embrionárias de tantas que ainda hoje são atuantes, assim coloca a questão:

Assim como na Europa no passado e hoje, esses discursos foram e são adornados, amplificados e dirigidos contra certos alvos pelas elites urbanas, para salvaguardar e expandir seu domínio num período de insurreição social dramática [...] então, como agora, as forças da ordem são encarregadas da missão de inspirar confiança às elites e infundir terror aos morros. Ontem, como hoje, o “outro” assustador sobre quem se desata a violência física e simbólica concentrada no Estado, é uma massa enxameada e sem rosto de marginais de pele escura, [...] inimigos diabólicos da nação, violadores congênitos daqueles códigos morais (WACQUANT, 2003 *apud* BATISTA, 2014, p. 12).

Interessante notar que Elias, Foucault e Batista, ao debaterem sobre o processo que ratificou normas de conduta sociais, fundamentadas nos discursos higienista e da ordem, desembocam em uma categoria social correlata à da abjeção, que cada uma/um denomina à sua maneira - embora o primeiro não pareça muito interessado em delimitar e destacar esta classificação, demonstrando-a de maneira menos circunscrita. “Incivilizados”, “anormais” e “estranhos” são as pessoas que, em algum sentido, não apresentam aderência em grau satisfatório a esta gama de normas atuantes em cada cultura e período abordados por cada autora/r. Importante ressaltar que são normas que não diferem substancialmente daquelas que acometem os corpos abjetos que povoam nossa sociedade no aqui e agora.

No caso desta pesquisa são noções que incidem na realidade das/os catadoras/es, uma existência que torna tão comum e íntimo o ato de lidar com os materiais recicláveis, que produzem um “caos aparente” e uma “sujeira relativa”. Quando os resíduos chegam à Associação estão dotados de marcas de sujeira, como restos de alimentos, de produtos de limpeza, de barro. Durante o trabalho, os corpos das/os catadoras/es e suas roupas estão permanentemente marcados pela sujeira. Nesta sujeira carimbada no corpo estão carimbados também rótulos estabelecidos por uma

¹⁰¹ São esclarecedoras e chocantes as diversas fontes que a autora utiliza para evidenciar, por exemplo, a concepção de contaminação em relação às/aos negras/os. “Os africanos são tão perigosos como os miasmas” (BATISTA, 2014, p. 165) ou ainda quando evidencia a visão de contaminação que pode advir através das escravas, amas de leite.

moralidade que vincula um corpo sujo a um corpo dotado de coisas ruins. São corpos, no enfoque butleriano, considerados pelo poder instituído como sem importância, corpos que representam vidas que deveriam ser corrigidas, ou que não mereceriam serem vividas.

Torna-se atuante uma correspondência de acepções entre limpeza (ou pureza) e ordenamento, já anunciados por Mary Douglas (1991, p. 07), e que classifica as pessoas numa moralidade que se ancora nas ideias de sujeira (ou impureza) como sinônimo de desordem. Num projeto de modernidade, em um país desejoso de ordem e progresso, torna-se imperioso que sejam inculcadas na organização social brasileira, diretrizes higienistas e sejam banidas as ações - e as pessoas - que desrespeitem estas normas, estabelecidas no interior desta sociedade.

Em Mary Douglas (1991) reforçam-se pistas para a compreensão deste tipo de relação moral com a sujeira e sua conseqüente retaliação, pois assinala dois pontos importantes para a presente reflexão. Primeiro, indica que “concebemos a impureza como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados” (DOUGLAS, 1991, p. 30). E, segundo, abre mais uma cavidade para desnaturalizar esta concepção, pois se acredita que

A impureza é uma ideia relativa. Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los sobre a mesa de jantar; estes alimentos não são impuros em si, mas é impuro deixar os utensílios de cozinha num quarto de dormir ou salpicos de comida num fato; os objetos da casa de banho não estão no seu devido lugar se estiverem na sala de visitas; o mesmo é válido para as roupas abandonadas sobre uma cadeira; para coisas da rua que estão dentro de casa para objetos do primeiro andar que estão no rés-do-chão; para as roupas de baixo que aparecem onde devia aparecer roupa de cima, e por aí adiante. Em suma, o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações (DOUGLAS, 1991, p. 30)¹⁰².

O que dizer da montoeira de objetos “deslocados” e “órfãos” – sem dono - que jazem na esteira, no chão, debaixo da mesa, dentro dos *bags* no barracão? Que sentidos e confusões podem sugerir devido ao lugar relativo que ocupam? Sutiã que desfila ao lado de cebola estragada e papel higiênico usado. Lembrancinha de nascimento de bebê enovelada com garrafa de vidro quebrada, com cheiro de cigarro e bebida alcoólica, dentro de uma mala sem alça. Livros didáticos, sujos de caldo de feijão, embaralhados com sapato de salto plataforma vermelho *gliter* e creme hidratante derramado. Batom quebrado, lixa de unha, cabelos entropilhados com caixa de leite longa vida do lado do papelão de pizza, no qual ainda está grudado um talho de queijo e um celular que talvez ainda funcione.

¹⁰² Este livro é uma versão traduzida para a língua portuguesa fluente em Portugal, por isso constam expressões próprias de lá e um tanto estranhas a nós.

Amontoado de coisas que, a princípio, não circulam na classificação de sujas ou impuras, mas neste contexto ganham outro sentido. São todas situações que lançam confusão e contradizem as “nossas preciosas classificações”.

Considerando um contexto de amarração entre os sentidos de sujeira, impureza e lixo, com desordem e incivilidade, Douglas (1991) lança luz na tarefa de desconstruir um conceito cristalizado de impureza demonstrando sua relatividade. Numa sociedade que pretende qualificar e aplicar critérios de aceitabilidade e civilidade, que estabeleçam uma ordem desejada, as pessoas estão expostas a classificações que perpassam as estruturas sociais, expressando escolhas e consequências culturais, políticas, econômicas.

Portanto, a organização social resultante da cultura da modernidade permite vislumbrar a construção e a sedimentação de códigos que têm atuado socialmente de diversas maneiras e que determinam quem são os corpos abjetos. Dentro desta estrutura, a categoria catadoras/es demarca seu espaço social.

Sugiro que estas concepções, construídas histórica e socialmente, criam cavidades ainda mais fundas entre os “normais” e os abjetos, delimitando com altos muros conceituais os espaços e os papéis sociais. É assim que permanece garantido o recinto supostamente inócuo da “normalidade”, o limpo que não se mistura a substâncias estranhas. Os higienizados e ordenados devem apartar-se dos sujos e caóticos. Contaminação, termo que os saberes e as práticas da medicina empregam, e cuja origem é o temor às doenças, passa a ter um sentido que vai além do domínio da biologia, extrapola o receio relativo às bactérias e demais microrganismos que podem ameaçar nossa saúde. A suposta possibilidade de contaminação na fisiologia social é uma estratégia potente que tem garantido que os espaços de abjeção se perpetuem, seguindo sempre o mesmo destino.

Pedro Pereira (2001), ao refletir sobre a abjeção no caso de contaminados com vírus da AIDS, apoia-se em Mary Douglas para afirmar que

O puro e o impuro são fenômenos que transcendem a esfera da assepsia físico-biológica, pois constituem marcas que estabelecem coerência cultural, naturalizando e impondo posturas. A sujeira, argumenta Mary Douglas (1991), é a desordem, e o pensar sobre coisas impuras deve passar por uma reflexão sobre a ordem e a desordem, a forma e a não forma. Uma pessoa contaminada é aquela que cometeu erros e se coloca como fonte de ameaça. A contaminação é um perigo justamente porque existem ambiguidades e a demarcação é difícil ou impossível. Devem-se centrar forças para que os sujeitos contaminantes sejam controlados, a ordem estabelecida e definidos os limites sociais (PEREIRA, 2001, p. 135).

Embora o autor esteja se referindo a uma circunstância específica, uma vez que aborda uma

realidade que envolve a possibilidade de contaminação de uma doença – a AIDS -, justamente por isso ele colabora com a reflexão a respeito da ideia de contaminação. Ao definir que a pessoa contaminante situa-se socialmente para além da esfera da assepsia físico biológica, esclarece que a possibilidade de contaminação vasa para outros domínios mais subjetivos e, não obstante, de forma alguma menos incisivos.

Quando uma catadora me disse: “tem gente que chega aqui e nem cumprimenta a gente com aperto de mão, porque tem nojo”¹⁰³, estes elementos estão presentes, atuantes nas escolhas de conduta, de movimento, tanto no corpo da catadora como de quem evitou o contato.

Num quadro semelhante ao indicado por Pereira as/os catadoras/es sofrem um repúdio que as/os resguarda e conserva em sua condição de abjeção, na medida em que as/os classifica como potenciais contaminantes, sendo que as estratégias de poder não atuam somente classificando as partes impuras, mas com o intuito de “retirá-las do corpo social, afastando o perigo, o que implica segregação dos indivíduos contaminantes, justamente porque eles põem em perigo as identidades hegemônicas” (PEREIRA, 2001, p.136).

Para Butler¹⁰⁴ (2008, p. 153) este “repúdio” é o que “produz o domínio da abjeção”, que passa a ser alocado em um “espectro ameaçador”. E nesta estrutura subjetiva social o sujeito emerge a partir do repúdio à abjeção, pois, na elaboração de Butler (2012) é no ato de rejeição de um “outro abjeto” que se funda a identidade de um “eu hegemônico”. Portanto, a composição de uma identidade culturalmente hegemônica coaduna-se com a construção de identidades deterioradas.

Uma noção só existe em relação à existência da outra, numa trilha semelhante àquela na qual o sujeito considerado limpo, normal, emerge na medida em que pontua o outro como abjeto. A trama cultural da lógica das relações sociais ensina que para ter meu local social demarcado como limpo, puro e higiênico e de forma satisfatória, necessito da existência de um “outro”, sujo,

¹⁰³ Caderno de campo 15/09/2014.

¹⁰⁴ Butler apresenta esta discussão, bem como a grande maioria daquelas que abordam os corpos abjetos, enfocando, sobretudo, as questões de gênero. Contudo, como já citado, ela esclarece que a abjeção abarca as pessoas que de formas variadas situam-se fora de normas culturais e são consideradas vidas desprezíveis, em contraposição àquelas vidas que importam. Evidentemente, neste estudo escolho os conceitos e ideias de Butler sobre abjeção que são articuláveis às reflexões aqui propostas, destacando as particularidades dos momentos nos quais sua fala está mais restrita às questões de gênero.

impuro e anti-higiênico.

Sempre que tais noções são acionadas, existe uma tendência de uma emergir vinculada à outra. Estas noções estão como que tatuadas em nossa memória, em nossos corpos e gestos. São os discursos materializados nos corpos, e os corpos, que também são discursos, de que nos fala Butler. Os discursos naturalizam, influenciam e determinam condutas, sem que se tenha consciência ou uma atitude de distanciamento em relação a tais comportamentos. Portanto, para que essa engrenagem social funcione, são forjadas estratégias dentro de uma dinâmica de poder, relacionadas às “práticas regulatórias que produzem os corpos que governam” (BUTLER, 2008, p. 153). Aqui a autora citada traz uma das heranças de Michel Foucault (1991), que desenvolveu uma ideia central de uma visão que estabelece uma íntima relação entre discurso e poder, ou seja, o discurso normatiza, ditando como os indivíduos devem se comportar.

As incursões teóricas apresentadas neste capítulo tiveram como principal escopo situar o debate que acontece dentro do campo da pesquisa sobre como os códigos que regulam os recintos da normalidade e da abjeção podem ser reconhecidos na construção histórica da sociedade, desnaturalizando sua concepção como “verdade”. Estas práticas regulatórias possuem uma plasticidade na sua composição, pois se reconfiguram de acordo com as necessidades de adaptação à realidade, aos valores, aos interesses e aos discursos que circulam. Resguardam a finalidade de que esteja assegurada a “suposta garantia” para que predomine o puro, o certo, o bom, o reto, enfim, o “dócil” como já colocado anteriormente, citando Leticia Lanz (2014, p. 228).

Daí, pode se concluir que as normas designam quem pode ser considerado aceitável, quem é importante e, conseqüentemente, quem tem um status social menos importante, até mesmo desprezível. São corpos e subjetividades que Mattar e Scribano (2009, p. 411) situam como marcados e tachados na zona do horroroso, apreendendo percepções de si construídas com base na rejeição do diferente, num cotidiano que produz dispositivos para naturalizar esta sistemática.

Estas normas regulam tanto aquelas/es que, de certa forma, as aceitam quanto aquelas/es que as subvertem. Entretanto, pode-se afirmar que incidirão mais violentamente sobre aquelas/es que estejam de alguma forma subvertendo-as. Ou seja, as normas que regulam espaços sociais, como aqueles da abjeção, da discriminação, do preconceito e da exclusão, e também aqueles da aceitação, da inclusão. São conceitos e modelos que circulam e se reafirmam nos discursos e práticas sociais e culturais, reproduzindo as estruturas que empurram para a produção de corpos

subjugados como abjetos, ou para os corpos limpos, higienizados, aceitos como normais.



Fotografia 4: Daniela Kuhn
Durante pesquisa de campo na Associação

Capítulo 3

Marcas da convivência: os muros da abjeção

CAPÍTULO 3

MARCAS DA CONVIVÊNCIA: OS MUROS DA ABJEÇÃO

As relações que construí com as/os catadoras/es, com o espaço e com os resíduos, acabaram confirmando e evidenciando minha posição social em relação àquela realidade. Evidentemente, eu estava ciente de que meu corpo e suas marcas, como cabelos, dentes, pele, além da minha maneira de me expressar e falar, e o fato de chegar de carro na Associação, eram demarcadores do meu lugar social, com parca possibilidade de camuflagem. O lugar que eu ocupo na estrutura social assenta-se em princípios mais vinculados aos da “normalidade” do que os da abjeção, notadamente tomando como parâmetro a realidade das/os catadoras/es de materiais recicláveis. São demarcações que foram também pontuadas diretamente pelas/os catadoras/es, embora em poucas ocasiões.

Certo dia, em que eu estava saindo da Associação, Amanda me pediu uma carona e perguntou se eu sabia onde se localizava um determinado bairro da periferia de Curitiba. Pensativa, eu disse que desconhecia. Marlon, que estava ali por perto, deu uma risada: “é bem capaz que esta *playboy* vai passar por estes bairros mesmo! Claro que não conhece”¹⁰⁵. Apesar de sentir vontade, não pude contestar, aceitei este rótulo, com um riso meio sem graça, compreendendo que para este catador eu representava uma parcela da sociedade que fica restrita a um espaço social simbólico e territorial, e raramente circula por alguns bairros nos quais se concentra a população mais pobre. Para Marlon, essas pessoas podem ser chamadas de *playboy*.

No período em que o grupo de associadas/os estava trabalhando nas ruas do município, em virtude da sujeira acumulada após as eleições, dei carona para três catadoras para irmos da Associação até o local combinado no qual iriam limpar as ruas naquele dia. No caminho, Marcela, Lisiane e Denise conversavam comigo e o assunto principal era a dificuldade em conciliar o trabalho com a maternidade. Entusiasmadas, nos descobrimos com pensamentos em comum sobre a necessidade de conquista do nosso espaço enquanto mulher, numa sociedade ainda tão marcada pelo machismo. “Eu sou feminista mesmo, não quero nem saber o que os outros pensam!”¹⁰⁶ afirmou Denise, seguida do apoio de Marcela. Lisiane pouco falava, mas eu via, pelo espelho

¹⁰⁵ Caderno de campo 10/09/2014.

¹⁰⁶ Caderno de campo 28/10/2014.

retrovisor, ela concordando com um movimento da cabeça.

Trazíamos várias angústias em comum. Todavia, passado um tempo, evidenciou-se que meu lugar de fala guardava privilégios que não se pronunciavam na realidade delas. Denise reclamou:

Eu tive que batalhar por vaga nas creches para as crianças. E quando eles crescem? Só tem escola meio período. E o resto do dia? Eu saio de casa para trabalhar e tranco meus meninos em casa. Tenho medo que saiam para rua, tem muito bandido na rua esperando para catar os meninos, para o tráfico, essas coisas. O pessoal me critica porque eu tranco eles, mas ninguém se oferece para ficar com meus meninos¹⁰⁷.

Marcela confirma: “não sei o que é pior, deixar eles, bebê, numa creche e ficar com o coração apertado ou quando eles crescem e não tem onde deixar”.

Elas olham para mim, dirigindo o carro. Até então, na conversa eu sempre falava de mim, fazia algum comentário sobre minha vida, e a maneira como encaro e atuo como mulher diante dos desafios do que estávamos chamando de uma sociedade machista. Desta vez, um silêncio se estabelece. Suspiro fundo e então digo:

É meninas, na minha opinião todo mundo tinha que ter direito à educação gratuita, de ótima qualidade, em período integral e a mulher que tem que trabalhar tinha que dispor de um lugar seguro para deixar suas/eus filhas/os. Minha vida é diferente da de vocês, vocês sabem, né? Eu tenho condições de colocar meus filhos em uma escola particular e, se precisar, em tempo integral. Isso faz muita diferença na vida de uma mulher. É uma pena que as coisas sejam assim, é uma injustiça que muita gente não tenha seus direitos garantidos, é revoltante!¹⁰⁸

Mais um silêncio. E, depois, a conversa seguiu animada.

Esta demarcação da minha diferença mudou nossa relação. Lisiane continuou mais distante, penso que por sua personalidade mais recatada mesmo. Porém, Denise e Marcela demonstraram maior proximidade. Quando eu chegava à Associação, puxavam papo, me olhavam nos olhos, numa relação de maior cumplicidade. Assumir o risco de declarar esta diferença de forma explícita me fez sentir um frio na espinha. Um medo de ser rejeitada por elas. Entretanto, senti que era a conduta mais honesta e construtiva possível de ter naquele momento. Parece que as duas catadoras compreenderam que eu sabia muito bem que eu tenho condições sociais diferentes e que posso assumir isso, que tenho privilégios quando minha vida é comparada a delas. Mas, que mesmo assim, uma pessoa com privilégios pode ser solidária à dor e à injustiça presente na vida daquelas

¹⁰⁷ Caderno de campo 28/10/2014.

¹⁰⁸ Caderno de campo 28/10/2014.

pessoas tão privadas de seus direitos. Que podíamos ser diferentes e parecidas, diferentes e sentir empatia, diferentes e mulheres.

Desta forma, a despeito destas diferenças marcantes, evidentes e inegáveis, muitas conversas com as/os catadoras/es ocorreram demonstrando pontos de empatia, mesmo que em meio a opiniões divergentes sobre assuntos corriqueiros. Falar se eu gosto de frio, de chuva ou de calor, mencionar lembranças da minha infância ou da surpresa de quando descobri que iria ser mãe de gêmeos, compartilhar as angústias sobre uma doença nos meus filhos ou algum tipo de comida da preferência de cada uma/um podiam ser assuntos que proporcionavam oportunidade para apenas sermos pessoas conversando e se conhecendo. Foram momentos que marcaram para mim um recinto de assunção, no sentido instituído por Freire (1996, p. 41) - ou seja, assumir-se culturalmente como um ser social e histórico - de aceitação e de construção de relações possíveis, sem um apagamento das demarcações sociais tão evidentes, mas, ao contrário, assumindo-as e procurando uma convivência humana mediada pelo respeito às diferenças, sejam elas de qualquer ordem.

Nestas relações os afetos encontraram canal de expressão. Falo dos momentos em que estive com alguma catadora ou catador numa relação mais fluida, de “gente mais gente”, como reivindica Freire (1996, p. 146). Isso importa aqui porque emergem como momentos nos quais a insígnia da abjeção aparenta dar uma trégua.

Enquanto fazia almoço, Cidinéia, que na mesa de triagem era tão calada, estava bem falante. Contou-me histórias de sua vida. Histórias de dor e de saudade, de mulher que veio do interior para a cidade grande, que cuidou durante dez anos de seu pai adoentado, até o seu falecimento. Depois que seu pai faleceu Cidinéia entendeu que não estava pronta para lidar com esta dor. Então me disse: “sabe o que eu fiz? Botei na minha cabeça que meu pai estava viajando e fiquei assim, com esta ideia na cabeça, isso uns três anos. Depois, faz pouco tempo, quando eu estava melhor, daí eu lembrei que ele tinha é morrido mesmo. Chorei, fiquei triste”. Pensou um pouco, mexeu a carne na panela e completou: “acho que eu nunca tinha falado isso para ninguém. É bom conversar assim”¹⁰⁹.

Deixei de ir uns dois dias na Associação e ao retornar Cidinéia e Teresinha estavam sentadas

¹⁰⁹ Caderno de campo 09/07/2014.

no vão embaixo da empresa ao lado do barracão, tinham acabado de almoçar e estavam descansando. A primeira reclamou: “Oi Dani, estava sumida. Sabe que quando você não vem, a gente acha falta?” Teresinha complementa: “É mesmo. Hoje eu fiquei pensando: decerto ela está lá escrevendo, estudando na casa dela”¹¹⁰.

Na fase em que iniciei minha atuação na mesa com as/os catadoras/es tive que aprender algumas técnicas, regras e macetes. Janaína e Andrea me ensinaram, com paciência, um pouco deste conhecimento. Atenta, buscava aprender, e quando eu “errava” elas achavam graça. Neste dia Rosinha, observando a cena, fez um comentário que virou uma chacota recorrente: “Olha que no final do mês vocês vão ter que dividir o salário com a Daniela. Ela vai querer a parte dela”¹¹¹.

Outro dia, quando eu estava trabalhando na mesa com as mulheres, Iracema me jogou um caderno. Pediu, com um sorriso maroto no rosto, que eu fosse arrancando as folhas para colaborar com a separação correta do material. Depois descobri que este era um serviço que elas/es não gostavam de realizar, considerado chato. Cumpri a tarefa, e lembro que aflorou em mim uma sensação de aceitação, porque, com este gesto, ela demonstrou que sentia a liberdade de me pedir para realizar um trabalho, reconhecia minha participação efetiva na triagem. “Faltei” um dia de trabalho e, ao retornar, Iracema queixou-se dando risada: “Ontem senti falta de você para arrancar as folhas dos cadernos”¹¹². E já foi passando os vários cadernos que havia guardado no dia anterior para eu retomar minha função.

Estas passagens são relatadas com o intuito de explorar a ideia de que na convivência com as/os catadoras/es existem possibilidades de convívio mais solidário e menos preconceituoso, com um abrandamento de uma conduta voltada para o julgamento e a ampliação da valorização dos potenciais da outra pessoa. São possibilidades de convívio que se delineiam a partir de uma consciência das características que constroem uma mediação entre as nossas diferenças e uma abertura para aceitar o outro - fatores que envolvem várias questões e alguns desafios que estarei debatendo. Estas relações não escaparam de algumas tensões e alguns estranhamentos. Fez parte de minha convivência com as/os catadoras/es “dar algum fora” ou simplesmente não saber como agir diante de alguma marca de abjeção que se expressava de modo mais contundente em algum

¹¹⁰ Caderno de campo 30/09/2014.

¹¹¹ Caderno de campo 05/07/2014.

¹¹² Caderno de campo 07/07/2014.

momento.

Desta forma, as passagens aqui expostas inauguram no texto um debate sobre os desafios em lidar com a abjeção, considerando-a factível – para além do reduto teórico. A abjeção é colocada aqui como fato cotidiano da pesquisa. Ao invés de negá-la ou mascará-la, no processo da observação participante passei a procurar um recinto de convivência com as/os catadoras/es que viesse a considerar as diferenças e gerasse oportunidade para brotar a empatia.

Comecei a analisar, no processo da pesquisa de campo, que, de maneira geral, ao nos relacionarmos com pessoas tratadas como abjetas a tendência é de nos desviarmos em outro sentido, naquele em que se nega ou se tenta maquiagem a abjeção. É uma conduta que reafirma os rótulos e preconceitos, ainda que isso seja realizado de maneira velada, sutil. A repulsa, da qual as teorias falam, materializa-se em sentimento real e nutre a musculatura que movimenta – ou paralisa – a estrutura física e emocional. Muitas vezes, por exemplo, não sabemos se estendemos ou não a mão para cumprimentar a/o catadora/r que se encontra com a sua mão bem marcada pelas sujeiras típicas de sua atividade.

Uma conduta que subverte esta reação mais “habitual” é conquistada quase sempre num processo de aprendizado trabalhoso, moroso e desafiador, um processo que envolve autoconhecimento e uma consciência não legitimadora da realidade¹¹³. Sem isso, há uma grande probabilidade de repetirmos os modelos que reafirmam os preconceitos, a exclusão, a discriminação, a abjeção, porque justamente esse tem sido um mecanismo social de poder que garante o espaço hegemônico de alguns. São escolhas plenamente influenciadas pelos discursos com efeitos de verdade, que interiorizamos e que funcionam como instrumentos de poder (FOUCAULT, 1991).

3.1 Marcas da abjeção: fragilidades e dificuldades nas relações internas da Associação

A discussão feita até aqui permite que se parta do pressuposto de que entre as várias nuances e formas de expressão das noções de cuidados corporais, de higiene e de ordem, existem aquelas hegemônicas, que foram construídas historicamente e que são naturalizadas como “verdades”. A

¹¹³ Reconheço que a conduta que escolhi desenvolver em campo resulta de um aprendizado nas experiências anteriores às pesquisas de campo, com pessoas de manifestações populares brasileiras. Como comentado na introdução da tese, esse aprendizado teve seu início na graduação, passando pelo mestrado, e pela pesquisa-ação com as/os catadoras/es.

tendência de muitas pessoas, principalmente daquelas que fazem parte de grupos sociais mais alinhados a uma cultura de “classe média”, é de assentar suas condutas nestas noções, sem questionamentos ou conflitos, de forma naturalizada.

Le Breton (2006) traz uma passagem em que ilustra as diferenças entre sociedades, culturas e classes sociais, no sentido de refletir sobre como as condutas dos indivíduos ou grupos podem estar pautadas ou não por estas noções. Vale uma longa citação.

Sabe-se que as condutas de higiene e as relações imaginárias de limpeza e de sujeira são profundamente heterogêneas quando passamos de uma sociedade e de uma cultura para a outra, de uma classe social para a outra. Frequentemente as condutas de higiene incentivadas nas sociedades ocidentais são marcadas pelo domínio médico. Uma visão do mundo que mais ou menos corresponde às condutas cotidianas das populações de classes médias de nossas sociedades, e corresponde menos àquelas das camadas populares que frequentemente funcionam, não na ausência da higiene, mas em outra relação com higiene e a prevenção. Problemáticos em nossas próprias sociedades, os critérios de limpeza e de sujeira e as condutas coletivas de higiene são ainda mais insólitas no contexto das sociedades não ocidentais. Nessas condições e, por exemplo, nas campanhas de ação sanitária promovidas em populações culturalmente muito diferentes, é conveniente temer as projeções, os pressupostos prontos para uso que desconhecem as representações sociais locais, os sistemas de prevenção autóctones baseados em outros dados, como as tradições locais de curandeirismo. As atitudes ocidentais negligenciam frequentemente os sistemas simbólicos que dão o contorno e o sentido à vida coletiva de comunidades humanas afastadas de nosso modo de existência. Mas, os comportamentos de higiene particulares às nossas sociedades também repousam sobre uma simbólica do limpo e do sujo, do propício e do nefasto; elas também são culturalmente condicionadas. As práticas de higiene são frequentemente incluídas na ideia de prevenção. Em sociedades que ainda escapam à modernidade, ou nas camadas populares de nossas sociedades, os modos de prevenção dependem da cultura comum e suas exigências são lembradas pelos mais velhos. Orientadas pela perspectiva médica, ao contrário, a prevenção e a higiene são impostas do exterior às populações que não compreendem absolutamente sua razão. (LE BRETON, 2006, p. 58).

Chama atenção neste trecho a ênfase que o antropólogo dá a uma série de características das condutas de higiene e das relações imaginárias com a limpeza ou a sujeira, que corroboram com aquelas que são tomadas aqui como pressuposto para problematizar a abjeção das/os catadoras/es. Quando usa como exemplo, para justificar seu ponto de vista, as sociedades que “escapam à modernidade” ou “as camadas populares”, fica evidente seu anseio em relativizar estas noções. Le Breton (2006) empenha-se em mostrar que estas condutas são heterogêneas, variam de uma sociedade para outra, de uma classe social para outra, e no ocidente são marcadas pelos saberes oriundos da medicina.

Deste contexto, destaca-se a assertiva sobre os hábitos presentes nas classes populares, que “funcionam não na ausência da higiene, mas em outra relação com higiene e a prevenção”. Le Breton (2006) explica que se trata de noções relativas e que nem sempre estão amarradas a uma

moralidade. Com um olhar claramente oriundo das habilidades que a antropologia e a sociologia propiciam, o autor parece sugerir que é mais interessante compreender as condutas de higiene e as relações imaginárias de limpeza e de sujeira assumindo uma leitura menos moralizante e mais antropológica e sociológica. Quer dizer, existem estratégias que nos permitem desnaturalizar estas noções e enxergar que as noções dominantes são, muitas vezes, efeitos de verdade - no sentido dado por Foucault (1991) - com interesses que têm suas raízes na manutenção de um poder instituído e hegemônico.

Os desafios que encarei nas relações construídas com as/os catadoras/es na pesquisa de campo se originavam destas diferenças que, de certa forma, Le Breton (2006) aborda e que são estruturas que constroem os muros da abjeção. Penso que se tornou evidente que as diferenças de modos de viver e de realidade social, que resguardo em comparação aos hábitos das/os catadoras/es, são marcadores que constroem um muro e que é um desafio lidar com esta situação. O poder instituído no modo de viver dos grupos hegemônicos propõe uma tendência – e uma pressão social – no sentido de que se atue a partir dos referenciais promovidos pela cultura hegemônica, pois é assim que ela se perpetua.

Na experiência na Associação pude perceber um comportamento mediado pelas concepções hegemônicas sendo expresso em diversos momentos: em alguns mais diretamente, e, em outros, de modo mais subjetivo e velado. E foi na atuação da ONG na Associação que pude identificar como esta cultura do “limpo versus o sujo”, do “caos versus a organização”, tem sua potência e permeia escolhas e condutas.

Considero relevante frisar que reconheço que superar esta tendência e a pressão social nela implícita, configura-se em árduo desafio, e que em vários momentos me percebi sendo absorvida pelas noções incorporadas em mim. A discussão, aqui, situa-se na problematização desta complexa rede de “verdades” hegemônicas, que ditam caminhos e pretensas soluções para aquelas/es pessoas que vêm sendo consideradas como corpos abjetos.

A ONG que atuava na Associação declarava ter como seus principais parâmetros norteadores os princípios do Movimento Nacional dos Catadores. Um dos princípios fundamentais do MNCR circula em torno da ideia de autogestão, apregoando este modo de organização para o trabalho nas associações e cooperativas, como veremos adiante. Para que um grupo de catadoras/es rume no sentido de uma autogestão, existem várias barreiras a serem vencidas. Dentre essas

barreiras, está o aprendizado de que nem sempre os valores hegemônicos são os mais adequados para a realidade do mundo da catação, ainda mais numa perspectiva de autogestão. E na atuação da ONG este foi um aspecto que se apresentou como difícil de ser administrado.

No intuito de buscar a melhoria das condições de trabalho na Associação, a atuação da ONG se deu substancialmente através de algumas ações desenvolvidas pelo técnico, seu representante naquele espaço. Quando perguntei ao técnico qual a função dele na Associação ele respondeu que “era organizar primeiro a parte administrativa”¹¹⁴.

O ponto de partida, portanto, reside na ideia de que as/os catadoras/es dessa Associação carecem de auxílio para organizar a parte administrativa, as atividades típicas do escritório, como contas a pagar e os valores a receber, realizar as práticas da contabilidade e dividir os valores relativos ao pagamento mensal. Esta parece ser uma questão corriqueira no trabalho das/os técnicas/os nas associações e cooperativas, pelo que pude perceber em relatos de catadoras/es de outros grupos, bem como naqueles das/os técnicas/os em eventos.

Tanto na entrevista como na vivência em campo foi perceptível uma concepção por parte da ONG de que as pessoas da Associação precisavam “aprender” sobre as atividades da parte administrativa. Em uma reunião na Associação, um membro da ONG, ao explicar sobre as funções do técnico, disse: “Ele está aqui para ensinar vocês também, além de ajudar a organizar, o que ele está fazendo aqui, tem outras associações que estão querendo. Ele ficará aqui seis meses no máximo”¹¹⁵.

É uma fala que pontua que, como parte de suas atribuições o técnico deve ensinar às/aos associadas/os e auxiliar na organização das práticas laborais, além de destacar que ele ficará no local por um tempo determinado, para depois cumprir esta tarefa em outras associações ou cooperativas. Ou seja, existe um prazo para que este aprendizado ocorra, e este prazo estava amarrado ao período da permanência do técnico na Associação.

Ora, o grau de escolaridade da maioria destas/es catadoras/es era limitado, sendo que duas

¹¹⁴ Entrevista dia 18/11/2014.

¹¹⁵ Caderno de campo 17/07/2014.

mulheres me disseram que tinham restrições, inclusive para ler¹¹⁶. Isso, sem dúvida, constitui-se em um limitador concreto para que se tenha o conhecimento necessário para lidar com as questões administrativas da Associação. Além disso, detalhes de contabilidade, por vezes relacionados à legislação, podem ter uma complexidade para qualquer pessoa que não tenha experiência ou especialidade na área, mesmo com escolaridade mais avançada.

Parece claro que é assumido pelo técnico da ONG que se trata de um processo de aprendizado passível de ser concretizado. Isso fica explícito quando ele coloca: “No começo foi muito difícil porque eles estavam trabalhando de uma forma desorganizada, desestruturada e mal administrada”¹¹⁷. Mas acrescenta que mais tarde as coisas foram se encaminhando de maneira mais positiva.

Em campo acompanhei o técnico realizando várias ações administrativas na Associação, constantemente atuando junto com Rosinha, que segundo ele foi sua “parceira”, tendo passado “muita informação da vivência dela”¹¹⁸. Ele ia ao banco pagar as contas, organizava os pagamentos mensais, fazia cálculos junto com ela relativos aos valores que entravam e aos que saíam, telefonava para a prefeitura para solicitar algum auxílio, entre outras tantas atividades. Sempre ele e Rosinha se revezando nestas funções ou operando juntos.

Rosinha expressava uma nítida vontade de aprender e compreender como funcionavam os processos administrativos. Algumas vezes ela associou esta vontade à sua maneira de ser, dizendo: “eu sempre fui assim”, além de atribuir este interesse a alguns episódios que haviam ocorrido há cerca de dois anos antes, na Associação. Relatou-me que a pessoa que anteriormente assumiu a presidência do local havia tido algumas condutas questionáveis em relação à administração dos bens e do dinheiro da Associação. Constatou-se que a prestação de contas era incorreta e de que a presidente anterior se apropriou de alguns valores para pagar suas dívidas pessoais¹¹⁹. Já desconfiada, houve um acontecimento que foi decisivo para estimular seu posicionamento

¹¹⁶ Refiro-me a informações repassadas em conversas informais, nas quais uma ou outra catadora declarou: “só fiz até o quarto ano” ou “eu e meus irmãos não pudemos estudar porque tivemos que trabalhar desde criança na roça”. Pareceu-me indelicado perguntar o grau de escolaridade, pois percebia que existia uma vergonha em conversar sobre o assunto. Considerei respeitoso não perguntar diretamente sobre o tema e apenas acolher as falas daquelas/es que desejassem expressar espontaneamente como foi sua história pessoal com a escolaridade formal.

¹¹⁷ Entrevista dia 18/11/2104

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Entrevista 04/12/2104. Além de ser citada na entrevista, esta foi uma informação recorrente na pesquisa de campo.

questionador:

Daí eu fui ao “Fórum Lixo e Cidadania” e fiquei sabendo lá que eu tinha direito de ir ao escritório da Associação, e saber o que estava acontecendo com o dinheiro que era nosso e ver os meus direitos. Eu comecei a ir ver as contas. Para onde que está indo o dinheiro daqui? Onde que está indo dali? Então, seu eu posso, vou ajudar, quero saber. Não só para mim, para todos. Que era um direito meu e é um direito de todos¹²⁰.

A Associação vinha de um período no qual as/os associadas/os desconheciam sobre seu direito de estar cientes dos valores oriundos das vendas dos materiais, dos gastos mensais e de como estava sendo realizada a divisão deste dinheiro. Rosinha teve certeza do que já desconfiava, ou seja, de que como associada tinha o direito de ter conhecimento de toda esta tramitação. Nas inúmeras ocasiões em que tocou neste assunto, ficou evidente de que já cogitava sobre esta condição, por ser associada, e que foi a participação no “Fórum Estadual Lixo e Cidadania” que a motivou a compreender de que a maneira como até então eram gerenciadas as questões administrativas e a contabilidade feria os direitos das/os associadas/os.

No período em que estive em campo, entre todas/os catadoras/es praticamente só Rosinha demonstrou interesse em lidar com as questões administrativas. Foi raro presenciar outras pessoas expressando este interesse. O técnico procurava, a seu modo, estimular esta participação, principalmente durante as reuniões: “Por que ninguém vai lá comigo no escritório? Para ver se está tudo certo e aprender”¹²¹. Em diversas ocasiões o ouvi questionar essa espécie de passividade. Entretanto, ninguém respondia a suas perguntas e nem se propunha a enfrentar o desafio que ele colocava. Apenas Rosinha seguia naquele território administrativo. A exceção foram duas catadoras, Denise e Marcela, que faziam questionamentos sobre questões administrativas, durante as reuniões, mas não chegaram a atuar no escritório. Talvez, se tivessem trabalhado por mais tempo na Associação, poderiam ter desenvolvido as práticas administrativas; contudo, a primeira permaneceu cerca de três meses, e a segunda, sete meses.

É sintomático perceber que Rosinha atribui a sua participação no “Fórum Estadual Lixo e Cidadania” como um impulso para seu envolvimento com a ideia de tornar mais justas e transparentes as prestações de contas dentro da Associação. Cabe lembrar que o “Fórum” se configura em um ambiente no qual o MNCR tem atuação constante, e que diversas temáticas relativas aos direitos e aos deveres da categoria de catadoras/es são debatidas nas reuniões deste

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Caderno de campo 29/08/2014.

evento.

Além disso, quero chamar a atenção para comportamentos que demonstraram que, tanto o representante da ONG como a catadora, reconheciam de que existia a necessidade de um efetivo aprendizado para que Rosinha pudesse lidar de forma mais “organizada, estruturada e bem administrada”, acentuando que estas três expressões foram escolhidas aqui para estabelecer uma contraposição ao diagnóstico inicial do técnico, que adjetivou a condução anterior da parte administrativa como “desorganizada, desestruturada e mal administrada”.

Neste caso, não parece adequado nomear de “formação” ou de um “processo educativo” estas “trocas de saberes”¹²². Rosinha foi aprendendo no dia a dia uma ou outra coisa, sem ter participado - durante o período em que estive em campo - de um curso ou oficina de formação, específicos sobre questões administrativas, oferecidos pela ONG ou pelo MNCR, segundo seu próprio relato¹²³.

Assumir a responsabilidade de gerar aprendizado é uma prática condizente com um dos preceitos da ONG, pois corresponde aos princípios do MNCR, sendo que um destes princípios é estimular que as/os catadoras/es busquem formação e capacitação. A ênfase na importância quanto à formação pôde ser notada durante a atuação do MNCR nos eventos, e em documentos, como as próprias cartilhas de formação que o movimento desenvolve e utiliza nas oficinas que oferece durante esses eventos (MNCR, 2005; 2008).

É necessário esclarecer que a Associação não era um local no qual suas/eus associadas/os

¹²² Usei aqui o que nomeei de “troca de saberes” – “troca”, porque o técnico declarou que ele aprendeu muito com Rosinha sobre a realidade da Associação. E, por outro lado, como uma atuação da ONG em relação ao aprendizado das/os associadas/os, efetuando a função de técnico, ensinou conhecimentos administrativos para uma catadora.

¹²³ Como citado, esta formação fazia parte do “Plano de Trabalho” do projeto que a ONG encaminhou para a prefeitura do município. Depois que conclui a fase de pesquisa de campo e passei a ir à Associação esporadicamente, Rosinha relatou que reivindicou, junto à prefeitura, para que fossem cumpridas as atividades que a ONG havia proposto no projeto. Assim, recentemente Rosinha me contou que a ONG estava se preparando para iniciar algumas oficinas de formação para as/os catadoras/es da Associação, situação que mostra uma atuação ainda insipiente, quando comparada ao descrito no “Plano de Trabalho”. Como pesquisadora, tive que conter a vontade de ir mais fundo neste processo, que envolve diversos conteúdos relacionados à reflexão sobre a abjeção, que proponho. Tive que ter a humildade de “puxar o freio” no desejo de dar continuidade à pesquisa de campo, para poder me ater às informações que eu dispunha para realizar a escrita da tese, já que tenho um prazo determinado pela universidade para a conclusão do doutorado. Se não considero no texto esta fase na relação entre a Associação a ONG é porque não realizei uma observação participante, entrevistas, diários de campo, neste período. Cito aqui esta conduta de efetivar as oficinas para demonstrar que estamos falando de uma realidade dinâmica e, principalmente, porque considero relevante demonstrar a atitude desta catadora de lutar pelos seus direitos, da prefeitura em cobrar o comprometimento da ONG, e desta, em rever sua conduta.

tivessem um envolvimento significativo com o MNCR. De maneira geral, participavam escassamente das reuniões do MNCR, e raramente referiam-se aos seus princípios, às suas ideias ou às suas práticas, veiculadas pelo próprio Movimento¹²⁴.

Além disso, ouvi catadoras/es da Associação questionando algumas condutas de membros do Movimento, expressando certa desconfiança em relação ao comportamento de algumas pessoas, dizendo: “tem gente que entra para o movimento e fica toda cheia de si, ‘sobe para a cabeça’”¹²⁵. Esta descrição, que significa que a pessoa ao ser membro do Movimento pode ter atitudes julgadas como arrogantes, também foi comentada por membros do próprio MNCR. Exemplifica esta circunstância um depoimento de uma liderança do Movimento, colhido numa fala ao microfone para o público durante a Expocatadores, que busca problematizar este julgamento:

Tem gente que diz que a gente fica todo exibido depois que entra no Movimento. Que é só farra, viaja de avião, fica em hotel, vai para outros países, que fica se achando melhor do que os outros. Mas, esquece que a luta não é fácil, que a gente está batalhando por todos e trabalhando muito. Que quando a gente pega o avião, para ir para outro país, está deixando a família, o marido, a esposa e os filhos. Que está deixando o barracão, com medo do que pode acontecer durante nossa ausência. Muita gente desfruta dos benefícios da nossa luta, de anos de luta para conquistar nosso direito de cidadão, de novas leis; que foi muito suada, muita mesa de reunião com autoridade, com político. Muita luta para poucas conquistas e reconhecimento. O pessoal critica sem saber. Às vezes dá vontade de desistir, a gente desamina. Muita gente desfruta disso sem saber que teve gente do Movimento Nacional dos Catadores que lutou por isso, que abriu mão de estar com a família, aniversário de filho, muitas vezes para estar em outra cidade brigando pelo direito de todos. Então, antes de julgar, eu acho importante a pessoa conhecer a história do Movimento. A gente não é perfeita, claro que vai ter problemas, mas a gente faz muita coisa boa por vocês, por todos nós, catadores e catadoras¹²⁶.

Com esta fala de um membro do MNCR, é possível perceber que o julgamento de algumas/uns catadoras/es da Associação não é particular e isolado, e que se trata de um comentário que circula entre seus pares, a ponto de ser citado publicamente por quem é alvo das citadas críticas. Importante aqui é ter claro que os questionamentos e conflitos são atuantes e fazem parte das ponderações do próprio Movimento, que demonstrou ter consciência destas dificuldades e é capaz de fazer uma análise crítica sobre a situação, mesmo que se possa perceber em sua atitude uma tentativa de “defender” o seu ponto de vista e suas práticas.

Nos eventos em que participei pude identificar muitas outras associações e cooperativas

¹²⁴ Ainda que deva ser levado em conta que durante a pesquisa ocorreram questionamentos advindos de algumas/uns catadoras/es quanto a condutas e abordagens do MNCR, considero importante e pertinente tomar como referência para o debate aqui proposto as fontes escritas e vivencias, além dos vídeos advindos do Movimento. Evidentemente um movimento social nunca representa a totalidade de um grupo, existirão limitações nesta representatividade.

¹²⁵ Caderno de Campo 17/09/2014.

¹²⁶ Caderno de Campo 02/12/2014. Fala ao microfone de um membro do MNCR.

com um envolvimento mais efetivo com o Movimento do que a Associação enfocada neste estudo. Presenciei, igualmente, desavenças e tensões que envolviam contrastantes abordagens entre algumas/uns catadoras/es da Associação e as/os representantes do MNCR. São encarados aqui como acontecimentos previsíveis em um movimento social no qual se tenha espaço para o debate democrático, e estejam envolvidos interesses em comum, diferenças regionais e culturais, bem como aqueles interesses de ordem mais individual.

Feita esta contextualização, esclareço que trago os princípios e demais referências do MNCR para o rol das ponderações, por dois motivos. Primeiramente, como já elucidado, porque a ONG declara que suas atividades devem sempre levar em consideração os princípios do Movimento. Portanto, o intuito é refletir sobre os desafios de efetivar este propósito porque esse foi um dado que se sobressaiu na pesquisa de campo, e vai de encontro a algumas questões relativas à abjeção das/os catadoras/es.

Além disso, considero relevante inserir no debate os saberes desenvolvidos e sistematizados pelo MNCR, devido à sua representatividade social. Ou seja, mesmo com as divergências existentes, heterogeneidades, e possíveis incongruências, é um movimento nascido em uma categoria de trabalhadoras/es extremamente pobre, com precariedade de recursos de toda ordem – econômica, educacional, social – e que, apesar deste cenário desfavorável, conquistou algumas demandas relevantes ao longo de sua história. Se não representa a totalidade das/os catadoras/es do país carrega em sua atuação um acúmulo de experiências do conjunto da categoria. Apresenta um quadro representativo das demandas, dos problemas e dos anseios de boa parte das/os catadoras/es no Brasil, ainda que não possam ser enquadrados e generalizados como um pensamento e uma prática plenamente acatada e homogênea, ou mesmo, vivenciada em plenitude pelos seus membros.

Nesta história, construída coletivamente, o MNCR constatou que a formação é uma estratégia de enfrentamento das dificuldades que perpassam a vida desta categoria de trabalhadoras/es excluídas/os do mercado formal, e que sobrevivem da reciclagem do descarte de mercadorias que este mesmo mercado oferece. Este é um pensamento e uma prática promovidos pelo Movimento, que interessa serem debatidos e que são marcantes em sua atuação. Um exemplo pode ser encontrado no documento “Base de acordo do MNCR” (MNCR, 2008, p. 27), no item: “Com relação às cooperativas, associações e bases em processo de organização”, onde dois

princípios podem ser destacados:

3.5- Manter um espaço de formação e informação para todos os(as) catadores(as) participantes das Bases Orgânicas para apresentar e discutir os princípios, objetivos e ações do Movimento Nacional dos Catadores em nível municipal, regional, estadual e nacional;

3.6- Ocupar-se com a capacitação contínua dos (as) integrantes das Bases Orgânicas, criando programas internos para sua formação política, administrativa e operacional; (MNCR, 2008).

Interessante notar a especificação de quais são as áreas da formação - “política, administrativa e operacional”. Distingo que esta concepção de formação encontra-se vinculada ao projeto mais amplo do movimento, como pode ser notado no primeiro artigo dos princípios e objetivos do MNCR:

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, trabalha pela *autogestão e organização* dos (as) catadores (as) através da constituição de Bases Orgânicas, em que a participação de todos os (as) catadores (as) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do (a) catador (a) com a Base Orgânica, com um critério de *democracia direta* em que todos têm voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo (MNCR, 2009, grifos originais do texto).

Para que se conquiste a sonhada “autogestão”¹²⁷ e a “democracia direta”¹²⁸ as/os catadoras/es do MNCR evidenciam estar cientes de que se faz necessário gerar um conhecimento nas três áreas já citadas, “política, administrativa e operacional”. Para estimular a luta por seus direitos, e vivenciar estas metas, torna-se premente que exista uma conscientização política. O Movimento entende que são os cursos de formação as principais estratégias para despertar a consciência de qual contexto fazem parte, para entender a sua história, e as condições de exploração de seu trabalho. Através da formação procuram ensinar, ainda, quais são seus direitos e seus deveres como trabalhadoras/es e cidadãs/ãos, bem como trazer inspiração para a luta coletiva pelos direitos sociais.

A abordagem desta questão apresenta um enfoque que pretende instigar as/os catadoras/es a compreender que a própria formação é “uma etapa da luta” e que esta luta “não nasceu apenas com a fundação de nosso movimento, ela vem desde nossos antepassados e se mistura com a história de formação de nosso país” (MNCR, 2009, p. 06). A identidade de catadora/r encontra

¹²⁷ No documento consta a definição de autogestão assumida pelo movimento: “é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Autogestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores” (MNCR. 2009, p.19).

¹²⁸ No documento, o conceito de democracia direta é assim explicitado: “é forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável da base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das ideias e o debate” (MNCR. 2009, p. 19)

raízes nos “trabalhadoras/es pobres e humildes”, e a do MNCR coaduna-se com as lutas das/os trabalhadoras/es contra a exploração e as injustiças sociais, “que são históricas, não nasceram agora” (Idem, p. 09). É recorrente o Movimento situar-se como pertencente a um contexto histórico mais amplo, indicando que tem conexão com “as lutas de resistência indígena contra a invasão portuguesa, as lutas contra a escravidão no período colonial, das lutas camponesas e dos quilombos, a resistência operária e as lutas pelos direitos trabalhistas, as lutas contra as Ditaduras” (Idem, ibidem).

Este aprendizado situa-se nas metas da formação política, e manifesta a relevância que o MNCR atribui a estas questões.

Essa consciência da história, enquanto algo que se faz no tempo, é resultado das opções que fazemos quando decidimos lutar e nos organizarmos. Possuir a consciência de que a história que fazemos é resultado da ação dos homens e mulheres é o que tem feito os (as) trabalhadores (as) caminharem, acreditando que é possível sonhar e mudar a sociedade em que vivemos (MNCR, 2009, p. 09).

Ou seja, a consciência da história de sua situação de exclusão, preconceito, exploração, discriminação, abjeção, dominação é interpretada como mola propulsora para a luta alvitada pelo Movimento.

A estes documentos soma-se a experiência e a vivência nos eventos do Movimento, onde constatei na fala das lideranças do MNCR a valorização de ações que venham a contribuir para a formação das/os catadoras/es. Em todos os eventos – “4º Encontro Nacional de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis”, “1º Seminário de Formação e Fortalecimento de Empreendimentos Coletivos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis” e “Expocatadores” - sempre ocorreram oficinas com o objetivo de formação nas áreas definidas em seus documentos. As oficinas eram ministradas por especialistas em algumas áreas e, muitas vezes, por catadoras/es do Movimento.

Nestas ocasiões apreendi que o princípio da formação e da capacitação é intensamente vivenciado por quem é membro do MNCR, ou tem uma relação de proximidade com ele, o que resulta em posicionamentos políticos bem articulados e com argumentos vigorosos. Não estou alegando que todas/os as/os catadoras/es que participam do Movimento, ou mesmo as/os que são suas lideranças, têm uma formação qualificada e profunda ou uniforme entre seus pares, até porque não disponho de dados para fazer tal afirmação. O que posso afirmar é que percebi nos membros

do MNCR - bem como naquelas/es catadoras/es que mantêm um vínculo e um diálogo com o Movimento, e que participam ativamente dos eventos e de um processo de formação - um grau de consciência e uma conduta voltada para a luta por seus direitos e para sua emancipação. Estas características se mostraram bem mais destacadas nestas pessoas ou grupos, do que na maioria dos membros da Associação, os quais quase nunca participaram dos cursos de formação oferecidos pelo MNCR ou pela ONG, e não mantêm envolvimento mais intenso com o Movimento.

A formação significa um método que auxilia as/os catadoras/es a ter mais consciência dos preconceitos de que são vítimas, do grau de exclusão e de exploração que vivem cotidianamente em seu trabalho, e dos seus direitos. A cartilha de formação do MNCR que, vale lembrar, é o apoio didático durante as formações, ensina que o

Movimento Nacional dos Catadores defende, desde seu nascimento, o objetivo de garantir o protagonismo popular dos trabalhadores e trabalhadoras que são oprimidos pelas estruturas do sistema capitalista. Por isso, está entre os princípios do MNCR a prática da ação direta popular, através da participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença de parcelas de trabalhadores diante da vida e abre caminho para a transformação da sociedade (MNCR, 2009, p. 11).

Desta forma, o texto da cartilha situa as/os catadoras/es em relação à posição que ocupam na sociedade na qual estão inseridas/os – trabalhadores e trabalhadoras que são oprimidos pelas estruturas do sistema capitalista -, estimulando uma conscientização crítica de sua condição social. E este é apenas um exemplo. Existem outros trechos desta mesma cartilha que mencionam diferentes aspectos relacionados a um processo de conscientização e luta por uma vida mais digna e que pode ser vislumbrado como uma busca para sair do espaço social da abjeção. São tratados assuntos como “condições precárias” de trabalho, “exploração”, além de compararem a relação com os atravessadores, com a “exploração do trabalho nos tempos da escravidão” (MNCR, 2009).

Na abordagem desta pesquisa, por conseguinte, a formação representa uma estratégia que gera impulso para subverter a lógica da abjeção. Considerando que a formação é assumida como um método plenamente empregado pelo MNCR, e que a ONG que apoia as/os catadoras/es da Associação pesquisada propõe estar em sintonia com os princípios do Movimento, algumas situações na pesquisa me conduziram a refletir a respeito dos desafios e das tensões para se concretizar esta reciprocidade no cotidiano da ação da ONG na Associação.

Também entendo, no mesmo escopo de reflexão, ser importante uma problematização sobre a formação das pessoas que escolhem trabalhar com este público, com as/os catadoras/es, como as

ONGs e demais instituições que mantêm alguma relação com esta categoria de trabalhadoras/es.

Um aspecto que ilustra a necessidade de formação – das/os catadoras/es e das/os profissionais que trabalham com esta categoria - encontra-se relacionado às noções culturais de organização, ordem e higiene, que frequentemente incidem sobre o mundo das/os catadoras/es. Trata-se de referências que reivindicam presença o tempo todo, que saltam aos nossos olhos e movem nossos corpos - como se abrolhassem no meio do lixo no barracão. Códigos sociais que despertam julgamentos, preconceitos e repulsas. Entrar na senda do jogo proposto pelas noções citadas acarreta um risco de acionarmos um julgamento moral. A partir daí emerge a tendência para escorregarmos na armadilha de diminuir o valor do “outro” – as/os catadoras/es, reiterando sua posição como corpos abjetos.

Como já introduzido anteriormente, as noções de cuidados corporais, que são plenamente culturais e construídas historicamente, estão diretamente vinculadas à questão da abjeção. As/os catadoras/es tendem a ser alocadas/os no espaço da abjeção, principalmente por seu corpo estar imerso no lixo, na sujeira e na desordem e, segundo Kristeva (1982), porque esta condição instala um sentido de dúvida, de ambiguidade, de possibilidade de vida fora da “normalidade”. Isso causa repulsa e classifica estas pessoas como abjetas, e seus corpos como corpos abjetos.

Estas noções culturais de higiene expressaram seu vigor em diversos momentos da pesquisa, na minha própria conduta, no relato de algumas pessoas que não são catadoras/es, em falas de representantes de instituições, e na atuação do técnico. De maneira mais evidente ou mais sutil, na escolha das palavras, gestos e condutas, todos nós demonstramos ser influenciados por uma concepção que me pareceu vinculada a noções higienistas, que congregam abjeção e que atuam sobre as/os catadoras/es.

No decorrer da vivência em campo fui percebendo estas marcas sociais, em algumas situações na fala e na conduta do técnico, e suas ponderações sobre sua experiência como profissional da ONG parecem confirmar tal percepção.

O técnico narrou que à medida que foi adentrando no ambiente da catação, aprendeu, aos poucos, algumas características desta realidade consideradas por ele relevantes. Um aprendizado, que pontua na entrevista, refere-se a um entendimento de que as/os catadoras/es “não precisam

estar sujas/os para realizar seu trabalho”¹²⁹. Associa este aspecto ao preconceito que existe em relação às/aos catadoras/es. Quando questionei se ele considera que estas pessoas sofrem preconceito, sua resposta foi direcionada a este tema:

Tem muito preconceito, mas eu vejo que a culpa é deles, vejo dessa forma. Voltando ao assunto, não é porque mexe com material reciclável, mexe entre aspas com “lixo que não é lixo”, que tem que ser sujo, que tem que ser discriminado, que tem que ser largado. Então, dá para trabalhar num ambiente limpo, com os EPIs, com dignidade, dá para ter, dá para se ter ali uma empresa normal. Não é porque você chega ali, está cheio de lixo no caminho, que você está um lixo. Ali é uma associação que tem banheiro, que tem chuveiro, cozinha separada, então, a pessoa pode usar uma luva, usar um avental, não sujar sua roupa ou sujar menos, de vez em quando dar uma varrida no pátio, manter a coisa em ordem¹³⁰.

O “caos aparente” e a “sujeira relativa” envolvidos na labuta diária da Associação eram encarados pelo técnico da ONG como algo importante de ser superado e possível de ser contornado, algo que depende em grande parte da ação direta e aparentemente “simples” das/os próprias/associadas/es. Certamente esta aspiração por mudança articula-se em boa parte com as concepções do MNCR de melhorias no trabalho das/os catadoras/es, como pude ouvir dos membros do Movimento. Contudo, para o propósito desta tese, precisa-se ter um olhar atento às concepções que estão presentes no imaginário das instituições que atuam junto às/aos catadoras/es, porque revelam como estão imbricadas de noções e conceitos, por vezes, conflitantes.

Coloco em questão a ideia do técnico de que depende da/o catadora/r a efetivação desta mudança, de que é algo que está relacionado muito mais à história pessoal de cada uma/m do que à formação, conscientização, e a um estímulo mais interno e coletivo para que se desencadeie um processo educativo que lapide intimamente uma consciência de merecimento, de direito como cidadã/ão e um desejo por melhorias.

Quando o técnico reivindica que a Associação seja transformada em uma “empresa normal”, ratifica ter conhecimento de que, para isso, é necessário “manter a coisa em ordem”. As palavras empregadas não são aleatórias. A normalidade e a ordem no ambiente de trabalho são associações historicamente construídas, que ensinam que é preciso ter ordem para ser normal, como já fiz referência e exploro mais quando reflito sobre estas concepções no mundo do trabalho. Deste modo, além destas concepções mais amplas de ordem e higiene já apresentadas, na atuação do técnico foi possível identificar algumas mais específicas sobre o mundo do trabalho, conectadas à

¹²⁹ Entrevista 18/11/2014.

¹³⁰ Idem.

ideia de racionalização.

Diversas vezes as/os profissionais da ONG¹³¹ mencionaram para as/os próprias/os catadoras/es que “isso aqui é como uma empresa”¹³²; ou ainda, “vocês têm que ter metas, como uma empresa”¹³³. Conexo a este imaginário de empresa, foi questionado, por parte da ONG, geralmente conversando comigo, se era plausível a Associação funcionar bem sem ter alguém que desempenhasse um papel de “chefe”. Outro ponto que o técnico argumentava como importante para a melhoria na organização da Associação relacionava-se ao cumprimento de uma carga horária de oito horas de trabalho, além de uma definição clara do horário de início e de finalização dos afazeres, sem muita pausa e descanso.

Comparar a Associação a uma empresa e, a partir disso, ensejar que é necessário instituir hábitos de higiene específicos de acordo com as práticas, que para o técnico são admissíveis, designar a utilização dos chamados “EPIs” (Equipamento de Proteção Individual), estabelecer metas, determinar alguém para assumir uma chefia, afixar horários predeterminados de trabalho, representam critérios que funcionam como pré-requisitos para que o local venha a ser decodificado como uma “empresa normal”.

Existia um empenho por parte do técnico para que seu trabalho contribuísse na Associação nesse sentido, porque, provavelmente, essas eram suas referências a respeito de melhorias nas condições de trabalho de maneira geral, talvez desconsiderando algumas particularidades do mundo da catação.

São, tampouco, concepções que estão completamente apartadas dos anseios do MNCR, mas que interpreto que têm, em algumas de suas expressões, raízes conceituais naquelas doutrinas que designaram historicamente a racionalização do trabalho, tendo como fortes representantes a

¹³¹ Além do citado técnico, que atuava periodicamente na Associação, a ONG contava com mais profissionais que esporadicamente compareciam no local.

¹³² Caderno de campo 09/07/2014.

¹³³ Caderno de campo 30/09/2014.

taylorista e a fordista¹³⁴. Um trabalho fragmentado, rotineiro e amplamente normatizado, visando atingir metas preestabelecidas e deter um controle sobre a/o trabalhadora/r. Num cenário desta natureza, a articulação com a autogestão pleiteada pelo MNCR, por exemplo, torna-se inviável.

Arelada à ideia de uma “empresa normal” encontrava-se uma leitura que enfatizava quanto às possibilidades de melhoria das condições de trabalho e da relação com a sociedade em geral. O técnico, por vezes, demonstrou que pensava que boa parte da responsabilidade por estas melhorias era das/os catadoras/es. Tal pensamento foi assim expresso: a “mudança [das/os catadoras/es] é de dentro para fora, você que tem que se dar o respeito e se colocar como profissionais e como cidadãos, aí vocês vão ter o respeito da sociedade”¹³⁵. O respeito por parte da sociedade pleiteado pelas/os catadoras/es seria, na compreensão do técnico, conquistado a partir de atitudes que viessem a estar de acordo com um modelo de empresa e de trabalhadora/r estruturado historicamente nas linhas de produção das fábricas, no taylorismo e no fordismo. Trata-se de um modelo que tem seu lugar no imaginário social, que circula não só nas empresas, mas está interiorizado no senso comum.

Este modelo de trabalho racionalizado, que estaria presente em uma “empresa normal”, aparece vinculado às noções de higiene e ordem. Neste contexto, para o técnico, a sociedade não irá respeitar um local que seja “uma coisa toda bagunçada”¹³⁶.

Segundo Braverman (1987), as noções de ordem e de controle do trabalho estiveram presentes desde os primórdios do sistema capitalista; contudo, para o autor, as concepções do engenheiro norte-americano Frederick Taylor radicalizam estes atributos de uma forma sem precedentes. A metodologia taylorista busca eficiência, confiabilidade e previsibilidade, na qual o papel da gerência é central (BRAVERMAN, 1987). Talvez as conexões relativas à “empresa normal” e à necessidade de “chefe”, que foram expressas pelas/os representantes da ONG, estejam

¹³⁴ Embora várias bibliografias sobre esta temática refiram-se a uma tríade formada por taylorismo, fordismo e toyotismo, não incluirei esta última nesta reflexão porque, como ensina Antunes (1999, p. 206) “o taylorismo e o fordismo tinham uma concepção muito linear, onde a Gerência Científica elaborava, e o trabalhador manual executava. O toyotismo percebeu [...] que o saber intelectual do trabalho é muito maior do que o fordismo e taylorismo imaginavam, e que era preciso deixar que o saber intelectual do trabalho florescesse e fosse também ele apropriado pelo capital”. Não foi o caso na Associação, ou seja, ali não ocorreu um reconhecimento do saber intelectual das/os catadoras/es. Ou, como Navarro e Padilha (2007, p. 18) descrevem, nem de perto presenciei a/o trabalhadora/r ser encarado como no toyotismo, no qual estaria se transformando em um trabalhador “altamente qualificado”, “polivalente” e “multiprofissional”.

¹³⁵ Entrevista 18/11/2014.

¹³⁶ Idem.

vinculadas a esta metodologia. Quer dizer, uma noção está atrelada à outra e circula socialmente como uma “verdade” ou, pelo menos, como um modelo de bom funcionamento de um empreendimento com trabalhadoras/es, e que pretende gerar lucro.

Ao longo de várias décadas do século XX, a introdução da organização taylorista do trabalho na indústria automobilística, e sua fusão com o fordismo, representaram a configuração mais categórica da racionalização capitalista do processo de trabalho (ANTUNES, 2010). E, se este foi um modelo que se exauriu no final dos anos sessenta e início dos setenta, pode-se notar que várias de suas características povoam nosso imaginário e as práticas laborais do que constitui um trabalho “eficiente”. Embora hoje a organização do trabalho tenha passado por várias metamorfoses, presenciamos, ainda, alguns dos elementos constitutivos do fordismo do século XX, descritos por Ricardo Antunes (2010).

Juntamente com referência a este modelo é que retomo as concepções de ordem e higiene, anteriormente discutidas, porque aqui se encontram efetivamente com o mundo do trabalho. Margareth Rago (1987) reconstitui a “utopia da cidade disciplinar” no Brasil do final do século XIX e início do século XX, com o seguinte quadro:

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas demográficas, na cidade moderna – diz um contemporâneo saudosista – os vizinhos já não se conhecem, não se pode confiar em quem está do lado, os sentimentos se tornam mais superficiais, os antigos laços de solidariedade se rompem, a vida já não é como antes (RAGO, 1987, p. 12).

Esta população precisava ser formatada e docilizada, no sentido proposto por Foucault (2011), para forjar o novo proletariado, que servisse aos interesses do capital. Estruturava-se uma via dupla, plena de conviência, pois se isso era mandatário para o mundo do trabalho e existiam estratégias sociais fora deste ambiente para adestrar esta população, é no mundo do trabalho que se construiriam métodos para moldar o proletariado. Para tanto, naquele momento, na fábrica “um arsenal de conhecimentos e técnicas coercivas visa transformar sua estrutura psíquica e incutir hábitos regulares de trabalho” (RAGO, 1987, p. 18).

Assim, em plena consonância, a moralidade deste período histórico incutiu o desejo por ordem e higiene e a fábrica, assegura a autora, foi um campo de experimentação onde se estruturaram estratégias de controle. É infligido um conjunto de práticas disciplinares, com o

objetivo de construção da “fábrica higiênica, antítese da fábrica escura e satânica” a qual colaborará para a edificação de uma cidade purificada e absolutamente saneada (RAGO, 1987, p. 36).

Estas transformações sociais, e suas estratégias disciplinares, estão presentes até hoje em nossas concepções e condutas e circulam socialmente com certa potência. Parecem estar relacionadas às escolhas da ONG, insinuando ser um caminho seguro e correto para que a Associação seja “uma empresa normal”, talvez deixando de ser uma empresa “escura e satânica”.

Nas reflexões de Rago (1987, pp. 36-37), depara-se com a descrição de um perfil ideal de trabalhadora/r que apresenta similitudes com aquele exposto pelo técnico: “o trabalhador moderno, higiênico e produtivo, deveria corresponder, na ‘nova fábrica’ racionalizada e apolítica”, e que na “fábrica higiênica” teria um “espaço da produção tranquilo, agradável, limpo e atraente para o trabalhador”. Ao apresentar as influências do taylorismo e do fordismo, Rago demonstra que foi forçoso adotar a higienização, a racionalização e a modernização, reforçando o argumento sobre a presença destas doutrinas e de seus métodos de trabalho nas concepções e na atuação da ONG.

No período descrito pela autora, as manifestações e insurgências das/os trabalhadoras/es contra esta nova organização no mundo do trabalho procuram de várias formas conscientizar e protestar - são abordados, mormente, os movimentos alinhados à ideologia anarquista¹³⁷. Chama atenção a consciência crítica destes movimentos sociais a respeito do fato de que a ordem burguesa institui a “ideia de que sem autoridade, hierarquia e mando não pode haver disciplina e organização”, concepção esta recusada pelos anarquistas (RAGO, 1987, pp. 48-49).

Esta é mais uma característica que persiste no imaginário social e nas práticas que ordenam o mundo do trabalho e que marca sua presença na fala e na conduta do técnico da ONG ao declarar que havia uma lacuna na Associação: alguém que cumprisse o papel de “chefe”. Em contraposição a alguns princípios do MNCR, sobretudo aquele da autogestão, o técnico pareceu desacreditar na melhoria das condições do local sem a presença desta figura de uma autoridade bem definida e que estabelecesse metas.

A concepção da necessidade de uma hierarquia - que promulga poder de decisão a uma pessoa no espaço do trabalho - ser um determinante para a melhoria das condições na Associação

¹³⁷ A obra traz detalhes importantes para compreender o contexto de luta das/os trabalhadoras/es, mas que, no recorte da reflexão pontual que proponho, dispersaria o enfoque desenvolvido.

ficou ainda mais explícita quando o técnico passou a usar como exemplo de lugar que “deu certo” uma associação específica. Após a visita à outra associação de catadoras/es, na região metropolitana de Curitiba, ele me disse que este local passaria a servir como uma referência positiva para ele, porque, apesar de se tratar de um local com dificuldades estruturais, principalmente por não contar com o apoio da prefeitura, era muito organizado e limpo¹³⁸. E afirmou: “se eles conseguem, aqui na Associação, que tem mais apoio da prefeitura e ainda da ONG, também é possível”¹³⁹.

Essa foi uma referência que ele trouxe diversas vezes em nossas conversas. Na entrevista, ele certifica: “Então conhecendo outras associações, como eu conheci a desta cidade¹⁴⁰, eu percebi que para trabalhar com material reciclável não precisa ser sujo; pode-se trabalhar de maneira limpa, com dignidade, usando os EPIs”¹⁴¹.

Sobressai, aqui, o fato de o técnico atribuir esta particularidade, na referida associação, à pessoa que lidera este local, que segundo ele “é uma catadora antiga, e prima muito pelo trabalho, que puxa todos os outros para o trabalho, um pouco na linha dura, mas consegue com isso dar uma boa condição, dar um emprego, dar um trabalho digno”¹⁴².

Visitei esta associação e conheço esta líder. De fato, o ambiente tem uma boa organização e uma estética mais limpa e organizada do que aquela da Associação enfocada neste estudo. Quanto ao comportamento da líder, pude presenciar a sua conduta e me pareceu de acordo com a descrição do técnico. Além disso, conversei com um catador trabalhador do local, que relatou que a conduta da líder era firme e que ela não permitia que se perpetuassem atitudes prejudiciais ao que julgava ser um bom funcionamento da associação. Ele complementou que, se fosse necessário, a líder mandava embora quem não estivesse de acordo com as normas da associação¹⁴³.

Nesta narrativa, uma informação é importante para a reflexão que aqui se faz. Esta catadora tinha uma participação intensa nos eventos de catadoras/es, sendo que presenciei sua conduta dinâmica junto ao MNCR. Na “Expocatadores” ela mesma me falou: “Ah, eu estou na luta faz

¹³⁸ Além da atuação mais intensiva nesta Associação, o técnico realizava algumas ações esporádicas em outros grupos de catadoras/es, visitando diversas associações e cooperativas vinculadas à ONG no estado do Paraná.

¹³⁹ Caderno de campo 07/07/2014.

¹⁴⁰ Na entrevista ele cita o nome; aqui alterei por “desta cidade” para manter o anonimato.

¹⁴¹ Entrevista 18/11/2014.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Caderno de campo 01/08/2014.

tempo. Aprendendo com o Movimento e participando, não é de hoje não que estou nessa estrada, com muita luta”¹⁴⁴.

Quando o técnico referiu-se a esta associação durante a entrevista, perguntei quais motivos ele visualizava para que esta liderança funcionasse bem. Indaguei se ele atribuía à personalidade dela e à sua história pessoal, e qual a interferência da formação pela qual ela havia passado e sua vivência junto ao MNCR.

No meu ponto de vista, o que dá a diferença é a base familiar que a pessoa teve na sua infância e na sua adolescência; eu vejo assim, não estou dizendo que essa é a razão. Então a minha base familiar, são os conceitos que a pessoa teve na infância, naturalmente sem ter estudo, sem ter escolaridade, que ajudam a se tornar um líder ou uma líder dentro da associação¹⁴⁵.

Novamente evidencia-se que para o técnico da ONG é a origem familiar, a história de âmbito mais pessoal da/o catadora/r, quem determina um comportamento como líder que ele considera ser satisfatório. Mesmo neste caso, em que o técnico tinha ciência de que esta catadora somava em seu currículo uma farta experiência de formação e de vivências junto ao MNCR, isto não vem a ser elencado por ele como um motivo para seu desempenho como líder na associação.

A citação acima, de um trecho da entrevista que ele me concedeu, sintetiza e evidencia algo percebido no cotidiano da pesquisa: a presença de questões relativas a uma moralidade que remete à necessidade de cuidados corporais e de ordem e higiene no trabalho. Tais necessidades estão arraigadas e naturalizadas em nossa cultura, parecendo como fazendo parte de um “destino” social. Entretanto, a realidade das/os catadoras/es reivindica uma leitura mais cuidadosa e que considere as múltiplas camadas de complexidade envolvidas.

Neste sentido, acentua-se uma fragilidade no projeto da ONG em propor suas atividades em consonância aos princípios do MNCR. A ONG encontrava-se atuando com algumas condutas que destoavam de princípios como a importância da formação das/os catadoras/es e o desenvolvimento da autogestão. Na passagem acima, decodifico uma carência de valorização da história de formação no MNCR de uma catadora, que o próprio técnico conceitua como uma ótima líder.

É possível interpretar tratar-se de uma situação que é consequência da própria estrutura social na qual vivemos, e que tem se evidenciado em vários momentos no decorrer deste estudo.

¹⁴⁴ Caderno de campo 01/12/2014.

¹⁴⁵ Entrevista 18/11/2014.

Se colocar na contramão destas “verdades” naturalizadas exige um esforço consciente, o que não vem a se configurar como uma novidade, como apresentado na proposta de cursos de formação do próprio MNCR. Contudo, se me deparei com estas questões em relação à formação das/as catadoras/es, pouco ou nada ouvi sobre a formação das/os técnicos de ONGs que trabalham com este público.

Percebendo a relevância deste aspecto, perguntei ao técnico se antes dele trabalhar com as/os catadoras/es havia passado por alguma capacitação ou formação. Respondeu que não havia passado por nenhum tipo de preparação mais formal. Também é de meu conhecimento que ele possuía uma formação e uma experiência profissional sem conexão direta com a temática¹⁴⁶.

Provavelmente, neste aspecto esteja uma causa de sua fragilidade, ou seja, a falta de uma formação mais específica pode ter comprometido a coerência que deveria existir entre o projeto da ONG e a atuação cotidiana do técnico. Interessa aqui, obviamente, não a crítica à pessoa que expressa este entendimento, mas a percepção de que esta concepção contrasta com as ideias de formação do MNCR. Estar habilitada/o para agir fora dos moldes das concepções que incorporamos em séculos de cultura, que apregoam formas de pensar, existir e agir dentro da lógica capitalista, exige uma formação e uma vivência específicas. De outro modo, a tendência e a pressão social estão no fato de repetirmos os mesmos padrões aos quais fomos adestrados, a interioriza-los e a aceita-los como naturais porque nos são impostos como “verdades”, e dialogam com um cotidiano que nos solicita uma resposta de acordo com o modelo instituído¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Não citarei a área para auxiliar na manutenção do sigilo. Além disso, é necessário pontuar que se existem áreas mais diretamente correlatas para atuar no contexto em questão - pode-se pensar em áreas como psicologia social, educação, direito, meio ambiente, sociologia, antropologia, serviço social. Penso ser pertinente lembrar que existem profissionais de áreas muito diversificadas atuando em ações com catadoras/es. Meu caso pode ser um exemplo, afinal, foram várias as vezes que ouvi: “o que a dança tem a ver com catadora/r?”. Tudo depende da abordagem que a pessoa traz da sua área e as formações complementares, sejam elas formais ou informais. Como assinalei, considero determinante para minha atuação com as/os catadoras/es o fato de ter tido uma formação em dança, que envolveu um olhar para a cultura popular brasileira e uma metodologia que se baseava na pesquisa de campo. Estes processos eram desenvolvidos sempre atrelados a uma sensibilização a respeito destas temáticas e uma aguda atenção em relação aos possíveis preconceitos atuantes, pois se trata da parte da população marginalizada socialmente, excluída, diminuída: a parte tratada como abjeta. Aprendi que lidar com este contexto de abjeção demanda que eu mesma lide com minhas próprias abjeções.

¹⁴⁷ Participando de eventos que debatem Economia Solidária pude ter uma noção mais clara deste tipo de dilema, a partir de questionamentos sobre estes empreendimentos. Um deles direciona-se para a ideia de que, mesmo a empresa estando em consonância com os princípios da Economia Solidária, necessita dialogar com uma sociedade que se estrutura cultural, política e economicamente dentro das concepções e padrões do sistema capitalista.

3.2 “Todo mundo manda aqui” ou, precisa-se de uma/um chefe?

Essas concepções do mundo do trabalho circulam e se naturalizam pelos vários estratos sociais. As diferenças marcantes, devido aos contrastes que a vivência das/os catadoras/es como pessoas pobres determinam em sua trajetória, não as/os exime de incorporarem e/ou expressarem estas noções. São concepções que circulam socialmente, fazem parte da cultura das/os próprias/os catadoras/es, que relataram terem trabalhado em locais com chefes ou patroas/ões, chegando, em alguns momentos, a questionar se existia algum local de trabalho sem uma figura de chefia. Esta foi uma concepção que demonstrou sentidos ambíguos entre as/os catadoras/es. Percebi um desejo por alguma liderança mais evidente e, concomitantemente, uma vontade de não ser comandadas/os por ninguém.

Existia um desejo de ter alguém que dissesse ao grupo quais eram as atividades que deveriam ser realizadas, qual o método a ser adotado para tomar tal decisão, alguém que esclarecesse como lidar com as situações conflituosas. Para atender a este desejo, o nome de Rosinha era o primeiro a ser lembrado. Suas/eus colegas nitidamente referiam-se a ela como uma líder, mesmo sem estar no cargo de presidente da Associação. “Se a Rosinha não está aqui berrando com o pessoal, esse negócio aqui não funciona”¹⁴⁸, esclareceu Amanda; e “hoje a Rosinha não está aqui, então ninguém liga para a prefeitura para chamar o caminhão para recolher o lixo. Só ela mesmo para pôr ordem nesse negócio”¹⁴⁹, declarou Laura. Essas foram falas que reverberavam com a opinião de outras/os associadas/os. Concomitantemente, “eu não aguento essa mulher gritando! Quem ela pensa que é para mandar na gente”¹⁵⁰, não foi uma queixa isolada, mas recorrente.

No início de 2014 Seu Adolfo foi eleito presidente da Associação, assumindo um papel mais simbólico do que atuante neste cargo. Foi escolhido principalmente por ser um dos membros mais antigos e o mais idoso do local, segundo declarações das/os catadoras/es. Um dos motivos para sua atuação ser restrita advém do fato de Seu Adolfo conviver com alguns problemas relativos à saúde. Somado a isso, durante os meses da pesquisa, enfrentou uma condição de doença e falecimento de uma pessoa da família, o que o distanciou ainda mais de suas funções. Nunca presenciei Seu Adolfo

¹⁴⁸ Caderno de campo 31/07/2014.

¹⁴⁹ Caderno de campo 11/06/2014, quando se refere ao “lixo”, trata-se dos rejeitos que sobram da triagem.

¹⁵⁰ Caderno de campo 30/06/2014. Aqui manterei o anonimato ainda mais recluso para não correr o risco de expor a pessoa porque penso que não gostaria de ser identificada pelas/os colegas.

determinando alguma ação, orientando alguma/um colega ou administrando o local. Em raras ocasiões ele trouxe um comunicado ou aviso oriundo de alguma reunião externa da qual havia participado. Como presidente, ele atuava prioritariamente assinando os documentos, realizando alguns trâmites bancários e comparecendo mensalmente ao “Fórum Lixo e Cidadania”.

Desde os primeiros dias de vivência, foi Rosinha quem tomava a frente na organização na Associação. Além disso, Rosinha atuava na parte administrativa, lidando com telefonemas, contas a pagar, contabilidade e todo tipo de relação que a Associação estabelece com instituições, poder público e empresas. Esteve lado a lado com o representante da ONG, debatendo, discutindo, aprendendo e atuando juntamente com ele.

No início da pesquisa Rosinha realizava todas essas funções sem ter um “cargo” efetivo lá dentro. Depois de dois meses que eu estava em campo foi realizada uma votação entre os integrantes da Associação que escolheram atribuir à Rosinha a responsabilidade de coordenar as atividades na associação, determinando prioridades das atividades e funções para as pessoas.

Segundo Rosinha, esta votação foi uma sugestão de um representante da Secretaria do Meio Ambiente do município. Contudo, tratava-se de uma necessidade que brotava da própria Rosinha, pois ela acabava assumindo as tarefas descritas, e algumas vezes me disse que as/os colegas/os reclamavam que ela não tinha autoridade para atuar daquela maneira. “Eles falam que eu não posso mandar neles, mas se eu não falo ninguém faz. Então agora eles votaram e me colocaram neste posto para organizar; agora vamos ver, eles que decidiram”¹⁵¹, me contou após a votação. A ideia, portanto, foi formalizar, através de uma votação democrática, o que já estava ocorrendo, fornecendo condições para que Rosinha atuasse de acordo com a decisão do grupo¹⁵².

As/os associadas/os dirigiam-se à Rosinha para esclarecer dúvidas sobre qual triagem devia ser a prioritária naquele momento, para perguntar se naquele dia viria o caminhão da prefeitura, para orientar onde um *bag* deveria ser conduzido, ou avisando que faltaria no próximo dia porque levaria a filha ao médico. Uma situação que ilustra bem a posição que Rosinha representava pode ser notada nos momentos nos quais o telefone tocava na Associação. Quando não era a própria Rosinha que atendia, quase sempre a pessoa que atendia respondia que não sabia informar o que estava sendo solicitado, e chamava Rosinha para resolver a questão. Muitas vezes eram assuntos aparentemente simples, como alguma empresa desejando saber se poderia ir buscar um material ou

¹⁵¹ Caderno de campo 04/08/2014.

¹⁵² Aqui estão envolvidas várias questões sobre as relações internas, suas complexidades e dificuldades, que são discutidas principalmente no capítulo sobre abjeção e trabalho.

se a Associação tinha interesse em participar de alguma reunião na prefeitura.

Em alguns momentos também se associou o técnico à figura do chefe, embora ele demonstrasse em sua fala resistência para assumir este papel, como esclarecia seguidamente as/aos associadas/os: “eu só faço sugestão aqui, quem manda aqui são vocês”¹⁵³. Acompanhei inúmeras situações que podem ser resumidas da seguinte maneira: uma catadora tem algum problema, pode ser uma dúvida de como separar um material, um conflito com alguma colega, pode estar doente ou desejar se desvincular da Associação. Ela me relata sobre este problema, e sua fala é concluída com uma frase: “quando o técnico chegar, eu vou falar com ele”. Se isso pode demonstrar uma confiança no trabalho do técnico, algumas vezes esbarrou em uma confusão sobre as atribuições que deveriam ser delegadas a ele. Até mesmo, por vezes, identifiquei um caráter paternalista projetado em sua figura.

Um dia duas catadoras se envolveram numa violenta discussão, o que gerou angústia nas duas e também em todas/os as/os demais catadoras/es. Ao término do conflito uma delas repetia enfaticamente¹⁵⁴: “quando o técnico chegar eu vou contar tudo a ele! Você vai ver! Você vai ser tocada para fora da Associação!”¹⁵⁵. Aqui Rago (1987, p. 34) novamente colabora para o debate, pois descreve como a figura “paternalista” do patrão foi atuante no imaginário do período descrito pela autora, sendo que esta figura visa “reforçar a autoridade, simbolizada na figura de pai, e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo”. Neste imaginário, o pai protege e é firme, coloca limites e institui regras e parâmetros a serem seguidos, decide pelo destino quando sua prole não pode fazê-lo. O anseio expresso pelas/os catadoras/es parece ir de encontro, pelo menos em parte, com este patrão “paternalista”, a quem a/o associada/o pode clamar por auxílio em um momento de tensão. A figura “paternalista” é reivindicada para “me dar razão” e resolver conflitos nos quais, mesmo eu sendo adulta/o - e uma/um associada/o em um empreendimento com finalidade cooperativa - ainda necessito de uma figura de autoridade semelhante àquela desempenhada por um pai para deliberar um encaminhamento.

Distingo neste comportamento um distanciamento do princípio da autogestão, pois demonstra a falta de confiança das/os próprias/os catadoras/es em administrarem elas/es mesmas/os

¹⁵³ Caderno de campo 07/07/2014.

¹⁵⁴ Aqui manterei o anonimato ainda mais recluso, para não correr o risco de expor a pessoa, porque penso que ela não gostaria de ser identificada pelas/os colegas.

¹⁵⁵ Caderno de campo 14/08/2014.

seus conflitos, se resguardando numa posição infantilizada onde se apela para a figura paternal, o que contribui para a construção de uma situação de perda de poder das/os próprias/os associadas/os. Na lógica da autogestão, esta situação poderia ser assumida como uma possibilidade de exercício do poder na gerência dos problemas internos e na relação entre as/os associadas/os.

No entanto, ressalto que coexistiu com estes anseios por chefias, manifestados por algumas/alguns catadoras/es, um desejo de que ninguém tivesse autoridade sobre as suas ações. Posso dividir estes anseios em dois comportamentos distintos.

O primeiro foi apreendido quando conversei com as/os catadoras/es sobre os trabalhos anteriores que haviam realizado fora da catação, e perguntei a elas/es qual sua opinião quando os comparavam com seu trabalho agora, na catação.

Teresinha contou que trabalhou, durante muitos anos, como empregada doméstica.

Era uma casa grande, em um bairro de gente rica. O meu patrão era um médico. Eles tinham dois cachorrões que faziam a maior sujeira. Meu patrão era bom para mim, mas eu tinha que limpar a sujeira dos cachorros todo dia. De tarde, eu prendia os cachorros lá atrás, para poder limpar e deixar limpo porque meu patrão iria chegar. Daí a filha dele chegava antes e soltava os cachorros e eu tinha que limpar tudo de novo para, antes do pai dela chegar, estar tudo limpo lá na frente. Se eu deixava de fazer isso, ele achava ruim! Foi ficando muito cansativo. Era muito trabalho para mim. Por isso aqui na Associação é melhor, não tem patrão, a gente faz as coisas mais solta, sem ninguém para estar atazanando a gente. Para os patrões nunca está bom o que a gente faz, só reclamam¹⁵⁶.

Desde menino Sandro trabalha. Ele tem uma história curiosa com o lixo, me contou que nunca gostou de ter patrão e que quando pequeno juntava lixo para vender, “quando essa coisa de recicláveis nem era tão forte, ainda mais no interior do Paraná. Minha mãe e minha vó não gostavam quando eu trazia lixo para casa”. Mas a vida acabou “forçando-o” a procurar outros trabalhos. “Eu já fiz de tudo que você possa imaginar”. E me falou de sua opinião sobre ter patrão, relatando uma vez que trabalhou como segurança de uma empresa.

Minha esposa estava doente. Eu precisava de dinheiro para os remédios dela. Chegou no final do mês o patrão não me pagou. E ele andando com o carrão dele. Daí eu fui perguntar porque ele não me pagava. Ele me disse; “estou com uns problemas, daqui uma semana te pago”. E eu esperei. Dalí uma semana eu fui falar com ele e nada, não me pagou. Eu fui ficando nervoso, a minha esposa sem remédio. Então eu fui na casa dele e disse que eu não saía dali enquanto ele não me pagasse. Fiquei horas lá, a esposa dele não aguentava mais, eu tinha chegado de manhã e já estava escurecendo. A gente discutiu, ele ficou bravo [...] e eu não ardeei o pé. Depois de um tempão ele saiu de casa e eu fiquei lá de plantão. Quando voltou, trouxe o meu salário. Eu disse para ele: isso tudo é para você aprender a respeitar os outros, rapaz! Saí de lá e fui comprar remédio para minha mulher. Por isso que eu não gosto de patrão. Aqui a gente não tem patrão e

¹⁵⁶ Caderno de campo 18/06/2014.

é melhor, eu faço as coisas mais do meu jeito e ninguém manda em mim. Se eu trabalhar, eu recebo, nunca deixei de receber aqui, mesmo que seja pouco¹⁵⁷.

As histórias de Teresinha e de Sandro apresentam situações nas quais cada uma/um, à sua maneira, se sentiu intimidado e explorado pelo seu patrão. Na história de Teresinha transparece uma carga de trabalho exaustiva e uma falta de respeito em relação à execução de suas tarefas, que, como no caso relativo aos cachorros, chegava ao ponto de ter que refazer uma limpeza que já havia sido realizada naquele dia. Relatos semelhantes a este, sobre trabalho doméstico, foram frequentes por parte das catadoras, constantemente delatando que as/os patroas/ões são excessivamente exigentes e parecem nunca estar satisfeitas/os com o desempenho da empregada doméstica. Estes relatos eram rematados com frases incisivas: “por isso eu nunca mais quero ter patroa”¹⁵⁸ ou, “ninguém merece ser desrespeitada desse jeito por uma patroa”¹⁵⁹.

No relato de Sandro é perceptível outra forma de exploração, na qual o patrão deixa de cumprir com sua obrigação em realizar o pagamento mensal, expondo, inclusive, a companheira de Sandro à carência de remédios por falta de dinheiro para compra-los. Para que recebesse o que lhe era de direito foi necessário um posicionamento incisivo, que saiu do âmbito profissional e invadiu o pessoal e o doméstico, na medida em que Sandro adentrou na casa do patrão e “não arredou o pé”¹⁶⁰.

Após os relatos, a figura negativa da/o patroa/ão foi elencada por Sandro e por Teresinha como um motivo para que o trabalho da catação fosse considerado vantajoso quando comparado ao posto anterior, porque, a princípio, não teria patroa/ão e isso deixava o trabalho mais agradável porque não tinha ninguém para “incomodar” ou “ficar botando defeito”, nas palavras das/os associadas/os. Comentários semelhantes foram recorrentes entre algumas/uns catadoras/es da

¹⁵⁷ Caderno de campo 29/05/2014.

¹⁵⁸ Caderno de campo 12/11/2014.

¹⁵⁹ Caderno de campo 22/10/2014.

¹⁶⁰ Cogito se este catador tomou esta atitude, impulsionado pela percepção de que a falta de pagamento feria tanto sua vida pessoal - pela necessidade referente à saúde da esposa -, que ele entendeu ser seu direito invadir a vida pessoal do seu patrão. Em diversos relatos parecia ser uma marca recorrente quando se falava das/os antigas/os patroas/ões: uma mágoa por não ter sido respeitada/os em sua vida pessoal e em sua integridade humana. Coloco estas questões no rodapé porque apresentam questionamentos sobre as relações entre trabalho e subjetividade, que são interessantes, porém, se debatidas no corpo do texto conduziriam para outros campos de estudo que desviariam da proposta deste capítulo. Uma boa discussão que tem aderência a este tema pode ser encontrada em “A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo” de Richard Sennet (1999) além das obras de Jacques Christophe Dejours (1999), como “A banalização da injustiça social”.

Associação.

Um segundo aspecto percebido sobre a aspiração de não ter “patrão” foi manifesto em diversas ocasiões nas quais as/os catadoras/os evidenciaram que existia uma deficiência de clareza a respeito do que consistia fazer parte de uma associação de catadoras/es, quais os direitos e deveres das/os associadas/os e as atribuições das figuras de liderança lá dentro.

A Associação possui seu estatuto e regimento interno, nos quais constam as normas que regem as atribuições e, apesar da dificuldade de eu ter acesso mais minucioso a tais documentos¹⁶¹, lembro que quando realizei sua leitura constavam definições a respeito dos direitos e deveres das/os associadas/os, e dos cargos a serem assumidos. Na Associação pouco se falava sobre o estatuto, e muitos ruídos e confusões de ideias sobre estas questões circulavam entre as falas e condutas das/os associadas/os. Vou me deter em apenas um, por entender que este agrega boa parte da falta de clareza existente sobre as questões até aqui debatidas.

Antes, porém, vale deixar clara uma informação que se relaciona com a falta de familiaridade com o estatuto e as confusões relativas às atribuições das/os associadas/os. Quero reforçar que a prioridade nesta Associação sempre esteve direcionada para que as/os catadoras/es se dedicassem a trabalhar na triagem e prensagem dos materiais. O objetivo primordial no cotidiano da labuta dessas/es catadoras/es era gerar a maior quantidade de materiais para ser vendida e, dessa forma, garantir um salário o melhor possível a cada mês, visando um valor que desse conta das necessidades básicas de cada pessoa e família que dependia desses rendimentos.

A urgência do “ganhar o pão” diário é a tônica principal do local. Para nos debruçarmos nas discussões a seguir, retomo este dado como fulcral, pois atravessa toda a organização do trabalho na Associação, exigindo a compreensão de que a marcante urgência na labuta diária constitui um mediador determinante em muitas das escolhas realizadas pelas/os catadoras/es que ali “ganham seu pão”.

Considerando este dado, retomemos a reflexão em andamento sobre ruídos e confusões de ideias. Logo que iniciei a vivência mais intensiva em campo, ouvi rumores de algumas/uns

¹⁶¹ Solicitei várias vezes este estatuto, que pude ler só uma vez, e fazer anotações. Contudo, quando o solicitei para tirar uma cópia para meus estudos, fui informada por Rosinha que tal documento havia sido levado por uma pessoa da ONG e não tinha sido devolvido até aquele momento. Como se tratava de um ponto de tensão e de descontentamento de Rosinha em relação à atuação da ONG no tocante ao documento, decidi não insistir mais neste pedido, julgando ser esta uma conduta respeitosa, apesar de reconhecer a relevância de estudá-lo.

catadoras/es, que comentavam: “mas a doutora disse que ‘aqui todo mundo manda’, então eu mando aqui e ninguém manda em mim”.

Esses comentários surgiam em alguns momentos, como na ocasião em que um associado faltou ao trabalho, e no dia seguinte foi questionado por Rosinha sobre o motivo da ausência¹⁶². Outra situação foi quando foi solicitado a uma catadora trocar de local e função na esteira, sendo que a mesma não gostou desta alteração e não quis realiza-la¹⁶³. Em uma reunião do grupo foram manifestadas exigências para um preneiro, reivindicando que o mesmo trabalhasse de maneira mais contínua e intensa, com menos pausas, pois as/os catadoras/es que participavam da triagem julgavam que ele realizava muitas interrupções no ritmo do trabalho e estava acumulando muito material triado no barracão para ser prensado. Neste dia, o preneiro igualmente recorreu para o discurso que estava sendo difundido: “Ué, mas não disseram que ‘aqui todo mundo manda’? Então eu mando aqui, eu faço as coisas do jeito que eu quiser e ninguém manda em mim”¹⁶⁴.

Esta fala, que foi seguidamente reiterada, teve que ser investigada para que eu pudesse ter um entendimento mais acertado sobre sua procedência, interpretação e suas consequências. Perguntei para Laura: “Que história era aquela de que alguém disse que todo mundo manda aqui dentro?” Ela esclareceu:

Ah, isso aí é uma confusão que o pessoal está fazendo. Um dia a advogada da ONG veio aqui numa reunião e disse mesmo que “aqui é de todo mundo, é uma associação e então todo mundo manda aqui”. Só que o pessoal não entendeu direito; acha que não tem obrigações, que pode faltar, ou fazer o que quiser sem dar satisfação para ninguém. E não pode ser assim, né, imagina se cada uma fizer o que quiser aqui dentro, faltar o trabalho, essas coisas¹⁶⁵.

Fica explícito que ocorreu uma oportunidade de descontextualizar a fala de alguém que desempenha o papel social daquelas/es que detêm o conhecimento das leis e, portanto, detêm poder, uma advogada. Esta advogada da ONG representa, nesta situação, alguém que chancelaria, com a sua fala proferida na citada reunião, o direito – mesmo que um tanto confuso - de todos mandarem e ninguém mandar em ninguém. Nesta passagem, reconheço o anseio de várias/os catadoras/es de que não existisse a figura da/o patroa/ão, chefe ou mesmo uma/um presidente da Associação, provavelmente decorrente do histórico insuficientemente atrativo de suas anteriores experiências

¹⁶² Caderno de campo 03/06/2014.

¹⁶³ Caderno de campo 14/11/2014.

¹⁶⁴ Caderno de campo 05/07/2014.

¹⁶⁵ Caderno de campo 23/10/2014.

com patroas/ões.

Cabe pontuar, que, a despeito deste desejo, mesmo em um ambiente em que estivesse instituído o exercício de autogestão de forma mais avançada, faz parte deste tipo de organização a existência de uma liderança, pois a função de presidente está prevista no estatuto de grande parte das associações ou cooperativas de catadoras/es, como parte constituinte do quadro de cargos. Obviamente, o desenvolvimento da liderança, nos moldes da autogestão, segue preceitos e práticas que diferem daqueles que balizam os de uma chefia ou gerência de uma empresa, ou ainda, de uma “empresa normal”.

Neste cenário, a liderança de Rosinha, grosso modo, era desejada no momento de sanar uma dúvida, resolver alguma pendência, realizar a contabilidade e a prestação de contas, ou negociar um preço melhor na venda de um material para um atravessador. Em contrapartida, quando esta liderança cobrava mais disciplina no método de triagem dos materiais ou no ritmo da prensa, questionava a ausência de alguma/um associada/o, insistia que fossem seguidas as regras de conduta acordadas entre o grupo, colocava limites em discussões acaloradas, descontava valores do salário mensal por falta em dia de trabalho sem um devido atestado médico, em ocasiões como essas seu comando era indesejado e a aspiração de que “ninguém mande em mim” era manifestada.

Depois de ter ocorrido na reunião a tal ponderação de que “todos mandam na Associação”, Rosinha comentou:

Ficou mais difícil organizar o pessoal, eles acham mesmo que podem fazer o que quiser, na hora que quiser e do jeito que quiser. Imagina se cada um começar a agir assim, a fazer o que lhe der na telha? A gente tem que ter regras, tem que se organizar, tem o estatuto, senão vira uma bagunça. Isso aqui é para todos mesmo, mas tem que ter respeito, tem que saber o que é uma associação. E eles não sabem, eles não entendem, pouca gente entende aqui¹⁶⁶.

Rosinha apresenta um ponto que parece fundamental nesta problemática que ocorria na Associação, relativo a uma dificuldade por parte das/os associadas/os da compreensão do que vem a ser a forma de organização na estrutura de uma associação de catadoras/es. Deve-se levar em conta que esta estrutura de trabalho não é a mais corriqueira, e tampouco resguarda valores e concepções mais difundidos ou hegemônicos na sociedade, o que reivindicaria um novo posicionamento e o abrir mão de alguns pontos de vista e atitudes.

O que sucedeu foi que na máxima “todos mandam aqui” configura-se uma concepção que

¹⁶⁶ Caderno de campo 23/10/2014.

tem sua origem na luta por princípios solidários e de autogestão. Contudo, no caso da Associação, sofreu uma distorção; foi associada e colada aos referenciais do individualismo, fortemente veiculados pela lógica do capital.

Diferente da lógica de uma empresa tradicional no sistema capitalista, o princípio que autorizaria todas/os a “mandarem” em uma associação carece de um entendimento, no bojo de uma compreensão detalhada e complexa do que vem a ser uma associação de catadoras/es estruturada na autogestão. A situação descrita, e seus desdobramentos, apresenta um exemplo de como a veiculação de um princípio, descolado de uma formação e de uma prática condizente com o projeto proposto, cria um cenário permeado de imprecisão e de tensões. A falta de entendimento de conceitos e práticas de autogestão gera ruídos e equívocos que conduzem a desgastes e problemas que trazem obstáculos no cotidiano do trabalho e criam barreiras na comunicação entre as pessoas.

Este foi um ponto que me trouxe, como pesquisadora, muitos desafios, e ainda me parece nebuloso no sentido de eu perceber que existem complexidades e camadas de entendimento a serem exploradas. Foi algo quase persecutório em minhas indagações enquanto eu estava convivendo na Associação, como registrei no caderno de campo:

Eu não consigo saber qual o entendimento delas/es relativo à associação e ser uma/m associada/o. Ontem entrou uma moça nova. Ela conversou bem pouco com a Rosinha e depois já foi para a esteira. Perguntei se ela já tinha trabalhado como catadora e ela me contou que só catando na rua. Fiquei pensando se ela entendia o que significava e envolvia trabalhar numa associação. Ela já entrou na lógica de que “o negócio aqui é ir para esteira e trabalhar”. São muitas pessoas que entram e saem e parece difícil, dessa forma, instituir uma cultura, um costume do que é uma associação. Quantas pessoas lá conhecem o estatuto? Será que entendem o que é o MNCR? E a relação com a ONG? Não sei, me vejo tateando no escuro. Ainda não consigo decodificar um sonho coletivo, um desejo de empoderamento, uma atitude profissional solidária. Parece mesmo que o que os move é a urgência diária do ganha pão, sem muita perspectiva, sem pensar no coletivo, sem sonho de luta do grupo por uma vida melhor. Uma vida que precisa sobreviver, antes de tudo, a sobrevivência de cada uma/um e das/os filhas/os. Hoje, isso que é possível eu entender na Associação¹⁶⁷.

Na minha preocupação de pesquisadora registro mais uma maneira de captar esta limitação de entendimento quanto às características de uma associação, descrevendo o ingresso de uma/um nova/o associada/o. Acompanhei a entrada e a continuidade de diversas pessoas na Associação e o que pude perceber é que, na maioria das vezes, a pessoa parece perdida, sem voz nem vez para opinar ou se colocar. Por isso que a primeira atitude é partir para o trabalho braçal como trabalharia em qualquer empresa. Assim descreveu uma catadora novata: “Ah, eu já estou acostumada com

¹⁶⁷ Caderno de campo 23/10/2014.

este tipo de trabalho, trabalhei numa fábrica muito tempo”¹⁶⁸.

Detectei este tipo de conexão do trabalho na Associação com ambientes fabris, principalmente no período no qual o local já contava com a esteira. E também percebi conflitos de ideias, por se tratar de um ambiente de trabalho confuso quanto à sua “identidade” e, portanto, um terreno fértil para indefinições das funções e responsabilidades de cada uma/um, bem como para possíveis ruídos e ambiguidades relativos às propostas e projetos de curto, médio e longo prazo do empreendimento.

Esta fragilidade na compreensão do que consiste e como se organiza uma associação de catadoras/es, também emergia quando se impunha a necessidade de se instituir regras entre as/os associadas/os. Havia uma nítida dificuldade de realizar um debate sobre como encaminhar os interesses do grupo, como lidar com aqueles de ordem mais pessoal, em consonância – ou mesmo em conflito - com aqueles de interesse coletivo. Normas relativas a horário de trabalho, proibição de fumar dentro do barracão, utilização de EPIs ou de uma divisão mais equânime de alguns itens que compunham a refeição do almoço (quase sempre a carne), foram algumas das questões que entraram em debate, mas que sempre tiveram resistências e aspectos mal resolvidos e pouco ou nada discutidos.

Algumas vezes, em reuniões, a pauta que envolvia definição e algum parâmetro ou norma era exposta e o tempo determinado para o debate era ligeiramente cortado por comentários como “viu, nunca ninguém fala nada na hora da reunião!” ou “vamos gente, fala. Bom se ninguém vai falar vamos fazer a votação”¹⁶⁹, sendo que esta última fala veio da advogada da ONG. Sempre me pareceu tudo muito apressado, atropelando o tempo de reflexão do grupo, como registrei no meu diário de campo: “porque tanta pressa? Não seria possível outra metodologia que estimulasse o exercício da reflexão e da possibilidade de diálogo? Mais uma vez a afobação do ‘ganha pão’ se impõe?”¹⁷⁰ Um comentário periódico que ocorria entre as/os catadoras/es após as reuniões pode ser resumido neste: “Na reunião o povo não fala nada, concorda, vota. Depois fica lá embaixo reclamando, fofocando e achando ruim. A gente decide as coisas e depois faz tudo diferente do que

¹⁶⁸ Caderno de campo 22/08/2014.

¹⁶⁹ Os dois comentários estão anotados no caderno de campo 09/07/2014.

¹⁷⁰ Idem.

combinou”¹⁷¹, apontou Laura.

Muitas vezes estes comentários após as reuniões foram feitos para mim. Configuravam-se desde críticas a alguma colocação de uma/um colega, passando por relatos de decisões do grupo que determinavam regras que a pessoa não concordava, até perguntas específicas de assuntos que a/o catadoras/r não havia entendido. Algumas vezes eram dúvidas sobre temas importantes, não apenas detalhes do dia a dia, relativas ao fato da/o catadora/r não ter ouvido o que foi dito ou ter tido dificuldade de compreensão do assunto. Eram comentários que denunciavam alguns entraves para que a reunião fosse assumida como um espaço democrático de debate, que levasse em consideração as tensões e conflitos existentes na Associação, um local onde fosse exercitada a possibilidade de falar e de expor o ponto de vista de cada um.

Não é à toa que nas cartilhas de formação o MNCR ensina “como se faz uma reunião” (MNCR, 2009) em cooperativas ou associações de catadoras/es, elencando os objetivos e as estratégias para superar os desafios de um momento de construção da autogestão, num local de trabalho com características tão específicas. Assume-se que é necessária uma formação sobre este assunto, um aprendizado, porque o conhecimento acumulado pelo Movimento aponta que se trata de um desafio permeado de obstáculos. Isso decorre, dentre outros motivos, do fato de que são raras as experiências no percurso dessas pessoas que tenham possibilitado um espaço social que estimulasse o debate saudável, maduro e conciliador de ideias, ou mesmo um exercício de reflexão sobre sua realidade.

Dentre os ensinamentos da cartilha sobre este tema consta que a pessoa que coordena deve “manter o controle da reunião, exigindo respeito aos acordos”, e também “dar coragem aos mais inibidos, cortar a palavra dos mais tagarelas”. Os companheiros durante a reunião “devem cooperar e dar de tudo para não atrapalhar”, devem se empenhar para colocar seus pontos de vista, fazendo críticas quando as coisas não andam bem. E acatar com respeito o que foi decidido pelo grupo, pois “falar depois da reunião é dar remédio para defunto” (MNCR, 2009, p. 47).

Com conhecimento de causa o MNCR destaca a relevância desta atividade para uma associação ou cooperativa, e assume que se trata de uma tarefa a fazer parte da formação da/o

¹⁷¹ Caderno de campo 31/08/2014.

catadora/r, que não vem pronta e que demanda aprendizado.

Estas dificuldades e fragilidades na organização da Associação ficaram bem evidentes no período do debate quanto à possibilidade de instalação da esteira no local, ocorrência da qual já fiz referência, que teria a função de facilitar o trabalho das/os catadoras/res. Foi um momento em que se acentuaram algumas características que dialogam mais com valores e preceitos de uma fábrica do que aqueles preconizados pelo MNCR.

3.3 A esteira: isto aqui é uma associação ou uma linha de produção?

Na entrevista com o técnico, ele me disse que depois de organizar o setor administrativo da Associação focaria sua atuação na organização do “setor produtivo”. Todavia, se durante a fase inicial de sua atuação procurou concentrar esforços na demanda de aprendizado, esses esforços não significaram ações mais efetivas no sentido de qualificação/formação do grupo. Quando investiu suas atividades na organização relativa à maneira das/os catadoras/es trabalharem foi possível perceber que suas ações não decorriam de um entendimento vinculado a um aprendizado, mesmo que fosse precariamente elaborado, e menos ainda da realização de um processo de formação.

Aqui, novamente, a dinâmica da urgência em “ganhar o pão” certamente influenciou as escolhas do técnico. Muitas vezes presenciei sua preocupação com o rendimento financeiro mensal da Associação, almejando que o rendimento de cada associada/o fosse maior do que aquele do mês anterior. Isto foi uma constante em seu trabalho, que encontrava ressonância nas apreensões das/os catadoras/es, que demonstraram preocupação semelhante. Algumas vezes o técnico expressou um desabafo de forma parecida com esta:

Fica complicado, porque eu faço sugestões, como, por exemplo, de trazer uma esteira para cá. Eu acho que vai melhorar para eles, o trabalho vai ficar menos difícil. Mas são eles que decidem né, se querem ou não. Só que, e se a esteira não der certo? Foi uma sugestão minha, eles que decidiram, mas eu que sugeri. E se diminuir demais o salário deles? Eu me preocupo com isso, é uma situação difícil¹⁷².

O técnico demonstrava assim que estava ciente de que o poder de decisão estava nas mãos das/os catadoras/es. E reconhecia, ao mesmo tempo, que suas sugestões tinham uma força e influenciavam as decisões do grupo. Isto provavelmente acontecia pela confiança que o grupo, de maneira geral, depositava nele, o que era bem perceptível. Mesmo com as resistências internas ao

¹⁷² Caderno de campo 29/05/2014.

uso da esteira, a opinião do técnico tinha peso nas escolhas das/os associados.

Quando conversava comigo foi evidenciando-se que ele não duvidava de que instalar uma esteira na Associação significaria melhorias nas condições de trabalho, salvaguardando apenas a dúvida quanto ao rendimento mensal. Avaliando sua atuação, ele expressou: “Eu fui tentando ajudar eles a trabalhar melhor, a produzir mais, com menos esforço, essa foi minha ideia”¹⁷³. E ainda, para ele a esteira auxiliaria neste processo, pois diminuiria o esforço físico.

Contudo, a esteira resguardava múltiplos sentidos para o técnico e para as/os associadas/os, que foram se revelando durante o processo, e que dizem respeito a algumas questões mais objetivas e a outras vinculadas a concepções e nexos que têm sido debatidos no desenvolvimento desta tese.

Acompanhei Rosinha e o técnico labutando por uma espécie de campanha a favor da instalação da esteira. Os dois se mostravam favoráveis à utilização deste maquinário no local, enquanto diversas/os associadas/os exprimiam resistência à empreitada.

Cabe retomar um aspecto que foi pontuado no capítulo referente às questões metodológicas, relembrando que a introdução da esteira, na Associação, teria impactos nos procedimentos de trabalho no local. As/os associadas/os até então realizavam um trabalho que se configurava de forma mais individual, onde duplas ou trios de catadoras/es dividiam os valores de acordo com o montante de material triado. Com a esteira passariam a desenvolver um trabalho aparentemente mais coletivo, no qual todos trabalhariam juntos e dividiriam os valores do grande grupo entre si.

Esse aspecto da mudança motivou pontos de discordância. O ritmo e a intensidade diferenciados entre as/os associadas/os e os consequentes contrastantes salários geraram, pelo menos, dois questionamentos. Na época, existiam pessoas que conseguiam um montante de triagem três, ou até quatro vezes, maior que o montante obtido por outra/o colega. Isso significa que, naquele período, estava-se tratando de uma diferença salarial que transitava entre R\$ 400,00 e R\$ 1.500,00.

A proposta de todos dividirem o trabalho numa mesma mesa ou esteira, e repartirem o valor da venda dos materiais por igual, gerava indignações pronunciadas, como a de Andrea: “Eu vou me matar trabalhando, para essa gente enrolada ganhar nas minhas costas? Eu não!”¹⁷⁴. Andrea

¹⁷³ Entrevista 18/11/2014.

¹⁷⁴ Caderno de campo 04/06/2014.

trabalhava num ritmo intenso, era uma catadora mais jovem e habilidosa que tinha na musculatura de seus braços a marca delineada do uso constante da força física. Existiam outras catadoras que tinham características semelhantes quanto ao ritmo de trabalho e ao salário mensal que, da mesma forma, expressaram resistência a esta nova proposta.

Pelo mesmo motivo – a diferença de ritmo de trabalho - esteve presente outro argumento que expressava uma opinião negativa em relação à chegada da esteira, mas com uma percepção quase às avessas deste primeiro argumento. As mulheres com idade mais avançada, e que trabalhavam num ritmo mais lento, traziam apreensões semelhantes àquelas de Laura: “Ah eu vou trabalhando tranquila, não gosto de ninguém me apressando, ganho meu dinheirinho por mês. Está bom assim, não preciso de mais”¹⁷⁵. Temiam a falta de autonomia que uma esteira poderia gerar, impondo um ritmo diferente daquele que conseguiam administrar. Teresinha, a catadora mais antiga na Associação, e a mais velha em idade, de forma receosa declarou sobre a esteira: “Não sei não se vou aguentar, eu já estou velha, sou doente. Não posso trabalhar assim, tudo correndo, apressado, pessoal gritando. Não sei, não, estou com medo.”¹⁷⁶.

Nas mesas onde o trabalho era desenvolvido por duplas ou trios de catadoras/es, as contrastantes cadências de ritmo eram vivenciadas com certa flexibilidade e liberdade. Algumas/uns saíam mais cedo do trabalho porque tinham outro compromisso ou adotavam um ritmo mais “tranquilo” ou mais acelerado. Outras/os retiravam-se da mesa para fumar um cigarro, ou mesmo, como no caso de uma catadora haitiana que tinha o hábito de fazer leitura de sua Bíblia em determinados horários, de acordo com os rituais de sua religião. Essas eram todas condutas que elas/es podiam administrar com alguma liberdade de ação. Cada uma/um fazia o seu salário mensal de maneira mais ou menos autônoma.

Nesse modo de funcionar da prática laboral ainda existiam conflitos ou desavenças entre as pessoas, como, por exemplo, quando alguém faltava ou se havia discordância sobre os acordos firmados pela dupla. Mas, mesmo assim, os acertos e problemas aparentavam ser mais fáceis de ser enfrentados para as/os associadas/os, provavelmente porque administrados em menor escala, envolvendo duas a três pessoas e não o grupo todo.

No período em que o técnico da ONG propôs ao grupo a instalação de uma esteira, os dois

¹⁷⁵ Caderno de campo 11/06/2014.

¹⁷⁶ Caderno de campo 27/05/2014.

principais argumentos favoráveis, usados por ele, destacavam as facilidades no trabalho que a esteira geraria e a caracterização do trabalho coletivo que a utilização deste maquinário traria para o local.

Destes dois argumentos derivavam alguns, que interessam aqui. A reflexão das/os catadoras/es era de que a esteira iria ditar um ritmo de trabalho mais homogêneo para o grupo, e de que, ao mesmo tempo, poderia haver um descompasso, no qual umas iriam trabalhar mais intensamente do que as outras. Estes pareciam argumentos consistentes, discutidos, por exemplo, na literatura sobre a instalação das fábricas no Brasil, presente nos estudos de Margareth Rago (1987) e Edgar de Decca (1988). Tanto a fala das/os catadoras/es como a das fontes bibliográficas mostravam que a esteira tendia para a eliminação da autonomia de cada trabalhadora/r, sendo estas preocupações pujantes para as/os trabalhadoras/es resistirem a esta nova empreitada na Associação.

Todos esses argumentos ficaram circulando nos buchichos cotidianos, entre o gesto de jogar uma garrafa pet para a/o colega, ou no momento de puxar um *bag*, nas garfadas do feijão e do arroz no almoço, ou num comentário para mim, pedindo minha opinião. Nessa configuração, travestidos de resmungos cotidianos, acabaram assumindo um papel de pouca relevância, pois não participaram de forma mais efetiva, concreta e respeitosa nos debates mais formais da Associação.

Para decidirem o rumo da Associação, ocorreram diversas reuniões durante cerca de dois meses, uma a duas por semana. Durante as reuniões, nas quais o grupo debatia se era a favor ou contra a vinda da esteira para a Associação, a forma de condução do debate encaminhava-se, muitas vezes, para uma espécie de banalização destas problematizações. Boa parte disso se deu em decorrência das limitações já descritas quanto ao desenrolar das reuniões, onde se exercitava de maneira frágil um diálogo mais consistente que suscitasse vez e voz a todas/os associadas/os. Entendo que o que ocorria, em grande parte, era uma conduta de convencimento, principalmente por parte de Rosinha e do técnico, em relação às/aos demais colegas que, em sua maioria, estavam resistindo à novidade. Assumindo seu papel de liderança dentro da Associação, neste período Rosinha dizia:

Ah é, se eu não estou lá, nada vai para frente. E tem que ter jeito, ir convencendo a mulherada, devagarzinho. Ele [o técnico] me fala as coisas, eu vou com jeitinho para o pessoal, explico; primeiro elas não gostam, depois vão entendendo. A esteira elas não queriam. Como é que se convencem essas mulheres? Tem as mulheres que trabalham devagar, que ganham uns 500 por mês, porque trabalham devagar e vão ganhar o mesmo que as outras mais ligeiras. Aí eu fui

explicando que a gente vai animando umas às outras e as coisas vão se acertando¹⁷⁷.

Rosinha se posicionou de forma favorável à chegada da esteira porque acreditava que iria melhorar as condições de trabalho, principalmente porque deixaria de ter que empurrar os materiais na mesa com as mãos, o que segundo ela, “dói demais os braços, acaba o dia e a gente volta para casa acabada”¹⁷⁸. Na prática do gesto laboral, esta era a diferença central no método de trabalho. Pelo fato de a esteira ser motorizada, e ela mesma conduzir o material adiante, acabava com a necessidade de empurrar os montantes de materiais para frente da mesa. Este era um movimento bastante cansativo e perigoso devido ao risco de cortar a mão com objetos perfuro cortantes.

Senti no meu corpo o quão árduo era esta ação na estrutura física, no dia em que assumi a função de quem ficava no início da mesa, que envolve abrir os sacos e empurrar os materiais para as/os catadoras/os iniciarem a triagem. Em apenas duas horas de trabalho, tive muita dor nos meus braços e também na coluna vertebral, que pude perceber foi ocasionada principalmente pela ação de empurrar os resíduos.

O processo de convencimento desenvolvido pelo técnico acabou gerando certo descompasso entre seus argumentos e aqueles pleiteados pelo MNCR, principalmente por desconsiderar a relevância da formação para um entendimento e uma prática laboral mais solidária e cooperativa.

Quando o técnico discorria sobre a importância da esteira, tornava-se evidente que não duvidava de forma alguma que esta representava uma melhoria nas condições de trabalho. Argumentava que a esteira trazia “modernização” para o ambiente, já que para ele a Associação lembrava mais um “local do século passado”, com as pessoas trabalhando em condições tão precárias e tracionando, com a força motriz de seu próprio corpo, tanto peso como os dos *bags*. Perguntei: “mas você acha que porque é mais moderno será melhor?” Ao que a resposta prontamente se formulou: “É claro que sim, mais tecnologia, mais moderno, vai facilitar”¹⁷⁹.

A visão de que a tecnologia oferece a solução eficaz para os problemas, e de que tudo o que representa ser “mais moderno” seguramente melhora as condições de trabalho, marcou espaço no discurso neste período, perceptível na atuação do técnico. Isso vai de encontro às concepções que

¹⁷⁷ Caderno de campo 05/06/2014.

¹⁷⁸ Caderno de campo 31/07/2014.

¹⁷⁹ Caderno de campo 05/06/2014.

as teorias críticas da tecnologia vêm problematizando, como se pode verificar nos estudos de Andrew Feenberg (1991) e Marx e Smith (1994), pois os discursos em campo dialogam com as ideias expostas pelos autores sobre a neutralidade da ciência e da tecnologia e o determinismo tecnológico.

Segundo Feenberg (1991), o determinismo tecnológico se assenta na visão da sociedade em estado permanente de evolução, em decorrência da construção de novos conhecimentos, principalmente aqueles com base científica, que incorporam constante inovação e se materializam regularmente em novos artefatos tecnológicos. Resguardadas por uma pressuposta neutralidade, pois seriam isentas de marcações políticas, econômicas ou culturais, ciência e tecnologia gerariam progresso social inexorável. O discurso tecnológico que circula socialmente encontra-se repleto deste tipo de imperativos, problematizados pelos estudos críticos no campo da ciência e da tecnologia.

A esteira, ao representar a carga da “modernização”, é assentada como um artefato tecnológico que representa uma evolução dentro do trabalho na Associação. E o técnico da ONG expressa essa representação como um ponto pacífico, distante de problematizações ou de uma reflexão crítica. As apreensões das/os associadas/es sobre o futuro de sua prática laboral, com a introdução da esteira, são parcamente levadas em consideração, pois parecem ser entendidas como saberes menores diante dos conhecimentos da ciência e da tecnologia, plasmados na representação da máquina a ser adquirida. Em nome de um artefato tecnológico, que assinala uma convicção de que “modernizar” é melhor do que trabalhar “como no século passado”¹⁸⁰, advém a certeza de que a esteira é um bom investimento para a Associação.

Arelada a esta representação incide o imaginário de que a tecnologia tem sido responsável por grandes mudanças na história da humanidade, como relata Marx e Smith (1994). Aqui se situam as inúmeras reflexões que discorrem sobre processos históricos demarcados por um tempo disposto em “antes” e “depois”, cuja inflexão localiza-se precisamente na “invenção” de algum artefato

¹⁸⁰ Interessante notar que foi justamente no século passado que houve um investimento em maquinários nas fábricas aqui no Brasil, inclusive de esteiras (DECCA, 1988).

tecnológico¹⁸¹. Neste ponto de vista, a atuação das pessoas é pouco ou nada influente nas transformações sociais quando comparada àquela atribuída aos artefatos tecnológicos. São deixadas de lado as complexas relações sociais que estão envolvidas nestes contextos, entre as pessoas, as coisas e as pessoas, além daquelas que encadeiam as relações dos artefatos com os próprios artefatos. Neste imaginário, o artefato sobrepõe-se às inúmeras construções sociais desenvolvidas paulatinamente.

O discurso do técnico da ONG sobre a esteira conecta-se com estas noções, que bebem da fonte do determinismo tecnológico na medida em que esta máquina representa o moderno, uma forma mais eficiente de realizar a triagem dos materiais, e que traz a carga de uma mudança contundente – e positiva - na realidade das/os catadoras/es. São discursos que circulam socialmente, têm força ideológica, e que serviram como parte da campanha e do convencimento para a introdução da esteira na Associação.

Este poder atribuído à esteira, já percebido nas condutas do técnico, ficou evidente durante a entrevista, na qual ele afirma:

É a esteira que vai fazer o cooperativismo. Porque nela que todos vão trabalhar juntos, é ela que vai diminuir a carga de trabalho, o esforço físico, vai dar qualidade de vida, qualidade de trabalho, e todos vão trabalhar numa mesma mesa. Ela que agrega. É a minha visão, como técnico¹⁸².

Ao artefato é atribuído o poder de estruturar o cooperativismo no interior das relações na Associação. A esteira, ao contrário do que se fazia anteriormente, quando se trabalhava com duplas e com trios, teria agora o poder de agregar a todos - no sentido de trabalhar junto - numa mesma estrutura, o que era considerado como suficiente para que fosse construído um trabalho cooperativo.

Aqui, outra vez, vislumbra-se que a formação como parte constituinte dos princípios do MNCR teve sua relevância abafada, já que, diante das inúmeras resistências que um trabalho solidário e/ou cooperativo encontra na cultura do capitalismo, a formação é uma estratégia

¹⁸¹ Os autores citam exemplos evidentes destes marcadores presentes em fontes que descrevem processos históricos, como a invenção de instrumentos de navegação que teria possibilitado aos europeus atravessarem o Atlântico e colonizarem o Novo Mundo; a prensa de Gutemberg alocada como a causa da Reforma, ou a pílula anticoncepcional interpretada como o componente que permitiu a revolução sexual. Ao artefato é atribuído um poder, sem levar em consideração outras complexidades e relações existentes em cada contexto, sobretudo as relações entre as pessoas (MARX; SMITH, 1994, p. 10).

¹⁸² Entrevista 18/11/2014.

imprescindível para a concretização de uma atividade laboral nesta formatação. Pensando dessa perspectiva, não existe artefato que por si só dissolva as resistências incorporadas na nossa forma de pensar, sentir e agir, sendo necessário um esforço contínuo de reflexão crítica e consciente para que tais transformações possam ser efetivadas.

Na visão do técnico, numa ponta encontram-se a positivação da tecnologia “moderna”, e na outra, a ideia negativa a respeito das tecnologias mais tradicionais ou “antigas”. As condutas que remetem a épocas longínquas no mundo do trabalho são colocadas, *a priori*, como “piores” do que as tecnologias mais “modernas”, sem questionamentos ou relativizações. Em nenhum momento presenciei um debate que refletisse que as temeridades expressas pelas/os catadoras/es poderiam ter sido levadas a sério. Poderiam, por exemplo, ter sido encaradas com um receio de perder a autonomia no processo do trabalho, diante de uma máquina que viria a impor um determinado ritmo e forma de trabalhar mais homogêneo e contínuo. Isso poderia ser uma discussão, por exemplo, que conduzisse a uma reflexão sobre como deveria ser utilizada a esteira.

Complementando este cenário, com a hipótese da chegada da esteira, bem como após sua instauração, alguns conceitos de “empresa normal” ou mesmo de “chão da fábrica” seguíam pipocando no discurso e na prática de atuação do técnico. Um deles referia-se a seu constante questionamento quanto ao horário um tanto flexível das/os associadas/os, seja para início e finalização do dia de trabalho ou referente às pausas. O técnico dizia que era imperativo se ter uma produção com metas, e “mais azeitada”, e que se as/os associadas/os não comesçassem a trabalhar bem cedo, fossem até o final da tarde e evitassem ao máximo fazer pausas, a “coisa não vai para frente”¹⁸³.

São concepções que aparentam ser avançadas e “modernas” e remetem ao início do século, período mais intenso de instauração do sistema fabril no Brasil. Margareth Rago (1987, p. 07) explana que a fábrica mecanizada representava a dimensão crucial da glorificação do trabalho, trazendo a carga de ser um exemplo, a ser seguido, de organização de um ambiente laboral.

Esta dinâmica tem relação com as concepções presentes na conduta do técnico da ONG, pois, como complementa a autora, a fábrica esteve presente nos lugares em que se teve a intenção de disciplinar e de dominar a/o trabalhadora/r, além de se apresentar na leitura que se faz do mundo

¹⁸³ Caderno de campo 30/06/2014.

ocidental como a nova ilusão de que não haveria limites para a produtividade humana.

Tem-se, então, que a capacidade atribuída à esteira, apontada por muitas/os - mesmo que com diferentes abordagens (aquela do técnico em consonância com a de Rosinha, das/os catadoras/os de ritmo mais rápido e, por fim, das/os catadoras/es que trabalhavam mais “sossegadas/os”) –, a colocava como um bom potencial de se concretizar, numa perspectiva de que ela iria disciplinar e tentar homogeneizar o trabalho. Para algumas/uns isso estava sendo considerado como um aspecto positivo, para outras/os estava sendo encarado como algo desagradável.

O maquinário nas fábricas, discutido por Decca (1988), tal qual a esteira da Associação, poderia ser utilizado como parte de um processo de disciplina das/os trabalhadoras/es, conduzindo-as/os a interiorizar o que o autor descreve como relógio moral do capitalismo. Os horários almejados pelo técnico remetem a este relógio ilustrado por Decca e demonstram a atuação de concepções de organização de trabalho dentro do sistema capitalista, que vêm sendo configuradas, naturalizadas e reafirmadas ao longo da história.

Além disso, o técnico da ONG atribuiu à esteira o poder de diminuir a carga de trabalho e o esforço físico. De maneira geral, ao acompanhar a instauração da esteira estas previsões não se concretizaram de forma plena.

Após a instalação da esteira as/os associadas/os seguiram com condutas nas relações pessoais, se não iguais, pelo menos muito semelhantes às aquelas do arranjo do trabalho anterior. Dias mais calmos, nos quais o silêncio das vozes e o som da esteira, da prensa e o tilintar dos objetos prevaleciam. Eram horas de labuta em que as brincadeiras, o riso e a camaradagem marcavam presença. Em outros, e eram muitos, prevaleciam discussões e conflitos. Podiam envolver reivindicações por distribuição mais equânime da carga de trabalho, diferentes pontos de vista sobre as prioridades a serem efetivadas na Associação, desconfiança quanto a vantagens econômicas que umas/uns poderiam estar tendo em relação a outras/os, o fato de alguém chegar atrasada/o, ou faltar ao trabalho e no dia seguinte chegar sem nenhuma justificativa. Muitas dessas situações ocorriam pela dificuldade em compreender o que é uma associação voltada para a autogestão, e de caráter mais solidário - ou, pelo menos, a associação almejada por este grupo -

descambando na máxima: “ninguém manda em mim aqui”.

Estas eram condutas similares às daquelas do arranjo do trabalho anterior e não foi possível reconhecer um trabalho mais cooperativo no ambiente, pois predominava a lógica da competição e da tentativa de ter o máximo de lucro. “Aqui, minha filha, todo mundo só pensa em si mesmo, se duvidar quer que o outro se lasque”¹⁸⁴, foi o comentário que ouvi pontualmente de Andrea, mas que se fez presente em outras ocasiões e na voz de outras/os associadas/os, antes e depois da esteira ser instaurada.

Quanto à diminuição da carga de trabalho e do esforço físico, por um lado, ouvi depoimentos de que teria sido um aspecto que melhorou, pois elas/es não precisavam mais empurrar os materiais na mesa, e o modo como a esteira foi alocada no espaço diminuiu o trajeto de carregamento dos *bags*, fato este que aliviou substancialmente estes aspectos. Por outro lado, as pessoas que trabalhavam em ritmo mais lento se queixaram para mim: “elas querem que a gente seja muito rápida, ficam aumentando a velocidade da esteira. Fica muito puxado para mim que já sou uma pessoa de idade”¹⁸⁵, como colocou Teresinha, somado a outros relatos de catadoras/es dizendo que ficavam muito cansadas/os no final do dia.

Nos primeiros dias, várias pessoas relataram que ficaram tontas na esteira devido ao movimento contínuo da mesma. As/os catadoras/es que apresentavam uma cadência mais habilidosa e rápida também tinham suas reclamações, pois, como previsto, diziam que estavam se “matando” de trabalhar enquanto tinha outras/os associadas/os que ficavam “molengando”, denunciando que a carga de trabalho das/os mais habilidosas/os não havia diminuído significativamente.

Além destes aspectos, assim que a esteira foi introduzida na Associação, se instaurou um clima de tensão e preocupação com a demanda para que se mantivesse um rendimento pelo menos semelhante àquele que, no sistema anterior, permitia a obtenção de maior valor monetário. Havia uma apreensão em relação à adaptação e ao domínio de habilidades das/os associadas/os quanto ao novo método, uma ansiedade de como direcionar e organizar a prática laboral para uma média de

¹⁸⁴ Caderno de campo 28/08/2014.

¹⁸⁵ Caderno de campo 01/08/2014.

valores condizentes com “as contas para pagar no final do mês”¹⁸⁶. Considerando que um bom número de mulheres trabalhadoras tinha um ritmo de triagem mais vagaroso, isso poderia impactar no sentido de, na média, reduzir o volume de material triado e, conseqüentemente, o rendimento mensal. “Já pensou se com a esteira diminui o salário deles? Isso não pode acontecer, por isso temos que ter metas, eles têm que trabalhar muito para atingir uma boa venda no final do mês”¹⁸⁷. Esta era a fala mais recorrente do técnico neste período.

E assim foi construído o cotidiano com a esteira, sendo estimulado um trabalho intenso, com cobrança por rendimento, verbalizações sobre as metas, desígnios advindos da voz de Rosinha e do técnico da ONG, cada um à sua maneira. Ela, na beira da esteira verbalizando em voz alta: “Vamos pessoal, vamos, temos que fazer essa coisa andar. Chega final do mês, temos que ter feito muito mais”¹⁸⁸. Ele, orientando Rosinha para estimular as/os colegas, e conversando diretamente com as/os associadas/os durante as reuniões, explicando que precisavam trabalhar de forma mais vigorosa para “poder atingir as metas”¹⁸⁹. Sentado no escritório, algumas vezes junto com Rosinha, o técnico fazia e refazia cálculos para averiguar quanto de material o grupo deveria triar e prensar para a venda do mês gerar um salário não muito destoante daqueles mais altos do grupo.

No meio do primeiro mês de trabalho com o novo maquinário, Rosinha proferia aos brados na beira da esteira: “Estamos já no dia quinze e fizemos bem menos da metade da meta que a gente colocou”¹⁹⁰. Laura, na mesma ocasião, demonstrou preocupação com esta questão, falando em voz baixa para mim: “Eu não sei se a gente vai conseguir. Eu tento puxar o pessoal, animar a mulherada, mas tem gente que não gosta, acha que a gente está mandando, fica achando ruim. Ficam falando ‘ninguém manda em mim aqui’”¹⁹¹.

Além de expor o clima de pressão por um trabalho em um compasso intenso, essa fala ratifica, mais uma vez, a dificuldade de entendimento dos papéis de cada associada/o em uma associação, que, a princípio, estaria trilhando um caminho em direção a uma instituição solidária e/ou cooperativa. Algumas vezes Laura expressou estar confusa, inclusive abertamente para o

¹⁸⁶ Caderno de campo 30/06/2014. Este foi um comentário que ocorreu em diversas ocasiões, proferido por várias/os catadoras/es, relativo à preocupação se o rendimento mensal seria suficiente para cobrir os gastos mensais, como aluguel da residência, conta de luz, água, alimentação.

¹⁸⁷ Caderno de campo 01/08/2014.

¹⁸⁸ Caderno de campo 15/08/2014.

¹⁸⁹ Caderno de campo 01/08/2014.

¹⁹⁰ Caderno de campo 15/08/2014.

¹⁹¹ Caderno de campo 15/08/2014.

grupo, nas reuniões. Ela explicava que sentia vontade de estimular as/os colegas, porém se dizia temerosa de que fosse criticada por elas/es, ciente da lógica instituída no ambiente de que “ninguém manda em mim”.

A distribuição das pessoas no ambiente também sofreu impacto com a chegada da esteira. Agora, quando eu entrava no barracão tinha dificuldade em me embrenhar nas proximidades das/os catadoras/es e conversar com elas/es, porque a maneira que a esteira estava colocada no barracão “prendia” as pessoas no espaço de trabalho bem mais do que no arranjo anterior. Antes, com as diversas mesas espalhadas na Associação, era necessário garantir um espaço de circulação para o deslocamento dos *bags*, o que possibilitava o trânsito mais livre das pessoas, inclusive o meu. No novo arranjo, as/os catadoras/es ficavam com os corpos grudados na esteira e cercadas/os por imensos *bags*, um bem colado ao outro, fazendo uma barreira que as/os impedia de circular pelo espaço com facilidade e fluidez.

Encurraladas/os nesta posição, e ainda preocupadas/os com os desafios trazidos pela esteira, que estava em constante movimento, passaram a ter uma conduta intensamente focalizada na movimentação do trabalho, beirando um comportamento autômato. Absorvidas/os pelo ritmo intenso do trabalho pareciam quase que “hipnotizadas/os” pelo movimento contínuo da esteira, e pela necessidade de extrema atenção aos materiais que estavam passando, o que exigia de todas/os gestos rápidos e contínuos.

Uma garrafa pet jogada no *bag* exigia um retorno imediato do olhar e das mãos para o movimento da esteira à procura da próxima garrafa, sem tempo para titubear. Na folga entre uma garrafa e outra a catadora aproveitava para desenroscar a tampinha da garrafa e atirá-la no *bag* específico. Folhas de caderno eram arrancadas pelas mãos, enquanto os olhos permaneciam atentos na esteira para as mesmas mãos, concomitantemente, recolherem mais outros livros e cadernos, para mais tarde triar os diferentes tipos de papéis em seus respectivos *bags*. Os vidros eram empilhados na beira da esteira para serem arrumados no *bag* correto no momento em que ocorreria alguma pausa do tipo de material que a/o catadora/r estava separando naquele dia. Tudo rápido, com muita atenção e sem hesitação, sem tempo para pensar.

Neste período, distinto do anterior, na tentativa de conversar com as pessoas eu tinha a sensação de estar atrapalhando. Portanto, contive minha inserção mais ativa e entendi que este era um momento de mais observação do que de conversa. Fui viver no meu corpo o que esta esteira

teria para me dizer.

Minha experiência mais contundente na nova máquina ocorreu em um dia em que faltou ao trabalho uma catadora que assumia a função de triar as caixas de leite e suco, que são chamadas de “tetra”¹⁹². As/os associadas/os estavam preocupadas/os, sem saber como redistribuir as funções, visto que todas/os já estavam sobrecarregadas/os. De maneira geral, cada pessoa na esteira assumia de um a três materiais específicos como sua tarefa a coletar, e neste dia todas/os estavam com a responsabilidade de dois a três itens. Olharam para mim, que já tinha uma pequena experiência na esteira, mas sempre auxiliando alguém e nunca em uma função específica, só minha. Rosinha disse: “Só se a Daniela vier para a esteira com a gente e ficar com o ‘tetra’”¹⁹³. Então topei estar nessa posição porque queria ajudar e era apenas um material, e de fácil identificação¹⁹⁴.

Esse episódio foi interessante porque como esta pessoa tinha faltado, outras catadoras me pediram para ocupar esta posição porque estavam preocupadas em como dar conta do trabalho, demonstrando confiança na minha atuação. De minha parte, fiquei apreensiva, pois agora não se tratava apenas de uma vivência em campo, mas de trabalhar na triagem com eficiência suficiente para garantir que o “tetra” fosse recolhido a contento. Senti o peso da responsabilidade de estar influenciando diretamente no salário de cada catadora/r lá dentro, mesmo que de maneira irrisória.

E foi nesta ocasião que experimentei a pressão pelo trabalho na esteira incidindo até em mim. No início fiquei tonta com a movimentação contínua da esteira, tal qual algumas/uns catadoras/es haviam relatado ter ocorrido com elas/es. Isso durou cerca de uma hora e aos poucos foi passando. Senti a pressão em “dar conta do recado”, pois o movimento da esteira não permite pausas, nem vacilar. Minha sensação era de que não tinha tempo para pensar, o movimento tinha que ser contínuo, sem titubear, sem conversar, sem sair do local. Se, por acaso, detectava um espaço na esteira sem “tetra”, era o momento de arrumar o *bag*, acomodar os materiais para dar mais espaço. Se eu deixava passar alguma embalagem, as/os colegas jogavam lá da frente de volta para

¹⁹² Referência à marca “Tetra Pak” que produz a maioria das embalagens de leite e suco de “caixinha”, além de outros semelhantes como leite condensado, creme de leite e molho de tomate.

¹⁹³ Caderno de campo 22/08/2014.

¹⁹⁴ Existem materiais com especificidades que, por mais que elas/es me explicassem, eram para mim de difícil distinção, seguramente pela minha falta de prática laboral na catação. Tratava-se de um conhecimento que eu não detinha. Um bom exemplo está nos copos de plástico que se classificam em dois tipos, o “PP” (polipropeno) e o “PS” (poliestireno), que, como me explicou mais de uma vez Teresinha, é diferenciado através do toque, que produz um tipo de barulho diferente um do outro. Um, estala ao ser amassado, o outro não. São materiais que devem ser separados em *bags* diferentes. Teresinha realizava esta ação com rapidez e destreza. Eu tentei, com ela me ensinando, mas não consegui acertar muito.

mim. E havia comentários: “Essa novata está em período de experiência, está deixando passar material dela. Não sei não se vamos contratar”¹⁹⁵, brincou Laura. Tive vontade de ir ao banheiro fazer xixi, mas foi impossível. Fiquei ali triando “tetra” por duas horas e meia, seguidas, num movimento autômato, sitiada entre a esteira e os *bags*, até que chegasse a aspirada hora do intervalo. Foi um dia em que cheguei à minha casa com muitas dores no corpo, a musculatura dos braços e da coluna vertebral sentiram o impacto do gesto repetitivo, da impossibilidade de pausas e acomodações corporais, da tensão por ter que cumprir uma tarefa que eu não sabia se daria conta.

O que mais me chamou atenção foi que me percebi sentindo uma sensação que me surpreendeu: depois de duas horas seguidas na esteira senti uma estranha satisfação em cumprir a tarefa. Talvez eu tenha me aproximado de uma sensação de ter sido domesticada, como parte de um esquema que me dizia que isso que eu fazia era o que eu deveria fazer. Experimentei em mim um corpo dócil, anunciado por Foucault (2011), que respondia automaticamente ao chamado da esteira, e sentia que aquele pequeno “mundo” de fazer o movimento repetitivo de coletar os “tetras” na esteira me dava uma sensação de dever cumprido. Certamente, em meu caso, a resposta automática para triar com destreza os materiais esteve vinculada à pressão que senti em dar conta do recado, já que minha tarefa estava diretamente relacionada ao salário das/os catadoras/es.

A vivência que relato traz à tona as reflexões de Simone Weil (1979), por alguns motivos. Ela desenvolve um questionamento à pretensa neutralidade da tecnologia, o que parece exigir uma análise relacionada à incorporação das relações de poder pela maquinaria. Ao escolher trabalhar como operária em uma fábrica, com o intuito de perceber nela mesma o sofrimento da/o trabalhadora/r, concluiu que a lida neste ambiente amortecia qualquer tipo de revolta. Brotou nela uma “docilidade de besta de carga resignada” (WEIL, 1979, p. 341). Ela acusa que as pessoas, ao projetarem as máquinas, não levam em consideração o “bem-estar moral dos operários, o que exigiria um esforço de imaginação grande demais; não se pensa sequer em não lhes machucar a carne” (WEIL, 1979, p. 357).

A autora demonstra que a falta de neutralidade nos artefatos tecnológicos - que segundo ela são idealizados focando no lucro da empresa e nos interesses dos consumidores, e nunca o bem estar da/o trabalhadora/r – contribui para gerar este poder de domínio sobre a/o trabalhadora/r. Tal qual eu senti na esteira, a/o trabalhadora/r atua como uma/um ser automatizado, hipnotizada/o pelo

¹⁹⁵ Caderno de campo 22/08/2014.

movimento da máquina, pressionada/o pelas metas a serem cumpridas e docilizada/o por um ambiente que restringe as possibilidades de reflexão, e, mais ainda, as de revolta.

Se no caso das/os catadoras/es elas/es ainda brigavam entre si, discutiam, faziam suas reivindicações, demonstrando um certo grau de “revolta”, em contrapartida, a organização de trabalho instaurado não oferecia lugar e nem tempo para que estas expressões de desagrado fossem devidamente incorporadas como pontos a serem debatidos e solucionados. Acabavam ganhando *status* de fofoca, resmungos, ruídos que circulavam, criavam desavenças, sofrimento e tensões, mas que não faziam parte efetiva das questões a serem debatidas nas reuniões.

Neste cenário, a esteira, de fato, acabou exercendo o poder de gerar um ritmo mais intenso de trabalho e uma pressão por uma produção que parecia a de uma empresa “normal”. Esta “empresa” agora parecia ter uma nova liderança, em sintonia com o comentário do técnico que elucida que “a esteira, de repente, ficou como uma patroa ali”¹⁹⁶.

É importante analisar que este suposto poder da esteira está vinculado intimamente à carência de uma reflexão mais profunda sobre a introdução da mesma na Associação. A esteira assumiu um papel de patroa – ditando horários de trabalho, a cadência acelerada e contínua da triagem, o movimento autômato, a pressão pela produção, o aprisionamento dos corpos no espaço – sobretudo pela maneira como foi utilizada pelas pessoas e não porque detinha por si mesma este poder, embora carregasse um potencial para tanto.

Tampouco a esteira tinha o poder de implantar o trabalho coletivo e cooperativo lá dentro, já que ambos dependiam muito mais da formação das pessoas e de um empenho árduo de cada pessoa para afastar-se da lógica cultural individualista e competitiva, do que de um novo artefato tecnológico. A esteira levou para dentro do barracão concepções construídas e naturalizadas historicamente, apregoadas pelo técnico da ONG, e que remontam ao tempo da instauração das fábricas em nosso país.

Tal qual demonstra Rago (1987, p. 22), referindo-se à forma de organização das fábricas no final do século XIX e início do Século XX no Brasil, a maquinaria servia para melhor controlar a “irregularidade do ritmo de trabalho, o absenteísmo, o pouco comprometimento dos trabalhadores com as exigências do capital e com o novo modelo produtivo”. Isso justificou a admissão de

¹⁹⁶ Entrevista 18/11/2014.

rigorosos regulamentos internos nas fábricas destinados a constranger as/os trabalhadoras/es.

São aspectos que dialogam com aqueles levantados pelo técnico da ONG ao promulgar as vantagens de adotar uma esteira no método de produção da Associação. E, complementando, a autora assevera que estas condutas não visavam apenas o caráter meramente economicista; “o que estaria em jogo seria a própria constituição das relações de produção que sustentam a ordem burguesa” (RAGO, 1987, p. 28). Naquele período, a burguesia industrial adota uma conduta que

[...] incentiva a assimilação de práticas moralizadas e tenta adestrar os dominados para extrair o maior rendimento possível [...]. Portanto, a atuação patronal foi marcada ambigualmente pela intenção de proteger os trabalhadores que viviam em condições deploráveis, mas, ao mesmo tempo, de controlar e disciplinar todos os seus hábitos (RAGO, 1987, p. 35).

Estabeleço uma conexão desta descrição da atuação patronal, daquela época, com as condutas adotadas pela ONG, principalmente na figura do técnico e que também foram legitimadas pelas decisões do grupo em suas reuniões, mesmo diante das limitações e fragilidades já expostas. A atuação da ONG apresentou um discurso e uma prática de proteção às/aos catadoras/es, denunciando as condições precárias em seu trabalho. Todavia, ao mesmo tempo, buscou propor uma forma de organização na Associação com uma reflexão um tanto fragilizada sobre a possibilidade de ali se trabalhar a partir de um processo de autogestão, conforme é a orientação do MNCR. Numa via quase inversa, sua prática, que se tornou patente com o modo como se desenvolveu a introdução e a instauração da esteira, tendia mais para a procura de um sistema de trabalho que resultasse no controle e na disciplina das atividades das/os associadas/os, similar ao implantado nas fábricas.

Portanto, parece importante reforçar que a esteira não é neutra; traz marcas culturais, econômicas, sociais e políticas. Foi projetada, como lembra Simone Weil (1979), visando determinados interesses. Diferente da ideia de autogestão que a esteira supostamente possibilitaria, sua introdução na Associação fez com que emergissem características que me fizeram retornar às reflexões de Decca, e, com isso, estabelecer uma relação entre a realidade da Associação e a configuração de uma produção fabril.

O sistema de fábrica introduz determinantes que lhe são inerentes, não importando que esse sistema se desenvolva num ambiente capitalista ou em outro qualquer [...] pois ele traz em seu bojo todas as implicações relacionadas à disciplina, hierarquia e controle do processo de trabalho (DECCA, 1988, p. 38).

O autor está convencido de que as tecnologias empregadas no interior da fábrica encontram-

se distantes de uma neutralidade de intenções, na medida em que devem ser “eficazes”, respondendo às “regras do jogo” estabelecidas pelo mercado. Aqui inexistem oportunidades para a reflexão que problematize a utilização das “novas tecnologias”, ou mesmo, para a criatividade dos sujeitos envolvidos, que poderiam propiciar outras formas de utilização de artefatos tecnológicos como a esteira.

Estes impedimentos são estimulados pelo próprio sistema de trabalho que impele movimentos repetitivos, extinguindo e desencorajando a utilização de um tempo para o exercício do pensamento e da reflexão, gerando um comportamento dócil. Neste contexto, os seres humanos “se veem impossibilitados de pensar além de registros que se impõem à vista de todos como uma ordem natural” (DECCA, 1988, p. 20-21). Vislumbro aqui a naturalização da “docilidade da besta de carga” de Weil (1979), da/o trabalhadora/r que apenas responde ao chamado do maquinário, sem questionamentos, sem desejos, sem individualidade, sem cooperação, sem consciência crítica.

E, na mesma obra, “O nascimento das fábricas”, Decca (1988) aponta pistas para compreender que a naturalização de um sistema de trabalho, sobretudo nos moldes da estrutura capitalista, constrói a necessidade da existência de pessoas excluídas socialmente, daquelas que não são consideradas vidas que merecem um espaço digno, dos corpos abjetos como têm sido classificados os corpos das/os catadoras de materiais recicláveis. O autor apresenta em seu livro a fala de um inspetor do governo inglês, datada de 1834, inaugurando o capítulo de título sugestivo: “Nunca temos tempo para sonhar”: “Todas as pessoas que se encontram trabalhando nos teares mecânicos estão ali de modo forçado porque não podem existir de nenhum outro modo; normalmente, são pessoas cujas famílias foram destruídas e seus interesses arruinados” (DECCA, 1988, p. 11).

As pessoas que se encontram com seu corpo encostado na esteira, com suas mãos lidando com o lixo que é dos outros, numa condição de trabalho precária e indigna, frequentemente me relataram sobre suas histórias de vida tão encharcadas de elementos de abjeção. Elas me lembram, sobremaneira, a descrição do tal inspetor, porque ali estão tendo a percepção de que na atual configuração da estrutura social na qual vivem “não podem existir de nenhum outro modo”, e têm uma história familiar e de interesses e sonhos deteriorados por diferentes componentes, muitos deles com origem nas normas, concepções e valores de uma sociedade estruturada pelos

imperativos do capitalismo.

Histórias de pobreza e fome, de abandono dos provedores, sobretudo do pai. De gravidez cedo na vida, que teve que catar o filho no braço e sair por este mundão de Deus. De violência de marido que bate. De impossibilidade de estudar porque tem que se sustentar financeiramente e emocionalmente desde a infância. De não ter vez nem voz numa sociedade que naturaliza as normas, ordens e estruturas, e que depende destas violências sociais para se sustentar, depende da exploração de gente, exploração da dignidade, expropriando da pessoa inclusive o seu tempo de sonhar.

A esteira significou uma acentuação de alguns aspectos que já ocorriam anteriormente. Se no sistema precedente o trabalho apresentava condições precárias e indignas, pelo menos resguardava possibilidades de algumas ações autônomas, respeitando um pouco a individualidade de cada catadora/r e, mesmo dentro de algumas limitações e parâmetros, elas/es podiam administrar seu horário, seu ritmo de trabalho, seu salário com alguma autonomia. Ações como ir ao banheiro, atender a um telefonema no celular, fumar um cigarro, conversar com uma/um colega, levar a/o filho/a ao médico, possuíam mais fluidez do que no arranjo que se estruturou com a chegada da esteira.

Esta pesquisadora vem do mundo da dança. Encontro na arte uma expressão mais contundente para sentir, adentrar no que se vive na vida. Desta vez, é Chaplin quem me inspira e me ensina. Na esteira da Associação sua profecia manifestada em “Tempos Modernos” parecia se efetivar. Herança marcante do processo de produção instaurado em nosso país no início do século XX, a esteira rolante, que marcou presença no fordismo, foi abordada astutamente por Chaplin, que mostrou as/os trabalhadoras/es como pessoas sendo absorvidas/os pela lógica imposta pela máquina. A sacada de Chaplin torna evidente a gravidade da questão: em diversas cenas a máquina adquire vida própria, acusando o processo de domínio da lógica capitalista, encrustada no artefato tecnológico que impõe sua própria lógica.

Rago (1987, p. 22) parece descrever a esteira de Chaplin ao constatar que a maquinaria serviria para melhor controlar a “irregularidade do ritmo de trabalho, o absenteísmo, o pouco comprometimento dos trabalhadores com as exigências do capital e com o novo modelo produtivo”. Para a autora, estas desejadas condutas viriam a ser controladas pela introdução de

rigorosos regulamentos internos de fábrica destinados a constranger as/os trabalhadoras/es.

Se antes, um processo de formação e reflexão crítica tinha pouco espaço na Associação, com a esteira assistindo as chances de uma empreitada na abordagem proposta do MNCR ficar ainda mais distante. À urgência de “ganhar o pão”, que já existia, foi adicionado o tempo contínuo, sem pausas e apressado, da esteira. Fazer interrupções para refletir, para adentrar em um processo de aprendizado, ou mesmo para reuniões, tendia a ser interpretado como “perda de tempo”. E na Associação a lógica de que “tempo é dinheiro” parece ter entrado e se instaurado, juntamente com a entrada da esteira.



Fotografia 5: Daniela Kuhn
Durante pesquisa de campo na Associação

Capítulo 4

Mulheres catadoras: violência e abjeção

CAPÍTULO 4

MULHERES CATADORAS: VIOLÊNCIA E ABJEÇÃO

[...] sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo (JESUS, 2007. p. 38).

Conforme relatado no “Percurso Metodológico”, neste capítulo que trata das mulheres catadoras, violência e abjeção, adotei procedimentos mais intensos para proteger o sigilo das histórias de dor e de violência que me foram confiadas.

Todas as informações que constam no texto são provenientes dos relatos de catadoras que estiveram comigo durante o percurso da vivência em campo. A análise que segue configurou tons ainda mais intensos de um artesanato (MILLS, 2005), porque exigiu compor um texto com relatos de campo, sempre com a preocupação da prudência respeitosa e ética de não deixar em evidência dados que viessem a expor a pessoa que os relatou. Ponto a ponto, ajustando informações, retirando outras, adensando as narrativas, fui completando o desenho sobre a realidade da pesquisa, centrando a análise nos temas da violência e da abjeção de que são vítimas as mulheres catadoras.

Com o propósito de proteger o sigilo das informações, neste capítulo batizei as catadoras com nomes que se originam das personagens “reais” do livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina de Jesus (2007): Zefa, Meiry e Deolinda. Cito também o nome de um homem, Orlando, advindo da mesma fonte. Fiz esta escolha porque penso que cada uma dessas mulheres, embora detenham suas particularidades, ao mesmo tempo podiam ser uma das personagens do livro citado: o partilhar da dor conjunta de ser pobre e mulher, ser rebotalho, ser alocada socialmente como um corpo abjeto.

Por isso, na abertura da história de vida de cada catadora escolhi adornar com um trecho selecionado do livro de Carolina.

Carolina Maria de Jesus foi uma mulher que era “catadora de papel”¹⁹⁷, mãe de três filhos, sem o pai de cada criança para auxiliar na criação das mesmas. Moradora de uma favela no Rio de Janeiro (RJ) publica o citado livro em 1960, com a ajuda de um jornalista que a “descobriu” como

¹⁹⁷ Neste período, o trabalho que hoje é denominado “catadora/r de materiais recicláveis” era chamado de “catadora/r de papel”. De fato, nos relatos de Carolina, ela cita inúmeras vezes em que foi catar papel, poucas vezes referindo-se a outros materiais. Além disso, cita os momentos em que catou alimentos para sua própria alimentação e a de suas/seus filhas/os. Ela diz no livro que parece que nasceu “para catar”.

escritora.

O livro relata, em linguagem simples e coloquial¹⁹⁸, a amarga realidade das pessoas faveladas, sua luta cotidiana pela sobrevivência, o que envolve fome, violência, miséria. Relata, também, sobre ser mulher, mãe, pobre e catadora. Nesta trilha, resguarda pontos de intersecção com as histórias das catadoras desta pesquisa. Perceber-se como rebotalho, estar no quarto de despejo, se definir como lixo, é sem dúvida um ponto em comum, central, que perpassa o cotidiano dessas mulheres.

4.1 Um grande número de mulheres na catação e a precarização do trabalho feminino

A principal motivação para escrever este capítulo emergiu da constatação de que tanto na realidade da Associação quanto em outros contextos o trabalho de catação tem sido exercido por uma quantidade farta de mulheres, provavelmente uma maioria. A discussão de alguns aspectos deste contexto foi feita, principalmente, a partir de uma fala de Rosinha¹⁹⁹, que sintetizava aspectos do cotidiano da catação, que foram se desvelando, se adensando e compondo um desenho de ideias que permitem refletir sobre esta realidade onde a função de catadora/r é assumida por um grande número de mulheres.

É importante que se diga que esta não foi uma realidade isolada na Associação. Lá, embora ocorresse uma intensa flutuação no número de associadas/os, sempre o percentual de mulheres foi maior. Como já citado, durante a pesquisa de campo o número mais estável foi de dezessete catadoras/es. Destas/es, doze eram mulheres e cinco eram homens.

Nos eventos de catadoras/es, esta situação da catação abranger uma provável maioria de mulheres foi um tema muito comentado, tanto por integrantes do MNCR como nas entrevistas que fiz individualmente com diferentes catadoras/es. Do caderno de campo posso apontar nove

¹⁹⁸ O livro foi publicado sendo fiel à escrita de Carolina, constando em alguns momentos a grafia com marcas que diferem das normas de ortografia e gramática. Consta no livro: “Nota dos editores: esta edição respeita fielmente a linguagem da autora, que muitas vezes contraria a gramática, incluindo grafia e acentuação das palavras, mas que por isso mesmo traduz com realismo a forma de o povo enxergar e expressar o mundo”(JESUS, 2007, p. 09).

¹⁹⁹ Em algumas passagens deste capítulo Rosinha será identificada da mesma maneira com que foi nos demais, ou seja, com o nome que a catadora escolheu para si. Andrea também será citada uma vez aqui. São as únicas exceções no capítulo. Elegi este procedimento por se tratar de depoimentos que não expunham estas catadoras com questões mais íntimas ou dolorosas.

membros de associações ou cooperativas de catadoras/es de diferentes regiões do país que me contaram que trabalham ao lado de uma maioria de mulheres.

Em uma ocasião, no “Fórum Estadual Lixo e Cidadania”, presenciei uma catadora representante do MNCR questionando o resultado de um relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no qual constava existir no país uma maior parte de homens que trabalhavam na atividade de catação. “A gente que anda por este Brasil afora, que conhece as catadoras, os catadores, os barracões, sabe que a realidade é outra. Sempre tem mais mulher, é só mulherada nos barracões²⁰⁰”.

Ela estava se referindo ao relatório da “Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável” (IPEA/2013), no qual consta que no Brasil 68,9% destas/es trabalhadoras/es são homens. Entretanto, destaca-se que no próprio relatório constam questionamentos quanto ao resultado destes dados, explicando sua dubiedade devido a “fatores sociológicos”. É esclarecido que, como algumas mulheres exercem outras atividades, como os afazeres domésticos, elas interpretam a coleta de resíduos como uma atividade complementar. Mesmo trabalhando como catadoras estas mulheres acabam não se identificando como tal para quem coleta os dados do citado relatório, informando sua atividade como domésticas ou trabalhadoras do lar.

É relevante apresentar outros dados para que as argumentações que seguem possam ser vistas como uma leitura de um contexto particular, mas que tem aderência e relação com um contexto brasileiro mais amplo. Como colocado anteriormente, o que se evidencia é que uma maioria de mulheres no trabalho de catação é uma realidade presente em boa parte do território nacional. Inclusive, tal constatação é apontada por alguns estudos.

Num percentual semelhante ao divulgado pelo IPEA, a pesquisa de Gonçalves (2006, p. 69), realizada na região da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, Oeste do estado de São Paulo, indica que do conjunto das/os catadoras/es entrevistadas/os, 34,72% são mulheres. Sobre estes dados, o autor ressalta que dos quinze locais de disposição de lixo, que participaram da pesquisa, existia a presença de mulheres em seis, especialmente naqueles localizados nas maiores cidades, como por exemplo, Presidente Prudente (SP). Nas cidades menores, e com intensos

²⁰⁰ Caderno de campo 07/11/2013.

hábitos de práticas laborais rurais, o número de mulheres era drasticamente menor. Este é um dado que chama a atenção, pois podemos indagar se este número menor de mulheres não estaria vinculado ao fato da pesquisa ter sido realizada em localidades com menor número de habitantes e com tradições mais rurais, nas quais as mulheres talvez ainda estejam vinculadas ao ambiente privado, ao trabalho doméstico, às tradições, aos hábitos e costumes locais.

Em contraste com esta minoria de mulheres catadoras presente nestas duas referências, e nas quais se faz necessário um olhar sociológico sobre os dados divulgados, existe um bom número de estudos que trazem indícios que corroboram com os dados da pesquisa de campo, com as falas dos membros do MNCR e das/os demais catadoras/es com quem conversei ao longo da pesquisa. Diversas/os autoras/es, ao estudarem a temática “catadoras/es”, afirmam que nos grupos de trabalhadoras/es nos quais realizaram suas pesquisas foi encontrada uma maioria de mulheres trabalhando como catadoras. É o caso, por exemplo, das pesquisas de Salgado e Teixeira (2012), de Feitosa (2005), de Wirth (2010), de Gomes (2014), de Bortoli (2012) e de Barros e Pinto (2008).

Para facilitar a visualização destas informações, são demonstrados no quadro abaixo os dados apresentados pelas/os autoras/es.

| Autora/r | Localidade | Porcentagem de Mulheres catadoras |
|---------------------------|---|-----------------------------------|
| Salgado e Teixeira (2012) | São Paulo (SP) | 100% |
| Feitosa (2005) | Porto Alegre (RS) | 95% |
| Wirth (2010) | Campinas (SP) | 75% |
| Gomes (2014) | Região Sul do Brasil | 70% ²⁰¹ |
| Bortoli (2012) | Gravataí (RS) | 61% |
| Barros e Pinto(2008) | Região metropolitana de Belo Horizonte (MG) | 57% |

Fonte: Dados extraídos das pesquisas das/os autoras/es – elaboração da autora.

Neste quadro vislumbram-se indicadores de que muitas mulheres trabalham como

²⁰¹ A autora não apresenta estes dados em porcentagem. Este foi um cálculo que eu realizei a partir de seus dados do estudo, no qual consta que as/os “participantes foram 30 associados que integravam a associação de catadores de materiais recicláveis, 21 mulheres (incluindo a presidente) e nove homens” (GOMES, 2014, p. 62).

catadoras. Este número aproxima-se de outras duas referências. Na tese de doutorado de Caballero (2008, p. 63), que também enfoca o trabalho de catadoras/es, embora não sejam indicados os percentuais relativos a gênero, entre estas/es trabalhadoras/es há o depoimento de um funcionário do departamento que gerencia os resíduos sólidos da prefeitura de Porto Alegre que declara que 80% das pessoas que trabalham com catação são mulheres.

Outra referência é do MNCR, na voz de um dos seus representantes, Alex Cardoso, o qual afirma que das/os 85 mil catadoras/es organizadas/os no Movimento, mais de 70% são mulheres²⁰². Para ilustrar a visão do MNCR em relação a estes resultados, relato que durante o “4º Encontro Nacional de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis” a liderança acima referida estava presente. Durante sua fala ao microfone, para a plateia quase exclusiva de mulheres participantes do evento, declarou que estaria encabeçando uma proposta de alteração do nome do coletivo. Propôs que o nome fosse alterado para “Movimento nacional dos catadores e das catadoras de material reciclável”. A proposta de inclusão das catadoras no nome do Movimento se deu pelo reconhecimento da relevância da participação das mulheres, onde, segundo Alex, representam o maior número.

Da realidade mais restrita da Associação, somada às demais vivências na pesquisa de campo, e incluindo dados de outras fontes de pesquisa, foi constituído um panorama no qual visualizamos um grande número de mulheres envolvidas na atividade de catação. Na maioria das vezes estas catadoras têm desenvolvido sua atividade em condições precárias de trabalho, o que me permite afirmar que a realidade destas mulheres, aqui evidenciada como inseridas socialmente nas zonas inóspitas dos corpos abjetos, vai de encontro a um cenário que vem sendo denunciado pelos estudos da divisão sexual do trabalho.

Nestes estudos são abordadas as relações de poder entre homens e mulheres e, portanto, as relações de dominação, exploração e opressão dos homens sobre as mulheres no mundo do trabalho, amplamente discutidas nos estudos de gênero e que são objeto de reflexão nesta tese. Segundo Helena Hirata (2001; 2002; 2007; 2010), a divisão sexual do trabalho assenta-se num princípio de hierarquia, no qual o trabalho masculino é sempre mais valorizado do que o trabalho

²⁰² Notícia vinculada no site do MNCR: http://www.mnccr.org.br/box_2/noticias-regionais/mnccr-propoe-programa-de-reciclagem-popular-ao-governo-federal

feminino, por exemplo, com os homens recebendo maiores salários e maior reconhecimento.²⁰³

A intensificação da inserção da mulher no mercado de trabalho no sistema capitalista ocorreu em meio a uma tendência em diminuir os custos, com exploração cada vez maior da mão-de-obra, sedimentado a força da engrenagem da acumulação capitalista assentada na exploração das pessoas. Denise Carreira (2004) enfatiza que estas características nutrem potenciais de desigualdades, sendo uma delas a de gênero. Este contexto “gera grandes impactos na vida da maioria das mulheres, aumentando a vulnerabilidade, a precariedade das condições de vida e a perda dos direitos” (CARREIRA, 2004, p. 16).

Segundo Cláudia Nogueira (2010), a construção deste cenário, nestas condições, ocorre porque o capital não ignorou a hierarquia de gênero instalada historicamente nas relações sociais construídas no processo de desenvolvimento da sociedade humana. Ao contrário, reforçou e explorou a dominação e a subordinação de gênero, com mais contundência no modo de produção capitalista. E conclui:

A intersecção do trabalho com a reprodução, na configuração capitalista, serve ao capital, não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo, mas também porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica garantem, entre outras coisas, a manutenção de “trabalhadores/as” para o mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores/as que acabam por se constituir enquanto forma de trabalho disponível para o capital (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

E nesta intersecção existem as mulheres de “carne e osso”, que fazem mais de uma jornada de trabalho por dia, pois precisam dar conta das tarefas domésticas em casa. Essas tensões e desafios para a mulher, que trabalha fora e dentro de casa, acarreta ainda debates acirrados e são fatores que impactam diretamente na vida das mulheres catadoras, segmento no qual isso ocorre sistematicamente. Muitas vezes estas mulheres, como já se fez referência em capítulos anteriores, são as únicas responsáveis pela criação de sua prole, e escolhem o trabalho como catadora por existir nele flexibilidade de horários. Isso assegura a possibilidade de cuidar das/os filhas/o, principalmente devido às necessidades de comparecer em reuniões de escola, enfrentar fila para

²⁰³ São muitos os estudos que demonstram a existência desta hierarquia. Segundo dados do DIEESE, de 2003, as mulheres recebem 65% do que recebem os homens. A Fundação Carlos Chagas (2007) reafirma esta realidade na qual as mulheres ganham um salário menor, independente do setor de atividade econômica em que estão inseridas, da posição que ocupam (como empregadas, autônomas, empregadoras ou trabalhadoras domésticas) e da jornada semanal. Somado a isso, a mesma pesquisa afirma que, embora seja verdade que quanto mais elevada é sua escolaridade, maiores são as oportunidades de alcançar melhores rendimentos para ambos os sexos. Ainda assim, este é um fator que parece se aplicar mais aos homens do que às mulheres.

vaga em creches ou escola, e ficar com elas quando adoecem. Todas estas situações eu testemunhei na minha vivência na Associação.

Fui percebendo como a realidade das catadoras também apresenta características que dialogam com as questões levantadas sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e a precarização. Desde a década de setenta esta condição foi se intensificando e se sedimentou num contexto mundial de precarização no mundo do trabalho (NOGUEIRA, 2004).

Esta precariedade não tem em sua expressão os mesmos contornos para homens e para mulheres. A precarização pode ser percebida em vários tipos de trabalho e se expressa no emprego em tempo parcial com baixos salários, nas novas estratégias das relações patroa/ão e trabalhadora/r, como subcontratações, terceirização e subempregos. Constata-se uma diferenciação entre os gêneros, em relação ao tempo do trabalho, pois “enquanto o trabalho parcial está diretamente ligado à mulher trabalhadora, o tempo integral está mais associado ao trabalho masculino” (NOGUEIRA, 2004, p.49). No caso de muitas catadoras esta diferença está atrelada à assimetria social de gênero, pois tem sido estimulada principalmente porque ainda é imposto e naturalizado que é a mulher quem deve lidar com os afazeres domésticos, incluindo o cuidado com as/os filhas/os e, algumas vezes, com as/os idosas/os da família.

A partir de 1990, a inserção feminina no mundo do trabalho foi mais significativa entre as mulheres pobres, segundo Laís Abramo (2002). Mas se, por um lado, esta inserção pode ser vista como positiva no sentido de promoção de oportunidades de emancipação destas mulheres, por outro, como alerta a autora, existem indicadores de que ela ocorreu em boa parte na idade escolar de muitas delas, o que tem gerado abandono dos estudos ou um desgaste para administrar as duas atividades (trabalho e estudo). Isto quase sempre resulta em uma qualificação mais frágil, bem como em uma grande possibilidade de assumir trabalhos do setor informal.

Como já descrito, muitas mulheres na Associação tinham baixa escolaridade. A maioria delas relatou que desde a infância exerciam alguma atividade laboral em trabalhos rurais, passando por trabalhos domésticos em casa de família - muitas vezes sem receber salário, apenas um quarto para dormir e alimentação -, até atingirem a maioridade e ir trabalhar em pequenos comércios e fábricas, ou como catadoras. Pararam de estudar muito jovens e começaram a trabalhar cedo, o que resultou em uma qualificação mais frágil. Está armada a fórmula para uma mulher se engajar em trabalhos com condições precárias.

Não são casos isolados; são resultantes de um sistema mais amplo e complexo, que exclui

ainda mais quem já é excluído a ponto de viver em situações de total precariedade. A intensa inserção da mulher no trabalho produtivo, num contexto de metamorfoses no mundo do trabalho, característica da atualidade, é interpretada por Helena Hirata (2002) como caracterizada pela precarização. A precarização pode ser entendida como uma condição que agrega ao trabalho uma situação de instabilidade, com baixa remuneração, desvalorização social, pouca possibilidade de promoção e de construção de uma carreira, e com direitos trabalhistas limitados ou inexistentes. Estas características podem estar expressas na sua totalidade ou apenas em parte. Mesmo em um contexto no qual esteja presente apenas uma dessas características, a/o trabalhadora/o já pode se encontrar em uma situação de total precarização como, por exemplo, quando não existem direitos trabalhistas.

A precarização pode ser vista, a princípio, como um fenômeno mais generalizado e que atingiu muitos países. Contudo, para Nogueira (2004, p. 87), a “precarização tem sexo”, e este é o feminino. Na concepção de Hirata (2001; 2002) as mulheres têm servido como “cobaias” para experimentações sociais - como a precarização do trabalho - justamente porque são menos protegidas pela legislação trabalhista²⁰⁴. E, como complementa Nilo Netto (2010, p. 74), nesta perspectiva é que se “articulam as situações de opressão vivenciadas pela mulher trabalhadora na esfera reprodutiva e a exploração de sua força de trabalho no campo de produção”.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu quase que impulsionada pela precariedade e isso tem plena aderência à estrutura do sistema capitalista. É neste sentido que Nogueira afirma, a partir de seu estudo, que:

[...] o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo, como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram subordinação da mulher (NOGUEIRA, 2010, p. 61).

No caso das/os catadoras/es da Associação podemos destacar alguns complicadores específicos. Trata-se de um trabalho que enfrenta problemas para se enquadrar como assalariado, já que depende a cada mês do montante de material triado e é atravessado por uma série de variáveis

²⁰⁴ Aqui penso ser necessário compreender que a afirmação de Hirata referente à legislação ocorreu há cerca de quinze anos atrás. Felizmente, nos últimos anos pudemos acompanhar que a legislação rumou para ser mais igualitária, como, por exemplo, no caso das conquistas das empregadas domésticas. Contudo, sabemos que, efetivamente, a existência de uma legislação específica não tem sido suficiente para garantir os direitos e minimizar as condições de precarização do trabalho feminino. Tudo indica que esta situação se encontra muito mais ligada a uma tradição cultural onde a mulher sempre teve um papel secundário no mercado de trabalho, por uma série de motivos apontados pelos estudos da divisão sexual do trabalho.

que acarretam fragilidades no pagamento mensal das/os associadas/os. Também é complexo pensar esta atividade como trabalho empresarial, autônomo ou coletivo. É uma nova maneira de organização do trabalho, que mesmo aquelas/es que dela participam parecem ter um entendimento limitado quanto a suas características, seus direitos e seus deveres. Portanto, ousou afirmar que no caso do meu estudo, tudo indica que é no cenário da dupla jornada - trabalho doméstico e de catadora - e da cultura de desvalorização do trabalho da mulher - e da própria mulher - que é possível compreender a situação de precarização do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis.

Se a inserção das mulheres no mundo do trabalho auxiliou na emancipação de cada uma de nós, é necessário reconhecer as outras consequências que ocorreram nesta empreitada. Concordo com Gonçalves (2011, p.09) que vislumbra ser evidente que o trabalho tem representado uma maneira de enclausurar duplamente as mulheres, posto que “são aprisionadas face à verdadeira deterioração de suas condições de trabalho e, em outro sentido, o aprisionamento advém da falta de uma redefinição de papéis entre homens e mulheres na esfera doméstica”.

O conhecimento produzido pelos estudos mencionados vai de encontro às minhas constatações na pesquisa com as mulheres com as quais convivi na Associação, e nas demais ocasiões como os eventos nos quais participei. As informações que colhi sobre as dificuldades vivenciadas em suas histórias de vida nutriram questionamentos para o desenvolvimento da pesquisa. Mas, gostaria de ressaltar que a violência, para além do espaço do trabalho, foi um aspecto que insistiu em ganhar lugar nesta tese e é o objeto de análise deste capítulo.

4.2 “Mulher aguenta tudo”: uma mirada nos estudos de gênero

Durante a pesquisa, me senti estimulada a compreender os motivos pelos quais existe nesta profissão esse grande número de mulheres. Quando perguntei à Rosinha: “Por que será que a maioria das pessoas aqui na Associação é formada por mulheres?”, ela respondeu: “Isso aqui não é para qualquer um não. Muitas vezes homem não aguenta o tranco. E ainda, às vezes homem tem vergonha de trabalhar com lixo. Mulher aguenta, aguenta de tudo nessa vida, não tem frescura. Tem que aguentar né, por causa dos filhos!”²⁰⁵.

²⁰⁵ Caderno de campo 05/06/2014.

Na análise aqui proposta, esta percepção da catadora encontra-se vinculada a uma expressão que foi recorrente na pesquisa. Muitas mulheres, ao relatarem episódios mais tristes de sua história de vida, inseriam em sua fala expressões que podem ser assim sintetizadas: “eu fui tratada como lixo” ou, “eu me senti como um lixo”.

Deste modo, considerando os estudos que apontam as diversas formas de segregação histórica das mulheres, aqui se refletiu sobre as articulações entre estes depoimentos: aqueles que definem que “mulher aguenta”, e os outros, nos quais as catadoras se identificam com o lixo - o fato de trabalharem como catadoras de materiais recicláveis, e a condição de corpo abjeto na qual estão socialmente inseridas.

De um lado, parte-se do depoimento que abaliza que a existência de uma maioria de mulheres na atividade da Associação se justificaria porque, diante das adversidades atualmente inerentes à labuta da catação, as mulheres teriam um perfil mais adequado para suportar tais condições já que “mulher aguenta tudo”. De outro, são apresentadas as histórias das catadoras que evidenciam que estas mulheres, de fato, “aguentaram” intensos sofrimentos e violências em diferentes momentos de suas vidas, quase sempre provocados por homens com os quais mantinham alguma relação afetiva e de proximidade. Estas histórias as conduzem a escolherem como representação destas situações a metáfora de ser tratada ou de se sentir como um lixo.

O “corpo lixo” destas mulheres, já identificado nos estudos que fiz na área de dança - que realizei anteriormente e já fiz referência, e que nesta tese estão presentes de modo complementar na abordagem do corpo abjeto - foi assim lapidado a custo de intensos e diversificados sofrimentos e privações. São trajetórias de vida marcadas pela abjeção, que acarretaram a produção de estratégias de sobrevivência. Nas histórias que foram contadas desvelou-se que estas catadoras são corpos abjetos, também porque são mulheres, e sofrem as violentas segregações advindas de características já amplamente debatidas pela literatura dos estudos de gênero.

Embora não seja a proposta deste capítulo aprofundar o escopo teórico, vale traçar algumas considerações para, em seguida, analisar as informações da pesquisa de campo. Interessa, por exemplo, a compilação feita por Lourdes Maria Bandeira (2014), na qual ratifica que os estudos

que propõem explicar sobre a violência de gênero e a violência doméstica²⁰⁶, embora apresentem uma diversidade de explicações, podem ser resumidos em algumas linhas de indagações que demonstram as tendências que perpassam a realidade de muitas mulheres. São elas:

- a) a hegemonia do poder masculino, que permeia as relações entre homens e mulheres;
- b) a condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero;
- c) a reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis a ambos atribuídos por meio da construção social da violência;
- d) a existência disseminada e, ao mesmo tempo invisível, das violências nas relações familiares e sociais; e, por fim,
- e) a presença das dissimetrias organizadoras das normas e regras sociais em relação aos comportamentos de homens e mulheres (BANDEIRA, 2014, p. 455).²⁰⁷

Os relatos das mulheres catadoras sempre remetiam a questões deste âmbito, já elencadas por tantas autoras²⁰⁸. Isso acontecia quando alguma catadora relatava um abandono do pai ou do marido, uma violência física projetada por um homem com quem mantinha relações afetivas, algum abuso sexual, ou qualquer outro tipo de humilhação recebida de um homem com quem se relacionava. Todas essas situações atualizavam, com intensidade, as tantas histórias cotidianas que naturalizam e reforçam estes discursos e práticas de poder do homem sobre a mulher, bem como as leituras de autoras que denunciam e refletem sobre as segregações que ainda incidem sobre as mulheres.

“Meu pai nunca gostou de mim, por isso me amarrava no pé da mesa”. “Meu marido me jogou de cabeça na grade do portão e eu desmaiei”. Ou: “Ele encaiffou que eu estou traindo ele e disse que vai me matar”. Foram todas falas que expressavam, na voz das catadoras, desprezo, humilhação e agressão. Esta conduta era projetada por homens com quem mantinham alguma relação afetiva e conduziam à reflexão sobre esta realidade na perspectiva dos estudos de gênero e da violência contra a mulher.

²⁰⁶ Lia Zanotta Machado (2010, p. 96) delinea a violência de gênero e a violência doméstica como aquelas dadas dentro das relações interpessoais, a partir da disputa pela “ressignificação das posições de gênero no interior do espaço privado”. A autora esclarece que se trata de uma violência que engloba não só noções de relações de poder desiguais, onde ocorre disputa pelos termos do contrato conjugal, mas também relações de amor, afetividade, sexualidade, paixão. Estou ciente dos diversos debates sobre a utilização destas expressões; contudo, penso que aqui não caberia abrir uma discussão sobre estas questões.

²⁰⁷ A autora assume que este é um recorte que traz boa parte dos argumentos, mas que não pretende esgotar tais indagações. E esclarece: “É certo que essas linhas de abordagem não representam a maioria das/os autoras/es que trabalham com as várias classificações realizadas nas pesquisas de violência contra as mulheres, na perspectiva de gênero e feminista.” (BANDEIRA, 2014, p. 455).

²⁰⁸ Uso “autoras”, no feminino, porque as referências aqui tomadas para discutir estas questões são apenas de mulheres.

Embora estas narrativas tenham sido encaradas por mim como histórias de dor tão íntimas e únicas, concomitantemente, foram entendidas como articuladas à cultura coletiva que sustenta estas práticas violentas. As histórias narradas constituíram uma representação nua e crua, explícita e sem muitas dissimulações, de vários problemas apontados pelas estudiosas que tratam da histórica segregação das mulheres e que culmina em atos de violência.

Antes de adentrar nestas histórias faz-se necessário um oportuno enunciado sobre os homens catadores.

4.3 Um adendo sobre os homens catadores

Cabe acentuar que na abordagem da presente tese, como já se falou anteriormente, os homens catadores de materiais recicláveis, assim como as mulheres, estão no espaço da abjeção porque habitam as zonas inóspitas da existência social, por materializarem um corpo ininteligível que incomoda ao borrar as fronteiras das normas - especialmente aquelas referentes à ordem e à higiene -, por sobreviverem daquilo que restou e que não teria mais valor, produzindo vida onde se supõe existir apenas restos.

Relembro que no período de maior intensidade da pesquisa de campo a Associação era composta por doze mulheres catadoras e cinco homens. Sobre estes homens é preciso mencionar que quatro possuíam algumas marcações sociais que designavam a atividade de catador como aquela possível de assumir diante de restritas opções. Assim, as marcações que traziam se tornaram dificultosas e impeditivas para assumir outras profissões. Envolviam idade avançada, somada a limitações de saúde, passagem em algum momento da vida por prisão, uso de drogas e alcoolismo. Tal qual o material de seu trabalho, a catação foi o que restou para estes homens.

Rosinha²⁰⁹ algumas vezes justificou que estava consentindo que determinado homem ingressasse como catador na Associação, mesmo ciente de seus “problemas”, porque “se ele não trabalhar aqui onde que vai conseguir emprego? A gente tem que dar uma chance para a pessoa; ninguém aceita homem com este tipo de problema”²¹⁰. Ela avaliava que diante da história pessoal, das condições de saúde e dos hábitos envolvendo vícios destes homens, teriam dificuldade em

²⁰⁹ Era Rosinha que, devido à liderança que assumia no local, quase sempre tomava a frente em decidir quem seria admitido para trabalhar na Associação.

²¹⁰ Caderno de campo 27/10/2014.

serem admitidos em outros postos de trabalho.

Ser catadora e/ou catador de materiais recicláveis significa existir no local social dos corpos abjetos, sendo que neste ambiente existem aquelas pessoas que são marcadas com traços mais intensos pela abjeção, característica que irá incidir em algumas variações de acordo com o contexto no qual a pessoa está inserida²¹¹. Portanto, reforço que no caso dos homens que trabalhavam na Associação, trata-se de situações nas quais o trabalho de catação representa, muitas vezes, a opção laboral que resta para estas pessoas.

As informações apresentadas, relativas aos homens da Associação, corroboram com as conclusões de Rosinha, que apregoa de que este trabalho “não é qualquer um que aguenta” e que alguns homens têm vergonha de trabalhar com lixo. Estes homens estão ali, muitas vezes, porque não existem outras opções plausíveis. Diante da premência da sobrevivência se veem compelidos a aguentar as condições e o *status* social que o trabalho da catação ainda possui, vinculadas à precariedade, a preconceitos e a estigmas. “Tem homem que vai ao banco pegar dinheiro e mente, não diz que é catador, tem vergonha”²¹², complementa Rosinha, lembrando que socialmente existe uma depreciação quanto ao valor deste trabalho.

Durante os eventos, presenciei diversas vezes catadoras e catadores do Movimento Nacional dos Catadores denunciarem esta concepção negativa que circula socialmente, e apontarem para a necessidade de transformação desta imagem da/os catadora/r. “Nosso trabalho precisa ser valorizado!”²¹³ era um apelo que amiúde denunciava seu inverso, a percepção de ser uma atividade laboral que vinha sendo desvalorizada. “A sociedade acha que a gente é mendigo, que é ladrão, que é vagabundo. Mas o nosso trabalho é digno, não estamos roubando, nem matando, estamos trabalhando para dar de comer para nossos filhos!”²¹⁴ Este era outro comentário recorrente nos eventos. Deste modo, também para o MNCR ser catadora/r envolve carregar este estigma, esta marca social de assumir uma atividade profissional interpelada por preconceitos.

Na realidade pesquisada na Associação foi possível identificar que a maioria dos homens que ali trabalham resguardam as marcações acima citadas. Aquele espaço de trabalho representa

²¹¹ Por exemplo, dentro de um presídio a marca de já ter passado pela prisão não tem a mesma força de demarcação da abjeção que tem para uma pessoa à procura de um trabalho.

²¹² Caderno de campo 05/06/2014.

²¹³ Caderno de campo 02/12/2013, 15/08/2014 e 03/12/2014.

²¹⁴ Caderno de campo 02/12/2013.

um dos poucos que abriga essas pessoas, que procuram alguma atividade para gerar seu sustento e o de sua família, mas que possuem alguma restrição que delimita o número de possibilidades de postos de trabalho. Tal constatação vem a corroborar com a reflexão que proponho nesta sessão, pois vai de encontro à ideia de que este não é um trabalho para qualquer um ou qualquer uma. Para estas pessoas é o trabalho possível, no qual é necessário “aguentar” as condições adversas devido ao número restrito de opções.

Para pensar a condição destas mulheres e destes homens como uma zona social de abjeção radical, e sua relação com o fato de trabalharem como catadoras/es, recorro à reflexão de Adrián Scribano (2007), que elaborou uma concepção crítica do trabalho no capitalismo e que tem aderência com a interpretação aqui conduzida.

O autor afirma que o capitalismo produz e recria dispositivos no mundo do trabalho, os quais regulam as sensações e as emoções dos sujeitos, o que torna “suportáveis” as condições de vida evitando que um elevado grau de conflitos ponha em perigo o sistema. A interpretação de Scribano (2007) vai de encontro à ideia de “aguentar”, oriunda da pesquisa de campo e que vem sendo aqui exposta, utilizando uma palavra com significado análogo – “suportar”²¹⁵. Nesta abordagem, o pressuposto é de que existem condições sociais, políticas e econômicas mais amplas que geram e sustentam estas subjetividades, que se fazem presentes, segundo o autor, no campo das emoções e do próprio corpo.

Dos dispositivos anunciados por Scribano (2007), vislumbro os discursos e as práticas que têm amparado um poder dos homens sobre as mulheres, transformando-se em um dos pilares que sustentam a estrutura do capitalismo. São dispositivos que forjam, impõem e naturalizam a noção que nos ensina que as mulheres “aguentam tudo”.

Aguentar a dura realidade do mundo da catação, no caso das/os catadoras/es pesquisadas/os, envolve, pelos menos, duas frentes. Uma, advém da materialidade dos lixos que chegam à Associação e que imprimem dificuldades e desafios aos seus corpos. A outra emana destas materialidades, num compasso mais subjetivo. Diz respeito aos significados de trabalhar num ambiente inóspito e lidando com os restos de outras pessoas. Conformam uma resistência, que se articula aos aspectos de âmbito tanto macro – relativo, por exemplo, ao sistema capitalista – quanto

²¹⁵ Do original em espanhol “soportable”, que pode, inclusive, considerando seu verbo correspondente em espanhol “soportar”, ser traduzido por “aguentar”, como sinônimo.

micro, como se verá ao conhecer as histórias de vida de algumas catadoras.

Realizado o cabível adendo sobre a realidade dos homens na Associação, retomo o enfoque principal deste capítulo: as reflexões sobre os relatos das mulheres catadoras.

4.4 As mulheres e a histórica violência de gênero

O poder instituído dos homens sobre as mulheres tem sido discutido a partir de diversas óticas, de acordo com o contexto cultural e histórico, com as abordagens teóricas e com as lutas políticas de cada grupo e época. Situam-se aqui as denúncias e as reflexões de diferentes estudos e dos movimentos sociais que questionaram esse poder masculino sobre as mulheres e buscaram igualdade de direitos, dentre eles aqueles relativos às relações de gênero e aqueles que escolhem pensar esta relação a partir da referência nomeada como patriarcado. Além disso, como abordado anteriormente, existem outros mais específicos sobre a divisão sexual do trabalho, articulados quase sempre aos diferentes movimentos feministas.

Ciente dos vários debates sobre a utilização e o manejo destes termos e abordagens²¹⁶, como encontrado no texto de Lia Zanotta Machado (2000)²¹⁷, não considero relevante abrir aqui um debate sobre qual seria o mais “válido” ou “útil” para a análise que faço. Avanço na discussão, sem abandonar a compreensão de que se tratam de abordagens que podem ser utilizadas de acordo com a temática e o enfoque de cada pesquisadora/r.

O que interessa aqui é reter aquilo que estes estudos têm em comum com esta investigação, a saber: a ideia de que em diferentes culturas e tempos históricos foram atribuídas, aos homens e às mulheres, condutas distintas, com valores também distintos, que resultaram em posicionamentos

²¹⁶ Sabe-se que na literatura do feminismo existe um debate amplo, que na contemporaneidade passou a incorporar uma vasta matriz de discursos diversificados. Este processo histórico resultou na estruturação de uma variedade de feminismos, com convergências e divergências. Boas referências podem ser encontradas nos artigos de Claudia de Lima Costa (2002) e de Gabriela Hita (2002).

²¹⁷ O artigo a que me refiro é “Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?”, no qual Machado propõe apresentar uma resposta no interior de um debate, que é intelectual, analítico e político, sobre a utilização do conceito de gênero e também sobre a ideia de patriarcado. Outro debate interessante encontra-se no artigo de Wânia Pasinato (2011), “Feminicídios e as mortes de mulheres no Brasil”. Ao refletir sobre o crescente interesse na categoria “feminicídio” para análises sobre as mortes de mulheres na América Latina, e seu emprego para o caso brasileiro, a autora apresenta contundentes argumentos sobre a generalização e universalização que o uso do conceito de patriarcado pode gerar, reivindicando que se fuja das possibilidades que “homoginizam” com as discussões sobre as especificidades de gênero e sua interseccionalidade com outros marcadores sociais.

hierárquicos. Dolores Juliano, em recente entrevista à Juliana Przybysz (2016), traz um bom resumo sobre esta discussão, a qual vem de encontro à reflexão aqui desenvolvida.

Segundo Dolores, as diferentes condutas atribuídas aos homens e às mulheres variam sensivelmente em cada sociedade, o que demonstra que não correspondem a características biológicas, mas a construções culturais. Estas construções culturais vão sendo naturalizadas, o que conduz cada sociedade a interpretar que “suas relações internas e, entre elas, os modelos de gênero, são normais, naturais, não necessitam ser questionados porque não se desprendem da natureza quando, na realidade, em todos os casos são arbitrários culturais, são construções” (PRZYBYSZ, 2016, p. 155). A antropóloga conclui lembrando que na maioria das culturas as tarefas destinadas aos homens acabam tendo maior mérito, maior poder, maior prestígio do que aquelas destinadas às mulheres. Evidencia-se aqui um ponto de encontro com as concepções já explicitadas sobre a divisão sexual do trabalho, desenvolvidas por Helena Hirata (2001; 2002; 2007; 2010).

Adriana Piscitelli (2002) complementa esta síntese ao lembrar que tanto os estudos de gênero como os movimentos feministas de diversos períodos apresentam suas particularidades e divergências, e convergem em alguns aspectos.

As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado (PISCITELLI, 2002, p.02).

Este é um pressuposto importante para esta tese. A subordinação feminina é assumida como ainda presente em nossa sociedade, contudo, não se trata de algo dado, inquestionável e imutável. Ainda que se saiba que existem alguns espaços sociais com maior flexibilidade nas formas de se ser mulher - ou homem, ou outra qualquer denominação mais fluida de gênero - e que se sucederam conquistas importantes de vários movimentos sociais, a divisão social que regula os gêneros permanece atuante em nossa sociedade e demarcou seu recinto na realidade da pesquisa de campo.

Encontram-se atuantes modelos do que pode ser considerado dentro de uma “normalidade” que, por sua vez, estabelecem limites que segregam as mulheres. Mesmo quando a mulher já está no mercado de trabalho, frequentemente isto ocorre em condições precárias, além de ainda caber predominantemente a ela ser responsável pelo cuidado dos afazeres domésticos, abrangendo os cuidados com as filhas e os filhos (HIRATA, 2009; NOGUEIRA, 2004). Essa é uma realidade que

tem se replicado na vida das mulheres catadoras.

Deste modo, a realidade das mulheres catadoras, além de todas as características já elencadas, que as conformam numa condição social de abjeção, reivindicou alguns questionamentos específicos. Inicialmente pelo fato delas comporem a maioria e, no desenvolvimento da pesquisa, por reunirem muitas histórias de vida carregadas pela violência de gênero. Ser catadora e mulher significa ser considerada como um corpo abjeto, guarnecido de uma carga a mais de abjeção devido ao fato de ser considerada mulher²¹⁸.

As mulheres aguentam mais, aguentam estar no meio do lixo, trabalhar em condições inóspitas, como me disse Rosinha, porque como mulher e como homem cada uma/um de nós aprende, reforça e naturaliza comportamentos que se enquadram nestas características. E Rosinha sabe das coisas ao atrelar à capacidade de “aguentar” da mulher a realidade de ter que cuidar das/os filhas/os.

As catadoras que participaram desta pesquisa confirmaram que os números apontados sobre as mulheres “chefe de famílias” no Brasil vão muito além das estatísticas, pois revelam uma realidade composta por tramas complexas. Os impactos relativos a esta situação são intensos em seu cotidiano, na intimidade dos lares e nas escolhas pessoais destas mulheres.

O “relatório anual socioeconômico da mulher” (BRASIL, 2015), organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, veiculou que em quase 38% dos domicílios a “pessoa de referência”

²¹⁸ A escolha da expressão “ser considerada mulher” é proposital e aborda uma indagação que aqui não será possível desenvolver. Em consonância com os debates que questionam qual abordagem de “mulher” está presente nos estudos de gênero, naqueles sobre patriarcado, ou nos próprios estudos das “mulheres”, este estudo se identifica com as problematizações feitas por Judith Butler, no questionamento que faz da categoria gênero, principalmente naquilo que ela entende como uma possível fluidez e plasticidade performática, nas denominações de “masculino”, “feminino”, “homem”, “mulher”, reivindicando um questionamento tanto teórico como político a respeito deste binarismo. Se adoto aqui uma perspectiva binária, abordando os homens e as mulheres, é porque entendo que na realidade pesquisada estas demarcações estão bem estabelecidas e, portanto, esta classificação entre homens e mulheres funciona bem para a análise. Outra reflexão é a que discute no campo de pesquisa como este binarismo, presente na realidade, é um dispositivo de poder, refletindo como poderiam se configurar outras estratégias de relação entre as pessoas, numa perspectiva mais igualitária e que respeitasse as diferenças; uma perspectiva na qual as pessoas não precisassem apoiar suas identidades nestas classificações binárias. Uma excelente referência sobre a temática pode ser conferida nas obras de Leticia Lanz, em sua dissertação de mestrado “O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero”. Disponível em <http://www.leticialanz.org/wrdp/wp-content/uploads/2014/10/Let%20C3%ADcia-Lanz-O-corpo-da-roupa-vers%20C3%A3o-final-05-10-14.pdf> e seu livro “O Corpo da Roupa: Uma introdução aos Estudos Transgêneros”, da editora Transgente.

- pessoa responsável pelo domicílio ou assim considerada por seus membros²¹⁹- era mulher. Entre essas famílias com “pessoa de referência” do sexo feminino, 42,7% eram compostas por mulheres sem cônjuge, e com filhas/os. Quando se observam estes dados na parcela de famílias que tem como “pessoa de referência” alguém do sexo masculino, este percentual chega somente a 3,5% das famílias.

Assim sendo, embora minoria entre as pessoas de referência (38%), segundo o relatório as mulheres ocupam um maior número entre as famílias sem cônjuge e com filhas/os. Este panorama brasileiro elucida a divisão desigual do cuidado com dependentes entre mulheres e homens. O peso nesta balança pende vertiginosamente para as mulheres devido ao papel social a elas atribuído.

Conheci diversas catadoras que se enquadram neste percentual, criando suas/eus filhas/os sem a presença do pai, em grande parte sem sua participação na educação, no cuidado cotidiano e nas despesas. Quando indagadas sobre esta circunstância, e se elas têm a pretensão de pleitear que o progenitor venha a cumprir com sua obrigação legal de, pelo menos, arcar com parte das despesas das/os filhas/os, a resposta que recebi de três catadoras revela-se sintomática. Elas argumentam que não desejam tomar esta atitude porque querem “manter distância” de seu antigo companheiro. Alegam que “eu sofri muito”, “ele me batia”, “melhor ele ficar longe, eu me viro”²²⁰, relatando casos de violência que sofreram.

Constata-se que esta tem sido uma responsabilidade assumida pelas mulheres num contexto que apresenta elos de uma complexa teia, com raízes que se espraiam e se nutrem de concepções historicamente assentadas em nossa sociedade. É uma situação exemplar de como se expressam as relações de gênero no mundo das catadoras. Tendo em conta que são tão complexos e numerosos os fatores, algumas destas questões são trazidas à tona a partir dos relatos colhidos na pesquisa de campo, na medida das possibilidades e dos limites deste estudo.

A reflexão que se faz a seguir apoia-se nas concepções teóricas e nos dados que trazem a

²¹⁹ Parece existir uma tendência recente, nestes estudos, em dar preferência à expressão “pessoa de referência”, mais do que “chefe de família”, embora eu não tenha encontrado uma bibliografia específica sobre esta tendência. Penso que isso vem ocorrendo devido aos significados que a palavra “chefe” deve evocar, pois se trata de uma expressão munida de uma carga grande da força masculina na família tradicional.

²²⁰ Este depoimento, assim como os demais que estão presentes no decorrer da análise deste capítulo foram extraídos do meu caderno de campo, ou fazem parte das entrevistas que realizei. Contudo, neste capítulo, não especifiquei a data quando trato de temas que possam expor as pessoas, para que não seja identificada a fonte de origem. Isso foi aplicado tanto em relação aos eventos, quanto à pesquisa de campo na Associação.

claro que as mulheres persistem ingressando no mundo do trabalho ainda de modo marcado pela segregação e pela hierarquia de gênero. Neste contexto, as catadoras de materiais recicláveis, marcadas como mulheres alocadas socialmente como corpos abjetos, estão plenamente adequadas a assumirem um trabalho que persiste em ser caracterizado pela precariedade, por condições inóspitas e indignas. Um trabalho que poucas pessoas “aguentam”.

4.5 “Eu fui tratada como lixo”: do lixo emocional ao lixo material

Dezessete mulheres participaram da oficina de “Dança no combate à violência contra as mulheres” que foi ministrada²²¹ durante o “4º Encontro Nacional de Mulheres Catadoras”, em dezembro de 2013. Depois de contextualizar a temática da oficina, se fez um momento de introspecção e sensibilização corporal, propondo-se às participantes que se colocassem em duplas, uma de frente para a outra. Nesta posição foi sugerido que uma relatasse para a outra, de forma breve, algum episódio de violência de um homem contra uma mulher que tivessem presenciado ou vivido pessoalmente. As catadoras foram orientadas para que compartilhassem apenas as histórias que as deixassem à vontade para relatarem; não precisariam citar nomes ou identificar de quem estavam falando, e que se alguma não desejasse falar, esse direito seria resguardado.

Nenhuma mulher calou. Todas tinham histórias para compartilhar. A sala foi preenchida por suas vozes e foi bonito testemunhar o ato do ouvir atento e solidário entre elas. E, quanto mais ouviam as colegas mais se lembravam de outras histórias. Meu corpo reverberava mobilizado com tantas memórias que circulam constantemente na nossa sociedade, às vezes pronunciadas, outras vezes silenciadas, mas sempre, sempre embebidas de dor. Construiu-se, entre todas as mulheres ali presentes, uma cumplicidade e uma solidariedade que tocou o campo dos afetos e das emoções, e que permitiram estabelecer um vínculo comovente que nos acompanhou nos momentos que se seguiram.

Dezesseis mulheres declararam que já haviam sofrido algum tipo violência praticada por seu parceiro. A única catadora que declarou que não tinha passado por uma situação semelhante fez questão de proclamar em voz audível para o grupo todo: “Em mim nunca ninguém meteu a mão, porque eu vi meu pai batendo muito na minha mãe. Vi minha mãe sofrendo, então eu não deixo que façam em mim”. Demonstrou, desta forma, que a violência de um homem em relação a

²²¹ Lecionei esta oficina juntamente com Valleska Zych.

uma mulher fez parte da sua história, na intimidade da sua casa, durante a infância. E que, diante da experiência familiar vivenciada, se propôs uma espécie de superação a esta prática social violenta em sua vida pessoal.

Nos dois dias de oficina, aos poucos estas mulheres foram se abrindo ainda mais. Durante três dias permanecemos hospedadas todas num mesmo alojamento, o que gerou oportunidades de convivemos em outros momentos, além das três horas matinais de oficina. Eu me juntava com algumas para almoçar no refeitório, outras se direcionavam à minha mesa no café da manhã, sentávamos perto durante as palestras do evento. E a conversa se desenrolava nestes momentos mais informais. Algumas mulheres demonstraram uma especial afeição pela proposta que desenvolvemos na oficina e manifestaram um desejo de serem ouvidas, de relatarem suas histórias, de expressar sua dor, para além do limite da oficina.

Estas histórias não diferiam significativamente de algumas conhecidas na pesquisa anterior com catadoras/es, e nem daquelas que eu iria ouvir na convivência na Associação. Ao contrário, na diversidade de traçados e nuances das condutas violentas que haviam sido direcionadas a cada uma delas, convergiam pontos em comum, sobretudo em relação a uma estrutura social que sustenta estas práticas violentas.

O corpo lixo da mulher catadora já havia sido dançado revisitando estas violências em “Catadoras de si: o que você faz com seu lixo?”. Especialmente a personagem Maria Rita carregava a dor de seu companheiro ter projetado contra ela tanta violência verbal como física. Eram conteúdos que brotaram no corpo das bailarinas em decorrência de dados de campo que já haviam se sobressaído. Já havíamos escutado muitas histórias de mulheres catadoras agredidas por seus parceiros.

Na pesquisa do doutorado, esta oficina e seus desdobramentos foram uma porta de entrada para a experiência do campo, para estas histórias de violência, e que reverberam no ano seguinte nas histórias de vida de outras catadoras na Associação.

...

Zefa

Fiz café e fui buscar água. Ouvi um grito, fui ver o que era. Era Odete brigando com seu companheiro. Ela dizia:

- Dona Carolina, vai chamar a polícia!

Eu lhe aconselhava para ficar quieta:

- Odete, você está grávida!

E eles estavam atacadados. Eu já estou na favela há 11 anos e tenho nojo de presenciar estas cenas. A Odete estava semi nua, com os seios à mostra (JESUS, 2007, p. 77)

Zefa tem um jeito leve de levar a vida, ela ri fartamente, brinca com os outros, não gosta de cara amarrada. Não entra nas discussões que ocorrem na cooperativa²²² de catadoras/es onde trabalha. Quando pergunto sobre detalhes da organização do local onde trabalha, sobre problemas nas relações entre as/os cooperativadas/os, demonstra desgostar deste assunto: “Ah eu faço meu trabalho, não gosto dessas coisas. O que é que adianta ficar discutindo, depois volta tudo como era antes?”. Esta foi uma catadora que se aproximou afetuosamente de mim, demonstrava carinho e dizia que me via como uma amiga. Eu também gostava de papear com ela. O clima afetivo foi gerando condições para Zefa narrar passagens de sua vida tão cheia de dificuldades.

Ela foi casada três vezes. O primeiro marido²²³

[...] batia em mim, mas até que era bom para mim. A gente se gostava, né, mas quando ele bebia ficava com muito ciúme, inventava coisa, dizia que eu tinha outro homem, batia em mim, xingava, me chamava de vagabunda. Eu andava sempre com uns roxos, tinha que disfarçar. Trabalhava como doméstica em casa de família sabe. Tinha que chegar lá tapando os machucados. Eu sofri com ele; você gostar de uma pessoa e ela te tratar assim, me tratou que nem lixo. Tinha vezes que eu achava que ele ia me matar. Sei que depois ele aprontou lá na vila e pegaram ele. Foi feio, menina. Eu vi. Ele levou onze tiros, assim no meio da rua, eu vi ele caindo. As costas dele ficaram toda despedaçada. Coitado. Foi quando acabou meu sofrimento. Mas ele fez uma coisa boa para mim, minha casa eu tenho porque ele comprou, ele deixou para mim e para nossos cinco filhos. Eu não pago aluguel porque ele colocou a casa no meu nome, graças a Deus.

A relação afetiva descrita é narrada como interpelada pelas agressões. Estas são motivadas pelo ciúme, pois o marido a agredia fisicamente, impelido pela ideia de que Zefa estaria tendo um caso com outro homem, segundo ela estimulado também pelo estado de embriaguez em que vivia. O sofrimento acaba com a morte trágica do marido, que gera tanto um sentimento de lástima –

²²² Neste capítulo, utilizei “cooperativa” como termo genérico para designar o local de trabalho das catadoras, como forma de manter o sigilo das informações.

²²³ As expressões “casado”, “marido” e “esposa”, e suas derivações, seguem aqui a classificação das/os próprias/os catadoras/es, alcunhados estes termos quando me refiro àqueles casais que moram juntos e estabeleceram algum tipo de relação afetiva, tendo ou não formalizado sua relação.

“Coitado” – quanto de alívio – “Foi quando acabou meu sofrimento”.

Trata-se de um “roteiro” que se repetiu em diversas narrativas das catadoras, com suas devidas particularidades e variações. Apresenta três aspectos que vêm sendo debatidos pelos movimentos feministas e pela literatura acadêmica. Estes aspectos são pensados como motivadores de violências, que têm sido dirigidas por homens às mulheres, quase sempre em relações afetivas. São eles: o impulso que as drogas e as bebidas alcoólicas ocasionariam para a prática da agressão, a ideia de defesa da honra masculina ferida, e, articulado a este último, um imperativo de manter um domínio do masculino sobre o feminino através da violência.

Estes aspectos estão presentes em estudos como “Família, fofoca e honra” de Cláudia Fonseca (2000), “Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade” de Lia Zanotta Machado (1998) e “A honra dos ‘homens de bem’: uma análise da questão da honra masculina em processos criminais de violência contra mulheres em Fortaleza (1920-1940)”, de Noelia Alves de Sousa (2010)²²⁴.

Mesmo seu objeto de pesquisa apresentando uma distância temporal, o estudo de Sousa contém noções de honra que interessam aqui. Na verdade, é justamente este distanciamento no tempo que torna ainda mais instigantes as noções trazidas pela autora. Isso porque Sousa (2010) ratifica que noções presentes num nordeste brasileiro da década de vinte a quarenta do século passado persistem atuantes na sociedade brasileira contemporânea.

A “honra masculina manchada”²²⁵, sobre a qual reflete Sousa (2010), ainda clama por um espaço social de prática da violência contra a mulher. Este espaço pretende não estar subordinado a nenhum tipo de lei, semelhante ao cenário que a autora averiguou sobre o período abordado em sua pesquisa. Em defesa desta tal honra é “que milhares de mulheres foram assassinadas, agredidas, espancadas, humilhadas, sendo que seus assassinos e agressores acabaram impunes pela justiça e pela sociedade” (SOUSA, 2010, p. 156).

Os atos violentos, nestes casos, são parcialmente apoiados pelo senso comum (FONSECA,

²²⁴ Evidentemente (e felizmente) existem muitos outros estudos sobre esta temática. Cito apenas estes três por considerar que fornecem uma boa articulação com a realidade da minha pesquisa de campo. Outros estudos serão somados às reflexões ao longo do texto, de acordo com a demanda dos conteúdos.

²²⁵ É a própria autora que traz um significado genérico advindo de um dicionário de honra, que assim a define: “[...] como bom nome, fama, distinção, dignidade (BUENO, 1991 apud Souza, 2010, p. 156)”. BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Fename, 1991.

2000; MACHADO, 1998), uma vez que podem ser vistos como situações nas quais o homem, estimulado pela afirmação de sua virilidade, “perde a cabeça”, sobretudo quando “está drogado” (MACHADO, 1998).

Esta autorização para um homem agredir uma mulher também veicula e está atrelada ao significado de ser atribuído a este corpo um valor menosprezado. Zefa relata que se sentiu tratada como lixo. O corpo desta mulher tratado como lixo pode ser entendido como aquilo que já não serve mais para nada, não tem valor, a coisa que foi descartada, desprezível. É um corpo que sofre abjeção.

Apesar das agressões físicas e verbais que o marido direcionou a ela, considera relevante o fato dele ter deixado uma casa em seu nome. Devemos considerar uma questão de ordem mais prática, no que diz respeito a esta herança do marido, no sentido de que na condição socioeconômica destas pessoas, possuir um imóvel próprio é muito importante. Contudo, questiono se aqui estaria se pronunciando o papel instituído historicamente do homem como provedor, construindo um nexos num delineamento no seguinte sentido: “ele batia em mim, mas pelo menos cumpriu seu papel de provedor, me deixou a casa própria”. Este dado corrobora com aqueles advindos da pesquisa de Cláudia Fonseca (2000). Ao apresentar uma fala de uma participante na pesquisa, esta vem a expressar uma condição inversa, que alude ao mesmo nexos revelado por Zefa: “Para que serve um marido bacana se a gente morre de fome?” (FONSECA, 2000, p. 17). A autora salienta que, em sua pesquisa, percebeu ainda atuante o papel de provedor atribuído ao marido, que deve sustentar materialmente a mulher e os filhos.

Do segundo marido Zefa nada falou. Do terceiro, e atual companheiro, conta que está com ele há muito tempo, mais de quinze anos. Pergunto se ele é bom para ela. Responde afirmativamente. Diz que nunca levantou a voz ou a mão para ela e explica: “a gente discute, mas se acerta rapidinho, só na conversa”. O marido adotou as/os filhas/os dela “como se fossem dele”, trata elas/es com muito amor. Nunca comentou nada sobre não serem filhas/os “de sangue” dele.

Entretanto, apesar de tantos aspectos positivos descritos, nos últimos tempos algo diferente aconteceu. Ela relata que “está vivendo um inferno”, pois o marido recebeu alguns bilhetes anônimos que acusavam Zefa de estar tendo um caso amoroso com outro homem, Orlando, um parente distante da família.

Mais de dez anos de casada, eu nunca aprontei. Meu marido, de uma hora para outra, mudou, não reconheço ele. Minha palavra não vale nada, só o que os outros dizem. Isso me magoou. Ameaçou pegar uma arma, me matar e matar o Orlando. Daí eu fiquei muito nervosa. Só penso nisso dia e noite. Os colegas da cooperativa já disseram que eu estou esquisita, que não tenho mais aquele jeito alegre, sempre brincando com o pessoal. O Orlando é nosso amigo há muitos anos, parente, casado, sempre conversava com meu marido, ajudou a gente quando a gente passou por necessidade.

A angústia brotava de sua expressão ao me relatar esta situação. A mágoa vem da percepção de que sua “palavra” não tem valor suficiente para comprovar que não está tendo um “caso” com outro homem, em contrapartida a um bilhete anônimo. Isso leva à compreensão de que este bilhete reverbera com um imaginário social no que se refere às relações possíveis e passíveis entre um homem e uma mulher. De encontro a isso ela me relatou que o marido argumentou que “não existe esse negócio de amizade entre homem e mulher. Impossível, o homem sempre quer uma coisa a mais”.

O bilhete anônimo não designa sua autoria específica, mas tem apoio na autoria coletiva dos discursos que circulam sobre estas relações. Estimulou vir à tona algumas referências sociais que circulam e se incorporam em nós. No mínimo duas aqui se pronunciam.

Uma primeira, que se apoia na ideia de que entre um homem e uma mulher sempre haverá um interesse por uma conexão com caráter de interesse sexual, sobretudo do homem que investe para conquistar a possibilidade de alguma relação mais íntima e sexual com a mulher, e que isso representa algo “incontrolável” para o homem. Essa noção inclui o julgamento de que um homem que venha a contrastar com este perfil não seria homem “suficiente”, sua masculinidade é questionada. Nesta ótica, o homem deve expressar sua virilidade, um dos valores que o afirmam socialmente como masculino, “pela conquista sexual das mulheres” (FONSECA, 2000, p. 15).

Esta concepção apresenta os traços do que os homens entrevistados por Lia Machado (1998, p. 237) nomearam de “fraqueza masculina” frente à mulher, e de “tentação” que uma mulher pode representar. Inclusive resistir a esta “tentação” pode pôr em jogo a “natureza viril” e a “capacidade de conquista” do homem em questão. Põe em jogo se este homem é “macho”. Ao homem é designada a função de tomar a iniciativa, até mesmo diante de um “não”, proferido pela mulher. São situações nas quais incide a ideia “de ‘macho’ no campo da sexualidade, centrada no lugar simbólico do masculino como o lugar da iniciativa, que parece fundar a crença da ideia de ‘macho social’, aquele que tem a iniciativa e a imposição da vontade no plano social” (MACHADO, 1998,

p. 238)²²⁶.

A outra referência diz respeito à obrigação do marido, no caso de ter sido (ou supor ter sido) “traído”, de se ver estimulado a “resolver” a ocorrência por meio de uma ação violenta, para limpar sua “honra”²²⁷. O controle da sexualidade da mulher deve ser efetivado pelo homem numa ação violenta, como confirmou Cláudia Fonseca (2000). Em sua pesquisa de campo a autora constatou uma norma que institui que “uma mulher considerada casada deve a mais estrita fidelidade a seu marido” e caso ocorram transgressões a estas regras “o risco de punição brutal (tolerada, se não estimulada pela opinião pública) é grande” (FONSECA, 2000, p. 16).

Além da desconfiança e das ameaças, o marido de Zefa impôs uma espécie de reclusão e de repressão na maneira de ser desta mulher. Ela reflete que se sente confusa. Tal confusão é assim expressa:

Eu sempre fui assim, de conversar com todo mundo. Eu estou sempre brincando, falando bobagem, para mulher ou homem, tanto faz. A gente faz umas brincadeiras maliciosas, tudo bem, mas tudo na boa, sem maldade, com respeito, sabe? Não deixo passar disso nunca, eu sei onde está o limite da brincadeira. E meu marido sabe que eu sou assim, e sempre foi tudo bem, agora quer que eu fique trancada em casa? Que não fale com ninguém? Ah, não!

E reage: “Não fico trancada. Não tenho culpa, não fiz nada. Ele não quer que eu fale com o Orlando. Mas eu falo, quase todo dia, porque eu não fiz nada, ele é meu parente, meu primo”. O marido disse a ela: “Mulher decente não fica assim na rua, falando com todo mundo”. E ela conclui a história com: “Se eu parar de ser assim vou deixar de ser eu”. E nesta fala ela resume uma parte da situação que parece gerar muita tristeza.

Apesar do sofrimento e da confusão, Zefa demonstra disposição para uma luta por sustentar seu posicionamento e sua maneira de ser. Tem medo da reação do marido: “Eu não estou fazendo o que meu marido quer, mas tenho medo. Já pensou se ele for lá e matar o Orlando? Ele é casado, tem um filho e três filhas, é uma boa pessoa! Sempre ajudou a gente”.

²²⁶ Instigantes são as articulações traçadas pela autora entre “fraqueza sexual”, virilidade e “macheza”. Inclusive, são concepções que têm sua origem nos conceitos de “fraqueza” e de “tentação” construídos na moralidade ocidental, com fortes traços do cristianismo, que reforçou a dicotomia antagônica e de estrutura hierárquica entre razão e emoção, entre espírito e corpo, entre a atividade intelectual e a sexual (MACHADO, 1998, p. 236).

²²⁷ Além do conceito já assinalado em nota de rodapé, cabe mencionar que Cláudia Fonseca (2000) adota em seu livro “Família, fofoca e honra” um conceito de honra que serve como referência aqui. Trata-se de conceito de Pitt-Rivers, pioneiro do estudo da honra nas regiões mediterrâneas, anunciando ser “um nexo entre os ideais da sociedade e a reprodução destes ideais no indivíduo através de sua aspiração de personificá-los” (PITT-RIVERS, 1973, p.13-14 apud FONSECA, 2000, p. 10).

Mesmo com estes temores ela resiste, ela se posiciona, tomando como uma importante referência sua própria maneira de ser. Compreende que a desconfiança do marido desemboca numa exigência quanto à sua conduta, à sua maneira de ser, que agride o que entende constituir parte importante da sua personalidade. Exigir dela que não brinque com as pessoas de seu convívio, que não fale com elas do jeito dela, é uma ofensa à pessoa que ela define que é. Nada mais é do que uma imposição de uma norma social - “Mulher direita não fica assim na rua, falando com todo mundo” - que sufoca a individualidade de Zefa.

Esta divisão entre mulher “direita” ou, como também promulga o senso comum, mulher “de família”, contrapõe no seu extremo oposto à mulher “vadia”, “sem vergonha”, à “prostituta”, mencionadas na pesquisa de Machado (1998, p. 240), além da “vagabunda”, já anunciada pelo primeiro marido de Zefa. Da mesma forma que seu atual marido definiu o que não é uma mulher “direita” - reportando-se ao fato de transitar no espaço público (a rua) e a liberdade de falar e se relacionar com as pessoas que deseja - também foram mencionadas pelos homens entrevistados por Machado (1998, p. 241) características semelhantes de “uma jovem que fosse uma pessoa de família”. O homem entrevistado define que uma mulher “não estaria no meio da estrada como aqueles bichos... Uma cachorra quando está assim com um rebanho de cachorros, sabe como é que é?” (MACHADO, 1998, p. 241). Na ótica da presente pesquisa, esta classificação de mulher, além de conter um julgamento moral, desumaniza, vai de encontro à ideia de um corpo abjeto.

A mulher descrita como “cachorra”, como “bicho”, não está devidamente encaixada nas normas que nos classificam como seres humanos. Trata-se de uma conexão já apontada por autoras/es que trabalham com o conceito de abjeção, como Ângela Maria Dias (2004) e Marcio Seligmann-Silva (2010). Nos dois estudos o abjeto é associado a um estado desumano, ao território de comportamentos julgados como de animais, pensando a abjeção como um estado onde as pessoas estariam agindo de uma maneira considerada “errada” porque mais vinculada aos instintos, atribuídos ao território animal²²⁸.

²²⁸ Seguramente este embate, humano versus animal, abre um fecundo debate para se pensar a abjeção. Contudo, aqui desviaria do nosso enfoque. Para aprofundamento na questão, vale investir na introdução ao assunto, feita por Seligman-Filho (2010), que apresenta um debate nesta senda, conduzindo para o processo de aculturação que Freud tomou como importante aspecto em seu trabalho. O autor condensa as seguintes ideias:

Em seu relato Zefa ilustra que gosta de fazer brincadeiras “maliciosas” e que, de acordo com seu julgamento e valores, sabe “onde está o limite da brincadeira”. Manifesta estar confortável por se expressar através de brincadeiras, não conectando esta sua maneira de ser com alguma concepção de mulher “vadia” ou “sem vergonha”, mas sim de ser “brincalhona”, “alegre”. A definição promulgada por seu marido de “mulher direita” não parece ter aderência ao seu comportamento; ela não deixa de se sentir uma “mulher direita” porque tem este jeito de ser.

Interessante notar ainda a relação que ela estabelece entre este seu jeito, e sua origem, pois atribui essa forma de ser aos hábitos da vida no interior. Zefa nasceu e foi criada na roça, numa cidade pequena, antes de se mudar para a cidade grande onde reside. No lugar de onde ela veio as pessoas “são simples”; todas têm o hábito de cumprimentar a/o vizinha/o.

E assim, quando eu vim para a cidade grande, eu fui fazendo amizade com todo mundo. Vou caminhando para casa depois do serviço e vou conversando com o pessoal na rua, brincando “e aí vizinho, lustrou o corno hoje?” Para o outro digo: “está grande essa pança, né, deve estar ganhando bem para comer tanto assim, churrascada no final de semana”. E a gente dá risada junto. Vou indo assim, é tudo brincadeira, esse é o meu jeito, senão a vida fica muito dura, né, muito chata.

Atribuindo à sua origem, em uma cidade pequena e rural, esta maneira de ser é muito relevante para ela. Conta que tem gente que às vezes diz que está triste, mas que quando ela chega brincando traz alegria para o local. Percebo que Zefa se sente valorizada nestes momentos, diferente de se sentir como um lixo, conforme relatou. Por isso, abrir mão deste seu jeito de ser, em nome de um discurso social atuante na conduta do marido, representou uma opção que ela não pretende acatar. Significa abrir mão de uma individualidade relacionada à sua origem e com a qual se sente numa posição de valorização. Abrir mão desta maneira de ser talvez signifique distanciar-se dela mesma e rumar para um espaço mais relacionado com o da abjeção, local de quem se

“Não podemos esquecer que para Freud o processo de aculturação se confunde com o de hominização e passa pelo recalque de nossos instintos e predileções animais, que são enviados para o fundo do nosso ser. Como lemos em ‘O mal-estar na Cultura’, a passagem do modo de andar quadrúpede para o bípede determinou uma série de repressões com relação ao olfato e seu papel na excitação e relacionamento humano e, por outro lado, o aumento do papel da visualidade. ‘Um fator social está também, inequivocamente’ escreve Freud, ‘presente na tendência cultural para a limpeza, que recebeu *ex post facto*, justificativa em considerações higiênicas, embora tenha se manifestado antes da descoberta destas. O incentivo à limpeza origina-se num impulso a livrar-se das excreções, que se tornaram desagradáveis à percepção dos sentidos. Sabemos que no quarto das crianças as coisas são diferentes.’ Para Freud, utilizamos o nome de nosso melhor amigo, o cão, como injúria, justamente porque ele tem o olfato como sentido dominante, não sente repulsa com relação a seus excrementos, nem se envergonha de suas funções sexuais” (SELIGMAN-FILHO, 2010, p. 217).

identifica com o lixo.

Expressando uma força para lutar por seu espaço individual, a despeito dos rótulos sociais carregados de uma hierarquia entre homens e mulheres e um domínio e controle do masculino sobre o feminino, da segregação territorial histórica que aloca as mulheres no espaço doméstico e os homens no espaço público, Zefa confirma que existem muitas maneiras de ser mulher e de conviver com as marcas do domínio do masculino sobre o feminino. Mesmo coexistindo com as dificuldades pelas quais passa, e os riscos que corre, expõe que existem estratégias para lidar com esta realidade, mesmo que dentro de certos limites.

A estratégia dela abrangeu resistir às normas sociais naturalizadas, que insistem em reprimir sua espontaneidade, sua liberdade de ser, quem ela sente que é, e que estão vinculadas às suas origens - o mundo rural -, mesmo que este movimento de resistência envolva sofrimento. Esta mesma mulher, que antes apanhava do primeiro marido, agora se recusa a aceitar as ordens impostas pelo atual companheiro, que investe em restringir suas relações com outras pessoas, sua maneira de se expressar e sua liberdade de circular pelo espaço público.

Neste sentido, Zefa instiga-nos à reflexão, ao apontar que uma mulher que outrora se submeteu aos mandos e desmandos de algum homem em determinadas situações, sentindo-se, naquela ocasião, coagida a não reagir à imposição violenta, em outra situação foi capaz de resistir à violência imposta, que agredia sua maneira de ser e agir. Ou seja, uma mesma mulher pode exprimir reações distintas a um tipo de impositivo social, dependendo dos fatores presentes nos diferentes momentos, como condições materiais - se tem como sustentar a ela mesma e, sobretudo, as/os filhas/os -, condições emocionais, apoio de outras pessoas (quase sempre de mulheres da família, como mãe e irmã) ou de instituições, experiência de vida, grau de escolaridade e de informação.

Apenas para ilustrar como estes aspectos se articulam – experiência de vida, informação e apoio de pessoas ou de instituições - algumas vezes ouvi na pesquisa diferentes catadoras

reportando-se à lei Maria da Penha²²⁹, falando: “vou colocar ele [o marido agressor] na Maria da Penha”. Ou, “antes a gente não tinha o que fazer; agora a gente tem a Maria da Penha, pode ir à delegacia da mulher”. Isso indica que existe um grau de informação circulando nas camadas mais pobres da população, ainda que o nível de escolaridade e acesso à educação e às informações sobre direitos de cidadã/ão seja desenvolvido de forma precária.

Em campo foi possível perceber uma movimentação destas mulheres no sentido de compreender e buscar seus direitos, apesar de perdurar, concomitantemente, muitas dificuldades e resistências para fazer valer de fato esses direitos, como se verá logo adiante.

Com efeito, estas mulheres demonstraram reações de diversos matizes a estas violências. Sem nenhum julgamento, que não cabe fazer numa tese, apenas quero destacar que num ambiente de violência doméstica estão implicadas muitas variáveis, que estabelecem uma trama de complexidades, envolvendo alguns fatores mais objetivos e outros emocionais e subjetivos. Em outras palavras, as escolhas feitas pelas mulheres que sofrem violência de gênero são embasadas numa rede complexa de fatores, entremeadas de uma forte carga emocional e que operam em meio aos discursos sociais agudamente influenciados pelos discursos normativos de gênero. Como conclui Oliveira (2014, p. 557), são situações que nos conduzem “diante de um caleidoscópio que, com suas múltiplas figuras e seus incontáveis arranjos, coloca desenhos diversificados e peculiaridades distintas para se entender o problema”.

...

Meiry

Falamos do J.P., que quer amasiar-se com sua filha I. (...) Ele mostra para sua filha e convida...

-Vem minha filha! Dá para o seu papaizinho! Dá... só um pouquinho.

Eu já estou cansada de ouvir isso, porque infelizmente eu sou vizinha do J.P (...) É um homem que não pode ser admitido numa casa onde tem crianças.

(JESUS, 2007, p. 180)

²²⁹ A Lei Maria da Penha tem como denominação formal a Lei número 11,340. Foi sancionada em 07 de agosto de 2006, e entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Foi batizada com este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso. Tratava-se de seu marido. Sua importância está em propor que a violência contra a mulher seja tratada como um crime de grande potencial ofensivo. A lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, englobando, além da violência física e sexual, a violência psicológica, patrimonial e o assédio moral. O “Observatório Lei Maria da Penha” é uma referência para a compreensão mais detalhada desta temática: http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha

Levantei, acendi o fogo e mandei o João comprar 10 de açúcar. Bateram no barracão. Os filhos falaram:

- É o pai da Vera.

- É o papai – ela sorria para ele.

Eu é que não fiquei feliz com a tal visita. Ele disse-me que não levou o dinheiro lá no Juiz porque não teve tempo. Mostrei-lhe os sapatos de Vera que estão furados e a água penetra.

- Quanto pagou por isto?

- 240.

- É caro.

...Ele deu-me 120 cruzeiros e 20 para cada filho. Ele mandou os filhos comprar doces para nós ficarmos sozinhos. Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher. Dei graças a Deus quando ele se despediu (JESUS, 2007, p. 179).

Uma história de vida marcada também pela violência de gênero é como visualizo o relato de Meiry, que, embora tenha esta característica em comum com Zefa, sua maneira de reagir denota nuances emocionais e de conduta diferentes.

Depois de muito trabalho na triagem, Meiry conquistou a presidência da cooperativa onde trabalha e me conta que colocou o local “em dia”. Organizou o método de trabalho, fez a contabilidade mais acertada (retirando alguns desvios de dinheiro que relata que estavam ocorrendo), arrumou a papelada dos documentos e que agora a cooperativa estava “funcionando direitinho”. “A gente percebe no ambiente como está tudo mais organizado, o barracão, ‘o jeito da gente trabalhar’”, narra orgulhosa sobre sua atuação. Contudo, após ela colocar o “barracão em ordem” sofreu uma decepção.

Há alguns dias atrás alguém entrou lá de noite rasgou e queimou todos os documentos: licença ambiental, CNPJ, estas coisas, estragou os móveis, o teto e colocou fogo em algumas partes. A gente acha que foi o antigo presidente da cooperativa, porque antes ele roubava dinheiro da gente e agora eu não deixo. Daí ele está bravo comigo porque eu pus tudo para funcionar direito e não deixo ninguém roubar.

Esta catadora conquistou a confiança de muitas/os colegas que a colocaram na presidência, mas precisava lidar com esta tensão oriunda da antiga liderança. Pude presenciar a relação dela com algumas/uns colegas e era perceptível o respeito, o afeto e a confiança que depositavam em Meiry.

Chegar à presidência da cooperativa foi, de acordo com ela, uma conquista importante, mesmo diante deste gosto amargo da “vingança” arquitetada contra ela. Porém, nesse episódio de invasão e depredação do local existia um componente a mais, que Meiry foi revelando aos poucos e que significou, na pesquisa, uma ponta de um novelo que foi desenrolando histórias de violência

de gênero contra ela, desde a sua infância. À medida que sentia confiança me contava mais detalhes.

Se bem que essa vingança na cooperativa não foi só porque eu coloquei o barracão em dia, porque não deixo mais roubar lá dentro. O antigo presidente, que roubava, é amigo do meu marido. Ele sabe que eu estou querendo me separar e fez isso para eu ficar com medo e desistir da ideia de me separar.

Quando perguntei por que ela queria se separar do marido, ela me olhou fundo nos olhos e respondeu: “Eu até gostava dele, só que depois do que ele me falou, do que ele me chamou, eu não posso nem mais olhar para ele. Nenhuma mulher ia conseguir”. Meiry dizia que tinha dúvida se queria me contar quais as palavras duras proferidas pelo marido contra ela, pois considerava muito grave para me dizer; “dói demais!”. Rodeando esta fala do marido - que simbolizava uma divisória em sua relação com ele - ela foi relatando os arredores de tal marcação.

Meu pai morreu cedo, eu era bem pequena e minha mãe casou com outro homem. Quando fui ficando maior, mocinha, ele começou a fazer umas brincadeiras estranhas comigo. Eu não entendia direito na época. Ele dizia que era um segredo nosso, que eu não podia contar para minha mãe, senão ele ia embora e minha mãe ia ficar muito brava comigo. Que minha mãe não sabia viver sem ele. Eu não gostava, nunca gostei, e cada vez mais me dava raiva. Até que um dia ele quis abaixar minha calcinha. E eu, não sei como, me escapei, saí correndo, parecia uma louca no meio da rua. Passei dias fugindo dele, me escondendo, eu não sei se foi uma semana, um mês, sei lá. Até que tive coragem e contei para minha mãe, para pedir ajuda. E foi a pior coisa que fiz na minha vida. Sabe o que ela me disse? Você não vai acreditar. Minha mãe me disse: “Eu sei muito bem que você que está se oferecendo para ele”.

As marcas do que podemos pensar como um abuso sexual²³⁰, e da interpretação do relato de Meiry, outorgadas pela sua mãe, foram tendo reverberações. Diante da forma como a mãe visualizou o problema, a única saída que encontrou foi “arranjar” um marido para sua filha. Interpretava que com isso a menina ia “sossegar” e “não ia roubar seu marido”. O marido “arranjado” para Meiry era um homem dezesseis anos mais velho que ela, que tinha quatorze anos na época.

Eu até que gostei dele, ele era legal, me levava para passear, pagava lanche com refrigerante para mim, conversava comigo. E depois do que minha mãe fez para mim, meu padrasto saiu de santo e ela me culpava o tempo todo. Falava da minha roupa, que minha saia era muito curta, essas coisas. Eu era uma mocinha, poxa, queria me vestir assim, como todo mundo. Depois disso minha

²³⁰ Nomeio esta descrição como “abuso sexual” levando em consideração as definições que vêm sendo propostas em estudos sobre o assunto. Habigzang et al.(2005, p. 341), por exemplo, afirmam: “O abuso sexual contra crianças e adolescentes tem sido considerado um grave problema de saúde pública, devido aos altos índices de incidência e às sérias consequências para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima e de sua família (Gonçalves & Ferreira, 2002; Habigzang & Caminha,2004; Osofsky, 1995). Esta forma de violência pode ser definida como qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). O abuso sexual também inclui situações nas quais não há contato físico, tais como *voyerismo*, assédio e exibicionismo”

vida virou um inferno, ficou pior ainda. Por causa disso, até eu queria sair de casa mesmo.

Após um breve período de namoro, veio o dia casamento de seus sonhos, que foi afetado por uma discussão com sua mãe e uma conversa com sua irmã.

Você acredita que até no dia do meu casamento minha mãe me acusou? Minha irmã me viu chorando. Era o casamento dos meus sonhos, eu toda de branco, com meu vestido de noiva, eu estava linda, parecia um sonho, até com véu e chorando, chorando, borrando a maquiagem. Os convidados todos lá no salão me esperando, uma baita festa, tinha churrasco, maionese, cerveja. E minha mãe me disse: “Você não tem vergonha de casar de branco depois de tudo que fez?” Você acredita que ela me falou isso no dia do meu casamento? Entendeu o que ela queria dizer? Que o branco significa que você nunca foi com nenhum homem. Eu só chorava. Daí minha irmã veio me consolar “Não chora, vai borrar tua maquiagem. Eu sei o que você está sentido, porque ele [o padrasto] também fez comigo, mas eu não tive a coragem de contar para mãe”. Aquilo me doeu. Por que minha irmã não tinha me falado isso antes? Por que não falou para minha mãe? Daí a mãe ia ver que não fui eu, que eu não tive culpa. Minha irmã quis me consolar naquela hora, mas me magoou mais ainda.

Após se acalmar, Meiry retocou a maquiagem e foi ao encontro das/os convidadas/os. Conta que foi uma bonita festa, entrou madrugada adentro. Agora Meiry estava casada, tinha sua casa. O marido trabalhava e disse para ela parar de estudar, além de desejar que ela não trabalhasse fora porque ele já “botava tudo que precisava para dentro de casa”. Aos poucos o casamento foi ganhando um rumo diferente daquele sonhado por Meiry.

Nos primeiros tempos até que a gente viveu bem. Ele era bom para mim. Só que por causa de tudo que eu já tinha vivido, eu tinha dificuldade, sabe, de ir para cama com ele. Eu dizia: “calma, eu ainda não estou pronta”. E ele foi tendo paciência. Só eu sei como eu me esforcei só que chegava uma hora que eu não conseguia. Tudo aquilo me vinha na cabeça, lembrava o que eu tinha passado. Daí um dia ele ficou revoltado: “Você é minha esposa, é sua obrigação, eu não aguento mais esperar”. E eu, desesperada, contei para ele, mais ou menos assim, o que tinha acontecido comigo, do meu padrasto. Porque eu achei que ele ia entender, sabe, quando você tem essa esperança? Ele ficou louco, disse que tinha enganado ele, que ia me devolver para minha mãe, que ele tinha sido enganado. Que eu não era aquilo que ele esperava. Nem se importou comigo.

Deste primeiro conflito com o marido derivaram-se outros, incluindo agressões físicas e abusos sexuais que ocorriam concomitantemente com a repetição da fala proferida pelo marido “Você é minha esposa, é sua obrigação”. Após me relatar estas passagens de sua história, Meiry se mostrava consciente de que havia passado por muitas agressões e de que se tratava de situações complexas. “Menina, minha vida dá um livro, uma novela, minha história tem muito sofrimento, eu sofri muita injustiça”. Eu concordava e ela me agradeceu: “a gente precisa desabafar, eu nunca tinha contado tudo isso desse jeito”. E seguia reafirmando: “apesar de tudo isso que eu passei, o que mais me magoa foi do que ele me chamou”.

Depois de algum tempo ela decidiu me contar o que o marido lhe disse que a entristeceu

tanto. Mesmo com sua identidade em sigilo, Meiry solicitou-me para não revelar estas palavras no texto da tese. Posso dizer apenas que se trata de um adjetivo que é relativo aos abusos sexuais que viveu na sua adolescência. Após proferir tal palavra, ela me olhou agudamente e desafiou: “Mulher nenhuma suportaria isso, é muita humilhação. Você suportaria? Você suportaria depois de ter passado por tudo o que eu passei? Você suportaria teu marido te dizer uma coisa dessas, te chamar disso? Ninguém merece ser tratada assim”. Eu respondi: “Não suportaria, não”. Nas outras vezes que abordou o assunto ela nunca mais mencionou o tal adjetivo, apenas rodeava: “aquilo que ele me chamou”.

Trago este relato aqui, sem revelar que palavras são as que o marido proferiu, apenas para assinalar o tamanho da dor dessa mulher²³¹. Assumo o risco - um tanto inusitado - de refletir sobre uma informação de pesquisa sem revelá-la, sem compartilhar com a/o leitora/r uma informação dada por uma participante do estudo. Certamente o não dito em palavras também pode ser conteúdo e gerar conhecimento. Isso a dança me ensinou.

A riqueza desta lacuna reside em entendermos que a agressão pelas palavras proferidas é tão aguda que é proibitiva, impronunciável. A dor é tanta, a humilhação e a tristeza são tão ferozes para Meiry, que ela classifica este momento como um divisor em sua vida. É uma dor guilhotina. Esta passagem de sua história foi cingida com o relato de como se sentiu: “Me senti como um resto, largado no canto, como um lixo, que não presta para nada. Foi assim que eu me senti”.

Numa vida encadeada por sofrimentos que remetem às normas e ao imaginário, estruturados pelas imposições do domínio do masculino sobre o feminino, Meiry reporta-se à metáfora do lixo como forma de expressar sua decepção e a intensidade de como se sentiu agredida e humilhada pelo marido.

Em sua narrativa entrevejo o sonho do casamento como possibilidade de desprendimento de um passado de dor e humilhação, em direção à possibilidade de felicidade. Sua narrativa tem muito do casamento que emerge num imaginário já trazido por Mia Couto (2009) no conto “Os olhos dos mortos”. Vamos enxergando que a mulher no conto era bruscamente agredida pelo marido e pede que este se case novamente com ela, como se o novo casamento fosse consertar tudo o que estava errado. “Eu fechava a porta para que, depois, o simples abrir dos trincos, tivesse o

²³¹ Entendo que é dispensável argumentar aqui a respeito de considerações éticas.

brilho de um milagre. Para que ele, mais uma vez, casasse comigo. E o mundo se abrisse, casa, cama, sonho” (COUTO, 2009, p. 70). O casamento não havia atingido suas expectativas, o que faz despontar um desejo por um novo casamento que faria o “mundo se abrir”.

Da mesma forma Meiry parece depositar sua esperança de mudar de vida neste casamento, e quando o principal personagem desta investida, seu marido, ao invés de trazer a chance de uma nova vida a agride de diversas maneiras, ela se sente como um “lixo”. O sonho cai por terra. A dor se potencializa, possivelmente porque no marido e na relação construída com ele estavam projetadas a esperança e o sonho de se ver livre daquele passado. Quando esse passado insiste em se fazer marcante no presente, é como se o marido, ao conhecer essa parte da história de Meiry, e fazer dela motivação para intensa violência, a fizesse retornar a uma maneira de sentir contra a qual ela lutava para se desfazer. A conduta do marido funciona como um carimbo que tatua a marca do abuso sexual em seu corpo, uma marca que remete à culpa.

As histórias que ouvi das catadoras me reportaram muitas vezes ao filme “O céu de Suely”²³², que evoca a biografia de muitas dessas mulheres ao mostrar como os sonhos românticos de felicidade no amor são um a um destruídos. Meiry apostou neste relacionamento como possibilidade de uma vida mais feliz, e os detalhes que me relatou sobre os preparativos da festa de casamento e dos sonhos engatilhados neste investimento pessoal vão de encontro à análise de Sandra Sousa (2011) sobre o citado filme. Assim como Hermila, personagem central do roteiro, “milhares de mulheres [...] apostam no amor como sinônimo de liberdade, de construção de projetos de felicidade” (SOUSA, 2011, p. 07).

No filme, Hermila conta com o apoio das mulheres da família, uma avó e uma tia, semelhante à realidade de diversas catadoras com as quais convivi, assim como tantas redes de mulheres que se apoiam emocional e materialmente, sobretudo na criação das/os filhas/os. No caso de Meiry, a relação construída com a mãe e com a irmã, em sua convivência na juventude, acarretou

²³² O filme é de 2006, com direção de Karim Aïnouz, e roteiro de Maurício Zacharias, Felipe Bragança e Karim Aïnouz, baseado em argumento de Maurício Zacharias e Karim Aïnouz. Conta a história de Hermila (interpretada pela atriz Hermila Guedes), que nasceu e foi criada na pequena cidade de Iguatu, Ceará. Ao engravidar de Matheus, sua grande paixão de juventude, vai tentar a vida em São Paulo com ele. Levando uma vida difícil por lá, aos 21 anos retorna à cidade natal, para a casa da avó e da tia. Aguarda durante um mês o retorno de Matheus; contudo, ele não retorna. Quando percebe que foi abandonada, decide novamente fugir daquele lugar para um lugar o mais longe possível, o Rio Grande do Sul, mas a passagem de ônibus é muito cara. Sem dinheiro para a passagem, resolve rifar o próprio corpo entre os homens da cidade, para uma “noite no paraíso” e adota o pseudônimo de Suely. Sua atitude gera muita polêmica entre o povo local, e principalmente entre sua família. Enquanto o prêmio da rifa não sai, ela ainda tem que terminar uma questão mal resolvida com um ex-namorado de adolescência, que demonstra muito afeto por ela.

um distanciamento instituído pela revolta e mágoa que sente em relação a estas duas familiares. Isso a fragilizou ainda mais, por não ter esse apoio, por não ter a quem recorrer como expõe: “Eu estava sozinha, não tinha ajuda de ninguém da minha família”.

Na história de Meiry podemos reconhecer um processo de culpar a vítima pelo abuso sexual sofrido, entendido aqui como uma das resultantes da cultura do machismo. Trata-se de um dispositivo que, de tão incorporado socialmente, é reproduzido e naturalizado, inclusive pelas próprias mulheres, como foi o caso da mãe de Meiry.

Sabemos que algumas pesquisas apontam como tendência a mãe da vítima assumir o papel de figura protetora da filha, e denunciar os abusos, como afirmam Habigzang et al.(2005, p. 341). Porém, no caso de Meiry não foi isso que ocorreu. Ao contrário, sua mãe a responsabilizou pelos abusos sofridos. Incorreu, inclusive, numa máxima que tem marcado presença nos debates feministas que problematizam a culpabilização da mulher, vinculada à roupa que esta escolhe vestir. A reflexão que tem sido feita parte da ideia de que argumentos que vocalizam que uma roupa que uma mulher venha a usar, e que é considerada “provocativa”, nunca deve justificar qualquer tipo de abuso sexual direcionado a ela.²³³

Os escritos de Muriel Dimen (1997), ainda na década de noventa, sobre o patriarcado e suas relações com poder, sexualidade e intimidade, evocam estas discussões. Ao relatar uma desagradável “cantada” direcionada a ela enquanto realizava uma caminhada, provinda de um homem desconhecido, Dimen expõe com um humor ácido suas múltiplas vozes internas (da mãe, do pai, de seu analista).

Nesta lista de falas, a mãe repreende: “O que você espera quando se veste assim?” (DIMEN, 1997, p. 44). Entendo que a intenção da autora - como uma feminista influenciada pela sua formação em antropologia e psicanálise – é elucidar a introjeção dos discursos sociais, como aqueles presentes no bojo familiar, boa parte deles carregados de valores do machismo e do patriarcado. Vale destacar que para a autora

²³³ Um exemplo está na campanha “A culpa nunca é da vítima” que foi vinculada na internet, sobretudo pelo movimento social feminista “Marcha das Vadias”. O próprio movimento descende de uma história vinculada ao controle da roupa que a mulher usa. No site do movimento consta: “O movimento Marcha das Vadias surgiu no Canadá, batizado de *Slutwalk*. O movimento surgiu porque em janeiro de 2011, na Universidade de York, um policial, falando sobre segurança e prevenção ao crime, afirmou que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataque”. A reação de indignação foi imediata, pois esse pensamento transfere a culpa da agressão sexual para a vítima, insinuando que, de alguma forma, é a vítima que provoca o ataque”. Disponível em <https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/conheca-a-marcha/porquevadias/> Acesso em 12/12/2015.

[...] o patriarcado é, em seu conjunto, um sistema de dominação. Mas diferente de outros sistemas de dominação, como o racismo, a estrutura de classes e o colonialismo, porque vai direto na jugular das relações sociais e da integração psicológica - o desejo (DIMEN, 1997, p. 46).

Sua leitura sobre os nossos comportamentos como homem e mulher demonstra que a sexualidade é uma parte central da estrutura do patriarcado. Este sistema, e seus discursos por nós interiorizados, são reproduzidos e naturalizados de tal forma que se torna verdadeira - em alguma medida e para algumas pessoas - a ideia de que uma mulher pode ser responsabilizada por um ato de abuso sexual direcionado a ela, procedente de um homem.

Novamente o imaginário da “virilidade” masculina, na abordagem apresentada por Machado(1998), pode contribuir com a reflexão. Na medida em que este imaginário propõe uma noção de mulher como uma “tentação” e, ainda por cima, o homem viril sente que não deve “dizer não diante de uma oportunidade” (MACHADO, 1998, p. 235), as supostas justificativas existentes para os abusos sexuais vão ganhando ainda mais contornos.

Ao que parece, o corpo jovem de Meiry é interpretado por sua mãe como uma “tentação” ao seu marido, portanto, não deve ser exposto ou “valorizado” pelas roupas que o adornam, mas, de preferência, deve ficar escondido por algum tipo de roupa mais “discreta”. Se a roupa, sob alguma perspectiva, é interpretada como “provocativa”, a mãe poderá julgar que a responsabilidade pelos abusos, pelo menos em parte, é da filha.

Este discurso social desemboca nas discussões sobre a propriedade do corpo das mulheres, que tem gerado vários debates ao longo dos anos das lutas feministas. Persiste, ainda hoje, um discurso que circula sobre uma suposta propriedade do homem sobre o corpo da mulher. Isso concederia a permissão a um homem para abordar uma mulher e agir no seu corpo da maneira que ele desejar, como quiser e quando quiser. Dimen (1997) traz esta discussão ao refletir sobre as “cantadas” que alguns homens dão às mulheres quando estão em algum lugar público. Expõe a sua culpa internalizada e vai além, quando afirma: “Na rua, meu corpo é deles. Sou um corpo na rua. Dois peitos, nenhuma cabeça e um traseiro grande [...]. Meu corpo é todo vagina e estou magoada com este estupro semiótico” (DIMEN, 1997, p. 45).

Embora a autora não se refira especificamente ao conceito de “cultura do estupro”²³⁴, termo

²³⁴ O artigo “Sobre a cultura do estupro”, de Cynthia Semíramis, apresenta um bom panorama histórico sobre a constituição deste termo, bem como seus desdobramentos na atualidade. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/04/16/cultura-do-estupro/>

que vem sendo mencionado em discussões sobre a temática, ela discute a concepção de que existem discursos e práticas na sua realidade cultural (no caso, a norte americana) que sustentam e naturalizam o estupro como uma prática social atuante. São situações que nos remetem a aspectos primordiais da história do movimento feminista, como lembram Jussara Reis Prá e Léa Epping:

Não por acaso o lema “Nossos corpos nos pertencem” serviria às feministas como uma de suas principais bandeiras de luta mundial; expressão reconhecida desde a primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (1975) na defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos das mulheres (PRÁ; EPPING, 2012, p. 48).

A bandeira que reivindica o pertencimento do corpo de cada mulher a ela mesma é tremulada na medida em que este corpo tem sido usurpado como direito de outras pessoas, sobretudo de alguém que represente uma autoridade masculina. A situação na qual o marido reivindica seu “direito” sobre o corpo e a sexualidade de Meiry, que como esposa tem o “dever” de ter relações sexuais com ele, relaciona-se com estas questões.

É intrigante notar que esta propriedade sobre o corpo da mulher encontra-se articulada com todo um campo de construção de poder. Sobre a propriedade do corpo da mulher, Carole Pateman (1993) aponta o patriarcado e os contratos sociais - exemplo do casamento e da prostituição - como construções históricas responsáveis pela exclusão das mulheres do exercício da cidadania. Estes contratos criam “o direito político dos homens sobre as mulheres” e garantem o “acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 17), estipulando inclusive os locais nos quais as mulheres podem circular, estabelecendo limites a alguns espaços que detenham maior possibilidade de poder.

Embora na atualidade estes próprios contratos sociais, como o casamento, puderam se reconfigurar, criando novos arranjos, e, nestes, escolhas mais conscientes e igualitárias entre os casais, sabemos também que estas marcas do domínio masculino sobre a mulher persistem em atuar em diversos casos e situações.

O casamento, no caso de Meiry, funcionou como um contrato social que autorizou seu marido a agir de forma violenta, pois ele tinha um “direito” sobre a esposa e esta um “dever” a ser cumprido, ainda que durante o momento em que cumpria este “dever” Meiry tenha descrito que “as lágrimas corriam” em seu rosto. Mesmo que no momento em que o marido estava desfrutando deste “direito” Meiry se sentisse como um lixo.

E aqui não carecemos mais falar de um “estupro semiótico”, anunciado por Dimen (1997).

Não é necessário relativizar ou utilizar uma metáfora, porque é Meiry quem traduz o ocorrido: “Eu sei que o que ele fez comigo é estupro, mesmo sendo meu marido, eu sei disso”. Entendo que Meiry está lidando com o conceito basilar de estupro, como trabalhado por Lia Zanotta Machado (1998)²³⁵, na medida em que ela diz “não” desejar realizar o ato sexual e, mesmo assim, seu marido a força a manter relações sexuais.

Meiry condensa uma série de sofrimentos que dizem respeito às violências que um grande número de mulheres tem sofrido. Sua história é como aquela da protagonista do filme “O céu de Suely”, pois que, como Hermila, “expressa, em meio às aspirações que às vezes parecem contraditórias, dadas as condições sociais em que está imersa, o sofrimento causado pelas rupturas constantes, pelo abandono de sonhos” (SOUSA, 2011, p. 08).

Foram estas as condições em que ela se encontrava quando começou a trabalhar como catadora: um grau de instrução limitado, sem experiência anterior de trabalho, cinco filhas/os para criar e uma autoestima vinculada à ideia de lixo. Sua existência entrelaçada com a abjeção auxilia para desembocar dentro de um barracão de catadoras/es de materiais recicláveis, que ainda funciona em condições precárias, em meio a muito lixo. Não se trata de uma opção de trabalho dentre várias ou de uma tradição da família, como em alguns casos que conheci entre as/os catadoras/es. Meiry personifica o que tem acontecido com muitas mulheres. O mundo da catação tem significado um local de acolhimento daquelas que têm sido marcadas como corpos abjetos e requerem um trabalho para obter um rendimento mensal destinado ao seu próprio sustento e ao de sua prole.

Contudo, Meiry ainda expressaria sua capacidade de dar a volta por cima e sua resiliência, presentes na disposição de recriar possibilidades de vida onde pensamos que só existem rebotalhos, tal qual opera na lida de seu trabalho com os restos daquilo que as outras pessoas não querem mais. Mas deixemos a derradeira história desta catadora para arrematar esta temática.

Outras histórias de catadoras trouxeram concepções que se coadunam com as problemáticas levantadas pelo movimento feminista, pelos estudos de gênero, ou especificamente sobre as

²³⁵ É muito interessante este ensaio da autora, no qual Machado conclui que tanto no senso comum, como na legislação e nos processos judiciais, parece ocorrer deslizamento de um sentido a outro dado ao estupro. O deslizamento e o transformismo dos sentidos culturais em torno da ideia de estupro estariam fundados num imaginário que afirma que “a mulher que diz não para dizer sim” (MACHADO, 1998, p. 233).

mulheres. Enfim, estudos sobre as várias frentes que lutam por direitos mais igualitários para as mulheres.

...

Deolinda

Condoeu-me ver a jovem que nos acompanhava. Ela disse-me que faz um ano que sua mãe faleceu. Que seu pai lhe dirige uns olhares que lhe apavora. E que ela tem medo de ficar com ele em casa. (JESUS, 2007, p. 124)

Ele atrai as mocinhas dizendo que casa com elas. Satisfaz seus desejos e depois manda elas embora. Agora eu compreendo os seus olhares com a mocinha. Isso me serve de advertência. Nunca hei de deixar Vera²³⁶ na casa de quem quer que seja. (JESUS, 2007, p. 156)

Olhou com desprezo e disse:

- Maloqueira!

- Por eu ser de maloca é que você não deve mexer comigo. Eu estou habituada a tudo. A roubar, brigar e beber. Eu passo quinze dias em casa e quinze na prisão. Já fui sentenciada em Santos.

Ele fez menção de me agredir e eu disse:

- Eu sou da favela de Canindé, sei cortar com navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai me bater pode vir.

Comecei a apalpar os bolsos.

- Hoje o senhor vai ficar só com uma orelha. Quando bebo umas pinga fico meio louca. (JESUS, 2007, p. 83, 84)

“Ninguém tem o direito de me tratar assim como lixo. Agora homem tem medo de mim. Se quiser mandar em mim, pode ir caindo fora!” Deolinda carregava uma história repleta de sofrimento que a suscitava a protestar desse jeito.

Essa raiva, essa revolta habitava vigorosamente nela, compunha o contorno de sua maneira de ser. Maneira que se construiu durante sua experiência de vida carregando o “fardo” de ser uma mulher considerada bonita (dentro de um padrão de beleza que circula socialmente). “Menina, é um fardo. Os homens não têm noção, né, acham que podem ir pegando!” Contou, soltando uma bela risada, que depois que começou a trabalhar como catadora teve gente que disse que ela ia ser a “miss catadora”.

Com trinta e poucos anos, Deolinda tinha uma filha de um ano, de um relacionamento que acabava de ser desfeito. Disse que o pai era seu namorado de adolescência, que a amava muito,

²³⁶ Vera era a filha ainda criança de Carolina de Jesus.

mas tinha problemas com drogas. “Só vou deixar voltar para casa quando estiver limpo, sem arrego! Temos uma filha agora, chegou de brincadeira!”

Outra indignação sua sobreveio quando uma colega de trabalho fez um comentário. A colega teria dito que Deolinda não respeitava ninguém, nem o pai, que era um “homem tão bom”, que “tinha feito de tudo pela filha”. Que ela era “ingrata”. Deolinda nitidamente sentia-se incomodada com o comentário e esclareceu o motivo de sua revolta.

Eu saí cedo de casa, fui morar na rua. Todo mundo me criticou. Mas só eu sei o que eu passei. Eu e minha mãe, que sempre me ajudou como pôde. Meu pai me amarrava com uma corda no pé de uma estante lá de casa. Eu não era santa também, criança, né. A gente aprontava. Ele era muito rígido, me batia com a fivela da cinta, não me deixava sair de casa. Um dia ele disse que ia me mostrar uma coisa e ele abusou de mim. Eu era uma criança, uma criança. Nunca entendi porque ele fez isso. Então eu tenho que respeitar um cara deste? Eu não respeito, não merece meu respeito, para ter meu respeito tem que merecer. Por isso eu saí de casa, com doze, treze anos eu saí de casa, fui morar na rua. Minha mãe sofreu muito, sentia minha falta, se preocupava e sempre me ajudou como pôde. Ela também apanhou muito do meu pai.

Na rua ela viveu muitas dificuldades e explica: “Eu queria conhecer o mundo! Todo mundo bebendo, fumando, roupa curta. E meu pai não deixava nada disso. Eu queria ir num som, né, conhecer como é um som, uma música numa boate, para dançar com os amigos”. Morar na rua. Para Deolinda, esta era a oportunidade para ir ao encontro dos seus desejos.

Nos primeiros dias tudo era “farra”, ela conta. Logo começou a namorar um rapaz, “só que ele judiava demais de mim. Ele começou a bater em mim. Aí larguei dele”. Justifica que essas agressões ocorriam porque “ele tinha ciúme e eu tinha medo, porque era muito ‘bundona’, eu apanhava na cara. Depois é que eu fui ver o que é que era a vida. Atrás das grades”.

Ela estava se referindo à fase de sua vida que qualificou como a “pior experiência” de todas; o tempo em que passou na prisão. Não quis revelar a razão que motivou sua prisão, só me disse que foi ajudar um amigo e se deu mal. “Fui burra, burra. E os caras me pegaram. Minha mãe tinha me avisado, mas eu fui burra”. Parece-me singular sua avaliação da vivência no cárcere. “Quando eu cheguei lá eu não sabia nada da vida. Aprendi muita coisa lá dentro. Aprendi a ser mulher”. Quando eu perguntei: “mas o que você aprendeu lá, então?” Deolinda avalia:

Ai, eu era uma boba, né, todo mundo zoava comigo, eu tinha medo, eu era outra pessoa. Um dia uma mulher me deu um cigarro lá. Eu fiquei bem feliz, não fumava faz tempo. Minha mãe levava coisas para mim, comida, sabonete, remédio, mas eu tinha vergonha de pedir cigarro para ela, minha mãe estava arrasada. Fumei aquele cigarro que a mulher me deu, achando a melhor coisa da vida! Depois veio uma baita mulher “Está me tirando, loira azeda! Cantando a minha mulher?”

Ela tem dono, e sou eu!” Eu não sabia o que era mulher com mulher²³⁷, falei “não mexi nada, não fiz nada!” E a mulher deu um tapa na minha cara. “Esse é para você aprender a não aceitar cigarro da mulher dos outros!”

Deolinda descreve que construiu também algumas amizades lá dentro do cárcere. Com um sorriso me conta que uma parceira de cela estava preocupada com a tristeza dela, então propôs que ia dividir a televisão com Deolinda: “um dia você escolhe o programa, no outro eu escolho. Para você não ficar mais triste”, disse a nova amiga. Todavia, adverte que “quem não fica esperta lá dentro não sobrevive. Eu fui aprendendo”. E remata: “eu saí de lá mulher”. O que me levou a sondar: “Como assim mulher?” Sua resposta: “Assim, a cadeia me ensinou a ser mulher. Quando entrei lá eu era uma boba, não sabia nada da vida. E lá tive que aprender na marra a me defender, a ter cabeça firme, a ficar esperta; a não deixar que os outros me fizessem de trouxa. Agora ninguém passa a perna em mim, não”.

Após três anos e meio saiu de lá e teve envolvimento com drogas. Declara que nunca gostou muito das “mais pesadas”. Experimentou crack e afirma que não se viciou, pois “é a droga que escolhe a gente e, por sorte, a pedra não me escolheu. Vi muita gente tendo a vida destruída por pedra. Amigo meu, parente”. Mesmo assim, afirma que teve algumas complicações com drogas e, devido a isso, sua mãe a internou numa clínica psiquiátrica para tratamento de dependência de drogas: “Minha mãe me ofereceu e eu concordei, fui porque eu quis, mas não foi fácil”.

Enfatizou que agora mudou de vida, tem “a cabeça no lugar”. Deolinda declara:

[...] não me faz falta essa vida não, de farra, de bebida. Eu já sofri muito, agora o que vier é lucro, quero ficar sossegada, porque agora tenho uma filha, não posso vacilar. A cadeia me ensinou a ser mulher e minha filha, a ser mais calma, a ter responsabilidade. Tudo muda quando a gente tem filho.

“E como você começou a ser catadora?” eu indago. Ela me diz:

Eu já estava desanimada, não tinha mais fralda para a nenê, estava até pensando em pegar a estrada com minha filha. Daí me falaram da cooperativa. Eu estava catando com o carrinho na rua, mas o dinheiro estava difícil assim, ainda mais com a nenê. Minha vizinha me disse que estavam precisando de gente na cooperativa. Eu vim numa terça, fui atrás de umas coisas, de documento e na semana seguinte já estava trabalhando. Eu vou trabalhar de bicicleta, levo uma hora e meia para chegar. Pior é quando está chovendo. Acordo às cinco da manhã; tomo meu café, tomo banho. Acordo a nenê, arrumo ela. Deixo a nenê na casa da mulher que fica com ela, porque não tem creche lá perto de casa. A creche da prefeitura que tem lá perto não aceita criança que usa fralda. Volto para casa e pego a bicicleta. Chego sempre em cima da hora, entro no trabalho umas oito e meia. Muita coisa eu consigo porque minha mãe me ajuda. Comprou televisão, geladeira para mim. Ela trabalha em casa de família e compra as coisas para mim, porque vê que eu estou me esforçando, compra à prestação, sem falar nada para meu pai. Chega

²³⁷ Refere-se à mulher que tem relação afetiva com outra mulher.

no final do dia eu nem me aguento em pé, dói as pernas e os braços.

As observações de Deolinda vão de encontro à hipótese de Rosinha sobre a maioria de mulheres na Associação. Ao ouvir meu questionamento se ela não havia estranhado trabalhar como catadora, sua resposta foi na seguinte direção:

Foi meio esquisito no início, porque catar na rua é diferente, eu não separava, entregava numa outra cooperativa. As pessoas mandam muito lixo misturado com o material, comida com papel higiênico, fralda, absorventes usados. Cachorro morto. Não tem respeito, né. E você ter que abrir, ter que fazer de conta que é só uma sacola. É uma humilhação que você tem que passar ali. O que eu acho pior é o fedor e os machucados. Eu estou sempre me machucando. No início eu não sabia, tinha os sacos do laboratório e atorei o dedo, eu não sabia, o dedo sangrando. Esses dias fiquei dois meses com um corte que não cicatrizava. Mas a gente se acostuma, tem que trabalhar. Eu não tenho medo do trabalho, eu pego firme. A cadeia serviu para isso, para me fazer mulher, forte, aguentar. E tem minha filha, né. Agora não sou só eu, tenho que aguentar porque tem ela. Muita coisa eu aguento por ela, até os desaforos, as brigas. Tem dia que dá vontade de largar tudo, mas eu penso nela. Às vezes tenho vontade de pegar uma faca e enfiar nas tripas dessa gente folgada, que trabalha lá. Só que eu penso na minha filha, não vale a pena, né. Às vezes dá vontade de largar tudo e cair no mundo, mas agora eu não posso mais, tenho que pensar nela.

O pai da criança está desempregado há mais de ano e praticamente não ajuda no sustento da filha: “dá um tênis, ou compra um pacote de fraldas muito de vez em quando. Mas eu não posso contar com isso”, explica Deolinda.

Com o agravante de estar sozinha para criar a filha, sua narrativa parece indicar que o trabalho como catadora foi o único possível no momento diante da urgência da manutenção da vida. Afirma que o aprendizado gerado durante o período em que esteve na cadeia forjou características que ela atribui a fazer dela uma “mulher”. Apesar das condições de trabalho que a desagradam na cooperativa, esse aprendizado “serviu” para ela poder “aguentar” estas condições adversas. Ela não é mais uma “boba” ou uma “bundona”, mas “forte”, pronta para “aguentar”. O encontro destas duas expressões novamente pede espaço na pesquisa: “mulher” e “aguentar”.

“Aguentar” uma situação desagradável, em nome da criação das/os filhas/os, não foi exclusividade do relato de Deolinda. Foi um nexos recorrente na fala das mulheres catadoras, na pesquisa de campo.

Quando pergunto se os homens com quem se relacionou afetivamente sempre tiveram comportamento agressivo, ela responde afirmativamente e explica o motivo: “Sempre é ciúme, né. Quantas vezes eu já me escapei de morrer”! Perguntei: “E como que você se sentia?”

Ah, me sentia um lixo, né. A gente na vida acaba gostando da pessoa errada, no início tudo é alegria, mas tem seu preço. Quando eles me ameaçavam eu tentava me defender, também dava as minhas, batia, mas quando o homem bate a gente desmaia. Ia passando o tempo e eu ia

apanhando, né. Eu ficava toda marcada, roxa. Chegava no trabalho assim, minha patroa, dona da padaria, reparava. Teve um dia, só porque eu estava com uma blusa que não tinha manga, cavada, o meu namorado veio e rasgou minha roupa. No meio da rua, eu estava indo trabalhar, ele dizendo “isso não é roupa de mulher de família andar na rua”. O ciúme era tanto. E a bebida e as drogas também ajudam quando ele estava chapado²³⁸. Me deixou pelada no meio da rua.

Novamente o discurso sobre a roupa que a mulher escolhe usar emerge na vida de uma catadora. Discurso atrelado àquele que autoriza o homem a se sentir proprietário do corpo dela, e perpassado pela ideia de “mulher direita” ou “de família”. Além disso, mais uma vez uma situação de agressão encontra-se associada à ingestão de bebida alcoólica ou de drogas.

Deolinda classifica estes acontecimentos como uma “página virada na sua vida” e diz que agora quer ser “uma boa mãe, amiga”. Teme que a filha viva episódios semelhantes àqueles que ela viveu. “Eu dei a volta por cima por causa da minha filha e minha mãe que me ajudou. Não quero que minha filha passe pelo o que eu passei. Às vezes eu choro; choro pensando nisso, no medo que eu tenho da minha filha viver algo assim”.

Ao expor este seu medo Deolinda nos faz refletir sobre o entendimento de que sua história não é um caso isolado, gerado apenas pelas particularidades da sua vida. De alguma forma, e em alguma medida, por ter em sua vida repetidas experiências de agressões, Deolinda teme que a filha passe por situações semelhantes às que passou, por estar ciente que circulam socialmente comportamentos e discursos que ainda sustentam estes variados tipos de violência que incidiram em sua vida. Isso parece evidente quando complementa: “sempre penso que se eu tiver um namorado, eu tenho medo que ele abuse da minha filha”. Dessa forma, parece demonstrar que o abuso sexual cometido por seu pai não é um acontecimento isolado, mas uma prática social que vem sendo realizada e perpetuada por outros homens nos corpos de outras meninas.

A história de Deolinda reúne uma série de violências, ocorridas ao longo de sua vida e difíceis de serem completamente exploradas. Mas permite que fiquemos com alguns pontos de reflexão. Sentir-se um lixo diante destas violências faz verter um sentido de sentir-se desprezível, descartável, que não serve mais. Vai, portanto, de encontro ao sentido de corpo abjeto.

Na infância, relatou que sofreu, pelo menos, três tipos de violência da parte de seu pai. Ele a agrediu fisicamente batendo em seu corpo, amarrando-a com uma corda em um móvel para impedir que saísse de casa, e a violentou sexualmente. Quando foi morar na rua foi agredida,

²³⁸ “Chapado” refere-se à condição da pessoa ter ingerido bebida alcoólica ou drogas e estar com os sentidos alterados.

sobretudo pelos namorados que teve. Na prisão demorou um tempo para compreender as regras existentes entre as presidiárias e, diante disso, foi agredida por aquelas que detinham algum poder e queriam “ensinar” como as coisas funcionavam lá dentro. Ao sair da prisão seguiu se envolvendo com drogas e convivendo com homens que a violentaram de diversas formas, relacionando estas agressões ao sentimento de ciúme e ao uso de bebidas alcoólicas e de drogas por parte dos homens agressores. Seu corpo de mulher responde a uma lógica que exige uma subordinação a alguma autoridade masculina, seja o pai na infância, um namorado na adolescência e na vida adulta.

Como na história de Meiry, a roupa que Deolinda usa é também motivo de desavença, de questionamento que regula como e quais as partes de seu corpo podem estar à mostra. Isso vem a classificar se ela condiz ao status de uma mulher “de família” ou se estaria alocada em uma categoria de mulher “da vida”, mulher “fácil”, nas próprias palavras dela.

A figura da mãe que a auxiliou destacou-se em seu relato em diversas vezes, o que vem reafirmar a existência de uma rede de apoio entre as mulheres, a qual foi possível identificar na vida de várias catadoras. Uma fala recorrente pode ser aglutinada da seguinte maneira: “Se não fosse a minha mãe me ajudar com meus filhos eu não sei o que seria de mim”.

A existência de uma rede de apoio entre as mulheres de uma mesma família foi estudada e confirmada, como nos estudos de Myriam Lins de Barros (1987), no Brasil, e María Ángeles Durán (2007), na Espanha. Os dois estudos ratificam que na contemporaneidade, mesmo em contextos sociais diversos, quando as mulheres assumem uma atividade profissional são poucas as que contam com o apoio de uma estrutura oferecida por políticas públicas como creches e escolas em tempo integral.

Também incide aqui a divisão sexual dos afazeres no espaço doméstico, incluindo o cuidado das crianças. Nas duas pesquisas citadas foi constatado que, no caso de casais com filhas/os, o cuidado delas/es continua sendo uma atribuição majoritariamente das mulheres, mesmo com a inserção delas no mercado de trabalho. Na vida das mulheres catadoras, participantes da pesquisa, a atuação do pai no cuidado das crianças é, em muitos casos, inexistente, posto que muitos dos progenitores vivem completamente desvinculados de suas/seus filhas/os.

Diante desse cenário, presente na sociedade contemporânea, Araujo, Picaço e Scalón (2007) concluem ser praticamente consenso que uma das fontes centrais das tensões a respeito da inserção

da mulher no mercado de trabalho relaciona-se à forma de conciliação das mulheres entre a vida familiar e o trabalho remunerado.

Na diversidade de desenhos e de arranjos familiares que testemunhamos na contemporaneidade, persevera uma concepção social de que as/os filhas/os são responsáveis maioritariamente da mãe. Permanecemos em uma estrutura social atrelada àquela anunciada há mais de trinta anos no clássico livro de Rose Marie Muraro (1983) “Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil”. Ao discutir sobre a relação entre o crescimento populacional no mundo, a sexualidade da mulher, e a maternidade, Muraro (1983, p. 19) enfatiza que este fenômeno ocorreu em um sistema socioeconômico baseado na “exploração de alguns seres humanos por outros: o capitalismo”. Para a autora, este conceito de exploração capitalista traz determinantes específicos que impactam na vida das mulheres que são mães.

Entre outros aspectos, Muraro destaca que este crescimento populacional estava ocorrendo sobremaneira no então chamado “Terceiro Mundo”, e que mesmo nos “países desenvolvidos” as mulheres tinham que escolher entre a carreira e a maternidade. Isso porque em ambas as sociedades havia uma deficiência de “equipamentos coletivos”, que lhes permitiriam trabalhar e assumir a maternidade de maneira mais equilibrada²³⁹.

O que fica evidente em sua colocação é de que existe nas sociedades, tanto nos países mais ricos, quanto nos mais pobres, uma percepção de que a maternidade é uma opção individual, o que eximiria o poder público de qualquer responsabilidade social: “procriar ou não procriar, embora fenômenos coletivos são mascarados como fenômenos de escolha individual” (MURARO, 1983, p. 19).

A autora quer chamar a atenção para as conexões entre as escolhas das mulheres e dos homens em relação à sua sexualidade e à maternidade, e o projeto social de um país. Dos aspectos levantados por Muraro, fiquemos com a falta de estrutura social enfrentada pelas mães catadoras, tomando alguns aspectos específicos como o direito à licença maternidade e a demanda urgente

²³⁹ É necessário salientar que na atualidade, em relação ao Brasil, há uma diferença notável nas políticas públicas de alguns países mais desenvolvidos, pois em vários países existem estratégias efetivas para que a mulher tenha mais tranquilidade em lidar com as demandas da vida profissional e da maternidade. Por exemplo, comparar a realidade de uma mulher catadora, com filhas/os, com a estrutura social que uma mulher trabalhadora pode contar em diversos países europeus, mostra que há um abismo quanto às vantagens da mãe europeia. O livro “Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais”, de autoria de Cristina Bruschini, Albertina De Oliveira Costa, Helena Hirata e Bila Sorj, é repleto de referências mais atualizadas sobre estas questões.

por creches ou escolas em tempo integral, que deem conta das reais necessidades destas e de tantas outras mulheres.

Há ainda mais duas informações da pesquisa de campo, que podem ser articuladas com esta reflexão. Uma primeira diz respeito à quantidade de mulheres gestantes que ingressam na Associação. Seria uma coincidência o fato de que, em determinado momento, em quatorze mulheres que estavam trabalhando na Associação cinco terem ingressado enquanto estavam grávidas? Destas, três não tinham a presença e o apoio do pai para auxiliar nas despesas e nos cuidados com a/o filha/o que estava chegando. Em conversa com duas destas gestantes, elas me disseram: “vim para cá porque onde mais vão aceitar mulher grávida? O pessoal não aceita! Não aceita!”

Outro argumento constante que as mulheres com filhas/os pequenas/os levantaram, mesmo aquelas que não ingressaram grávidas na Associação, foi que ali elas contavam com certa flexibilidade de horário caso a criança ficasse doente. As catadoras expuseram que em outros locais, caso faltassem ao trabalho, mesmo trazendo um atestado médico eram mandadas embora do emprego. No dia a dia da Associação foram incontáveis as ocasiões em que presenciei mulheres faltando ao trabalho, ou se ausentando no meio do expediente, justificando que iriam atender a alguma demanda relacionada às/aos filhas/os, na maioria das vezes porque estavam adoecidas/os.

O que estas mulheres “aguentam” na vida e no trabalho como catadoras, dizem que o fazem em boa parte por causa das/os filhas/os. Essa realidade está presente em outras pesquisas, como a de Araújo, Lima e Borsoi (2011, p. 715) sobre violência contra mulheres trabalhadoras em fábricas no Cariri cearense, que relata que estas mulheres adentram neste trabalho “por força das circunstâncias de sobrevivência”, sempre se reportando à criação da prole.

Apesar da precariedade de seu trabalho, da violência que sofrem neste ambiente e no ambiente doméstico, tal como as catadoras, estas trabalhadoras fabris argumentam que são as/os filhas/os “a motivação para elas se manterem no trabalho e resistirem às adversidades” (ARAÚJO, LIMA, BORSOI, 2011, p. 717). Como as catadoras da pesquisa de campo, algumas afirmam que passaram a “ter mais responsabilidade” porque pensam na segurança e no sustento das/os filhas/os, especialmente no caso das mulheres que se separaram dos maridos.

Trata-se de mais dados que confirmam as tensões e os desafios da mulher pobre que

necessita trabalhar e que conta com uma deficiente estrutura do poder público para lidar com estes problemas. Em outras palavras, esta deficiência de estrutura vivenciada por estas mulheres contribui para que tenham como única alternativa habitar os espaços da abjeção.

Trabalhar como catadora acaba sendo a única possibilidade diante das dificuldades de encontrar outro espaço de trabalho no qual possa conciliar a maternidade e a labuta cotidiana. São inúmeros os casos em que estas mulheres iam “entregar os pontos”, e “onde ‘não sabiam mais para onde correr’, que o lixo passou a fazer parte de suas vidas”, na mesma linha de entendimento construída por Denise Juncá (2004, p. 16) sobre a realidade das/os catadoras/es que estudou.

4.6 Luta e resistência na abjeção

Quando eu fui lavar roupas encontrei com algumas mulheres que estavam comentando a coragem de Maria, companheira do baiano. Que se separaram e que ela foi morar com outro baiano, seu vizinho (JESUS, 2007, p. 149).

O propósito deste capítulo era refletir sobre a relação entre as concepções de corpos abjetos e as histórias de vida das catadoras participantes da pesquisa, a partir de uma perspectiva dos estudos de gênero. Penso que foi possível explorar as diversas formas de violência que estas mulheres viveram e que permitiram construir um perfil de mulher que tivesse coragem para “aguentar” as situações precárias que persistem na maioria dos ambientes de trabalho de catação.

Quero concluir retomando, como anunciado, a história de Meiry, apresentando uma última contingência que relatou de sua vida. Na condição de presidente da cooperativa na qual trabalha contou que foi uma menina que sofreu abuso sexual de seu padrasto, foi responsabilizada pela mãe, que, em seguida, “arranjou” um casamento para ela com um homem bem mais velho.

Neste casamento sofreu agressão verbal e foi violentada sexualmente. Pontua um xingamento do marido direcionado a ela como um fato que a marcou profundamente, de maneira triste. A palavra proferida, direcionada a ela, tem uma gravidade tão forte que não deve ser repetida. Teve cinco filhas/os. Expôs que desejava se separar do marido, mas temia possíveis represálias. Contou que acreditava que já estava sofrendo uma delas, através de um amigo de seu marido, que teria invadido a cooperativa à noite e depredado o local.

Relembrado este cenário, quero fazer um remate desta história, ciente de que ela segue e

tem ainda muitos outros episódios a se desenrolar. Meiry decidiu voltar a estudar, uma vez que por exigência do marido tinha abandonado os estudos quando se casou.

Ela trabalha o dia todo na cooperativa. Sai de casa depois de dar café da manhã para as/os filhas/os e volta no final da tarde. Ao retornar, geralmente sua filha mais velha já providenciou o jantar. Janta com as/os filhas/os e rapidamente dá conta de algum afazer em casa, uma louça a ser lavada, auxilia uma lição escolar da/o filha/o e vai para a sua aula na escola. Relata: “às vezes estou tão cansada que nem consigo prestar atenção no que a professora está dizendo. Tem vezes que durmo na aula porque eu acordo às cinco da manhã. A professora grita: ‘acorda Meiry, vamos estudar!’ E eu estou indo. Fiz provas e até que fui bem”.

Sua motivação para retomar a vida estudantil, segundo Meiry, originou-se do próprio trabalho como catadora, “porque a gente tem que entender das coisas, senão passam a perna na gente. Tem que saber ler para poder conversar de igual para igual com as pessoas e ficar esperta com quem quer roubar dos pobres”.

Esse foi um importante passo dado em direção ao seu objetivo de buscar mais informação e educação para lidar com maior autonomia e conhecimento em seu trabalho, ainda mais na função que exerce na cooperativa. É uma conduta que o MNCR estimula como importante para a luta pela emancipação das/os catadoras/es de materiais recicláveis, como ouvi ser apregoados nos eventos.

Na vida de Meiry, e seguramente de outras catadoras por este Brasil afora, diante do cotidiano extenuante do trabalho nas cooperativas e associações, somado aos afazeres domésticos, retomar os estudos é uma conduta ousada, aproximando-se de uma façanha. No caso de Meiry, é uma escolha em direção à resistência de seguir habitando as zonas inóspitas da abjeção e de se apartar do adjetivo direcionado a ela pelo marido. É uma forma de se assumir, na medida em que estudar lhe dará mais conhecimento para, como catadora, poder “conversar de igual para igual” com as outras pessoas. Estudar pode auxiliar nas negociações cotidianas sobre preço dos produtos, na luta por seus direitos, e nas argumentações que, de maneira geral, venham a melhorar suas condições de trabalho, como ela mesma define: “porque a gente tem que entender das coisas, senão passam a perna na gente”.

A despeito de toda essa dificuldade, sua capacidade de luta foi ainda mais longe. Meiry me relatou que depois de intensa oposição do marido, conseguiu se separar dele.

Foi difícil também por causa dos meus filhos. E ele usou isso, dizendo que eu ia separar ele dos filhos. Só que eu falei que ele poderia ver os filhos quando quisesse. Porque ele é um bom pai. Mas isso foi antes, porque quando ele viu que essa coisa da separação era séria, que eu estava indo no advogado e tudo mais, ele ficou louco. E começou a bater em mim, dizendo “você é minha mulher, para com essa palhaçada de separação”. Depois chorava, dizia que estava arrependido. Mas eu sou gato escaldado, né. Não caí nessa não.

Após muitos atritos, Meiry conseguiu se separar e seguiu sendo ameaçada pelo ex-marido. Quando chegou ao seu “limite” foi até uma delegacia da mulher e o denunciou. Conta que a partir desta denúncia “ele ficou com medida protetiva, por causa da Maria da Penha. Ele tem que ficar longe de mim, não pode ir à minha casa, nem no meu trabalho”²⁴⁰. Pondera que isso foi muito bom, pois:

[...] ele deu uma sossegada. Só que o problema é que onde eu moro, lugar de pobre mesmo né, a polícia não entra. Pode chamar que eles não entram. Então, o que é que adianta a medida protetiva? Se um dia ele for na minha casa, entrar lá, se eu chamar a polícia eles não vão lá. Eu acho boa essa lei Maria da Penha, ajuda, ele viu que era coisa séria, ficou com medo, não chega perto, até está respeitando. Mas também tem essa coisa da polícia não entrar lá na vila, né, não adianta muito caso ele desobedeça à lei. Eu vivo um pouco segura e um pouco com medo.

A avaliação de Meiry é sintomática e denuncia que no cotidiano dessas mulheres pobres, que vivem em favelas, existem complexidades e especificidades que suscitam serem olhadas com prudência. Este contexto fragiliza a possibilidade da plena vivência dos direitos assegurados pela lei Maria da Penha. São dificuldades e limites que a aplicação da lei enfrenta, já discutidos por Wânia Pasinato (2015, p. 534), que conclui que após oito anos de aprovação dessa legislação diagnósticos e estudos revelam que ocorreram avanços, mas que estes avanços convivem com múltiplas resistências para sua aplicação de fato.

A autora apresenta algumas falhas e obstáculos na aplicação efetiva da lei. Elenca os poucos serviços para o atendimento das mulheres, as dificuldades em se responsabilizar os culpados, o insuficiente compromisso dos governos para a articulação das redes intersetoriais, ou ainda, as contingências de recursos humanos e a baixa especialização dos profissionais, o que têm contribuído para a permanência de atendimentos discriminatórios e prejudiciais às mulheres (PASINATO, 2015, p. 535). São fragilidades que impactam diretamente na vida das mulheres, que

²⁴⁰ A lei n. 11.340 conta com algumas medidas protetivas, que podem ir desde o afastamento do agressor do lar ou do local de convivência com a vítima, até a fixação de limite mínimo de distância de que o agressor fica proibido de ultrapassar em relação à vítima, e a suspensão da posse ou, se for o caso, restrição do porte de armas. Pode ocorrer, ainda, a proibição do agressor de entrar em contato com a vítima, com seus familiares e testemunhas, por qualquer meio, ou também devendo obedecer à restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores. Outra medida que pode ser aplicada pelo juiz em proteção à mulher vítima de violência é a obrigação de o agressor pagar pensão alimentícia provisional ou alimentos provisórios.

apelam a esta lei para que findem as agressões que vêm sofrendo.

Meiry traz à tona uma fragilidade na aplicação da lei que se articula com sua condição social e econômica, já que, como coloca, em “lugar de pobre mesmo” a polícia não entra. Como comentado anteriormente, no caso de outras catadoras, e de Meiry, a lei foi um estímulo para se engajar na ação de denunciar o marido. Pelo menos, em parte, este direito amparado legalmente protegeu esta mulher e a estimulou a buscar sua separação e sustentar esta escolha.

Contudo, a citada medida protetiva encontra-se fragilizada porque, na hipótese do ex-marido descumprir sua determinação e vir a se aproximar de Meiry, ela se sente desamparada. Este desamparo ocorre porque existem outras “leis”, para além daquelas instituídas pelos códigos formais e institucionais de uma nação. São normas instituídas pelos grupos sociais e que devem ser levadas em consideração. Pelo que pude apreender, o limite espacial que existe no local onde Meiry vive está firmado pelo grupo social que ali reside e que está vinculado a algum poder regulador, provavelmente ao tráfico de drogas. Sem desejar explicitar tal informação, ela explica que “o pessoal que manda lá não deixa a polícia entrar e os policiais já sabem e não entram mesmo”.

Esta realidade pede uma reflexão que esbarra nas questões territoriais, o que caberia aos estudos da área de antropologia urbana. São estudos que se debruçam sobre pensar as metrópoles, seus grupos sociais, seus territórios e sua maneira de viver nesta realidade. Taniele Rui (2012) encarou de certa forma este desafio de pesquisa, refletindo em sua tese de doutorado sobre a relação entre o usuário extremo de crack, enquanto corpo abjeto e sua relação com as territorialidades²⁴¹ da metrópole. Em seu estudo, consegue demonstrar várias redes de poder e de atuação que podem ser identificadas pela perspectiva da territorialidade. Ao trazer Michel Misse (2007) para o debate, auxilia nesta breve reflexão sobre a realidade das catadoras que residem em locais semelhantes aos de Meiry, e que considero, nas metrópoles, as zonas inóspitas dos corpos abjetos. Enriquece a discussão ao aglutinar reflexões de Taniele Rui e Misse:

Como já mostrou Michel Misse (2007) é verdade que as redes sociais que interligam mercados legais e ilegais não necessariamente adquirem contornos espaciais; sabe-se que elas percorrem completamente todo o conjunto do tecido social, econômico, político tanto local quanto global. Contudo, diz Misse, quando algum contorno espacial se desenha, quando uma territorialização pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão política completamente diferente daquela que existe de forma pulverizada. O autor nos fala ainda que, se por um lado, essa

²⁴¹ A autora esclarece, na nota de rodapé número 26, que parte “da observação de Antônio A. Arantes (1994), para quem territorialidade denota mais uma qualidade que um território substantivo. O uso do termo objetiva, assim, flexibilizar os espaços sociais descritos”.

territorialização reforça estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro ela cria novas redes de sociabilidade que emergem das relações de poder que demarcam esses territórios (RUI, 2012, p. 115).

Ora, a descrição tem agudas conexões com a realidade reportada por Meiry. Seu medo advém de uma estrutura social que pode ser identificada a partir de uma territorialização, limitando até onde o poder da lei do estado e do cumprimento da mesma, representado pela força da polícia, pode adentrar e atuar. Esta territorialização no mundo de Meiry reforça estereótipos, e estigmatiza, mas também regula o espaço da abjeção. Ao mesmo tempo, a pesquisa de campo reafirmou que estes contornos espaciais criam redes de sociabilidade, tal qual descritas por Rui. São possíveis de ser percebidas, nos relatos das catadoras que elas contam com relações de apoio entre a vizinhança, que parecem essenciais para a manutenção da vida, de acordo com os arranjos e contornos dessas sociabilidades. Um exemplo pode ser identificado nos arranjos que envolvem mulheres que tomam conta das/os filhas/os de outras pessoas.

No caso de Meiry, pode-se pensar que a catadora, embora tenha conquistado sua liberdade com a proteção da lei, mesmo assim encontra-se fragilizada por ser mulher e ser considerada um corpo abjeto, que habita os espaços sociais da abjeção. Deve-se ainda considerar que, devido às sociabilidades que constrói no local onde vive, existe a possibilidade de que venha a contar com alguma proteção das pessoas que detêm o poder e estabelecem as normas de convivência neste território.

Estou convencida de que uma reflexão sobre a vida das/os catadoras/es, a territorialidade e a abjeção, inauguraria um bom debate, dando margem para uma pesquisa de campo, e, ao mesmo tempo um desafio teórico para refletir sobre esta problemática. No espaço de discussão que aqui proponho, penso que é suficiente demarcar esta articulação e anunciar a fértil possibilidade de exploração da temática. O principal intuito, aqui, foi demonstrar as diversas facetas da abjeção na vida destas mulheres catadoras.

E quanto aos novos acontecimentos na vida de Meiry, compreendo que simbolizam uma reivindicação a um descolamento com a identificação com o lixo. “Aguentando” um cotidiano tão exaustivo ela luta para não ter que “aguentar” mais a submissão ao marido e ao saber alheio, buscando estudar para ter mais autonomia e conhecimento na sua atuação profissional. Assumir a presidência da cooperativa, voltar a estudar e se separar do marido, mesmo diante de todas as complexidades, tensões e contrariedades envolvidas nestas escolhas, me fez ter ouvido sua voz

dizer - sem ela nunca ter pronunciado: “Eu não sou lixo”.



Fotografia 6: Daniela Kuhn
Durante pesquisa de campo na Associação

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teve um acontecimento no Lixão de Aguazinha. Era um lixão, um local onde a cidade de Recife levava seus resíduos, não era em Recife que era depositado, mas na região metropolitana, em Olinda, e era e é um lixão enorme, enorme. E neste local os catadores sempre viveram garimpando material reciclável junto com as crianças e os adolescentes [...].

Isso foi antes de 98... antes de 98... e 23 crianças foram hospitalizadas num determinado momento, de lá, que trabalhavam no lixão de Aguazinha. E, obviamente, ninguém nunca se espantou com o fato de que aquelas crianças, elas não estavam lá só ajudando a..., ajudando, né, no trabalho, coletando material reciclável, mas se alimentando dos restos do que eles encontravam lá. Porque, em razão da miséria, né, então, eles comem o que encontram... é, isso é muito comum nos lixões, não é só pegar o material, né. Eles comem o que tem ali também, o que eles encontram de alimento.

E elas ficaram muito adoecidas estas crianças de Aguazinha, com um grave problema gastrointestinal. Eles resolveram aprofundar para saber, porque assim, talvez só um alimento estragado talvez não fosse causar tanto problema, já que há tantos anos eles comiam alimentos estragados e nunca tinham adoecido daquela forma. E o resultado da análise, eles fizeram, colheram né, o que tinha no fundo do estômago ou ainda resto do intestino, fizeram análise e era carne humana o que as crianças tinham consumido. Porque ia lá resto de, de, de resíduo hospitalar, de uma cirurgia de alguém, o pedaço de alguém lá, algum órgão do corpo, eles confundiram, não sabiam que era carne humana. E é assim, eles encontram a carne, qualquer carne, olham acham se tem um aspecto bom, fritam ali no mesmo local, tudo improvisado no local, um fogareiro, e já comem por ali mesmo. E aí quando alguém me contou isso, na mesma hora eu fiquei ..., nossa, eu fiquei achando o fim, do fim, do fim, do fim dos tempos. Eu falei: não é possível que a gente tenha uma realidade dessas, né, de criança, primeiro se alimentando de, de, de restos, alimentos estragados e ainda de carne humana, né e assim neste estágio de desenvolvimento que nós nos encontramos.

Dra. Margaret Matos, em entrevista dia 04/12/2013.

Adentrar no mundo dos materiais recicláveis - que têm sido tratados em nossa sociedade muito mais como lixo do que como uma possibilidade de se transformar em algo que ainda resguarda algum valor - exigiu uma imersão intensa nas vidas das/dos catadoras/es destes materiais. Essas pessoas foram encaradas neste estudo como impregnadas por marcas sociais que correspondem às definições de corpos abjetos, vidas que insistem em existir mesmo sendo consideradas vidas desprezíveis (BUTLER, 2012).

O relato da Dra. Margaret Matos, que retomarei mais adiante, narra uma situação específica

que denuncia a gravidade a que pode chegar a situação de lidar com o lixo. Esta agudeza de problemas que catadoras/es podem enfrentar foram assumidas nesta tese como contingências próprias de quem está delegada/o ao local de corpo abjeto, pois são corpos e lugares sujeitos à negação de sua existência.

No percurso deste estudo propus desenvolver a tese de que a abjeção marca intensamente o trabalho e a vida das/os catadoras/es e que esta categoria de trabalhadoras/es tem sido alocada socialmente como corpos abjetos. Dediquei-me a pesquisar a vida de catadoras/es de materiais recicláveis na perspectiva das concepções teóricas da abjeção e do corpo abjeto, complementando as reflexões com outras referências teóricas, de acordo com as questões que o próprio material da pesquisa foi demandando.

Explorei o que o trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis pode dizer sobre a noção de abjeção, e também o reverso, ou seja, o que a noção de abjeção nos pode dizer sobre o trabalho da catação. Imersa na pesquisa de campo, no estudo e decodificação dos dados, nas leituras bibliográficas realizadas, em alguns vídeos sobre a temática, e na construção do texto da tese, apresentei o que a realidade cotidiana das/os catadoras/es participantes da pesquisa pode nos levar a refletir sobre seus corpos considerados abjetos e algumas possíveis consequências deste enquadramento social.

As reflexões trazidas no primeiro capítulo, “Percurso Metodológico”, geraram um empenho e um aprendizado significativos na minha formação como pesquisadora. Isso ocorreu principalmente porque a temática abjeção permeou as escolhas metodológicas, demandando uma dedicação e um estudo mais profundo de questões relativas às escolhas metodológicas. Em campo, eu representava uma figura de contraponto e de demarcação de referências que auxiliaram a alocar as/os catadoras/es como corpos abjetos. Várias de minhas marcações corporais e os adornos e objetos que eu utilizava eram materialidades que denunciavam minha origem de classe social, origem esta distinta daquela que descende a maioria das/os catadoras/es. Portanto, o cuidado com uma condução respeitosa e ética em relação a estas pessoas foi uma constante. Na medida em que a pesquisa de campo me exigiu uma acuidade em minha conduta ela também gerou a demanda de aprofundamento em algumas questões e consequente aprendizado prático e teórico.

Um exemplo disso, não apresentado no corpo da tese, e que complementa a reflexão, foi vivenciado com as lideranças do MNCR. Estas pessoas foram inspiradoras na pesquisa, porém,

também demonstraram resistências à minha presença. Percebi na conduta de algumas destas lideranças do MNCR a desconfiança em relação à minha participação em alguns momentos nos eventos e reuniões de catadoras/es. Embora me sentisse um pouco incomodada com esta desconfiança, sempre compreendi este receio. Vivi na própria pele, durante toda a pesquisa de campo, os entraves que o fato de eu ser uma pessoa que demarca a abjeção das/os catadoras/es poderiam trazer para as relações. Tudo estava ali: a cor da minha pele, meu cabelo, minhas roupas, o jeito de eu mover meu corpo, minha fala, o fato ser professora e de estar cursando um doutorado. Estas marcas delimitaram os muros da abjeção.

Por isso, para poder estar com o “outro” – as/os catadoras/es – foi antes necessário que eu - a pesquisadora - me reconhecesse como partícipe de uma cultura, como pessoa que carrega muito dos discursos culturais encarnados em meu próprio corpo. A partir desta consciência foi possível estabelecer relações nas quais a abjeção pode ser encarada sem subterfúgios, mas com respeito e abertura para o mundo do outro. Seguindo um preceito de Paulo Freire (1996), busquei compreender que na relação com “o outro” há uma necessidade de

[...] assumir-se como um ser social e histórico, e como ser pensante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade de meu *eu* (FREIRE, 1996. p. 41, grifos de autor).

Estes são saberes que precisam ser buscados, formas alternativas de aprender, pois raramente fazem parte da nossa educação informal e/ou escolar. Nesta trilha, estar com as catadoras e os catadores nos momentos em que as conversas fluíam - nos momentos nos quais a abjeção não marcava sua presença apenas de modo segregatório - significou experimentar relações humanas onde cada uma/um acabava sendo “gente mais gente”, como pleiteia Paulo Freire (1996, p. 146).

Foi com as mulheres catadoras que experimentei de forma mais intensa esta qualidade de relação humana. Com as catadoras vivi de “corpo e alma” a recomendação de Jeanne Favret-Saada (2005), de que a etnografia se torna mais potente quando a/o pesquisadora/r permite “ser afetada/o”. Entendo que, metodologicamente, essa característica foi importante para que eu pudesse conhecer uma a uma as histórias de vida de cada mulher que conversou comigo. Fui profundamente afetada por estas mulheres, aceitando, inclusive, o risco de ver meu “projeto de conhecimento se desfazer” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Não fiz entrevistas com estas mulheres, nem insisti que se abrissem comigo. Não perguntei detalhes sobre as situações dolorosas pelas quais cada uma passou. Ficava perto de cada uma e apenas ouvia o que elas desejassem falar, disposta e com a “escuta atenta” (FREIRE, 1996), com o mínimo de intervenção de minha parte. Procurava estar presente, centrada, inteira com cada uma. Deixava que me enxergassem como sou de fato, mesmo sentindo um pouco de insegurança perante tudo aquilo que poderiam ver em mim. Fazia perguntas mais gerais e com muito cuidado para não ser invasiva, nem colocar meus objetivos de pesquisa à frente do respeito pela dor de cada uma delas. Sinto que o que cada uma valorizou foi o fato de ser ouvida com respeito, com solidariedade, com compreensão.

Às vezes me cobrei uma conduta mais “séria”, mais “científica” ou “disciplinada” como pesquisadora. Às vezes duvidava se teria material consistente para esta tese. E aqui se assenta também a necessidade de ler um farto volume sobre metodologia de pesquisa, sobretudo a respeito de etnografia. Li diversas etnografias que lidavam com contextos nos quais as pessoas estavam mais fragilizadas, não citadas na tese, mas que me asseguraram mais confiança em minhas escolhas metodológicas. Neste percurso, penso que aprendi algo semelhante ao descrito em uma das etnografias que mais me marcou, a de Taniele Rui, ao falar de sua relação com os usuários de crack, tema de sua pesquisa etnográfica:

Assim, por outros caminhos, cheguei a aspectos que eram relevantes inclusive aos próprios usuários. E então fiz as pazes com esses escritos e com minha escolha metodológica. Foi quando eu constatei que, para falar daquilo que move e toca as pessoas, nem sempre é preciso ficar escarafunchando suas histórias de vida. Às vezes, é só olhar, com bastante seriedade e respeito, para as relações que elas estabelecem com outras pessoas, com substâncias, com corpos, com sensações, com objetos, com instituições, com ideias e com espaços (RUI, 2012, p. 323).

Ao fazer as pazes com a metodologia e com meus escritos, ao finalizar o capítulo sobre os percursos metodológicos pude entender que o meu trabalho de pesquisa já havia sido feito. Compreendi que chegara o momento de assumir as conquistas, os aprendizados, bem como as limitações e os riscos, tanto aqueles mais particulares a esta investida como pesquisadora, como os que são inerentes a qualquer pesquisa realizada.

No capítulo “O trabalho de catadora/r e a construção da abjeção” abordei tanto aspectos mais amplos, quanto mais específicos sobre o trabalho, a atividade de catadora/r, e os dados relativos à pesquisa de campo na Associação, para refletir sobre como a abjeção se constrói, se expressa e influencia a vida dessas pessoas. As disparidades de condições de trabalho no mundo

da catação, existentes no território brasileiro, foram apresentadas para atenuar o risco das generalizações. Contudo, demonstram também como a abjeção se espreita e se expressa de diferentes maneiras.

Uma questão que me chamou atenção, e que não encontrei espaço no texto para explorar, situa-se numa percepção que existe entre as/os catadoras/es, o que chamei de uma hierarquia na abjeção, que permitiria classificar quem é mais ou menos abjeto. Isso parece relevante que venha a ser explorado futuramente, na medida em que pode auxiliar na tomada de consciência das disputas de poder que se instauram nas relações entre as/os catadoras/es, e como lidar com elas de acordo com os projetos de cada grupo. Relaciona-se a uma tendência de comportamento já anunciada por Paulo Freire (2007), ao asseverar que quando uma educação não é “libertadora” corremos o risco de que aquelas pessoas que o autor nomeia como “oprimidas” desejem ser as “opressoras”. Aqui está implícita a lógica do capitalismo, que prefere uma organização de trabalho (e um modo de viver) que privilegia e estimula o individualismo e a competição.

No caso das/os catadoras/es, se estamos discorrendo sobre um grupo que pretende estar alinhado a uma concepção de organização mais cooperativa e solidária, como propõe o MNCR, faz-se necessário que estas hierarquias e o desejo de ser “melhor” que o outro, sua/eu colega de trabalho, sejam problematizados e conduzidos para relações mais solidárias. A conquista de uma perspectiva que traga possibilidades diferentes da repetição destes padrões competitivos tem como um possível caminho um processo de formação para as/os catadoras/es, como apontado no capítulo dois e três desta tese.

Vivemos em uma sociedade onde somos educados de acordo com os preceitos e práticas do sistema capitalista. Trazemos registrados, em nossa estrutura emocional, mental e corporal, a competição e o lucro nos locais de trabalho como força motriz que nos move permeando a construção das relações sociais. A intenção de instituir uma associação de catadoras/es nos moldes de uma organização cooperativa, e procurando implementar a autogestão, encontra resistências calcadas nos modelos culturais, sociais, políticos e econômicos historicamente construídos e vivenciados todos os dias.

Paul Singer (2005), referência fundamental nos estudos da Economia Solidária - tema

correlato aos preceitos do MNCR²⁴² - colabora para a compreensão destas questões. Devido à educação que prevalece em nosso sistema educacional, que nos ensina que o modelo do capitalismo é aquele que deve nos orientar, a Economia Solidária coloca o processo de formação como indispensável em seu desenvolvimento. Singer assume a Economia Solidária como um ato pedagógico, pois, diante de sua proposta,

[...] fica claro que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. Se apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição, ele será esmagado economicamente e vice-versa: se apenas um se comportar competitivamente onde predomina a Economia Solidária, ele será visto como egoísta e desleal pelos demais, que o excluirão do seu meio (SINGER, 2005, p. 19).

O autor destaca uma particularidade, preconizando que esta reeducação deve ser desenvolvida de forma coletiva, e adverte sobre as consequências que podem ocorrer caso assim não seja efetivada. Seu apontamento sobre a necessidade de um processo educacional coletivo me faz pensar em um coletivo um pouco mais amplo do que aquele formado pelas/os catadoras/es de uma associação. Esse coletivo precisa incluir aquelas pessoas e instituições que lidam com esta realidade, pois também foram, de maneira geral, educadas numa perspectiva atrelada aos discursos e práticas do capitalismo.

Ressalto, aqui, no mesmo escopo de reflexão, ser urgente uma problematização sobre a formação das pessoas, como, por exemplo, os membros de ONGs voltadas para esta temática, que escolhem trabalhar com este público - as/os catadoras/es. Sem uma formação que estimule uma consciência crítica sobre o funcionamento do capitalismo, a tendência será essas/es profissionais repetirem os discursos e as práticas sociais hegemônicas como abalizadores das práticas laborais. Este foi um aspecto que se evidenciou no capítulo três, no qual discorro sobre a instalação da esteira.

²⁴²Embora o MNCR não utilize com frequência uma alusão direta a este tipo de abordagem, o movimento parece expressar uma tendência de aproximação em relação à dinâmica referente à Economia Solidária atualmente instituída no Brasil. Sem muito esforço pode-se perceber que várias expressões, princípios e práticas do MNCR apresentam similaridades com aqueles presentes na Economia Solidária. Isso pode ser ilustrado na própria valorização da formação, nos princípios do movimento calcados em “autogestão”, na “democracia direta”, no “apoio mútuo”, sendo que este último é definido como “o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação, é contrário aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância” (MNCR, 2009, p. 24). Outro ponto de aderência pode ser identificado quando se lembra de um objetivo fundamental do movimento, que se orienta para a organização das/os catadoras/es em cooperativas e associações como estratégia de fortalecimento de uma luta contra o poder hegemônico do capitalismo.

Um diferencial importante poderia ser uma reflexão inicial a partir de uma formação mais direcionada pelos princípios do MNCR e, com o tempo, tendo as/os associadas/os mais conhecimento de sua realidade, e conscientes de seus direitos estariam mais encorajadas/os a refletir sobre suas demandas mais específicas. Poderiam, então, pensar em grupo quais são suas necessidades, permitindo que estas venham a brotar das/os próprias/os catadoras/es, num processo consciente e auto gestor, e não a partir de referências externas ao grupo, numa perspectiva que se poderia pensar como exógena e impositiva²⁴³.

Tomando como referência a realidade que conheci na Associação, entendo que se trata de uma meta ambiciosa diante das dificuldades de se implantar um processo educacional nestes moldes – levando em consideração a urgência de produção para gerar um salário minimamente plausível, vivenciada pelas/os catadoras/es, e a troca constante de associadas/os - e das inúmeras resistências internas e externas, de caráter subjetivo e objetivo que poderão emergir. Estudiosos e estudiosas da Economia Solidária não negam que a amplitude e a aspiração deste projeto predisõem à existência de fortes traços de uma utopia.

Sonia Portella Kruppa (2005) faz uma reflexão sobre a Economia Solidária relacionando a utopia e as demandas de transformação na conduta das pessoas que estas práticas exigem. Ensina que numa metodologia em que se pretende vincular o pensar e o fazer, o desafio e o sonho, caso da educação na Economia Solidária, necessário é estimular a pessoa a se assumir como sujeito. E isto

[...] exige recuperar a fala, que reproduz o conhecido, e o ato de nomear, que elabora novos conhecimentos. Falar e nomear são prerrogativas da condição humana. Propor alternativas ao vivido requer que a fala defina o contorno e o limite do vivido. A realidade do que sou contém uma dimensão de possibilidade, um vir a ser que me nega e, ao negar-me, permite-me conceber um outro vivido. O novo que sai do velho só é possível se nomeio a utopia que a possibilidade representa (KRUPPA, 2005, p.26).

No contato que tive com as lideranças do MNCR percebi que as/s catadoras/es caminham numa direção relacionada à citação acima. São catadoras/es que investiram na sua formação nos moldes do movimento, ou seja, uma “formação política, administrativa e operacional” (MNCR,

²⁴³ Nesta diferenciação penso ser interessante pontuar que não existe uma ilusão ingênua de que a demanda, ao emergir no grupo de catadoras/es, teria um caráter “puro”, ou autêntico, no sentido de não estar contaminado com as concepções hegemônicas do que é um local de trabalho organizado, limpo e harmonioso. Conforme Judith Butler (2012) ao afirmar: somos cultura, discurso encarnado; não existem formas de viver fora do que a cultura oferece, estamos sempre impregnados destas limitações e possibilidades. O “pulo do gato” aqui estaria na escolha consciente - diante dos dados concretos do que a cultura oferece - e que poderia ter soluções criativas, construídas com sentidos e significados condizentes com os desejos e as necessidades do grupo, e por isso, mais facilmente sustentáveis pelo próprio grupo.

2008). Expressam em sua fala um conhecimento da realidade vivenciada por esta categoria de trabalhadoras/es em boa parte do território brasileiro. Abordam esta realidade a partir de uma consciência crítica, salientando as dificuldades articuladas às causas políticas e econômicas envolvidas, compreendendo existir diversos fatores que impactam na vida das/os catadoras/es. Demonstram possuir conhecimento do preconceito que sofrem, denunciando-o e lutando pelo seu enfraquecimento e pelo fortalecimento da dignidade em sua profissão. E atuam mirando uma utopia porque manifestam almejar outra realidade; uma realidade utópica, como define Peroza e Mesquida (2008, p. 1.239), “fundamentada num projeto alternativo ainda não existente, mas que pudesse propiciar um ‘lugar’ para a plenificação da humanidade como um todo”.

No palco dos eventos, estas lideranças realizaram análises e apontaram graves problemas pelos quais elas/es e suas/eus colegas passam. Porém, também entoavam ao microfone falas encharcadas de esperança e de força de vontade, aludiam utopias. Além disso, lembravam aos colegas de profissão as conquistas já alcançadas, valorizando a luta da categoria. Convidavam suas/seus companheiras/os de caminhada a entoar o “Hino do MNCR”: “Há quem diga olê olê olê olá / Catador de norte a sul / E de acolá / Nesta marcha sem parar / Caminhar é resistir / E se unir é reciclar”. Neste cantar vi catadoras/es tremulando a bandeira do MNCR completamente entregues ao momento, dos olhos corriam lágrimas, expressando a emoção tão grande quanto as dificuldades e a esperança por dias melhores.

O “Hino” evoca o tamanho do Movimento – de norte a sul. Evoca ser necessário seguir marchando e caminhando. A própria caminhada significa resistência. Resistir se faz necessário diante das inúmeras adversidades que encontram e seguirão encontrando no caminho. A união da categoria assegurará a reciclagem, assegurará o trabalho que exercem.

Ainda no segundo capítulo, explorei algumas definições nos estudos do mundo do trabalho que abordam de modo mais amplo a temática, demonstrando como importantes autores/as, como Marx (1988, 2003, 2007), Antunes (2002, 2004, 2010) e Ranieri (2001), realizam uma leitura sobre o trabalho no capitalismo que apresenta componentes que tem forte expressão na contemporaneidade. Os autores citados, bem como outros apresentados no capítulo, discorrem sobre a existência de características no mundo do trabalho que podemos relacionar com a abjeção, como estranhamento, alienação, desemprego, precarização, o sistema fabril como referência de trabalho, alto grau de consumo atrelado ao discurso do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um cenário historicamente construído que sustenta e produz as condições para a construção da

abjeção no trabalho das/os catadoras/es.

Ao abordar alguns estudos que enfocam a temática da catação apresentei pesquisas nas quais são exploradas as condições de trabalho e analisadas maneiras de se categorizar esta atividade. Várias expressões adotadas pelas/os autoras/es ratificaram uma proximidade com o conceito de abjeção.

Em suas reflexões as/os autoras/es nos falam das/es catadoras/es de materiais recicláveis como pessoas que convivem com a pobreza e a precariedade, com os processos de exploração, opressão e alienação, bem como a incidência de violência na vida das/os catadoras/es. São pessoas, para algumas/uns pesquisadoras/es, citadas como excluídas e marginalizadas. São vidas permeadas pelo sofrimento ético-político, pela vergonha e pela humilhação, decorrentes, sobretudo, da discriminação e do preconceito. Ser alocada/o como um corpo abjeto está plenamente vinculado a bulir com o lixo - experiência insuportável da vida urbana – o que conduz para os locais sociais daquelas/es que são varridas/os do mundo, numa condição de desumanização.

Sem perder de vista as diversidades tanto em relação à realidade das/os catadoras/es no território nacional, como nas abordagens adotadas pelas/os autoras/es, foi possível agregar uma série de características, conceitos e reflexões que confirmam que a abjeção está presente na vida de muitas/os catadoras/es.

A partir dos dados da pesquisa de campo na Associação e nos eventos com catadoras/es, dos quais participei, foram exploradas questões relativas às condições indignas do trabalho na Associação, frente ao que nomeei de “caos aparente” e “sujeira relativa”. Se, por um lado, encaro estas condições como degradantes e geradoras de diversas dificuldades para as/os catadoras/es, por outro, me dedico a relativizar as noções de bagunça e de sujeira por percebê-las como componentes encharcados de uma moralidade, que contribuem intensamente para que as/os catadoras/es sejam classificadas/os como corpos abjetos.

A reflexão sobre as relações entre a realidade da pesquisa de campo e a abjeção permitiu que se destacasse que existe uma concepção hegemônica, que deriva de uma construção histórica das concepções de ordem e higiene instituídas na cultura brasileira, que assentam parâmetros de normalidade e, conseqüentemente, também de abjeção.

Trata-se de concepções atuantes, reiteradas e naturalizadas em nossa cultura, que se encontram atreladas a uma valoração moral – estruturando um nexos que determina um lugar para o limpo e organizado, categorizado como bom e civilizado, e outro espaço para o sujo e bagunçado,

interpretado como ruim e incivilizado. Nesta tese foram interpretadas como marcas que delimitam os espaços da normalidade e da abjeção.

É enriquecedora aqui a abordagem de Butler (2008, p. 153) ao pensar a abjeção ponderando que os corpos nunca estão inteiramente normatizados, o que permite dizer que existe certa “plasticidade” na acomodação das normas em nós mesmos e que podem surgir instabilidades na reprodução destas normas. Neste sentido, embora circule uma visão de “senso comum” em nossa sociedade do que pode ser considerado limpo e sujo, existem variáveis, de acordo com o contexto, mesmo dentro de um mesmo grupo social. Desta forma, permanece uma necessidade de reiteração e adaptação constante das normas, dos discursos e das práticas regulatórias, com mecanismos de vigilância e punição das condutas sociais, tão bem analisados por Foucault (2011). A finalidade destas práticas regulatórias consiste em assegurar o espaço dos sujeitos normatizados, que significa o espaço da hegemonia. Por isso, a sujeira e a desordem são encaradas como perturbadoras deste espaço conquistado por aqueles sujeitos que respondem em concordância com tais normas.

Refletir sobre a construção histórica das concepções de ordem e higiene na cultura brasileira permitiu pensar que, para além de um projeto de classificação das pessoas, existia um projeto de um país que se urbanizava e determinava o local onde os sujeitos hegemônicos iriam habitar, e as zonas inóspitas reservadas para aquelas/es que não se encaixavam nas normas que estavam sendo instituídas.

Na construção desta tese foi relevante perceber que, para o enfoque aqui desenvolvido, estas normatizações têm justificado condutas permeadas de injustiça e violência, já que, como coloca Butler (PRINZ, MEIJER, 2002), as pessoas que são consideradas corpos abjetos recebem um *status* de vidas desprezíveis, vidas que não merecem ser vividas. Em outras palavras, os corpos abjetos “carregam consigo os processos de violência social física e simbólica, que surgem como negação da sua possibilidade de existência” (FRANGELLA, 2014, p. 169) Diante das violências que têm sido projetadas em direção a estas/es catadoras/es, quantas delas estariam providas de motivações e justificativas, que se encontram amparadas em imaginários que comungam deste tipo de visão de mundo?

A análise que desenvolvo no terceiro capítulo brotou de uma situação peculiar na pesquisa de campo: o fato de eu ter a oportunidade de acompanhar o período de instalação de uma esteira motorizada na Associação. Esta situação colaborou para que se tornassem mais evidentes algumas

características nas relações internas entre as pessoas, e nos discursos e práticas atuantes no local. As marcas da abjeção já estavam na minha maneira “*playboy*” de ser, como me classificou um catador, já estavam instauradas em algumas narrativas e algumas condutas expressadas pelo técnico da ONG. Mas a instalação da esteira acabou demonstrando muitos aspectos que se relacionam com a abjeção. Trouxe uma falácia de que um artefato tecnológico congrega uma solução quase “mágica” para muitos problemas, inclusive a esteira sendo quase confundida com um sinônimo de trabalho coletivo e cooperativo, sobretudo pelo técnico da ONG.

O período de instalação da esteira denunciou as dificuldades existentes na Associação nas relações entre as/os associadas/os, especialmente as relativas a um debate democrático em que a voz de todos pudesse ser levada em consideração. Foi neste contexto que pude perceber, de maneira mais contundente, uma fragilidade no entendimento das/os catadoras/es sobre o que vem a ser uma associação, sua maneira de funcionar, seus princípios. Igualmente, salientou-se a carência de uma consciência de que a Associação, de acordo com seu estatuto, pretendia atuar a partir de princípios solidários e cooperativos.

Os debates, as conversas mais informais, a instalação propriamente dita da esteira, estimularam todo um discurso fundado em valores que contrastavam com estes preceitos da Associação.

A esteira, longe de ser um artefato que adentra no espaço da Associação de maneira neutra, destituída de marcas que influenciam as pessoas, ao contrário, não é imparcial: carrega demarcações culturais, econômicas, sociais e políticas. Estas marcas geraram uma tendência de comportamentos contrastantes com um processo de trabalho cooperativo, conforme propõe o estatuto da Associação e as orientações do MNCR. Na lida diária da triagem na esteira ocorreu um direcionamento para um sistema de trabalho que resultasse no controle e na disciplina das atividades das/os associadas/os, similar aos implantados nas fábricas, como apontei neste citado capítulo.

Entendo que estas contradições ganharam espaço na medida em que esta é uma tendência amplamente atuante em nossa maneira de pensar e agir, porque estes são os modelos hegemônicos no mundo do trabalho. Novamente, um caminho para desconstruir estes modelos, que são encarados muitas vezes como os únicos possíveis, assenta-se numa formação que problematize estes padrões e ensine outros saberes e possibilidades sobre as práticas laborais e as relações

humanas envolvidas nestes contextos.

Portanto, fundamentalmente a partir das observações da vivência em campo na Associação, analiso mais pontualmente algumas marcas referentes à abjeção que pude perceber na convivência minha com as/os catadoras/es, entre as/os próprias/os catadoras/es e destas/es com as/os representantes de uma organização não governamental (ONG) que esteve trabalhando na Associação. Como se viu, principalmente devido a esta ONG declarar ter o intuito de atuar em consonância aos princípios do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), o debate enfocou alguns destes princípios, além de informações advindas da pesquisa de campo relativas à atuação do MNCR. Explanei a respeito de alguns desafios para se cumprir o intuito pretendido pela ONG, sendo que no período da instalação de uma esteira na Associação se evidenciaram algumas dificuldades neste processo. Uma fragilidade que emergiu de modo mais intenso neste período esteve relacionada a uma dificuldade no entendimento, tanto das/os associadas/os catadoras/es quanto das/os representantes da ONG, em relação à ideia e à prática cotidiana do que vem a ser um trabalho coletivo e cooperativo. Neste contexto, foram destacados dois aspectos que contrastam com os princípios do MNCR. O primeiro refere-se a uma carência de clareza quanto à liderança interna na organização do trabalho da Associação, o que gerava desgaste nas relações e dificultava um direcionamento mais claro quanto às escolhas e rumos da Associação. O segundo aponta para uma obscuridade nas concepções do que viria a ser um trabalho na esteira, num viés coletivo e cooperativo, chegando a atingir uma configuração nos discursos e nas práticas desenvolvidas pelas/os catadoras/es e pelas/os representantes da ONG, que pareciam nutrir-se de referências advindas de práticas laborais de um Brasil do início do século XX e que contrastavam com uma organização laboral cooperativa.

Considero que os conteúdos do quarto capítulo foram desenvolvidos durante cerca de sete anos, tendo seu início quando adentrei no “mundo” das/os catadoras/es. Muitas mulheres catadoras traziam lembranças dolorosas de violência em suas vidas e isto foi uma constante na minha convivência com cada uma. Refletir sobre estas histórias, considerando a grande quantidade de mulheres que assumem esta profissão, e estabelecendo uma relação com os estudos de gênero, possibilitou pensar uma das facetas mais cruéis da abjeção.

Parti de algo que pode aparentar ser trivial - considerar que o trabalho de catação “não é para qualquer um” – e explorei esta afirmação de uma catadora, que incluí no texto, procurando

problematizar a concepção de que “mulher aguenta tudo”.

Várias situações contribuem para que as catadoras apresentadas como Zefa, Meiry e Deolinda – e tantas outras – sejam situadas socialmente como corpos abjetos. Estas mulheres “aguentaram” e “aguentam” situações muito difíceis. Protagonizam um jeito de viver das pessoas pobres, permeado pela descoberta cotidiana de estratégias inéditas de trabalho e de luta, como anunciado por Milton Santos (2001, p. 132).

A especificidade por serem mulheres resguarda, como consequência, uma série de violências relativas às relações de gênero, que foram forjadas historicamente e naturalizadas na nossa sociedade. Pelos mesmos motivos, no caso das catadoras, pesam em suas escolhas de vida o fato de serem as pessoas que acabam ficando com a responsabilidade predominante ou exclusiva de cuidar das/os filhas/os.

Embora aqui estas mulheres sejam interpretadas como socialmente alocadas no espaço da abjeção, entendo ser imprescindível olharmos também as outras expressões e possibilidades na vida de quem não tem sido considerada importante.

Uma delas é a capacidade de resiliência de cada catadora que conheci. “Aguentar” o trabalho de catação não é para qualquer uma/um; exige capacidade de adaptação, resiliência, criatividade. Esta capacidade desenvolvida por estas mulheres está alicerçada em alguns fatores, como a precariedade de suas vidas cotidianas, que lhes imputa uma urgência constante. Esta urgência, quase sempre, é intensificada pelo nascimento das/os filhas/os.

Outro fator decorre do fato de viverem num contexto social que funciona em um sistema de valores um tanto distinto do hegemônico (como o da classe média). Isso acaba possibilitando maior flexibilidade de escolhas. Como conclui Denise Juncá (2004, p. 209), sobre as/os catadoras/es com quem conviveu, é possível perceber esse deslocamento dos padrões hegemônicos em “seus trajés e feições, seu modo de viver e se ocupar, o fato de serem tão ‘diferentes’ dos padrões estabelecidos e aceitos socialmente”. Embora, notadamente, este modelo social hegemônico tenha influência em suas vidas, as catadoras parecem menos atreladas a esta lógica compulsória de responder a este sistema normativo. A urgência da vida grita mais alto, e pede por escolhas que envolvam criatividade e superação dos medos. Estas mulheres encontram-se mais compromissadas em descobrir uma solução para dar continuidade à vida do que responder a algum

modelo que impõe limitações ou regras.

Estes fatores cobram e se sustentam em uma vida urgente, uma tomada de decisões cotidianas sem muito tempo para reflexão ou indecisão. “Ah é, tudo é para ontem”²⁴⁴, me disse Andrea quando comentei com ela essa minha percepção. Faz-se como se pode, do jeito possível, vivendo um dia de cada vez.

Suas histórias de vida construíram nestas mulheres uma potência em suas corporeidades, que as empurra adiante com uma força para abrir caminho em meio aos destroços. Insisto que seu trabalho de catadora significa uma metáfora de suas vidas. Imersas em tantas adversidades, dotadas de uma corporeidade considerada socialmente abjeta, em variadas situações misturadas e confundidas, no trabalho e na vida, aquilo que é chamado de “lixo” elas ousam se reinventar e se reciclar a cada dia. “Catadoras de si”, como no espetáculo de dança que criamos em nosso projeto anterior.

São histórias semelhantes às aquelas ouvidas por Juncá (2004, p. 17). Histórias de catadoras/es “onde o desespero, o desânimo, a descrença eram seus parceiros, mas, obrigatoriamente, acabaram por gerar alguma forma de enfrentamento, tendo em vista a necessidade de garantirem sua sobrevivência imediata”.

Contemplar a vida dessas mulheres e ouvi-las atentamente, olhos nos olhos, entrar em contato com os desalentos que elas “aguentaram” em suas vidas, envolveu bulir com as tantas faces desta mesma existência. Sofrer estas violências cobra dessas mulheres viver também as formas de sobreviver às situações que as violentaram. A vida delas é parecida com aquelas que Juncá (2004, p. 83) conheceu em seu estudo, que a fizeram conceber que não “só a pobreza e a miséria, a fome e o desemprego, a violência e as muitas desesperanças se desenham em seu dia a dia. Há lugar também para criatividade e descobertas, expectativas e sonhos”.

Faz-se necessário enfatizar que considero fundamental somar o enfoque de gênero para refletir sobre este contexto, porque oferece condições para trazermos à tona as especificidades que estão relacionadas ao fato de que uma grande quantidade de mulheres trabalha como catadora. Possivelmente, nas reflexões que apresentei o questionamento reverso tenha sido igualmente profícuo: problematizar o fato de que um grande número das pessoas que trabalha como

²⁴⁴Caderno de campo 05/10/2014.

catadoras/es ser mulheres pode contribuir com as reflexões sobre as relações sociais de gênero.

Ao terem suas existências alocadas como corpos abjetos, estas mulheres passam a ser consideradas como corpos improváveis, incertos, que borram as fronteiras das normas instituídas socialmente. E se são vítimas de várias violências que restringem sua existência, são desejadas socialmente porque são corpos necessários em uma determinada estrutura cultural, social, política e econômica, como debatido nos capítulos desta tese. Vale retomar estas questões, citando Rose Marie Muraro (1983, p. 20), que resume: “Não pode o capitalismo viver sem esse contingente marginal, pois é em cima dele que se processa com mais intensidade a sua reprodução ampliada”. A própria autora reforça que neste contingente o traçado na vida das mulheres tem particularidades e é marcado pela violência de gênero.

No meio do lixo estas mulheres estão plenamente vinculadas à lógica do capital, em um trabalho precário, destituídas de diversos direitos trabalhistas e sendo profundamente exploradas. São violentadas em seu trabalho na medida em que são exploradas emocionalmente e fisicamente mergulhadas em condições degradantes. E, violentadas em sua vida familiar, afetiva e íntima, quando emoção e corpo são invadidos por desrespeito, procedente de vários atores e de diversas maneiras.

Existe toda uma potência que a violência de gênero atinge num sistema capitalista, e que Heleieth Saffioti (1997, p. 19) descreve ao dizer que a violência “atingia a alma das mulheres, destruía os seus sonhos e acabava com sua dignidade”. Entretanto, ousa dizer que estas mulheres também desafiam esta lógica, porque teimam em existir e sonhar. Teimam em sorrir e se alegrar. Teimam, resistem e recriam a vida no meio do que parece findado, consumido, morto, enfim, recriam vida em meio ao lixo. Aguentam.

“Aguentar” pode remeter a uma conduta que as diminui, que as coloca como exploradas e oprimidas em um trabalho que é aquele que restou a elas, que delimita suas existências nas zonas inóspitas da abjeção. Contudo, o comportamento de “aguentar” aponta, ao mesmo tempo, a possibilidade de se reinventar na vida, que emerge da urgência impelida pelo cotidiano destas mulheres. Penso que é possível afirmar que estes corpos abjetos das catadoras, imersos no lixo descartado por nós, denotam tanto perigo quanto poder. Na sua ambiguidade, própria da abjeção, são figuras temidas ao desafiar a ordem, ao povoar o inabitável, encontrando vida onde se vê morte, coisas inertes, mudas e sem dono. Coisas que não precisam mais existir. E são estes corpos abjetos,

pelos mesmos motivos, corpos dotados de poder - porque constroem vida no meio da abjeção - que teimam em existir, apesar do constante questionamento que lhes é imposto todos os dias, e que nos fazem indagar: como estas pessoas continuam vivas? Como é possível uma vida estar viva em meio ao lixo? Talvez porque, como já nos havia ensinado Mary Douglas (1991), perigo e poder caminham muitas vezes juntos.

...

Ser catadora/r de materiais recicláveis tem sido conviver com a realidade de ser dona/o de um corpo que causa abjeção. Esta abjeção se concretiza abalizada pelas normatizações culturais historicamente construídas, e que comungam de interesses plenamente vinculados ao desenvolvimento do capital. Das normatizações e dos discursos que incidem na corporeidade das/os catadoras/es, aqueles que se apoiam no higienismo, na racionalização do trabalho, e na segregação histórica das mulheres, foram percebidos na pesquisa de campo como os mais atuantes.

Contudo, não é a falta de limpeza o principal gatilho da abjeção. Concordo com Kristeva (1982), que nos leva a compreender que a abjeção incide sobre estas pessoas porque perturbam invenções de identidade, sistema e ordem, legitimados como apropriados para se viver em uma sociedade. Os corpos das/os catadoras/es são abjetos porque são dotados de ambiguidade, fonte de transgressão das fronteiras, das disposições e das normas vigentes.

Reconhecer que existe uma concepção a respeito das/os catadoras/es como corpos abjetos, que opera preconceitos, discriminações, medos e violências, pode significar uma possibilidade de se rever esta concepção. Condutas violentas, preconceituosas e discriminatórias têm sido repetidas e naturalizadas, e originam-se de uma construção histórica, com demarcadores de classe, de gênero, de raça, relacionados a uma cultura da modernidade, que produz uma maneira de se relacionar com o “outro diferente” como uma ameaça (BANDEIRA, BATISTA, 2002).

Como a forma de nos relacionamos com o “outro” está vinculada à construção de noções e práticas, discurso e poder, ou dispositivos de poder no sentido foucaultiano, o reconhecimento e o mapeamento destas abjeções podem abrir espaço para novas configurações de relações. Bandeira e Batista (2002, p. 19) apontam nesta direção quando afirmam que o fato de isso estar instaurado na atual configuração de relações em nossa sociedade “não significa que essa forma de se relacionar com ‘o outro’ e os valores produzidos sejam inalteráveis”. Existem possibilidades de criarmos outras formas de relações humanas.

Essa constatação pode ser percebida em muitos aspectos quando se observam as relações sociais construídas com os corpos abjetos das/os catadoras/es. Os resíduos que chegam até a Associação carregam significados sobre nossa relação com estes corpos abjetos. E isso se torna visível quando entendemos que as “coisas fazem as pessoas” (MILLER, 2013). As coisas que adentram na Associação foram encaradas neste estudo a partir das sugestões de Appadurai (2008), que afirma que elas não são mudas, nem inertes, e recomenda que se leve em conta que as coisas em movimento explicam o contexto humano e social das pessoas.

Olhar, tocar, sentir aversão pelas coisas que passavam na esteira, e, ao mesmo tempo desejá-las, foi um elemento significativo em minha vivência em campo. Pensa-las como materiais recicláveis, ou como lixo, abre um debate relevante, amplo, e com múltiplas possibilidades de abordagens. Embora eu tenha apresentado estes aspectos ao longo do texto e isto tenha permeado as reflexões aqui expostas, não cheguei a explorar de forma mais específica esta temática. Mas é preciso destacar que um dado da pesquisa de campo que sustentou também esta tese é que as coisas que povoam e circulam na Associação constituem e dialogam com a abjeção. Esta é uma temática fértil para novos estudos e que, pelo que pude investigar, ainda não tem sido enfocada pelas/os pesquisadoras/es.

Neste sentido, interpreto que a condição de corpo abjeto se constrói na própria forma como o material chega às mãos das/os catadoras/es. As condições como estas coisas adentram na Associação revelam aspectos de sua biografia, e das relações sociais construídas entre quem descartou o material e quem vai fazer dele fonte de seu sustento.

Os materiais recicláveis que as pessoas separam em casa ainda exigem critérios mais claros e cuidados mais conscientes para sua separação do que aqueles que são utilizados até o momento. Nesta demanda estão envolvidas as ações imprescindíveis do poder público, que devem impactar nos hábitos cotidianos das/os cidadãos em suas casas, nas empresas, enfim, em todos os locais onde existam pessoas, consumo e descarte. Igualmente, o poder público tem o dever de atuar com questionamentos, orientações e intervenções, de modo mais efetivo na utilização de materiais nos meios de produção, a fim de que possamos repensar nossas ações como seres humanos perante as limitações de matéria prima que faz parte da realidade de nosso planeta.

Especificamente, os resíduos que eram levados até a Associação chegavam num estado lastimável. Esta condição, na qual este material chegava às mãos de cada catadora/r, foi entendida neste estudo como uma das forças na construção de sua condição como corpo abjeto. As coisas

quebradas, misturadas, meleçadas tornam o trabalho, no seu cotidiano e nas suas minúcias, bastante desagradável. Certamente, se estes materiais fossem separados no seu local de origem de forma mais adequada e criteriosa, além de seu transporte ser feito com algum método que auxiliasse na preservação das boas condições destes resíduos, o trabalho de triagem de cada catadora/r se realizaria em condições mais dignas.

Ao vivenciar, junto com as/os catadoras/es, o cotidiano na mesa e na esteira de triagem, realizei o manuseio dos resíduos, abri os sacos com medo do que poderia encontrar, senti os fétidos odores, melequei minhas mãos, meus pulsos, meu cabelo, minha roupa. E posso dizer que esta é uma situação muito grave.

A lógica da produção, do consumo e do descarte seguir com um encaminhamento na configuração como vem ocorrendo, representa uma situação nociva, que macula o direito ao respeito que possui cada pessoa que trabalha como catadora e catador. As razões atuantes que parecem predominar para que este descarte seja feito na atual configuração são aquelas que restringem a responsabilidade do poder público e das/os cidadãs/ãos em relação a este descarte. Outra razão que mobiliza o encaminhamento dos resíduos da maneira como se faz parece encontrar-se no propósito que busca obter mais lucro para as empresas que trabalham com a reciclagem. E o imaginário que perpassa estas condutas possivelmente é aquele que apregoa que as pessoas que habitam os espaços da abjeção são vidas que não merecem viver.

Em outras palavras, existe uma estrutura cultural, social, econômica e política que sustenta um encadeamento de discursos e práticas que nos autorizam a desenvolver hábitos de consumo e de descarte que impactam diretamente no corpo das/os catadoras/es. A materialidade do resíduo descartado contribui para que este corpo habite os espaços da abjeção. Este lixo marca seu corpo e demarca ou reforça seu espaço social. Este lixo é um dos carimbos que incidem no corpo de cada catadora/r e chancela a rubrica da abjeção.

Repensar os meios de produção, consumo e descarte envolve distintos atores e interesses, numa rede de complexas relações. Não foi à toa que a lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), tenha levado vinte e um anos para ser sancionada. Esta demora decorreu, principalmente, da complexidade em negociar e equilibrar os diferentes, e por vezes opostos interesses na lida com os resíduos sólidos. A lei foi amplamente discutida e teve a participação intensa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. As conquistas do MNCR na lei são evidentes: a palavra “catadores” é citada doze vezes no seu texto,

sendo veiculada a um sentido de vincular e dar prioridade às/aos catadoras/es na lida com os resíduos sólidos, e integrando as “metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010).

Infelizmente, a existência de uma lei não garante que os direitos sejam plenamente vivenciados por cada cidadã/o. O caso dos fechamentos dos lixões instituído pela lei é emblemático²⁴⁵. Os prazos concedidos pela lei foram o mês de agosto de 2012 para os municípios apresentarem seus planos de gestão integrada de resíduos sólidos (conforme artigo 55 da lei), e agosto de 2014 para o encerramento dos lixões (conforme artigo 54 da lei). A primeira data relativa à obrigatoriedade das prefeituras para a entrega dos planos foi amplamente descumprida, e a segunda não teve diferente desfecho.

No quebra-cabeça que envolve o fechamento dos lixões são expressas as diferentes forças e os divergentes interesses envolvidos. Fiquemos com uma parte daquelas/es que foram as/os mais citadas/os ao longo desta tese, as argumentações das/os catadoras/es. Durante os eventos de catadoras/es, em que participei, ouvi ponderações sobre este tema que interessam para pensarmos a abjeção que incide na vida das/os catadoras/es. Algumas/uns lembraram que os prefeitos são “criminosos ao descumprirem a lei”²⁴⁶. Outras/os acusaram que em sua cidade existiam interesses particulares porque o “dono do lixão explora as/os catadoras/es de lá, então não quer que o lixão seja fechado”²⁴⁷. Mas um ponto em especial me chamou ainda mais a atenção: os relatos das/os catadoras/es que não queriam sair do lixão.

Cabe lembrar que a desativação dos lixões envolvia necessariamente a inclusão social e econômica das/os catadoras/es que trabalhassem nos lixões, conforme determina a lei. E esse, certamente, é um aspecto que demanda trabalho, diálogo com as/os catadoras/es, verba, e boa vontade das/os gestoras/es de cada município.

Pode-se acessar diversas notícias em jornais, na internet, que relatam a resistência das/os catadoras/es do lixão em sair do local. No Distrito Federal, no lixão da Estrutural, as/os catadoras/es se mostraram apreensivos com sua saída do lixão: “Se a gente não vai estar aqui, vai trabalhar aonde mesmo? Porque eu não sei aonde a gente vai trabalhar. Nós queremos um lugar

²⁴⁵É interessante lembrar que o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - indica que o Brasil conta com mais de 2.906 lixões, espalhados por todo o território nacional, englobando mais de 2.810 Municípios.

²⁴⁶Caderno de campo 02/12/2014.

²⁴⁷Caderno de campo 03/12/2014.

bom para trabalhar, porque eles não podem deixar esse tanto de gente sem trabalhar não”, declara um catador no noticiário local da televisão²⁴⁸. Em Campo Grande (MS) a situação foi semelhante, noticiada no jornal da seguinte forma: “Catadores temem perda na renda e não querem deixar lixão em MS. Grupo de Campo Grande diz que não há garantia de emprego para todos”²⁴⁹. No sertão de Pernambuco, no município de Serra Talhada o mesmo quadro se confirma. “Quando retirar o lixão para onde iremos? Esse negócio de aterro sanitário é ruim. Vai ficar mais de 40 pais de família sem emprego [...] a gente não quer sair daqui”, desabafa um catador citado na reportagem do jornal²⁵⁰.

São relatos que ratificam a percepção sobre o fechamento dos lixões das/os catadoras/es durante os eventos em que participei. Demonstram, de maneira geral, que, mesmo diante das condições adversas que enfrentam no lixão, esse tem sido o local de onde tiram “seu ganha pão” e que, privados de estarem neste local, sentem-se inseguras/os e fragilizadas/os perante as negociações confusas que as/os gestoras/es dos municípios parecem ter agenciado.

A existência nos espaços sociais da abjeção contribui para uma maneira de pensar nas/os catadoras/es de que dificilmente podem contar com a garantia de seus direitos. A abjeção tem colocado esta categoria nas zonas inóspitas daquelas/es que têm seus direitos denegridos. Mesmo que estes sejam garantidos por lei, e amplamente divulgados nas mídias, estas/es catadoras/es não se sentem confiantes de que poderão usufruir do direito de serem encaminhadas/os para algum posto de trabalho que garanta o seu sustento e o de sua família. “Não dá para confiar nestes prefeitos”²⁵¹, foi a frase de uma catadora a respeito deste assunto no palco da “Expocatadores”.

Numa estrutura social na qual os corpos classificados como abjetos seguem sendo desrespeitados em sua dignidade, para que uma determinação legal seja cumprida faz-se necessária a superação de uma série de deficiências e problemas. A desconfiança das/os catadoras/es que se recusam a sair do lixão não é leviana, nem inconsequente. É baseada na experiência de vida de quem sempre foi tratada/o como lixo, de quem não tem seus direitos garantidos.

O relato da Dra. Margareth Matos, que abre este capítulo, narra uma história que aconteceu

²⁴⁸Notícia disponível no site do G1, em 14/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/videos/v/catadores-estao-apreensivos-com-desativacao-do-lixao-da-estrutural/3495316/> Acesso em 15 jan 2016.

²⁴⁹Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2012/11/catadores-temem-perda-na-renda-e-nao-querem-deixar-lixao-em-ms.html>. Acesso em 15 jan. 2016.

²⁵⁰Reportagem do jornal “Farol de notícias”.

²⁵¹Caderno de campo 02/12/2014.

nos anos noventa e que denuncia o grau de abjeção pelo qual um grupo de pessoas pode passar. Na conclusão de seu relato parece que ela sente dificuldade em encontrar palavras que deem conta da amplitude do absurdo envolvido em tal situação. “Nossa, eu fiquei achando o fim, do fim, do fim, do fim dos tempos” é a forma que ela encontrou para qualificar o ocorrido, repetindo várias vezes a expressão “do fim” parecendo desejar enfatizar a gravidade do ocorrido. Trata-se de uma situação dramática e marcante. Todavia, embora tenha ocorrido há mais de vinte anos e muitas conquistas tenham sido realizadas pelas/os catadoras/es, esta situação de Aguazinha não difere tanto assim das características vivenciadas no cotidiano de muitas/os catadoras/es por este Brasil afora²⁵². Ivete Manetzeder Keil (2005, p. 19) fala deste acontecimento de modo certo, ao qualificá-lo como “dilacerante”²⁵³.

Esta pesquisa me levou a considerar a realidade de muitas catadoras/es como absurda e dilacerante. O episódio da carne humana advinda do hospital demonstra a gravidade que este contexto pode atingir. Quantas outras situações, tão graves quanto esta, acontecem no dia a dia e encontram-se naturalizadas e/ou não ganham os espaços dos jornais? Quantas dessas situações absurdas e dilacerantes estão encobertas no meio da montanha de lixo onde as/os catadoras trabalham nos lixões, nas cooperativas, nas associações, com seus carrinhos nas ruas ou nas suas próprias casas?

Refletir sobre a produção, o consumo exacerbado e o descarte, a reciclagem destes materiais e o trabalho das/os catadoras/es, abrange complexidades e tensões que devem ser levadas em consideração. Este estudo permitiu a compreensão de que muitas escolhas feitas na senda de debates e práticas são realizadas a partir de noções resultantes de construções históricas que sustentam preconceitos e estigmas. Estão ancoradas na ideia de que os corpos rotulados como abjetos não merecem um espaço social onde estejam garantidos seus direitos e, portanto, resguardados seus direitos à dignidade.

O MNCR declarou, insistentemente, nos eventos dos quais participei, a necessidade de

²⁵³ Segundo Ivete Manetzeder Keil (2005, p. 15), o incidente em Águazinha (PE), no qual crianças foram contaminadas ao ingerirem carne humana, vinda do lixo hospitalar, acabou cumprindo uma função positiva. Para a antropóloga a divulgação do incidente “escancarou ao Brasil e ao mundo, de modo contundente, a mais completa violação dos direitos dessas crianças e adolescentes, também sensibilizou algumas instituições que tentaram minimizar o problema. Com efeito, é a primeira vez que a sociedade brasileira percebeu que havia crianças e adolescentes trabalhando no lixo. Até então eles eram invisíveis”.

valorização do trabalho das/os catadoras/es, delatando, em contrapartida, a desvalorização que estes profissionais vivenciam em seu dia a dia. Um argumento que tem sido reforçado nesta luta é a vinculação do trabalho de catadora/r à figura positiva de “agente ambiental”, por cumprirem uma parte importante no ciclo da reciclagem e, por conseguinte, da preservação da natureza. “Para onde iria todo este lixo se não fosse a gente? A sociedade tem que agradecer a gente pelo trabalho que a gente faz”²⁵⁴. Estas, e outras, são falas que compõem a campanha de valorização proferida pelo MNCR. “Um, dois, três, quatro, cinco, mil, estamos defendendo a natureza do Brasil!” é um dos gritos de guerra entoado pelo Movimento e seus simpatizantes.

Ser uma/um “agente ambiental” é uma função social plenamente vinculada ao discurso do desenvolvimento sustentável, que vem sendo difundido em nossa sociedade de diversas maneiras, em diferentes vieses, e por diferentes interesses. Contudo, nestes discursos parece existir um risco; o das/os catadoras/es serem absorvidas/os como “agentes ambientais”, sem que se levem em consideração as demandas por melhorias das condições de trabalho e de vida destas pessoas, que resguardam complexidades e particularidades.

Como discuto no capítulo dois desta tese, algumas vezes percebi que a prerrogativa do discurso da sustentabilidade não pode assumir a incumbência de justificativa para que o trabalho de reciclagem possa ser realizado em condições indignas. É como se bastasse o rótulo de “agente ambiental”, atribuindo um *status* social mais positivo às/aos catadoras/es, e com isso se encerrasse a discussão. Esse argumento deve servir para instigar a discussão e não como um “prêmio” que pode acobertar toda uma pauta pleiteada pela MNCR. Penso em algumas perguntas que podem ser propostas nesta perspectiva: se as catadoras/es são consideradas/os “agentes ambientais”, quais são seus direitos como trabalhadoras/es e como cidadãos/ãos? Da mesma forma, quais seus deveres? O que podem esperar do poder público? E da sociedade civil? Se nesta categoria de trabalhadoras/es existe um grande número de mulheres, provavelmente uma maioria, como devem ser direcionadas as políticas públicas para estas “agentes ambientais”?

Entendo, portanto, que é apenas a partir de uma perspectiva que batalhe por dignidade na vida dessas pessoas que as/os catadoras/es podem assumir o papel de “agentes ambientais”.

O estudo desta realidade me levou a perceber que para considerar as/os catadoras/es de

²⁵⁴ Caderno de campo 01/12/2014.

materiais recicláveis como “agentes ambientais” deve-se partir de uma abordagem que enfoque o desenvolvimento sustentável como aquela invocada por Ignacy Sachs (2004). Uma abordagem que se fundamenta na universalização dos direitos humanos fundamentais, o que abrange um “desenvolvimento a partir de dentro, ou seja, socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e sustentado”, destacando-se a necessidade das pessoas estarem exercendo o chamado “trabalho decente”²⁵⁵ (SACHS, 2004, p. 102).

...

O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada (JESUS, 2007, p. 148).

Todas estas histórias abordadas tratam de particularidades encontradas na pesquisa de campo. Entretanto, versam também a respeito da miséria que perpassa muitos outros corpos, outras existências e vidas. Fala de aspectos que sustentam estruturas para que estas misérias, estes corpos considerados lixo, tratados como abjetos, sigam existindo na condição de vidas menos importantes. São aspectos tão naturalizados que servem, por um lado, para demarcar com sua “primitividade” o espaço das pessoas “civilizadas” e, por outro, raramente atuam para sensibilizar a busca de outras formas de viver, nas quais não sejam aceitas possibilidades de violências e injustiças tão doloridas como algumas que conheci.

Nesta tese eu procurei refletir e mobilizar ideias, conceitos e condutas numa direção onde todas e todos tenham o direito de existir como pessoas, na sua integridade, e sendo valorizadas as suas potencialidades. Num caminhar que busca o espaço para que cada catadora e cada catador tenha oportunidade de viver e sustentar uma maneira de existir na qual garanta: “eu não sou lixo”. E que conquiste cada direito, cada prazer, cada alegria e cada gota de dignidade que merece.

Eu desejo ver catadoras e catadores, cada vez mais, sendo sujeitos de sua própria história, subvertendo a lógica da abjeção. Construindo um espaço social no qual podem ser catadoras e catadores de si mesmas/os.

²⁵⁵ Sachs (2004) faz uma diferenciação que nos interessa para pensar essa situação das/os catadoras/es. Ele classifica como excludente (do mercado de consumo) e concentrador (de renda e riqueza) o padrão de crescimento perverso, que muitos “países menos desenvolvidos” adotam. O desenvolvimento ideal para o autor seria inclusivo, o que vem a requerer a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos: assistência aos necessitados, educação, saúde, moradia etc.

Catadoras e catadores de si: o que nosso lixo faz com o outro?

O movimento nesta coreografia das relações sociais é previsível: os corpos dóceis agenciam que os outros sejam marcados como corpos abjetos. Como um relicário asséptico resguardado com as chaves das normas regulatórias, o espaço da ordem e da limpeza não pode deixar-se invadir pela desordem e sujeira.

O bailado não aceita improvisos, nem movimentos de vanguarda, quanto menos espontaneidade e transcendência das conservadoras bússolas. Seu desenho coreográfico é acionado com códigos pré-definidos. Cada uma/um deve comboiar o passo ensaiado nas métricas propostas pelos dispositivos de poder que ensinam como cada personagem deve se mover e por qual espaço pode transitar nesta cena. A violência, de todos os tipos e em qualquer direção, é o preço a ser pago para quem invadir o espaço alheio.

Aqueles que acertam o passo ganham o prêmio de bom comportamento, o aplauso da plateia, a medalha de ser aceito e fazer parte do clube dos normais. Reproduzindo com monotonia os mesmos repetitivos passos - por vezes ressignificados e em outras ocasiões disfarçados tão somente no seu formato, mas não na sua essência - quem assume cada personagem são sempre os mesmos “tipos” de pessoas.

Todo o esquema está armado para assim funcionarmos. É a consciência crítica, a sensibilização para outras possibilidades das relações humanas que poderão desaparelhar estas armadilhas e problematizar o que tem sido naturalizado. Ou seja, um processo de educação ou formação que passe pelos sentidos, pelo sentir, pelo ser gente, pela dor e pelo prazer. Um processo que instigue outras formas de conduta voltadas para o empoderamento e a emancipação, que deslocariam as/os catadoras/es da égide da abjeção para a condição de sujeitos da sua própria história.

Nesta dança, aqui sim, é permitido - além de necessário e vital - brotar criatividade, movimentos de ousadia e cheios de organicidade em nome de uma utopia, que abrirá lugar nos corpos para solidariedade entre cada sujeito. Neste local estas pessoas podem ser vistas como perturbadoras ou subversivas, já que desafiarão a ordem social vigente. Mas, donas de si, em meio a ácidos desafios, poderão se assumir em sua própria cena. Estarão plenas de si para se assumir como um corpo que importa, aprendendo um movimento para além do corpo abjeto.

Dançando um bailado cheias de si, aqui sim, deixam de ser rechaçados como lixo e passam a ser gente, gente que, paradoxalmente, sempre foram, sempre serão. Poderão enfim dizer de corpo cheio:

“Eu não sou lixo”.

Catadoras e catadores de si mesmas/os.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Evolução do Emprego Feminino e Equidade de Gênero na América Latina. In: **Mulher, Trabalho e Políticas Públicas Locais**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2002.

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 58, n. 4, Dec. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Dez. 2013.

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho da América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: editora Senac, 2007.

AÏNOUZ, Karim. **O céu de Suely**. São Paulo: Walter Salles, 2006, DVD, 88 minutos.

ALENCAR, Bertrand. **Emergência de novos atores no desenvolvimento sustentável: a contribuição dos catadores de materiais recicláveis no Brasil**. Tese de doutorado, Pós-Graduação em desenvolvimento urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni. “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”. IN: **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, pp. 335-351, maio/ago, 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 06 mar. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Ed. Boitempo, São Paulo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói, Editora da UFF, 2008.

ARAÚJO, Clara; PIKANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs). **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

ARAÚJO, Iara Maria; LIMA, Jacob Carlos; BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(3): 392, setembro-dezembro/2011.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 119-141.

BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado**. [online]. 2014, vol.29, n.2, pp. 449-469. ISSN 0102-6992.

BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BARROS, Vanessa Andrade; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (org.). **Catadores na Cena Urbana construção de políticas socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2008.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BORGES, Juliana; KEMP, Valéria. A clínica da atividade como alternativa à saúde e à segurança no trabalho informal. In KEMP, Valéria; CRIVELLARI, Helena (Orgs.), **Catadores da cena urbana, construção de políticas socioambientais** (pp. 155-172). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Rev.katálysis**, Florianópolis, v.12, n. 1, June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802009000100013&lng=en&nrm=iso> Acesso em 19 Fev. 2013.

BORTOLI, Mari Aparecida. **Tecnologias e sociabilidades: processos de organização de catadores de materiais recicláveis.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol.23. N°. 67, junho de 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações.** 2002.

BRASIL, Lei 11.340/06. **Lei Maria da Penha.** Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei no 12.305 de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.** 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987.

BRUSCHINI, Cristina (Org.); COSTA, Albertina De Oliveira. (Org.); SORJ, Bila (Org.); HIRATA, Helena (Org.). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas na metrópole de São Paulo. Território de base da indústria de reciclagem no urbano periférico**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

CABALLERO, Indira Nahomi Viana. **“O Trabalho no Papel”: uma etnografia com papeleiros**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em antropologia social, Universidade federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CANCLINI, Nestor. **Antropólogos sob a lupa ou como falar das tribos quando as tribos são eles mesmos**. In: **Ciência Hoje** vol 15. n. 90, 1993.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Etnicidade, eticidade e globalização**. In: CARDOSO DE OLIVEIRA: **O trabalho do antropólogo**, pp. 169-88. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA. **O mal-estar da ética na antropologia prática**. In VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.): **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**, pp. 21-32. Niterói, Editora UFF, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Pesquisa em versus Pesquisas com seres humanos**, In VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.): **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**, pp. 21-32. Niterói, Editora UFF, 2004.

CARNEIRO, Eder Jurandir; CORRÊA, Petterson Ávila. **A produção social do lixo**. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, M. T. (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 133-154.

CARREIRA, Denise (Coord.). **Igualdade de gênero no mundo do trabalho: projetos brasileiros que fazem a diferença**. São Paulo: Cortez, 2004.

CATADORES estão apreensivos com desativação do lixão da Estrutural. **Rede Globo Distrito Federal** Notícia disponível no site do G1, em 14/07/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/videos/v/catadores-estao-apreensivos-com-desativacao-do-lixao-da-estrutural/3495316/> Acesso em 15 jan 2016.

CATADORES temem perda na renda e não querem deixar lixão em MS. **Rede Globo, TV Morena**, Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do->

sul/noticia/2012/11/catadores-temem-perda-na-renda-e-nao-querem-deixar-lixao-em-ms.html. Acesso em 15 jan. 2016.

CESAR, Paulo. Prefeitura de Serra Talhada não cumpre promessas e aumenta exclusão social dos catadores de lixo. **Jornal do Farol**. Disponível em: <http://faroldenoticias.com.br/promessas-nao-cumpridas-exclusao-do-debate-e-o-dilema-dos-catadores-sobre-o-futuro/> Acesso em 16 jan 2016.

CEVASCO, Maria. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 19, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Jan. 2013.

COUTO, Mia. **O fio das missangas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DAGNINO, Renato. As Trajetórias dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e da Política Científica e Tecnológica na Ibero-América. Alexandria – **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis – SC, v. 1, n. 2, p. 3-36, 2008.

DAGNINO, Renato. A Tecnologia Social e seus desafios. In DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP : Komedí, 2010. pp 53-70. Disponível em www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/miolo_tecnologia_social.pdf Acesso em 19 de setembro de 2011.

DEBERT, Guita Grin, GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **RBCS** Vol. 23 n°. 66 fevereiro/2008.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo-SP: Brasiliense, 1988.

DEJOURS, Jacques Christophe. **A Banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DIAS, Ângela Maria. Representações contemporâneas da crueldade: para pensar a cultura brasileira recente. In: DIAS, Ângela Maria; GLENADEL, Paula (Orgs.). **Estéticas da crueldade**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.

DÍAZ, Elvira Burgos. Desconstrução e subversão: Judith Butler. **Sapere Aude - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-464, jul. 2013. ISSN 2177-6342. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5543/5507>>. Acesso em: 01 Abr. 2013.

DIMEN, Muriel. Poder, sexualidade e intimidade. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, corpo e conhecimento**. Tradução Brítta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

DURÁN, María Ángeles. **El valor Del tempo ¿Cuántas horas te faltan al día?** Espanha: Espasa Calpe, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro : Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jon L. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro : Zahar, 2000.

ESCURRA, Maria Fernanda. **Sobrevivendo do Lixo: População Excedente, Trabalho e Pobreza.** Rio de Janeiro, U.F.R.J, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Coordenação de Pós-Graduação, Dissertação de Mestrado, 1997.

ESCURRA, Maria Fernanda. **Sobrevivendo do Lixo: População Excedente, Trabalho e Pobreza.** Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – CODE, 2011.

FABIETTI, Ugo. **Antropologia culturale.** L'esperienza e l'interpretazione. Roma, Laterza, 1999.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEENBERG, Andrew. **Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia**, 1991. Disponível em: <http://www.sfu.ca/~andrewf/languages.htm>

FEENBERG, Andrew. Technology and freedom. In: **Alternative modernity: the technical turn in philosophy and social theory.** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1995.

FEENBERG, Andrew. A Teoria Crítica da Tecnologia - A Crítica da Racionalidade Técnico-Científica. In: **Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia.** Tradução de Carlos Alberto Jahn. 1995. Disponível em <http://www.sfu.ca/%7Eandrewf/portChapter7.htm> e em <http://www.sfu.ca/%7Eandrewf/coletanea.pdf> pp 166-180. Versão original em inglês em Transforming technology. A critical theory revisited. New York: Oxford University Press, 2002, pp. 162-190.

FEITOSA, Débora Alves. **Cuidado e Sustentação da Vida: a interface da Educação Popular no Cotidiano de mulheres recicladoras.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio grande do Sul, Programa de Pós-graduação em educação, Porto Alegre, 2005.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia. “O Anonimato e o texto Antropológico: Dilemas éticos e Políticos da Etnografia ‘em casa’”. **Revista Teoria e Cultura** V.2/N.1 e 2., p. 39-53, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir - história da violência nas prisões**. Petrópolis : Vozes, 2011.

FRANGELLA, Simone. Posfácio. In: **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**, Rui, Taniele. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, Cesar Augustus. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado**. Tese (Doutorado), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiania, 2010.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Banco de dados sobre o trabalho da mulher**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br>>. Acesso em: 6 fev. 2014.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 149-153, 2005.

GOMES, Ana Rubia Wolf. **Determinantes de permanência de catadores em associação de catadores de materiais recicláveis**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O Trabalho no lixo**. Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, Renata. Precarização do trabalho feminino: Aspecto importante da exploração capitalista de classe. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763-782, Sept. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Abr 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331201300030000>

GRECCO, Fabiana. **Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014.

HABIGZANG, L. F., KOLLER, S. H., AZEVEDO, G. A., & MACHADO, P. X.. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 21(3), 341-348, 2005.

HERRERA, Amílcar O.. La generación de tecnologías en las zonas rurales In DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP: Komedi, 2010. pp 23-51. Disponível em http://www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/miolo_tecnologia_social.pdf Acesso em 19 de setembro de 2011.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença (s): feminismo na reinvenção de sujeitos. In: DE ALMEIDA, Heloisa Buarque; COSTA Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA Érica Renata de. (org). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: CDAPH/Universidade São Francisco, 2002. p. 319 -351

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: Gênero, Tecnologia e Trabalho: **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho** – Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho. Rio de Janeiro: 1998, ano 4, nº 7, 1998.

HIRATA, Helena. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, Campinas, Nucleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2001-2002.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. Entrevista in: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 1, p. 199-203, 2006. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r134.pdf>. Acesso em 20 Ago. 2013.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: editora Senac, 2007.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias** [online]. 2009, n.21, pp. 24-41. ISSN 1517-4522. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-4522009000100003>. Acesso em: 15. Jan. 2014

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Anais da XI Conferencia regional sobre la mujer de América Latina e Caribe**, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.eclac.cl/mujer/noticias/paginas/2/38882/PonenciaCompleta_HelenaHirata.pdf. Acesso em 16 Jan. 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 2922 p.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de um favelada**. São Paulo: Ática, 2007.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. **Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo**. Tese de doutorado em saúde pública: FIOCRUZ; Escola Nacional de Saúde Pública, 2004.

KEIL, Ivete Manetzeder. **Crianças e adolescentes no universo do lixo**. Brasília: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2005.

KIRSCHNER, Tereza. Lembrando Norbert Elias. Textos de História: **Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília**, Brasília, v.7, n. 1-2, p. 27-58, 1999. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5895/4874>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

KREIMER, Pablo. Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnologia en America Latina; Para qué? Para Quien? **Redes**, 26(13), 55-63, 2007. Disponível em: <http://www.iec.unq.edu.ar/pdf/revista/RedesNro%2026/26.03.%20Kreimer.pdf> Acesso em 23 agosto de 2012.

KREIN, José Dari, PRONI, Marcelo Weishaupt Proni. Transformações do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Luz Contemporânea**, 2013. Disponível em: <http://luz.cpficultura.com.br/transformacoes-do-trabalho-no-capitalismo-contemporaneo,12.html> Acesso em: 11 set. 2013.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: an essay on abjection**. Nova York, Columbia University Press, 1982.

KRUPPA, Sonia Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005.

KUHN, Daniela. **Programa do espetáculo “Catadoras de si: o que você faz com seu lixo?”**. Curitiba, impresso, 2011.

LIMA, Francisco de Paula, OLIVEIRA, Fabiana Goulart. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidário. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (org.). **Catadores na Cena Urbana construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2008.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação de mestrado, SCHLA/UFPR, Curitiba, 2014.

LE BRETON, David. **Sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LINDISFARNE, Nancy. Variant masculinities and variant virginites: re-thinking "honor and shame". In: CORNWALL, A.; LINDISFARNE, N. (orgs.). *Dislocating masculinity: comparative ethnographies*. London: Routledge, 1994.

LOPES, José Sergio Leite. Notas sobre a Precarização do Trabalho no Brasil. **Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho**, Número 8, 2011. Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/8_%208%20Articulo%20Leite%20Lopes.pdf Acesso em 10 Abr. 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu** (11) 1998. p.231-273.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, M. T. B. Violência Conjugal: os Espelhos e as Marcas. In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 177-238.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: **Sociedade brasileira de sociologia** (Ed.). Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. A Longa Duração da Violência de Gênero na América Latina. In: FERNANDES, Ana Maria, RANINCHESKI, Sonia (Orgs.) **Américas Compartilhadas**. 1ª Ed. São Paulo : Editora Francis, 2009a, v.1, p. 57-83.

MACHADO, Lia Zanotta. Onde não há igualdade. In: MORAES, Aparecida; SORJ, Bila. (Orgs). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro : Editora 7 Letras, 2009b, v.1, p. 158-183.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

MACKENZIE, Donald; WAJCNAN, Judy . Introductory essay and general issues. In: **The social shaping of technology**. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1996.

MAGALHÃES, Beatriz. **Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira.** Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.

MAGERA, Márcio. **Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade.** Campinas, SP: Átomo. 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, Abr. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** SP: Editora Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** Lisboa: edições 70, 1988. Segundo Manuscrito.

MARX, Karl. **O Capital: crítica à economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. **A Questão judaica.** São Paulo: Centauro Editora, 2007.

MARX, Leo; SMITH, Merritt R. **Does technology drive history?** The dilemma of technological determinism. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Editora Abril, 1976.

MEDEIROS, Luiza; MACEDO, Kátia. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 62-71 ago. 2006.

MEIJER, Irene; PRINS, Baukj. "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler". **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Também disponível em: http://www.portalfeminista.org.br/artigo.phtml?obj_id=1118&ctx_cod=5.1. Acesso em: 27 de jan. 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Trad. Sérgio Lessa; Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 33-63, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Abr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832007000200003>.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Avançados, USP*, 21(61), 2007.

MIURA, Paula; SAWAIA, Bader. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Cartilha de formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. 2005. Acessado em: 02 de out. de 2014, de: <http://www.mnrc.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf/view>.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Princípios e Objetivos do MNCR**. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 2008. Acessado em: 07 de mar. de 2013, de: <http://www.mnrc.org.br/box_1/principios-e-objetivos>.

MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. Sugestão de Projeto de Lei para inclusão previdenciária dos catadores de materiais recicláveis. 2009. Disponível em: http://www.mnrc.org.br/box_2/instrumentosjuridicos/legislacao/projetos-lei. Acesso em 07 de novembro de 2009.

MONTEIRO, Simone Souza; VILLELA, Wilza Vieira; SOARES, Priscilla da Silva. É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 421-440, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000200421&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Set. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000200006>.

MOREIRA, Herivelto; CALEFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 14-20, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso 20 Ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>.

NETTO, Nilo Silva Pereira. **Mundialização do capital: a divisão sócio-sexual do trabalho das operadoras de checkout**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e

Sociedade, UTFPR, 2010.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. Marília: **Aurora**, ano IV, número 6, agosto, 2010.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. "Eu também sei atirar"! Reflexões sobre a Violência contra as Mulheres e Metodologias Estético Políticas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 555-573, Set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932014000300555&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04. Mar. 2015.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**, nº.37, Campinas July/Dec. 2011 Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2014.

PASINATO, Wânia. Oito anos de lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2015.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Sucatas do Mundo: noções de contaminação e de abjeção em uma instituição de portadores de AIDS. **Sociedade e cultura**, Vol. 4, Núm. 2, Julho-Dezembro, 2001, pp. 127-147 Universidade Federal de Goiás.

PEROZA, Juliano; MESQUIDA, Peri. **A Utopia como condição antropológica para uma educação libertadora em Paulo Freire**. In: VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, Curitiba, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: **Interdisciplinaridade, humanismo, universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004. Disponível em: http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia_interdisciplinaridade.pdf. Acesso em 10 de abril de 2012.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. **Sociologia**, v.8, n.15, p. 208-249, jan-jun 2006a.

PORTELLA, Rodrigo. Antropologia e Pesquisa Etnográfica em Religião: uma contribuição teórica ao método. **Revista Sacrilegens**, v. 3, n.1, 2006, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião/UFJF. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2010/04/3-5.pdf>. Acesso em 29 set. 2013.

PORTELLA, Rodrigo. **Em busca do dossel sagrado: a Toca de Assis e as novas sensibilidades religiosas**. Tese de doutorado, Programa De Pós-Graduação Em Ciência Da Religião, UFJF, 2009.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, janeiro abril/2012.

PRETTI, Dino.; URBANO, Hudinilson (org.). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**. São Paulo: Queiroz, 1988.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, Jan. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.

PRZYBYSZ, Juliana. Mulheres Especialmente Marginalizadas: Uma Entrevista com Dolores Juliano. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 155 - 165, jan. / jul. 2016.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: Alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo, SP: Boitempo, 2001.

REDON, Silvano; JEOLÁS, Leila Sollberger. Pesquisa etnográfica com pacientes com câncer: os desafios do termo de consentimento esclarecido.

RIBEIRO, Gustavo Lins, Prefácio. In VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.): **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**, pp. 21-32. Niterói, Editora UFF, 2004.

RUI, Taniele. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond. 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. No fio da navalha: Violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: **Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre Crianças e Adolescentes Pobres no Brasil**. Madeira, Felícia Reicher R. (org.), pp. 135-211, Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALGADO, Gabriel; TEIXEIRA Thiago. **Catadores(as) e a metrópole: identidade, processo e luta**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, Bader (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 97-118). Petrópolis, Vozes, 1999.

SCRIBANO, Adrián; Vete tristeza ...viene con pereza y no me deja pensar! ... hacia una sociología del sentimiento de impotencia. En: LUNA ZAMORA, Rogelio; SCRIBANO, Adrián (Comps). **Contigo aprendí: estudios sociales sobre las emociones**. Córdoba: Copiar, CEA-CONICET, 2007.

SCRIBANO, Adrián; MATTAR, Gabriela Vergara. Feos, sucios y malos: la regulación de los cuerpos y las emociones en Norbert Elías. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 411-422, Aug. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 Mai 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000200014>.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Mal-estar na cultura: corpo e animalidade em Kafka, Freud e Coetze. **Revista Alea**, volume 12, número 2, julho-dezembro 2010 p. 205-222. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v12n2/a02v12n2.pdf>. Acesso em 16 de jun. de 2015.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005.

SINGER, Paul. Prefácio. In: GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

SOUSA, Noelia Alves de. A honra dos ‘homens de bem’: uma análise da questão da honra masculina em processos criminais de violência contra mulheres em Fortaleza (1920-1940). **MÉTIS: história & cultura** – v. 9, n. 18, p. 155-170, jul./dez. 2010.

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Gênero e (des)locamentos: “O céu de Suely”. **R. Pós Ci. Soc.** v.8, n.16, jul./dez. 2011.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes De; FONSECA, Maria Da Conceição Ferreira Reis. Práticas de numeramento e relações de gênero: tensões e desigualdades nas atividades laborais de alunas e alunos da EJA. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 921-938, Dez. 2013.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 março. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000400007>

SOUZA, Ricardo Abussafy de. **O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana**. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2013.

TADDEI, Renzo, GAMBOGGI, Ana Laura. Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7, Instituto de Estudos Socialistas, 2002.

TURNER, Victor. Passagens, margens e pobreza: símbolos religiosos da *Communitas*. In: TURNER, Victor. **Dramas, campos, metáforas- ação simbólica na sociedade humana**. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói, EdUFF, 2008, p. 215-252.

VACCAREZZA, Leonardo Silvio. Ciencia, Tecnología y Sociedad: el estado de lá cuestión en América Latina. **Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina**. vol. 1, num. 1, 2011.

VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: Editora UFF, 2004.

WEIL, Simone. O desenraizamento. In: BOSI, Ecléa (org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 345-372.

WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em educação, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n.66, ago. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13448/15266>. Acesso em: 15 mar. 2014.

WILLIAMS, Raymond. Culture and Technology In: **Politics of Modernism**. New York, Verso, 2007. pp 119-139.

WINNER, Langdon (1996) Do artifacts have politics? In: Mackenzie, Donald & Wajcman, Judy. **The Social Shaping of Technology**. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, tradução para o português in: <http://www.necso.ufrj.br/Trads/Artefatos%20tem%20Politica.htm>. Acesso em: 25 abril de 2012.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. v.1.

APÊNDICE A

Termo de consentimento livre e esclarecido



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica
Federal do Paraná
Campus Curitiba



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Algumas palavras foram alteradas para preservar o sigilo quanto ao local e as pessoas)

Título da pesquisa: Mulheres e Homens recicladores

Pesquisador(es), com endereços e telefones: Daniela Isabel Kuhn

UTFPR, Av. Sete de Setembro, 3165 – Rebouças, Curitiba – PR. CEP 80230-901

Celular: (41) 9962.4340.

Orientador responsável: Gilson Leandro Queluz

Local de realização da pesquisa: (aqui constava o nome e endereço da Associação)

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1. Apresentação da pesquisa.

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa de doutorado, desenvolvida por Daniela Kuhn, sob orientação do Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz, no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE da Universidade Tecnológica Federal do Paraná –UTFPR.

Temos a intenção conhecer como é a vida das pessoas que trabalham com a reciclagem de material, portanto a sua participação é muito importante e possibilitará a coleta de dados indispensável para o projeto.

No Brasil existem muitas pessoas que vivem e sustentam suas famílias com o trabalho como catadora/r de material reciclável, seja atuando nas ruas ou em associações. Embora várias/os destas/es trabalhadoras/es já tenham conquistado alguns direitos e melhorado sua condição de trabalho e de vida, ainda existem muitas pessoas que exercem suas atividades inseridas em algumas condições de trabalho indignas.

Neste contexto, entendemos que a/o catadora/r exerce uma função que permanece marcada por preconceitos, aparentemente por estar trabalhando com o lixo. Este preconceito pode prejudicar a concretização de melhorias no seu trabalho, pois, infelizmente, é como se a/o catadora/r fosse confundida/o com o material que está impregnado em seu trabalho, o lixo. Desta forma, parece existir uma visão de que as/os catadoras não merecem condições dignas de vida.

Esta pesquisa justifica-se porque queremos colaborar para o combate a estes preconceitos, contribuindo para a luta por melhores condições de trabalho e de vida das/os catadoras/es de material reciclável.

Neste projeto pretendemos pesquisar a realidade das pessoas que trabalham em uma associação de recicladores, (nome e cidade da Associação).

2. Objetivos da pesquisa

O objetivo desta pesquisa é compreender como se configura o preconceito em relação as/aos catadoras/es de material reciclável, qual a opinião destas/es catadoras/es sobre esta questão, bem como outros aspectos relacionados a este tema.

3. Participação na pesquisa.

A pesquisa envolve os seguintes procedimentos:

- A pesquisadora Daniela Kuhn pretende conviver na associação de catadoras/es, procurando sempre respeitar o ritmo de trabalho e as relações internas entre as pessoas. Esta convivência pode ocorrer de um a cinco dias na semana e é essencial para a compreensão desta realidade. Também serão realizadas conversas com pessoas envolvidas com o trabalho da associação, como instituições e pessoas que estejam diretamente ou indiretamente vinculadas ao trabalho realizado pelas/os associadas/os.
- Conversas informais durante a atividade de trabalho, bem como em outros momentos e locais, com o consentimento da/o participante.
- Entrevistas individuais e/ou coletivas, nas quais a pesquisadora realizará perguntas mais específicas sobre a temática da pesquisa. Estas entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas pela pesquisadora.
- Serão realizados registros fotográficos e em vídeo para estudo da pesquisadora. O uso da imagem poderá ser utilizado para ilustrar o texto da tese do doutorado, bem como apresentações sobre a pesquisa em palestras, congressos, apresentações acadêmicas em geral. A/o participante, ao assinar este documento, concorda com a divulgação das imagens, desde que seja preservada sua identidade (ver declaração ao final do documento).
- Pretendemos compartilhar com as/os participantes os resultados parciais e finais da pesquisa. De acordo com a disponibilidade e interesse das/os participantes faz parte dos procedimentos apresentar uma versão prévia do texto da tese, incluindo o uso das imagens. Neste momento as/os participantes terão a oportunidade de comentar, aprovar ou solicitar que sejam retirados trechos de suas falas e imagens. Contudo, é importante esclarecer que a redação do texto final e a interpretação dos dados é de responsabilidade da pesquisadora, preservando sua autonomia de pesquisadora.
- Ao finalizar o trabalho as/os participantes serão convidadas/os a assistirem a apresentação da defesa da tese de doutorado, na UTFPR – Curitiba. Além disso, estaremos propondo uma apresentação dos resultados da pesquisa nas dependências da Associação, sempre de acordo com o interesse e disponibilidade do grupo.

4. Confidencialidade.

O nome da associação e das pessoas participantes serão modificados para preservar sua identidade e privacidade. A/o participante pode solicitar, a qualquer momento, que sejam modificados ou retirados dados que considere que exponham sua privacidade.

5. Desconfortos, Riscos e Benefícios.

5a) Desconfortos e ou Riscos: a princípio a pesquisa não apresenta riscos ou desconfortos significativos. No entanto, consideramos alguns desconfortos:

- a presença da pesquisadora no ambiente de trabalho pode gerar algum desconforto por esta não fazer parte do grupo da ASSOCIAÇÃO, embora firme-se o compromisso de que sua permanência no ambiente da associação não venha a alterar expressivamente as atividades das/os catadoras/es.

- a/o participante poderá sentir desconforto ao compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que ela/e possa se sentir incômoda/o em falar. Neste caso, asseguramos que a/o participante não precisa responder a todas as perguntas, caso sinta que envolve aspectos que não quer compartilhar.

- existirão momentos nos quais a pesquisadora solicitará um tempo da/o participante para realizar entrevistas e também para compartilhar os resultados parciais e finais da pesquisa. Esta ação pode gerar um desconforto porque faz com que a/o participante interrompa o seu trabalho.

5b) Benefícios: uma pesquisa desta natureza pode trazer possibilidades de reflexão das/os próprias catadoras/es sobre os preconceitos que sofrem e assim estimular a superação dos mesmos. Outros benefícios: trazer para a universidade o debate sobre a vida destas pessoas. Estabelecer relações entre a comunidade acadêmica e outras pessoas da sociedade. Debater sobre questões relativas aos preconceitos, lutando por sua eliminação com o intuito de possibilitar formas mais igualitárias de convivência entre as pessoas, bem como a conquista de seus direitos. Estimular o estudo da temática, produzindo material de pesquisa que poderá servir de dados para melhorias das condições de trabalho e vida destas/es trabalhadoras/es.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: trabalhar na ASSOCIAÇÃO e ter vontade de participar da pesquisa. Ter alguma relação com o trabalho da ASSOCIAÇÃO, seja esta direta ou indireta. A ASSOCIAÇÃO foi escolhida por representar um local no qual já existem algumas conquistas de melhores condições de trabalho. Porém, durante as primeiras visitas ao local, a pesquisadora ouviu de suas/seus associadas/os que persistem outras demandas de melhorias. Desta forma, a ASSOCIAÇÃO é um ambiente no qual na luta por melhorias poderão ser expressados aspectos relacionados ao preconceito que a/o catadora/r de material reciclável sofre.

6b) Exclusão: não sentir vontade de participar.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

O participante pode recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalização.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido a/ao participante o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da realização da pesquisa. Para tanto, a/o participante poderá entrar em contato com a pesquisadora durante sua presença na ASSOCIAÇÃO ou através de seu telefone.

8. Ressarcimento ou indenização.

A pesquisa não envolve nenhuma despesa ao participante, não sendo necessárias formas de indenização ou ressarcimento.

B) CONSENTIMENTO (do sujeito de pesquisa)

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Para tanto, basta comunicar claramente a pesquisadora esta minha intenção.

Permito aos pesquisadores relacionados neste documento que obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Nome completo: _____

RG: _____ Data de Nascimento: __/__/____

Telefone: _____

Endereço: _____

—

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: __/__/____

C) DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisadora: _____ Data: _____

Nome completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com

_____, via e-mail: _____

ou telefone: _____.

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.

APÊNDICE B

Roteiros das entrevistas semi-estruturadas



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica
Federal do Paraná
Campus Curitiba



**ROTEIRO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
Para CATADORAS E CATADORES DA ASSOCIAÇÃO**

(foram realizadas algumas alterações para manter o anonimato das pessoas e instituições)

Título da pesquisa: Mulheres e Homens recicladores

Pesquisadora: Daniela Isabel Kuhn

Orientador responsável: Gilson Leandro Queluz

Local de realização da pesquisa: (aqui constava o nome e endereço da Associação)

Entrevistada(o):

Agradeço a participação na pesquisa, pois devido a experiência na temática temos certeza que seu conhecimento será muito relevante para nossos estudos.

Início repassando o TCLE, explicando seu conteúdo. Solicito se é possível a sua assinatura (para quem ainda não assinou).

Nome:

IDADE:

PROFISSÃO:

Data de nascimento:

Local:

1) Você está na ASSOCIAÇÃO há quanto tempo?

2) Já tinha trabalhado com material reciclável antes?

3) Como é trabalhar na ASSOCIAÇÃO?

Pontos positivos e negativos?

4) O que mudou na ASSOCIAÇÃO desde que você entrou?

5) Tem algo que ainda precisa mudar?

6) Você conhece o MNCR?

7) O que você acha da ONG que trabalha aqui? O que você acha do técnico da ONG?

- 8) O que as pessoas (família, amigos, conhecidos) pensam sobre o seu trabalho?
- 9) AS pessoas em geral pensam sobre o trabalho de catador?
- 10) Você considera que a maioria de catadoras/es são mulheres ou homens? Por que será que a maioria é desse gênero (de acordo com a resposta)?
- 11) Comparando com outros trabalhos que você já teve, o que você acha deste trabalho aqui na ASSOCIAÇÃO?
- 12) Com que idade você começou a trabalhar?
- 13) Que trabalho já teve?

Finalizo agradecendo novamente.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica
Federal do Paraná
Campus Curitiba



ROTEIRO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA Para TÉCNICO DA ONG

(foram realizadas algumas alterações para manter o anonimato das pessoas e instituições)

Título da pesquisa: Mulheres e Homens recicladores

Pesquisadora: Daniela Isabel Kuhn

Orientador responsável: Gilson Leandro Queluz

Local de realização da pesquisa: (aqui constava o nome e endereço da Associação)

Entrevistada(o):

Agradeço a participação na pesquisa, pois devido a experiência na temática temos certeza que seu conhecimento será muito relevante para nossos estudos.

Início repassando o TCLE, explicando seu conteúdo. Solicito se é possível a sua assinatura (para quem ainda não assinou).

Nome:

IDADE:

PROFISSÃO:

Data de nascimento:

Local:

- 1) Quando você entrou na ONG?
- 2) Você já tinha trabalhado nesta área?
- 3) Você passou por uma preparação para trabalhar aqui?
- 4) O que motivou tua vinda para a Associação? Quais eram tuas funções e objetivos?
- 5) Como foi o início do trabalho?
- 6) Existem desafios? Quais?
- 7) Enquanto você esteve aqui houve mudança no sistema de trabalho da Associação. Como você descreve estas alterações?
- 8) O que você pensa sobre a esteira? É melhor ou pior? Por que?
- 9) Quais são os objetivos da ONG?

- 10) Como funciona o fomento financeiro para efetivar as ações da ONG?
- 11) No seu entender quais são as conquistas que a ONG já realizou?
- 12) Gostaria que você avaliasse se existem desafios e dificuldades neste percurso? Se afirmativo, quais são?
- 13) Como você visualiza a relação entre a proposta de auto-gestão dos catadores do MNCR e o trabalho da ONG com os catadores? (se necessário): Existem desafios neste sentido?
- 14) Qual a sua visão de como deve operar as relações entre poder público, as/os catadoras/es e a ONG?
- 15) Nesse tempo de experiência, o que você pode falar sobre o potencial do trabalho das/os catadoras/es?
- 16) E quais as principais dificuldades das/os catadoras/es ? Qual a principal barreira?
- 17) Como você avalia a questão do preconceito em relação aos catadores?
- 18) Como é a sua relação com as/os catadoras/es?
- 19) Você considera que a maioria de catadoras/es são mulheres ou homens? Por que será que a maioria é esse gênero (de acordo com a resposta)?
- 20) Qual futuro possível você visualiza para as/os catadoras/es?
- 21) Você tem algum sonho em relação ao trabalho que vem desenvolvendo com as/os catadoras/es?

Finalizo agradecendo novamente.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica
Federal do Paraná
Campus Curitiba



ROTEIRO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

para DRA MARGARETH MATOS

(foram realizadas algumas alterações para manter o anonimato das pessoas e instituições)

Título da pesquisa: Mulheres e Homens recicladores

Pesquisadora: Daniela Isabel Kuhn

Orientador responsável: Gilson Leandro Queluz

Local de realização da pesquisa: (aqui constava o nome e endereço da Associação)

Entrevistada(o):

Agradeço a participação na pesquisa, pois devido a experiência na temática temos certeza que seu conhecimento será muito relevante para nossos estudos.

Inicio passando o TCLE, explicando seu conteúdo. Solicito se é possível a sua assinatura.

Nome:

IDADE:

PROFISSÃO:

Data de nascimento:

Local:

- 1) Conte sua trajetória profissional e como iniciou seu envolvimento com o mundo das/dos catadoras/es de material reciclável?
- 2) Quando e como foi a idealização e o início do Fórum Lixo e Cidadania?
- 3) Fale pra mim sobre a sua relação com a ONG que trabalha na Associação?
- 4) Quais são os objetivos desta ONG?
- 5) Como funciona o fomento financeiro para efetivar as ações do Fórum Lixo e Cidadania?
- 6) No seu entender quais são as conquistas que o Fórum já realizou?

- 7) Gostaria que você avaliasse se existem desafios e dificuldades neste percurso? Se afirmativo, quais são?
- 8) Como tem sido a relação do Fórum com o MNCR? Ela se alterou ao longo do tempo?
- 9) Como você visualiza a relação entre a proposta de auto-gestão dos catadores do MNCR e o trabalho da ONG com os catadores? (se necessário): Existem desafios neste sentido?
- 10) Qual a sua visão de como deve operar as relações entre poder público, as/os catadoras/es e a ONG?
- 11) Nesses seus anos de experiência, o que você pode falar sobre o potencial do trabalho das/os catadoras/es?
- 12) E quais as principais dificuldades das/os catadoras/es ? Qual a principal barreira?
- 13) Como você avalia a questão do preconceito em relação aos catadores?
- 14) Como é a sua relação com as/os catadoras/es?
- 15) Você considera que a maioria de catadoras/es são mulheres ou homens? Por que será que a maioria é desse gênero (de acordo com a resposta)?
- 15) Qual futuro possível você visualiza para as/os catadoras/es?
- 16) Você tem algum sonho em relação ao trabalho que vem desenvolvendo com as/os catadoras/es?

Agradeço novamente.